

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

BRENO ALOÍSIO TORRES DUARTE DE PINHO

**POPULAÇÃO E POBREZA:
UMA ANÁLISE DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte
2016

Breno Aloísio Torres Duarte De Pinho

**POPULAÇÃO E POBREZA:
UMA ANÁLISE DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE**

Tese apresentada ao curso de pós-graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Demografia.

Orientador: Fausto Reynaldo Alves de Brito

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Fausto Brito pela orientação desta tese e por sua grande contribuição no desenvolvimento de minhas pesquisas no campo da Demografia.

Agradeço ao professor José Alberto pela atenção e disposição permanente de ensinar.

Agradeço o apoio e a atenção dos professores Bernardo Lanza, Cássio Turra, Irineu Rigotti e Simone Wajnman.

Aos professores que participaram da banca de qualificação e de defesa de tese, meus agradecimentos.

Agradeço o apoio do CEDEPLAR, da CAPES e do CNPq para o desenvolvimento de meus estudos.

Aos professores, funcionários e colegas do CEDEPLAR e da FACE, meus agradecimentos.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio e incentivo. Agradeço especialmente minha esposa, Alane Rocha.

RESUMO

O objetivo principal desta tese consiste em analisar a evolução recente da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foram utilizados os dados censitários dos anos de 2000 e 2010. O método empregado para analisar a pobreza é uma combinação entre o método das necessidades básicas insatisfeitas e o da linha de pobreza. Essa abordagem permitiu considerar os aspectos conjunturais e estruturais da pobreza metropolitana. Os resultados encontrados revelaram mudanças positivas nas condições de vida da população metropolitana, já que a proporção de pessoas pobres diminuiu de 46%, em 2000, para 31% em 2010. A população socialmente integrada aumentou de 2,3 milhões de pessoas para 3,3 milhões, enquanto a de pobres declinou de 1,9 milhão para 1,4 milhão de pessoas. O declínio da incidência da pobreza foi generalizado, mas seus níveis ainda permaneceram espacialmente desiguais. A estrutura macroespacial da pobreza apresenta disparidades entre a concentração espacial da população pobre e a incidência da pobreza nos municípios. O declínio da proporção de pobres também foi observado entre os imigrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tanto entre aqueles que se deslocam dentro da área metropolitana como entre aqueles com origem em outras localidades.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Belo Horizonte; pobreza; necessidades básicas insatisfeitas; linha de pobreza; distribuição espacial da população.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the recent evolution of poverty in the Metropolitan Region of Belo Horizonte. Census data from 2000 and 2010 were used. The method used to analyze poverty is a combination of the unsatisfied basic needs method and the poverty line method. This approach allows us to assess both temporary and structural aspects of metropolitan poverty. The results from this research have shown positive changes in the living conditions of the metropolitan population, since the proportion of poor people dropped from 46% in 2000 to 31% in 2010. The socially integrated population increased from 2.3 million to 3.3 million, while the poor population declined from 1.9 million to 1.4 million. The decline in the incidence of poverty is widespread, but its level still remains spatially uneven. The macro-spatial structure of poverty shows disparities between the spatial concentration of the poor and the incidence of poverty in the cities. The decline in poverty was also observed among immigrants of the Metropolitan Region of Belo Horizonte: among the ones who moving within the metropolitan area and among those coming from other places.

Keywords: Metropolitan Region of Belo Horizonte; poverty; unsatisfied basic needs; poverty line; spatial distribution of the population.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 2.1 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano.....	28
Figura 2.2 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo Núcleo e Vetores de Expansão Urbana Metropolitanos	50
Figura 5.1 – Incidência da pobreza nos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte – anos de 2000 e 2010	166
Figura 5.2 – Repartição da população metropolitana em situação de pobreza entre os municípios da região metropolitana de Belo Horizonte – anos de 2000 e 2010.	166
Figura 6.1 – Distribuição etária proporcional dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa, segundo situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	201
Figura 6.2 – Distribuição etária proporcional dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	219

GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Evolução da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a subdivisão núcleo e periferia – anos censitários entre 1970 e 2010	36
Gráfico 2.2 – Taxa média anual de crescimento populacional da região metropolitana de Belo Horizonte, segundo a subdivisão núcleo e periferia – anos censitários entre 1970 e 2010	37
Gráfico 2.3 – Incremento demográfico da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a subdivisão núcleo e periferia – anos censitários entre 1970 e 2010	38
Gráfico 2.4 – Evolução da concentração espacial da população urbana e total de Minas Gerais na Região Metropolitana de Belo Horizonte - anos censitários entre 1970 e 2010	40
Gráfico 2.5 – Evolução do incremento demográfico do estado de Minas Gerais e da Região Metropolitana de Belo Horizonte - anos censitários entre 1970 e 2010.....	41
Gráfico 2.6 – Imigrantes, emigrantes e saldos migratórios extrametropolitanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos censitários de 1991, 2000 e 2010 .	67
Gráfico 2.7 – Migrações intrametropolitanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos censitários de 1991, 2000 e 2010	69
Gráfico 4.1 – População da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a situação social – anos de 2000 e 2010	102

Gráfico 4.2 – Composição da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte em situação de pobreza – anos 2000 e 2010	102
Gráfico 4.3 – População pobre da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo situações de pobreza – anos 2000 e 2010.....	103
Gráfico 4.4 – Domicílios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a situação de pobreza – anos de 2000 e 2010	105
Gráfico 4.5 – Distribuição etária da população metropolitana, e dos segmentos populacionais não pobres e em situação de pobreza - anos 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	107
Gráfico 4.6 – Distribuição etária da população em situação de pobreza recente, crônica e inercial - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	109
Gráfico 4.7 – Razão de dependência jovem, segundo situação social da população, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	111
Gráfico 4.8 – Incidência da pobreza nos grupos etários jovens, adultos e idosos – anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	112
Gráfico 5.1 – Composição da população em situação de pobreza na periferia e no núcleo - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	144
Gráfico 5.2 – Vetores de expansão urbana metropolitanos, segundos níveis de incidência da pobreza - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	149
Gráfico 5.3 – Composição da pobreza nos vetores de expansão urbana - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	151
Gráfico 6.1 – Imigrantes de data fixa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo o tipo do fluxo migratório – anos de 2000 e 2010.....	188
Gráfico 6.2 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa, segundo a situação social – Região Metropolitana de Belo Horizonte - anos de 2000 e 2010.	190
Gráfico 6.3 – Imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo situação social – Região metropolitana de Belo Horizonte - anos de 2000 e 2010	208
Gráfico 6.4 – Distribuição entre os tipos de pobreza dos domicílios pobres com morador imigrante intrametropolitano, segundo condição de ocupação do domicílio - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	225

QUADROS E MATRIZES

Quadro 2.1 - Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano, segundo a data de incorporação à composição oficial	29
Quadro 3.1 – Definição dos tipos de domicílio que resultam da combinação entre os dois métodos de medição da pobreza, Necessidades Básicas Insatisfeitas e Linha de Pobreza.....	79
Quadro 3.2 – Indicadores utilizados na combinação ente os métodos de linha de	

pobreza e necessidades básicas insatisfeitas para o estudo da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte	82
Matriz 4.1 – Composição da situação social da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a combinação entre os métodos da linha de pobreza e das necessidades básicas insatisfeitas – ano de 2000	99
Matriz 4.2 – Composição da situação social da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a combinação entre os métodos da linha de pobreza e das necessidades básicas insatisfeitas – ano de 2010	100

TABELAS

Tabela 2.1 - População dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo vetores de expansão urbana metropolitanos - anos censitários entre 1970 e 2010	51
Tabela 2.2 – Taxa de crescimento e incremento demográfico dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo vetores de expansão urbana metropolitanos - anos censitários entre 1970 e 2010.....	52
Tabela 2.3 – População residente e ocupada nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo vetores de expansão urbana - anos censitários de 2000 e 2010	53
Tabela 2.4 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos entre as subáreas da Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos de 2000 e 2010	68
Tabela 2.5 – Distribuição dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo subáreas da Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos de 2000 e 2010.....	70
Tabela 3.1 – Distribuição da população segundo condições de residência - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	95
Tabela 4.1 – Condição de atividade da população adulta de 25 a 64 anos, segundo situação social dos indivíduos – anos 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	114
Tabela 4.2 – Composição educacional da população economicamente ativa, segundo a situação social - indivíduos adultos com idade entre 25 a 64 anos – anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	116
Tabela 4.3 – Composição educacional e indicadores do mercado de trabalho, para os grupos de idade 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 65 anos ou mais, segundo a situação social dos indivíduos – anos 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	119
Tabela 4.4 Distribuição dos domicílios metropolitanos, segundo classes de número de moradores - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	121
Tabela 4.5 Distribuição dos domicílios metropolitanos segundo classes de número de moradores jovens - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010.....	122
Tabela 4.6 – Distribuição dos domicílios por condição de ocupação – Região	

Metropolitana de Belo Horizonte anos 2000 e 2010.....	123
Tabela 4.7 – Distribuição dos domicílios segundo material predominante nas paredes externas do domicílio – Região Metropolitana de Belo Horizonte - ano de 2010	124
Tabela 4.8 – Proporção dos domicílios com acesso aos aparelhos de televisão, geladeira e máquina de lavar roupas - Região Metropolitana de Belo Horizonte - anos 2000 e 2010.....	125
Tabela 4.9 – Distribuição dos domicílios segundo tipos de carências no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas – Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	127
Tabela 4.10 – Distribuição dos domicílios, segundo a existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário – Região Metropolitana de Belo Horizonte - anos 2000 e 2010	131
Tabela 5.1 – Situação social da população, segundo núcleo e periferia - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	143
Tabela 5.2 – Distribuição da população entre núcleo e periferia, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	145
Tabela 5.3 – Tipos de carência da população em situação de pobreza crônica e inercial, segundo núcleo e periferia - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	147
Tabela 5.4 – População do vetor Oeste, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	152
Tabela 5.5 – População do vetor Norte-Central, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	154
Tabela 5.6 – População do vetor Norte, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	157
Tabela 5.7 – População do vetor Leste, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	159
Tabela 5.8 – População do vetor Sul, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	161
Tabela 5.9 – População do vetor Sudoeste, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	163
Tabela 5.10 – Distribuição proporcional da população não pobre entre classes de renda domiciliar, segundo subáreas metropolitanas – Região Metropolitana de Belo Horizonte - ano de 2010.....	171
Tabela 5.11 – Distribuição proporcional dos responsáveis dos domicílios não pobres entre níveis de escolaridade, segundo subáreas metropolitanas - Região Metropolitana de Belo Horizonte - ano de 2010	173
Tabela 5.12 – Distribuição proporcional dos domicílios alugados não pobres entre classes de valor dos aluguéis, segundo subáreas metropolitanas – Região Metropolitana de Belo Horizonte - ano de 2010	174
Tabela 6.1 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa e dos domicílios com a presença de imigrantes extrametropolitanos, segundo categorias	

domiciliares - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	192
Tabela 6.2 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa e dos domicílios com moradores imigrantes extrametropolitanos, segundo categorias domiciliares e situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	193
Tabela 6.3 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa segundo a relação de parentesco com o responsável pelo domicílio - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	195
Tabela 6.4 – Distribuição dos domicílios com moradores imigrantes extrametropolitanos, segundo situação social e número de moradores imigrantes extrametropolitanos de data fixa - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	197
Tabela 6.5 – Distribuição dos domicílios com moradores imigrantes extrametropolitanos, segundo situação social e número de moradores jovens - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	199
Tabela 6.6 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa adultos, segundo níveis de escolaridade e situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	203
Tabela 6.7 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa entre núcleo e periferia, segundo situação social dos indivíduos - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	205
Tabela 6.8 – Distribuição dos domicílios com moradores imigrantes extrametropolitanos de data fixa, segundo condição de ocupação do domicílio, situação social e categoria domiciliar - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010.....	206
Tabela 6.9 – Imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo a situação social – Região Metropolitana de Belo Horizonte - anos 2000 e 2010	209
Tabela 6.10 – Distribuição dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa e dos domicílios com moradores imigrantes intrametropolitanos, segundo categorias domiciliares - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	211
Tabela 6.11 – Distribuição dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa e dos domicílios com imigrantes intrametropolitanos, segundo a situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010.....	212
Tabela 6.12 – Distribuição dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo relação com o responsável pelo domicílio e categoria domiciliar - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010.....	214
Tabela 6.13 – Distribuição dos domicílios com imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo número de moradores imigrantes intrametropolitanos e situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	215
Tabela 6.14 – Distribuição dos domicílios com moradores imigrantes intrametropolitanos, segundo classes de número de jovens e situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	217
Tabela 6.15 – Imigrantes intrametropolitanos de data fixa adultos, segundo níveis de escolaridade, situação social e lugar de moradia - Região Metropolitana de Belo	

Horizonte – anos 2000 e 2010	221
Tabela 6.16 – Distribuição dos domicílios com moradores imigrantes intrametropolitanos, segundo condição de ocupação do domicílio e situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010	223
Tabela 6.17 – Distribuição e composição dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo situação social, núcleo e vetores de expansão urbana - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010.....	227
Tabela 6.18 – Distribuição dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa segundo necessidades básicas insatisfeitas – núcleo e vetores de expansão urbana - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010.....	229

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE ESPACIAL DA ANÁLISE	24
2.1 A delimitação da Região Metropolitana de Belo Horizonte	24
2.2 A formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte: aspectos econômicos e demográficos	32
2.3 A periferização da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o contexto da reprodução espacial das desigualdades sociais	42
2.3.1 As transformações dos municípios metropolitanos: uma análise a partir dos vetores de expansão urbana.....	49
2.4 As migrações na Região Metropolitana de Belo Horizonte: considerações a partir do final do século XX	62
2.4.1 Os volumes migratórios da Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir da década de 1980.....	65
2.5 Considerações	71
3 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS PARA A ANÁLISE DA POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE NOS ANOS DE 2000 e 2010	73
3.1 A identificação das situações de pobreza metropolitana: a combinação entre o método da linha de pobreza – LP e o método das necessidades básicas insatisfeitas - NBI	73
3.2 Aplicação do método combinado NBI-LP: fonte de dados e indicadores utilizados para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte	81
3.2.1 Indicadores elencados para a medição da pobreza metropolitana	81
3.2.2 Aspectos da construção dos indicadores para a aplicação do método combinado NBI-LP ao caso metropolitano	84
3.2.2.1 Indicador de qualidade da moradia	85
3.2.2.2 Indicador de acesso à água potável.....	86
3.2.2.3 Indicador do sistema sanitário do domicílio.....	87
3.2.2.4 Indicador de acesso a serviço de coleta de lixo	88
3.2.2.5 Indicador de acesso à energia elétrica.....	89

3.2.2.6 Indicador de acesso aos serviços educacionais.....	90
3.2.2.7 Indicador da condição econômica do domicílio: a renda domiciliar <i>per capita</i> e a determinação do valor da linha de pobreza.....	91
3.3 O segmento populacional da análise	94
3.4 Medidas-resumo da pobreza metropolitana	96
4 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: A POBREZA NOS ANOS 2000 E 2010	99
4.1 A pobreza metropolitana nos anos de 2000 e 2010.....	99
4.1.1 As mudanças na pobreza metropolitana: os socialmente integrados e as situações de pobreza crônica, recente e inercial.....	101
4.2 A composição etária da pobreza metropolitana	106
4.3 Características sociodemográficas e mercado de trabalho	113
4.4 Características demográficas e socioeconômicas dos domicílios	120
4.5 Os domicílios com necessidades básicas insatisfeitas	126
4.6 Discussão	132
5 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: AVALIAÇÕES SOBRE A POBREZA NOS ANOS DE 2000 e 2010	142
5.1 A distribuição da população metropolitana entre o núcleo e a periferia....	142
5.2 A pobreza nos municípios da periferia metropolitana	149
5.2.1 Vetor Oeste	151
5.2.2 Vetor Norte-Central	153
5.2.3 Vetor Norte	156
5.2.4 Vetor Leste	158
5.2.5 Vetor Sul.....	160
5.2.6 Vetor Sudoeste.....	162
5.3 Diferenças entre a concentração espacial da pobreza e os níveis de incidência da pobreza nos municípios.....	165
5.4 Desigualdades socioespaciais: composição socioeconômica e distribuição espacial dos não pobres em 2010	170
5.5 Discussão	176

6 POBREZA E MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2010	186
6.1 Considerações iniciais sobre a migração analisada	186
6.2 Os imigrantes extrametropolitanos e a pobreza	189
6.2.1 A incidência da pobreza entre os imigrantes extrametropolitanos.....	189
6.2.2 Pobreza nos domicílios com imigrantes extrametropolitanos.....	191
6.2.3 Tamanho e composição dos domicílios com imigrantes extrametropolitanos	194
6.2.4 Composição sociodemográfica dos imigrantes extrametropolitanos.....	201
6.2.5 Moradia e distribuição dos imigrantes na região metropolitana.....	205
6.3 Os imigrantes intrametropolitanos e a pobreza	207
6.3.1 A incidência da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos.....	208
6.3.2 A pobreza nos domicílios com imigrantes intrametropolitanos	210
6.3.3 Tamanho e composição dos domicílios com imigrantes intrametropolitanos	213
6.3.4 Composição sociodemográfica dos imigrantes intrametropolitanos.....	218
6.3.5 Aspectos do acesso à moradia.....	222
6.3.6 A distribuição residencial dos imigrantes dentro da região metropolitana	226
6.4 Discussão	230
7 CONCLUSÃO	238
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	256

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta tese consiste em identificar as situações de pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte e analisar suas mudanças recentes. Como a pobreza é um fenômeno cuja compreensão depende do enfoque metodológico adotado para a avaliação das condições de vida da população, mais especificamente dos aspectos escolhidos para distinguir as situações em que as pessoas são identificadas como pobres ou não, é necessário, inicialmente, apresentar uma explicação sobre a forma em que se aborda a questão da pobreza no desenvolvimento desta tese.

A pobreza diz respeito aos níveis de bem-estar em uma sociedade, e a compreensão das características pertinentes ao fenômeno vincula-se aos métodos adotados para se avaliar a adequação das condições de vida das pessoas no contexto em que elas vivem. Assim, no que se refere às formas de se identificar as pessoas que vivem em situação de pobreza, pode-se partir de uma perspectiva absoluta ou relativa, do uso de medidas diretas e indiretas, ou de uma abordagem unidimensional ou multidimensional (ROCHA, 2006; FERES; MANCERO, 2001a; MOYANO, 1996).

A pobreza, em uma perspectiva absoluta, refere-se ao bem-estar das pessoas considerando certas condições mínimas para avaliá-lo como adequado, ao passo que a perspectiva relativa considera a condição social dos indivíduos de forma comparada dentro de uma população (ROCHA, 2006; FERES; MANCERO, 2001b; MOYANO, 1996). Consoante Rocha (2006) e Feres e Mancero (2001a; 2001b), a situação de pobreza absoluta diz respeito a pessoas que não tem acesso a bens e serviços necessários a uma vida minimamente adequada em um contexto específico, ao passo que a pobreza relativa é uma perspectiva que se associa às noções de desigualdade em uma sociedade. Em concordância com Rocha (2006), pode-se dizer que analisar a pobreza a partir de uma perspectiva relativa é mais coerente em contextos de maior desenvolvimento econômico.

Avaliar a pobreza de forma direta é considerar o bem-estar alcançado pelos

indivíduos por meio do acesso aos diferentes itens básicos, ao passo que a medida indireta considera a condição potencial para se alcançar um dado nível de bem-estar (FERES; MANCERO, 2001a; 2001b; MOYANO, 1996). Assim, medir os níveis de pobreza em uma sociedade com base na renda das famílias, e não levar em conta o acesso efetivo a bens e serviços, é uma forma indireta de se identificar as situações de pobreza (MOYANO, 1996; FERES; MANCERO, 2001a). Definindo-se um valor monetário para a linha de pobreza, uma população pode ser dividida em dois grupos, os pobres e os não pobres, isto é, entre aqueles que vivem com a renda abaixo e acima da linha da pobreza, respectivamente (ROCHA, 2006).

Medir a pobreza em uma abordagem unidimensional significa utilizar um indicador ou dimensão para sintetizar as condições de bem-estar das pessoas, ao passo que a abordagem multidimensional baseia-se em um conjunto de indicadores. Assim, medir a pobreza em uma sociedade com base na renda é avaliá-la a partir desse único indicador, enquanto uma avaliação de forma multidimensional implica considerar vários indicadores, correspondentes, em geral, ao acesso a bens e serviços que as pessoas ou famílias não deveriam carecer (ROCHA, 2006; FERES; MANCERO, 2001a; MOYANO, 1996).

No Brasil, o principal programa destinado ao combate à pobreza, o Bolsa Família, define seus beneficiários, os pobres, com base no nível da renda familiar *per capita* mensal, isto é, a partir de uma linha de pobreza vinculada à operacionalização da política pública (ROCHA, 2013a).¹ Contudo, para além da política, a definição de um valor para a linha de pobreza não é necessariamente consensual (ROCHA, 2006), e isso significa que diferentes resultados podem ser encontrados para o tamanho da população de pobres por insuficiência de renda.

Além dessa forma de se identificar a população que vive em situação de pobreza com base exclusivamente no critério de insuficiência de renda das famílias, podem

¹ O *Bolsa Família* é um programa de combate à pobreza lançado pelo Governo Federal no ano de 2003, e tem como público-alvo as famílias que se encontram em situação de *pobreza* e *extrema pobreza* (MDS, 2016). Os valores de corte para a elegibilidade ao programa foram alterados ao longo do tempo. No ano de 2010, no âmbito do programa, as famílias em situação de extrema pobreza correspondiam àquelas que viviam com uma renda *per capita* mensal de até R\$70,00, e, as famílias em situação de pobreza, àquelas com renda *per capita* mensal de até R\$140,00 (IBGE, 2011). Considerando que o valor do salário mínimo era de R\$ 510,00 em 2010 (IBGE, 2011), a linha da pobreza era equivalente a 27,5% e, da extrema pobreza, a 13,7% de seu valor.

ser adotadas perspectivas multidimensionais, que buscam reconhecer a pobreza a partir de um conjunto de indicadores não monetários. Entre essas abordagens, destacam-se o Índice de Pobreza Multidimensional - IPM, divulgado pelo PNUD, e o índice de pobreza por Necessidades Básicas Insatisfeitas - NBI, que é comumente utilizado nos países da América Latina.

O Índice de Pobreza Multidimensional – IPM é um indicador de pobreza que se baseia nas mesmas dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, isto é, as condições de saúde, educação e o padrão de vida da população (PNUD, 2010; 2011). Esse indicador de pobreza avalia as condições de vida das pessoas a partir das famílias, considerando aspectos como a nutrição e escolaridade de seus membros, além do acesso a bens e serviços públicos básicos.² Na identificação da população vivendo em situação de pobreza multidimensional, emprega-se um sistema de pontuação elaborado a partir do conjunto dos indicadores, de modo que se define o limite entre a pobreza e não pobreza a partir de certo acumulado de privações em uma família (PNUD, 2011).

Na abordagem das Necessidades Básicas Insatisfeitas – NBI, a avaliação das condições de vida da população é baseada nas características dos domicílios; e os indicadores empregados comumente referem-se ao acesso a bens e serviços públicos básicos, às condições construtivas das moradias e à capacidade ou potencial econômico das famílias (MOYANO, 1996; FERES; MANCERO, 2001a, 2001b). De forma simples, a identificação das pessoas vivendo em situação de pobreza é baseada na constatação da existência de uma ou mais carências em um domicílio (MOYANO, 1996; FERES; MANCERO, 2001b).³

² Conforme PNUD (2011), dez indicadores foram utilizados no cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional. Na dimensão da saúde, foram considerados dois indicadores: a existência de ao menos um membro da família com má nutrição e o falecimento de uma ou mais crianças. Na dimensão da educação, foram considerados dois indicadores: a ausência na família de um membro com pelo menos 5 anos de estudo e a existência de pelo menos um criança em idade escolar não matriculada em escola. Na dimensão do padrão de vida, foram considerados 6 indicadores, referentes à carência no acesso água potável, carência no acesso à energia elétrica, carência no acesso ao saneamento adequado, moradia com piso de terra, uso de combustível sujo para cozinhar, e a combinação entre a ausência de carro e posse de, no máximo, um item como a bicicleta, a motocicleta, o rádio, a geladeira, o telefone ou a televisão.

³ Conforme Moyano (1996) e Feres e Mancero (2001b), avaliações sobre a pobreza com base no método NBI, já realizadas por órgãos de estatística ou de governo, são encontradas em países como Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Há certa diversidade nos indicadores que foram utilizados, mas, em geral, estão incluídos aqueles referentes aos aspectos

Apesar da existência de diferentes orientações para se abordar a questão da pobreza, Rocha (2006: p. 9-10) salienta que “a definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico”. Em termos de Brasil, pode-se considerar que as condições de vida e pobreza entre as populações rurais em áreas de baixo desenvolvimento econômico assumirão determinantes e características diferentes das situações de pobreza em áreas urbanas adensadas, já que as condições para a moradia, os custos e padrões de consumo envolvem realidades distintas.

No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, assim como em outras áreas metropolitanas do país, o fenômeno da pobreza pode ser associado tanto a restrições em termos de uma renda necessária ao consumo mínimo adequado dentro do contexto urbano, como à existência de carências estruturais, relacionadas a condições inadequadas de moradias e deficiências no acesso à infraestrutura e serviços urbanos essenciais. Importante notar que, no curso da formação das grandes regiões metropolitanas brasileiras, as desigualdades sociais foram projetadas no espaço a partir de condições precárias de urbanização (BRITO, 1996; 2007; MARTINE; MCGRANAHAN, 2010).

A insuficiência de renda das famílias pode ser considerada uma medida relevante na identificação da população em situação de pobreza, mas há algumas limitações quanto a seu alcance. Esse indicador não é capaz de traduzir certos tipos de carências estruturais que afetam particularmente uma população urbana, e que não dependem somente dos níveis de renda das famílias (ROCHA, 1993; 2006). Carências estruturais como as inadequações nas condições de moradia e deficiências no acesso a infraestrutura e serviços urbanos essenciais são dimensões relevantes na determinação da adequação das condições de vida da população (ROCHA, 1993; LOPES, 2008; KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Portanto, nesses termos, a pobreza urbana pode se revelar diversificada nas formas de carências.

construtivos das habitações, o adensamento da moradia, a disponibilidade de sanitário e serviço de esgotamento sanitário, o acesso à água potável, a frequência das crianças ao estabelecimento escolar, além da razão de dependência econômica intradomiciliar.

Considerando que pobreza urbana no Brasil pode ser compreendida em uma perspectiva absoluta e multidimensional, uma abordagem pertinente ao estudo da pobreza metropolitana deve levar em conta esses aspectos. Assim, nesta tese, para se identificar as situações de pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte, será utilizada uma abordagem que combina dois métodos tradicionais de análise da pobreza: o método da Linha de Pobreza – LP e o das Necessidades Básicas Insatisfeitas - NBI.⁴

Esses dois métodos de abordagem da pobreza podem ser considerados complementares, visto que o primeiro avalia a pobreza a partir da renda corrente das famílias, enquanto o segundo avalia a pobreza de forma multidimensional, a partir de um conjunto de indicadores relacionados a aspectos como a qualidade da habitação e o acesso à infraestrutura e serviços urbanos básicos (MOYANO, 1996; FERES; MANCERO, 2001a; 2001b). Portanto, essa abordagem combinada de métodos permite considerar a heterogeneidade da pobreza metropolitana, que envolve não somente a insuficiência de renda das famílias, mas também as carências associadas ao processo de urbanização.

Considerando a renda corrente das famílias, enfatiza-se uma dimensão que reflete o aspecto conjuntural da pobreza, visto que ela se articula à participação das pessoas nas atividades produtivas, o que envolve o desempenho da economia; por outro lado, considerando o acesso efetivo da população à habitação adequada e serviços urbanos básicos, enfatizam-se os aspectos estruturais da pobreza, pois a superação de carências desse tipo não depende necessariamente da renda corrente das famílias, mas, também, de políticas públicas setoriais (FERES; MANCERO, 2001b; MOYANO, 1996; GÓMEZ; CONDE, 1996).

Conforme discutido por Kaztman (1989), a combinação entre os métodos NBI e LP permite que sejam identificados quatro subgrupos em uma população. Um deles corresponde à população *socialmente integrada* ou os *não pobres*. Os outros três

⁴ A combinação entre os métodos LP e NBI foi apresentada por Kaztman (1989), analisando o caso do Uruguai. A aplicação dessa abordagem combinada de métodos, no estudo da pobreza urbana no Brasil, já foi empregada por Lopes (2008). Entre as análises da pobreza no Brasil que partem de uma abordagem que combina a linha de pobreza e indicadores não monetários, também pode ser mencionado o estudo de Kageyama e Hoffmann (2006).

correspondem aos diferentes tipos ou situações de pobreza, isto é, a pobreza recente, a *inercial* e a *crônica*. A pobreza recente corresponde a uma dimensão conjuntural da pobreza, visto que se revela a partir dos níveis insuficientes da renda corrente das famílias para o consumo mínimo adequado. A pobreza inercial reflete a situação de pessoas com renda corrente suficiente para um consumo adequado, mas que ainda vivem sob carências estruturais, como uma moradia com inadequações e carências no acesso aos serviços urbano básicos. Já a pobreza crônica corresponde ao segmento da população em que as carências estruturais se adicionam à insuficiência de renda.

Considerando uma abordagem sobre a pobreza metropolitana com base na combinação entre os métodos NBI e LP, o objetivo principal desta tese, mais especificamente, consiste em analisar, a partir de uma comparação entre os dados censitários dos anos de 2000 e 2010, a evolução recente da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com ênfase em seus aspectos demográficos. Os objetivos específicos são: (i) avaliar a evolução recente dos diferentes segmentos da população, pobres e não pobres, bem como suas características demográficas, sua composição e aspectos domiciliares; (ii) analisar a distribuição espacial da população metropolitana com ênfase nos aspectos da pobreza; e (iii) avaliar a incidência da pobreza entre os imigrantes metropolitanos.

A tese se estrutura em sete capítulos, incluindo esta introdução. O Capítulo 2 traz uma contextualização da unidade espacial analisada na tese: a Região Metropolitana de Belo Horizonte. No Capítulo 3, são apresentados os aspectos metodológicos, referentes à identificação da pobreza metropolitana a partir da combinação dos métodos NBI e LP. Os Capítulos 4, 5 e 6 correspondem à apresentação e discussão dos resultados obtidos a partir da abordagem empregada para medir a pobreza metropolitana nos anos de 2000 e 2010. O Capítulo 7 é a conclusão.

O Capítulo 2 é uma revisão da literatura apoiada em dados populacionais. Seu foco principal é uma discussão sobre a formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte. São analisadas as características econômicas e populacionais que marcam a expansão urbana da área metropolitana, destacando-se o crescimento e a

dinâmica da redistribuição espacial da população, bem como sua relação com as desigualdades sociais. O capítulo traz uma contextualização da conformação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a partir da qual poderão ser compreendidas as discussões que serão apresentadas sobre a pobreza metropolitana.

No Capítulo 3, são apresentados os aspectos metodológicos no que se refere propriamente à forma de identificação da pobreza metropolitana, para uma análise dos anos de 2000 e 2010. São descritas as características da combinação dos métodos Necessidades Básicas Insatisfeitas - NBI e Linha de Pobreza – LP. Explica-se, em consonância com o contexto social e econômico da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a seleção dos indicadores correspondentes às necessidades básicas insatisfeitas e as definições dos seus níveis considerados críticos ou de carência, assim como a definição do valor da linha de pobreza.

No Capítulo 4, são analisados, para o conjunto da Região Metropolitana de Belo Horizonte, os resultados referentes às mudanças na população socialmente integrada e em situação de pobreza crônica, recente e inercial. A partir de uma comparação entre os anos de 2000 e 2010, além das análises sobre as mudanças no tamanho desses segmentos populacionais, também são apresentadas algumas de suas características sociodemográficas, bem como aspectos socioeconômicos e demográficos de seus domicílios, incluindo as carências estruturais.

O Capítulo 5 é dedicado a uma análise sobre a pobreza metropolitana com ênfase no aspecto espacial. Analisa-se a evolução recente da pobreza a partir de diferentes unidades espaciais, como o núcleo metropolitano e a periferia, os vetores de expansão urbana metropolitanos e os municípios. O foco deste capítulo é tanto a incidência da pobreza nas unidades espaciais como a distribuição da população entre elas. Os resultados apresentados permitem avaliar o curso recente de mudanças na distribuição espacial da pobreza metropolitana como parte das transformações do contexto das desigualdades socioespaciais.

No Capítulo 6, a análise sobre a pobreza é focada nos imigrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Considerando os imigrantes de data fixa dos anos de 2000 e 2010, avaliou-se a incidência da pobreza entre eles. Também foram

analisadas as mudanças nas características sociodemográficas dessa população. Além disso, foram analisados os domicílios com moradores imigrantes, partindo-se de quatro categorias domiciliares, definidas com base em relações de parentesco e condição migratória.

Sobre os principais resultados desta tese: constatou-se um importante declínio da pobreza metropolitana na comparação entre os anos de 2000 e 2010, o que não significa o fim da população de pobres. Houve um notável incremento da população socialmente integrada no período e uma redução da proporção da população metropolitana que se encontrava nas situações de pobreza recente, inercial e, principalmente, crônica. As mudanças positivas nas condições de vida da população se estenderam a todo o espaço metropolitano, mas os níveis locais de pobreza permaneceram espacialmente desiguais. Constatou-se, também, um destacável declínio dos níveis de pobreza entre os imigrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

É importante observar que em levantamentos recentes sobre a pobreza no Brasil, incluindo os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como os apresentados em Rocha (2013b) e PNUD, IPEA e JFP (2013), a abordagem sobre pobreza baseia-se exclusivamente na dimensão da renda domiciliar. E os resultados desses estudos já indicavam um processo de declínio da pobreza em termos de insuficiência de renda na primeira década do século XXI. Nesse sentido, entre as contribuições desta tese está uma discussão sobre a pobreza metropolitana a partir de uma abordagem que permitiu considerar sua heterogeneidade. Em outras palavras, além da dimensão renda, a definição das situações de pobreza incluindo ainda os aspectos relacionados a padrões de moradia e acesso a serviços urbanos básicos oferece outras perspectivas para o debate sobre a pobreza metropolitana, já que puderam ser avaliados diferentes tipos de pobreza e sua evolução na última década.

2 A REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE ESPACIAL DA ANÁLISE

Neste capítulo, analisa-se o processo de conformação da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Apresenta-se, primeiramente, a trajetória da inclusão de municípios à composição oficial da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e define-se o espaço que será alvo de análise desta tese. Posteriormente, são discutidas as transformações demográficas, principalmente, e econômicas que caracterizaram o curso da formação urbana metropolitana.

2.1 A delimitação da Região Metropolitana de Belo Horizonte

A formação de uma área metropolitana pode ser compreendida, inicialmente, pela estruturação do espaço intra-urbano. Conforme a definição de Villaça (2001a), o espaço intra-urbano é estruturado a partir dos deslocamentos realizados pela população, isto é, um espaço que se define a partir da circulação cotidiana de pessoas, que se movem entre o lugar de residência e os demais locais necessários ou úteis, como os de trabalho, de estudo, de compras, de lazer, etc. Portanto, “a estruturação do espaço intra-urbano é dominada pelo deslocamento do ser humano, enquanto portador da mercadoria força de trabalho ou enquanto consumidor [...]” (VILLAÇA, 2001a: p. 21).

Ao se considerar a formação de uma área metropolitana a partir da dinâmica do espaço intra-urbano, duas características devem ser consideradas como pertinentes ao espaço urbano-metropolitano: a fragmentação e a articulação. Como analisa Correa (2014: p. 147), “o espaço urbano não é apenas fragmentado. É simultaneamente articulado. Fragmentação e articulação são características complementares”. Com base em Correa (2014), pode-se depreender que a fragmentação está associada às formas seletivas e desiguais da ocupação do espaço, pelas moradias, estabelecimentos industriais e comerciais, atividades do setor de serviço, etc., enquanto a articulação é definida pela mobilidade cotidiana das pessoas entre esses diferentes locais.

Assim, consoante as análises de Villaça (2001a), pode-se dizer que a formação das áreas metropolitanas está associada à extensão do espaço intra-urbano, quando sua formação ultrapassa os limites políticos administrativos de um único município. Portanto, o espaço metropolitano revela-se no espaço intra-urbano, constituído nas interações populacionais cotidianas entre municípios vizinhos. Ademais, se as interações e a interdependência entre municípios permitem compreender a formação de uma área metropolitana, isso também significa que certas características, como as populacionais, dos municípios que as integram, devem ser compreendidas no contexto da organização socioespacial metropolitana.

Na década de 1970, o Governo Federal reconheceu nove Regiões Metropolitanas no Brasil, que se formaram a partir da expansão urbana dos municípios de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP), que são as capitais de seus respectivos estados. A institucionalização dessas regiões metropolitanas envolvia políticas de planejamento para esses espaços, que ganhavam maior relevância nos processos de urbanização e desenvolvimento econômico do país (IPEA, 2010; MORAES, 2001).

Essas nove regiões metropolitanas foram inicialmente identificadas por Galvão *et al.* (1969), que empregaram um conjunto de critérios para determinar a existência das áreas metropolitanas no país. À época, para a compreensão do curso do processo de metropolização, os autores identificaram a metrópole como uma "grande cidade" cujo tamanho populacional deveria superar um número mínimo de 400 mil habitantes. Ademais, outros fatores também foram considerados entre os critérios de identificação das áreas metropolitanas, como a densidade demográfica, as ocupações urbanas e a mobilidade cotidiana das pessoas entre a metrópole e os municípios vizinhos.

O número de regiões metropolitanas institucionalizadas no país, isto é, reconhecidas por lei, aumentou a partir da década de oitenta. Após a Constituição Federal de 1988, a institucionalização de regiões metropolitanas deixou de ser uma competência do Governo Federal, sendo transferida aos estados, com exceção dos casos de regiões que englobam municípios pertencentes a estados distintos (IPEA;

2010). Conforme levantamento divulgado pelo IBGE (2014), o Brasil conta atualmente com 61 Regiões Metropolitanas formalmente institucionalizadas pelos Estados, além de 3 regiões institucionalizadas pelo Governo Federal, intituladas Região Integrada de Desenvolvimento. Deve-se observar que as delimitações metropolitanas após 1988 não ocorreram como na década de 1970, considerando que a identificação e o reconhecimento oficial de áreas metropolitanas pelos governos estaduais não partem de critérios comuns (IPEA, 2010; BRANCO; PEREIRA; NADALIN, 2013; COSTA, 2013).⁵

A Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH foi inicialmente constituída pela Lei Complementar n. 14, de 8 de Junho de 1973. À época de sua institucionalização, sua área era composta por quatorze municípios e incluía, além de Belo Horizonte, os municípios ao seu redor afetados pelo curso da metropolização: Contagem, Betim, Ibirité, Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Caeté, Sabará, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano (BRASIL, 1973; MENDONÇA; ANDRADE, 2009).

Como já mencionado, no final da década de 1980, a competência sobre as regiões metropolitanas no Brasil foi transferida às unidades da federação. A partir desse período, a Região Metropolitana de Belo Horizonte expandiu continuamente o número de municípios membros, sendo incorporados, ao longo desses anos, mais 20 municípios à composição oficial, além da inclusão, na legislação metropolitana, do Colar Metropolitano (IBGE, 2014; DRUMMOND; ANDRADE, 2013). No ano de 2013, segundo levantamentos do IBGE (2014), a Região Metropolitana de Belo

⁵ Considerando a questão da delimitação dos espaços metropolitanos no país, para além do âmbito da política, podem ser destacados os estudos de Moura *et al.* (2009) e Branco, Pereira e Nadalin (2013). A avaliação apresentada por Moura *et al.* (2009) considera as aglomerações urbanas conformadas a partir do processo de integração funcional entre municípios, bem como sua importância exercida no sistema de cidades. Conferindo o status metropolitano àquelas aglomerações com posição mais elevada na hierarquia urbana, os resultados de Moura *et al.* (2009) apontaram um número de quatorze aglomerações urbanas de caráter metropolitano. As avaliações apresentadas por Branco, Pereira e Nadalin (2013) seguem critérios distintos, visto que consideram um núcleo metropolitano superior a 400 mil habitantes e a integração entre os municípios baseada na mobilidade pendular. Os resultados do estudo de Branco, Pereira e Nadalin (2013) apontam a existência de 26 áreas metropolitanas no país. Esses dois estudos mostram que novas áreas metropolitanas somaram-se ao conjunto daquelas que foram reconhecidas na década 1970. Por outro lado, os resultados sugerem que o número de regiões metropolitanas pode ser diferente daquele estabelecido pela via política, dependendo dos critérios adotados para se definir as características básicas de uma área metropolitana.

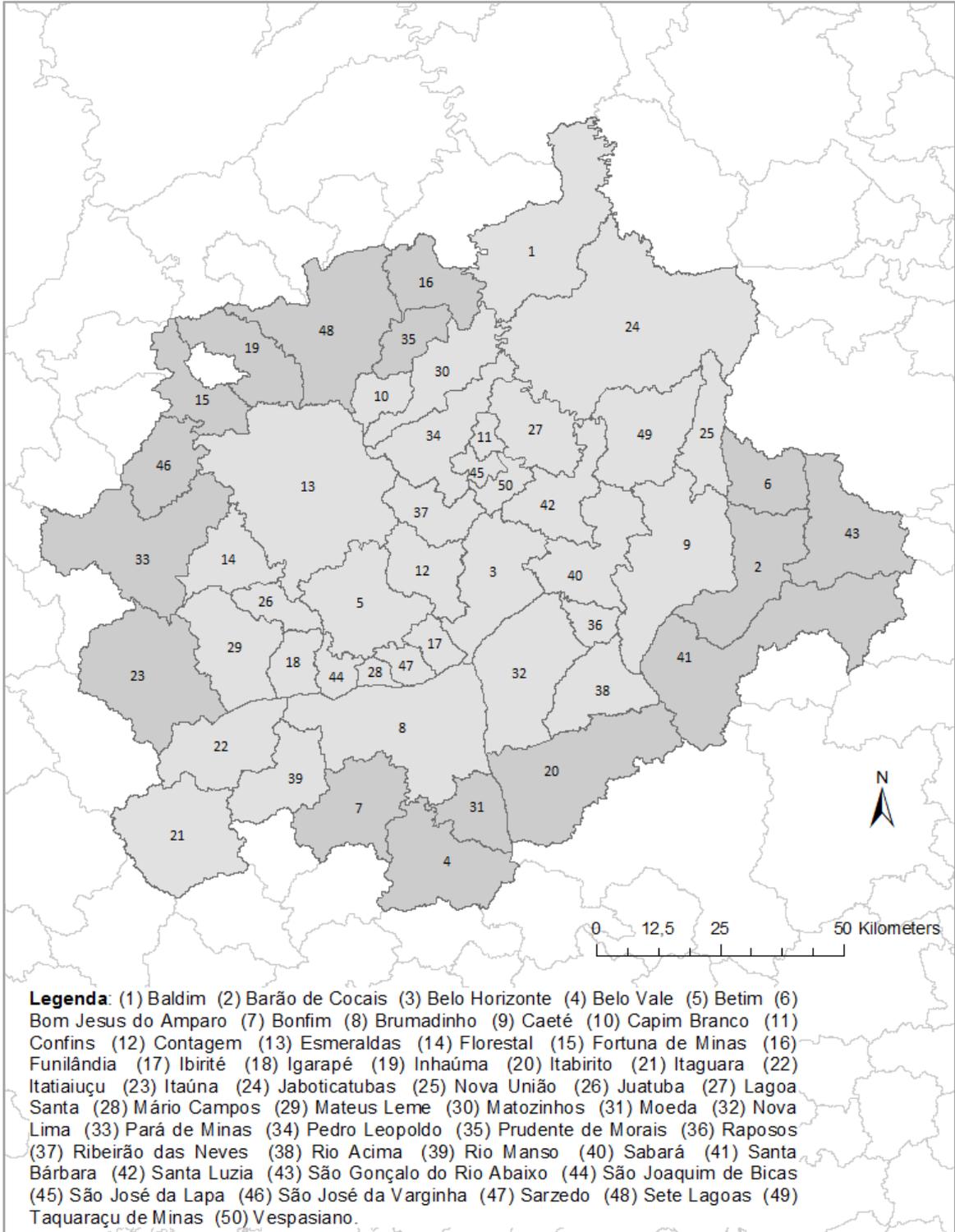
Horizonte é oficialmente composta por 34 municípios, somando-se a eles 16 municípios pertencentes ao Colar Metropolitano.

Conforme IBGE (2014), a Região Metropolitana de Belo Horizonte é constituída pelos municípios de Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano. O Colar Metropolitano é formado por municípios situados ao redor da região metropolitana, sendo constituído pelos municípios de Barão de Cocais, Belo Vale, Bom Jesus do Amparo, Bonfim, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itaúna, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Moraes, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José da Varginha e Sete Lagoas.

A Figura 2.1, apresentada a seguir, traz uma ilustração da distribuição espacial dos municípios que atualmente integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte, incluindo os municípios do Colar metropolitano. E, o Quadro 2.1, exposto a seguir, traz as datas em que os municípios foram incorporados oficialmente às composições da Região Metropolitana e do Colar Metropolitano.

Conforme as informações do Quadro 2.1, os municípios do Colar Metropolitano, em sua maioria, foram incluídos oficialmente na composição dessa subárea no ano de 1993. À época, contava com um número de 20 municípios, dos quais 8 foram posteriormente incluídos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Apesar das perdas em sua composição, o Colar Metropolitano é, atualmente, uma subárea constituída oficialmente por um conjunto de 16 municípios, visto que ainda foram incluídos mais 4 em sua formação, dois no final da década de 1990 e dois recentemente, no ano de 2012.

Figura 2.1 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano



Fonte: Elaborado a partir da malha digital municipal 2010 – IBGE.

Nota: Composição oficial da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano, conforme a divulgação do IBGE (2014).

Quadro 2.1 - Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano, segundo a data de incorporação à composição oficial

Subdivisão Metropolitana	Municípios	Ano de incorporação	Observações
Região Metropolitana de Belo Horizonte	Belo Horizonte	1973	Municípios definidos na primeira composição Oficial da Região Metropolitana de Belo Horizonte
	Betim		
	Caeté		
	Contagem		
	Ibirité		
	Lagoa Santa		
	Nova Lima		
	Pedro Leopoldo		
	Raposos		
	Ribeirão das Neves		
	Rio Acima		
	Sabará		
	Santa Luzia		
	Vespasiano		
	Brumadinho	1989	Primeiros municípios incorporados pelo governo estadual à Região Metropolitana de Belo Horizonte
	Esmeraldas		
	Igarapé		
	Mateus Leme	1993	Distritos emancipados de municípios que já eram membros da Região Metropolitana de Belo Horizonte
	Juatuba		
	São José da Lapa		
	Confins	1997	
	Mário Campos		
	São Joaquim de Bicas		
	Sarzedo	1997	Municípios inicialmente pertencentes à composição do Colar Metropolitano
	Florestal		
	Rio Manso		
	Capim Branco	1999	
Matozinhos			
Nova União			
Itaguara	1999	Novos municípios incorporados à composição metropolitana	
Baldim			
Jaboticatubas	2000	Municípios inicialmente pertencentes à composição do Colar Metropolitano	
Taquaraçu de Minas			
Itatiaiuçu	2002		
Colar Metropolitano	Barão de Cocais	1993	A formação inicial do Colar Metropolitano, em 1993, contava com 20 municípios, mas 8 deles foram posteriormente incorporados à Região Metropolitana de Belo Horizonte, a saber: Florestal, Rio Manso, Capim Branco, Matozinhos, Nova União, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas e Itatiaiuçu
	Belo Vale		
	Bonfim		
	Fortuna de Minas		
	Inhaúma		
	Itabirito		
	Itaúna		
	Moeda		
	Pará de Minas		
	Santa Bárbara		
	São José da Varginha		
	Sete Lagoas		
	Funilândia		
	Prudente de Moraes		
	Bom Jesus do Amparo	2012	
	São Gonçalo do Rio Abaixo		

Fonte: Elaborado com base nos levantamentos de Drummond e Andrade (2013: p. 70-71).

Entre os municípios incorporados à composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte, seis deles foram integrados devido ao processo de emancipação de distritos durante a década de 1990. Foram transformados em município: o distrito de Juatuba, que pertencia ao município de Mateus Leme; os distritos de Mario Campos e Sarzedo, que pertenciam ao município de Ibirité; São José da Lapa, distrito do município de Vespasiano; São Joaquim de Bicas, distrito do município de Igarapé; Confins, distrito do município de Lagoa Santa (ALMG, 1997; MENDONÇA; ANDRADE, 2009). Portanto, a evolução da composição de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte não foi resultado apenas da expansão dos limites espaciais, via incorporação de municípios situados cada vez mais distantes do núcleo metropolitano, mas também contou com a fragmentação das unidades municipais que já estavam incorporadas à composição oficial, algumas delas desde a década de 1970.

Considerando a dinâmica socioespacial metropolitana, a importância dos municípios do Colar Metropolitano pode ser discutida, tendo em vista que essa é uma área formada por municípios que são pouco afetados pelo processo de expansão urbana metropolitana.⁶ Alguns dos estudos demográficos mais recentes sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte, como Brito e Souza (2005), Pinho e Brito (2013), Souza (2008), Motta (2008), Souza (2005), Nunes (2008), Camargos (2006) e Soares (2006), têm preterido o Colar Metropolitano nas análises, pois esse grupo de municípios ainda apresenta uma relevância de ordem secundária no processo de expansão da área periférica metropolitana.

É interessante notar, também, que o estudo elaborado por Branco, Pereira e Nadalin (2013), em que foi adotado um conjunto de critérios (demográficos, econômicos, geográficos, etc.) para estabelecer, ainda que de forma exploratória, a delimitação das áreas metropolitanas brasileiras, a área metropolitana de Belo Horizonte estimada pelos autores não incluía nenhum dos municípios pertencentes oficialmente ao Colar Metropolitano. Ademais, nas avaliações de Moura *et al.* (2009), considerando o grau de integração interna nas regiões metropolitanas oficiais, já se

⁶ É importante considerar, consoante as análises de Drummond e Andrade (2013), que a instituição do Colar Metropolitano foi motivada pela perspectiva de se incluir na gestão metropolitana municípios que poderiam vir a ser incorporados à Região Metropolitana.

apontava que os municípios do Colar Metropolitano tinham baixa ou muita baixa integração com a dinâmica da expansão metropolitana, com apenas um caso com sinais de maior integração, o município de Sete Lagoas.

Tendo em vista as especificidades dos municípios do Colar Metropolitano, no que se refere à dinâmica da expansão metropolitana, essa área pode ser considerada secundária para a determinação da extensão da área metropolitana de Belo Horizonte. Isso explica por que os 34 municípios da Região Metropolitana são comumente privilegiados pela literatura voltada às análises sobre a dinâmica demográfica desse espaço metropolitano. Esse conjunto de municípios, bem superior àquele oficialmente estabelecido na década de 1970, corresponde propriamente àqueles que foram incorporados no curso da expansão urbana metropolitana ao longo das décadas.

Por outro lado, deve ser observado que alguns municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte ainda apresentam uma menor integração à dinâmica da expansão metropolitana, e são, fundamentalmente, aqueles municípios situados mais distantes de Belo Horizonte. Considerando as estimativas de Branco, Pereira e Nadalin (2013) sobre a composição da área metropolitana de Belo Horizonte, pode-se depreender que dez municípios apresentam menor integração à dinâmica metropolitana: Baldim, Florestal, Itatiaiuçu, Itaguara, Jaboticatubas, Mateus Leme, Nova União, Rio Manso, Taquaraçu de Minas. Esses mesmos municípios também já haviam sido caracterizados por Moura *et al.* (2009) como municípios de baixa ou muito baixa integração à dinâmica metropolitana.

Apesar da existência de um conjunto de municípios que podem apresentar uma menor importância na trajetória de expansão da área periférica metropolitana, a literatura recente, como a anteriormente mencionada, dedicada às questões da dinâmica demográfica da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tem explorado o conjunto dos 34 municípios nas análises populacionais, e também tem chamado a atenção para as características desses municípios situados nos extremos da Região Metropolitana, de modo a compreender a dinâmica metropolitana de forma coerente, mas sem perder de vista os limites da área oficialmente reconhecida. Nesse sentido, a aceitação da delimitação oficial da região metropolitana é mais comum do que a

adoção de critérios para uma definição alternativa (não oficial) da extensão desse espaço metropolitano.

Tendo em vista as características da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no que se refere à dinâmica de sua expansão urbana metropolitana, bem como seu processo de institucionalização, a unidade espacial de análise desta tese corresponde aos 34 municípios que a compõem oficialmente, ainda que alguns desses municípios apresentem menor relevância sobre o curso do crescimento da área periférica. Nesta tese, somente os municípios que integram o Colar Metropolitano não serão incluídos nas análises, visto que a exclusão dessa área não acarreta equívocos na compreensão da dinâmica demográfica metropolitana.

2.2 A formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte: aspectos econômicos e demográficos

Belo Horizonte surge como uma cidade construída de forma planejada no final do século XIX, sendo erguida para ser a nova capital do estado de Minas Gerais, que até então era Ouro Preto (SINGER, 1977; MONTE-MÓR, 1994). O crescimento econômico da nova capital mineira ganhou maior dinamismo após a década de 1930, com a industrialização que se expandia no país, associada ao processo de substituição de importações. Nas primeiras décadas do século XX, Belo Horizonte destaca-se pela expansão da indústria de bens de consumo não-duráveis. Entre os municípios localizados mais próximos, já se destacavam Sabará e Caeté, com o crescimento da siderurgia, além do município de Nova Lima, com as atividades da indústria de extração mineral (SINGER, 1977).

As articulações de Belo Horizonte com seus municípios vizinhos começam a se estreitar a partir da década de 1940, quando as políticas industriais, conduzidas pelos governos do Estado, estimularam a localização das atividades industriais nas proximidades de Belo Horizonte. Para incentivar o desenvolvimento industrial de Minas Gerais, foram construídas, no início da década de 1940, duas cidades industriais. Uma localizada no município de Contagem e outra no município de Santa Luzia. A primeira cidade industrial formou um eixo de expansão a oeste do município

de Belo Horizonte, enquanto a segunda, ao norte.

As articulações de Belo Horizonte com os municípios próximos, e desses com o interior do estado, foram favorecidas pelo desenvolvimento da infraestrutura de transporte, sobretudo rodoviária (SINGER, 1977; MONTE-MÓR, 1994). Ademais, as condições para a expansão das atividades econômicas em Belo Horizonte e nos municípios vizinhos tornaram-se mais favoráveis a partir da década de 1950, particularmente devido aos avanços no setor de energia elétrica, visto que a oferta de energia era uma condição fundamental para o crescimento das atividades industriais, bem como para a atração de empresas de maior porte (SINGER, 1977; MOURA, 1994).

Até a década de 1960, o processo de industrialização de Minas Gerais foi favorecido pelas articulações com os centros industriais mais dinâmicos do país, São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo devido ao dinamismo da indústria intermediária (aço, cimento, alumínio, etc.) localizada no estado, cujo crescimento se articulava à expansão industrial e também à ampliação da infraestrutura no país. A partir da década de 1970, há uma importante aceleração da industrialização em Minas Gerais, com a diversificação dos ramos industriais instalados, visto que, ao crescimento dos investimentos da indústria intermediária, foram somados os investimentos em outros ramos industriais, particularmente de bens de capital e bens duráveis (DINIZ, 1981).

A expansão industrial, ocorrida em Minas Gerais na década de 1970, foi conduzida a partir de uma política do governo estadual de promoção da industrialização, que buscou criar condições mais favoráveis - que incluíam desde incentivos fiscais até a disponibilidade de infraestrutura - para promover um maior direcionamento dos investimentos industriais para o estado, o que de fato resultou na instalação de diversos empreendimentos industriais em Minas Gerais, destacando-se, entre eles, grandes investimentos realizados pelo capital de origem estrangeira (DINIZ, 1981; BRITO, 1984; MONTE-MÓR, 1994).

Durante a expansão industrial de Minas Gerais, na década de 1970, uma parte dos novos projetos industriais concentrou-se em Belo Horizonte e nos municípios

vizinhos, com investimentos em diversos ramos, como material elétrico, metalurgia, material de transporte, química, têxtil, mecânica, minerais não-metálicos, plástico, borracha, alimentos e bebidas (DINIZ, 1981). Consoante dados de Diniz (1981), os municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Matozinhos, Santa Luzia, Vespasiano, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Nova Lima estavam entre os que recebem projetos industriais. Contudo, os municípios de Betim e Contagem destacaram-se entre os demais, pois conformaram uma área privilegiada na expansão das atividades industriais na periferia metropolitana.

O crescimento das atividades industriais refletiu-se, também, em uma importante participação desse ramo entre os que mais contribuíram para a ocupação de pessoas nos municípios da área periférica metropolitana, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980 (PINHO, 2012). Contudo, nas últimas décadas, as atividades industriais, apesar da importância fundamental na economia metropolitana, apresentam um papel relativamente reduzido entre os ramos econômicos de ocupação da população, visto que a força de trabalho metropolitana passa a ser absorvida principalmente pelas atividades do setor de serviços (PINHO, 2012; MONTE-MÓR; RUIZ, 2010).

É importante notar que as transformações econômicas, ocorridas na década de 1970, estabeleceram as condições para a expansão urbana metropolitana. Os municípios mais próximos de Belo Horizonte tornavam-se espaços atrativos para a localização das atividades industriais e, ao mesmo tempo, eram incorporados à dinâmica imobiliária com a ampliação da oferta de lugares para a moradia, que se apoiava, também, em uma infraestrutura de transporte que possibilitava a mobilidade cotidiana de pessoas entre esses municípios e Belo Horizonte, área de maior concentração das atividades econômicas e oportunidades de empregos (BRITO, 1996; MONTE-MOR, 1994; MATOS; LIMA; BRAGA, 2003; BRITO; SOUZA, 2005; PINHO, 2012; PINHO; BRITO, 2015).

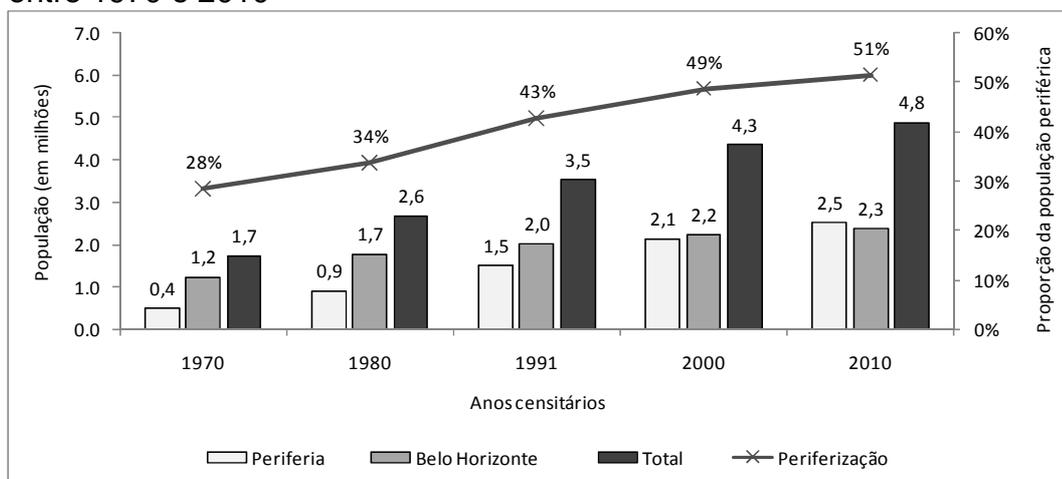
Portanto, o crescimento econômico de Belo Horizonte e de seus municípios vizinhos acelerou-se com a expansão dos investimentos industriais. As interações entre eles aprofundaram-se, à medida que a população periférica passou a crescer rapidamente, influenciada pelo processo de redistribuição populacional, associado à

mobilidade residencial entre os municípios da área metropolitana. Ao longo das décadas, o crescimento da população da região metropolitana também contou com uma grande contribuição dos fluxos migratórios vindos de outras partes do país, principalmente do interior de Minas Gerais, que se dirigiram tanto ao núcleo metropolitano quanto aos municípios periféricos (BRITO; HORTA, 2002; PINHO; BRITO, 2013; BRITO, 1996; 2006; RIGOTTI; RODRIGUES, 1994; CAETANO; RIGOTTI, 2008; PINHO; BRITO, ROCHA, 2015).

Consoante as análises de PLAMBEL (1987), Moura (1994), Rigotti e Rodrigues (1994), Matos (1996), Brito e Souza (1998; 2005) e Souza (2008), pode-se depreender que o processo de expansão urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte articulou-se a mecanismos seletivos de acesso à moradia, visto que o mercado imobiliário, ao incorporar os municípios periféricos, produziu espaços para a habitação que permitiram redistribuir e concentrar na periferia, muitas vezes sob condições urbanas precárias, a população cuja posição era de desvantagem socioeconômica no contexto metropolitano; contudo, também não deixou de incluir os segmentos socioeconômicos de maior poder aquisitivo, que, sob condições de moradia privilegiadas, também se direcionaram para áreas localizadas nos municípios periféricos.

Conforme poderá ser observado no Gráfico 2.1, a Região Metropolitana de Belo Horizonte, desde a década de 1970, registra um contínuo aumento no tamanho de sua população, e esse crescimento envolve, ao mesmo tempo, mudanças nas características da distribuição espacial da população dentro da área metropolitana. Entre os anos de 1970 e 2010, a população residente na região metropolitana cresceu quase três vezes, ampliando-se de 1,7 milhão para 4,8 milhões de pessoas. Considerando que, na década de 1970, a participação do núcleo na concentração relativa da população metropolitana era bem mais elevada que a da periferia, pode-se depreender que o ritmo de crescimento demográfico da periferia manteve-se superior ao do núcleo ao longo desse período, permitindo que uma repartição populacional mais equilibrada entre essas subáreas fosse alcançada na última década.

Gráfico 2.1 – Evolução da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a subdivisão núcleo e periferia – anos censitários entre 1970 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010 - IBGE/SIDRA (dados básicos da Tabela 200).

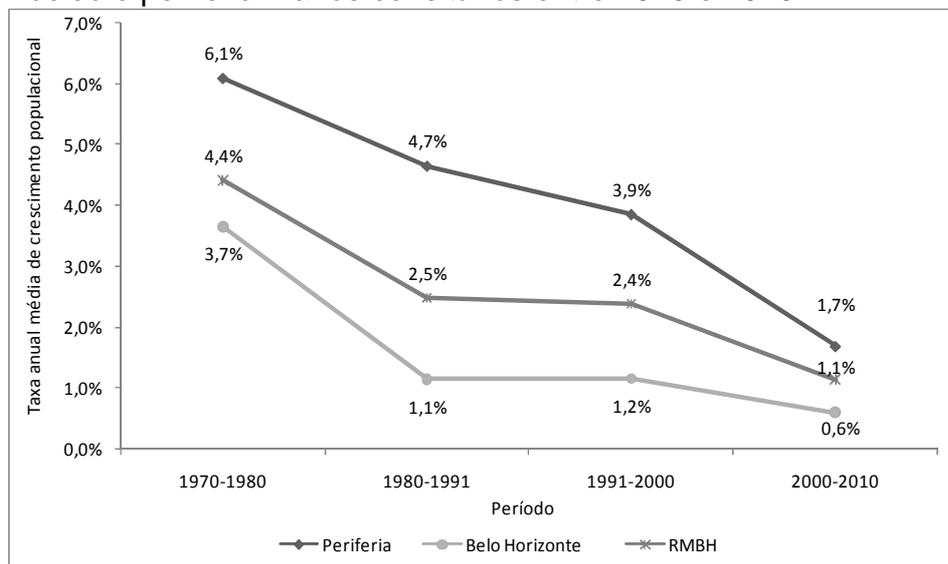
Notas: (a) Os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte são padronizados, correspondendo à composição oficial do ano de 2010, e não inclui o Colar Metropolitano; (b) A periferia corresponde a todos os municípios da região metropolitana, com exceção de Belo Horizonte.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no ano de 1970, os residentes nos municípios da periferia respondiam por apenas 28% da população da área metropolitana, mas, em 2000, essa proporção alcançou 49%, passando para 51% no ano de 2010, o que indica um ligeiro predomínio da periferia na concentração espacial da população metropolitana na primeira década do século XXI. Entre os anos de 1970 e 2010, em termos absolutos, a população do núcleo metropolitano aumentou de 1,2 milhão para 2,3 milhões pessoas, enquanto a da área periférica cresceu mais de 5 vezes, saltando de pouco menos de 500 mil pessoas para 2,5 milhões (GRÁFICO 2.1).

Como se poderá notar no Gráfico 2.2, desde a década de 1970, há uma tendência de redução no ritmo de crescimento demográfico da região metropolitana, visto que a taxa média anual de crescimento alcançou 4,4% entre 1970 e 1980, e, atualmente, entre os anos de 2000 e 2010, reduziu-se para apenas 1,1%. Essa tendência de arrefecimento do crescimento populacional metropolitano é observada tanto no núcleo quanto na periferia, mas essas subáreas metropolitanas apresentam níveis distintos na trajetória de redução do ritmo de crescimento, já que a periferia metropolitana mantém uma taxa de crescimento demográfica superior à registrada

pelo núcleo desde a década de 1970.

Gráfico 2.2 – Taxa média anual de crescimento populacional da região metropolitana de Belo Horizonte, segundo a subdivisão núcleo e periferia – anos censitários entre 1970 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010 - IBGE/SIDRA (dados básicos da Tabela 200).

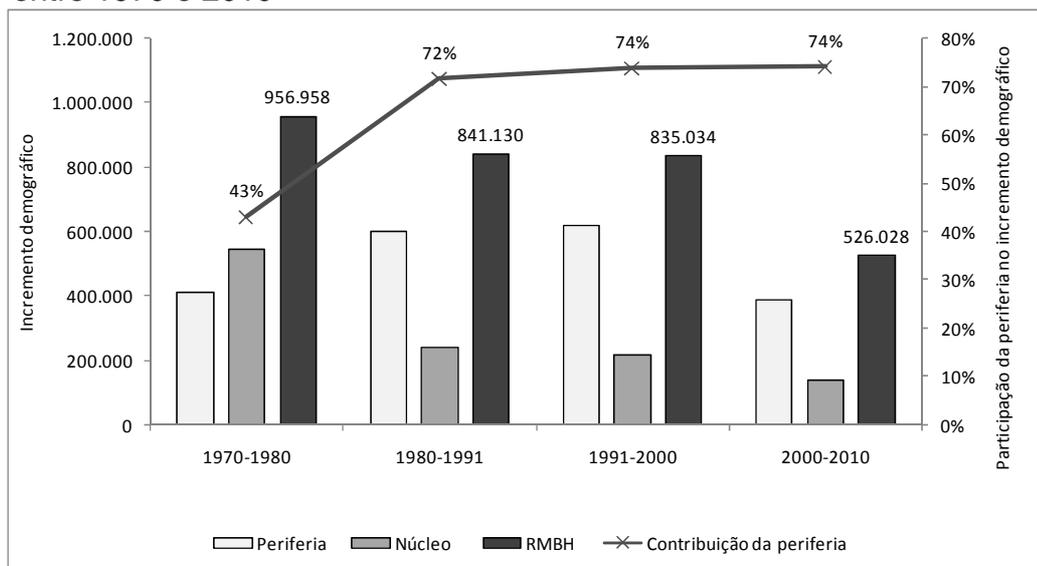
Notas: (a) Os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte são padronizados, correspondendo à composição oficial do ano de 2010, e não inclui o Colar Metropolitano; (b) A periferia corresponde a todos os municípios da região metropolitana, com exceção de Belo Horizonte.

Entre os anos de 1970 e 1980, o núcleo metropolitano cresceu a uma taxa média anual de 3,7%, enquanto a da periferia alcançou 6,1%. Contudo, o ritmo de crescimento do núcleo reduziu-se significativamente, visto que sua taxa de crescimento manteve-se ao redor de 1,1% nos períodos 1980-1991 e 1991-2000. A periferia metropolitana também sofreu uma redução em seu ritmo de crescimento populacional, mas manteve taxas muito superiores às do núcleo metropolitano, crescendo 4,7% no período 1980-1991 e 3,9% no período 1991-2000. Na última década, as taxas anuais de crescimento do núcleo e da periferia metropolitana alcançam seus níveis mais baixos, muito inferiores àqueles da década de 1970. A taxa média anual de crescimento do núcleo foi de apenas 0,6% e a da periferia de 1,7% entre os anos de 2000 e 2010 (GRÁFICO 2.2).

As diferenças no ritmo de crescimento demográfico entre o núcleo e a periferia refletem-se na contribuição desses espaços para o incremento demográfico

metropolitano. Considerando esse indicador demográfico, as diferenças no ritmo de crescimento populacional podem ser analisadas em confronto com intensidade em que ocorreu a redistribuição da população. No período 1970-1980, em que a periferia apresenta uma taxa de crescimento bem superior à do núcleo, a periferia contribuiu com 43% do incremento demográfico da área metropolitana, visto que o elevado crescimento ocorreu a partir de uma população ainda relativamente pequena, muito inferior à do núcleo metropolitano. Por outro lado, a partir da década de 1980, o incremento demográfico metropolitano passa a ser comandado pela periferia, já que, desde então, pouco mais de 70% de seu volume decenal concentrou-se na área periférica (GRÁFICO 2.3).

Gráfico 2.3 – Incremento demográfico da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a subdivisão núcleo e periferia – anos censitários entre 1970 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010 - IBGE/SIDRA (dados básicos da Tabela 200).

Notas: (a) Os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte são padronizados, correspondendo à composição oficial do ano de 2010, e não inclui o Colar Metropolitano; (b) A periferia corresponde a todos os municípios da região metropolitana, com exceção de Belo Horizonte, que é o núcleo metropolitano.

É interessante notar que o incremento demográfico metropolitano segue uma trajetória de declínio a partir da década de 1970, quando o incremento populacional foi próximo de 1 milhão de pessoas. Entre os períodos 1980-1991 e 1991-2000, o incremento demográfico apresentou um ligeiro declínio, mas ainda se manteve acima de 800 mil pessoas acrescidas à população metropolitana. O menor

incremento demográfico é observado no período mais recente, entre 2000 e 2010, quando a população acrescida à Região Metropolitana de Belo Horizonte foi de 526,0 mil pessoas (GRÁFICO 2.3).

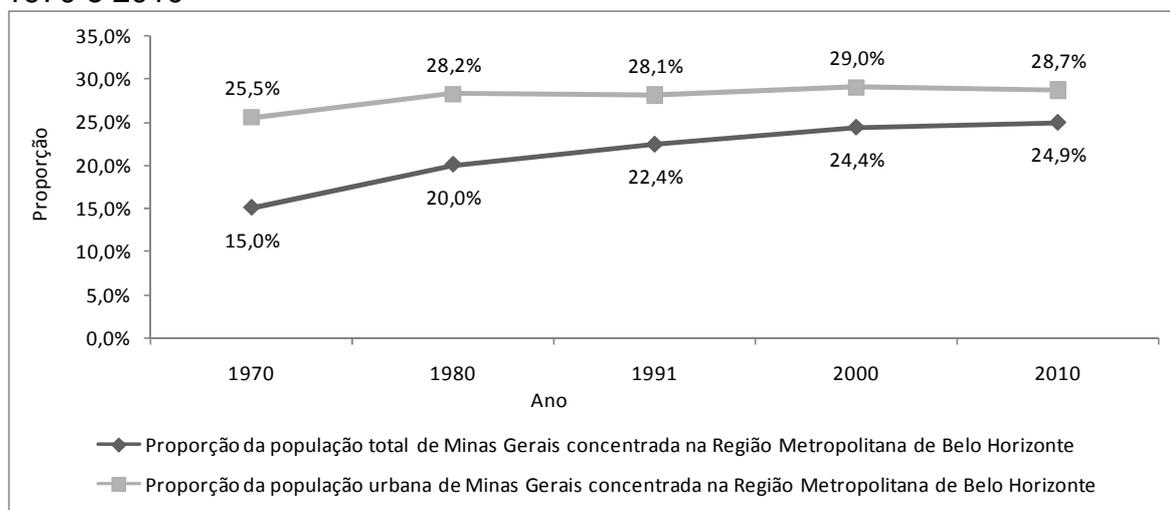
Apesar da trajetória de redução do incremento demográfico decenal ser observada no núcleo e na periferia, o espaço periférico ofereceu maiores contribuições para o volume do incremento metropolitano. E as migrações contribuem para essas diferenças, pois o conjunto dos municípios periféricos apresentou os maiores ganhos líquidos de população na área metropolitana, com saldos migratórios positivos tanto nas trocas de população com o núcleo metropolitano quanto nas trocas populacionais da área metropolitana com o resto do país (PINHO; BRITO, 2013; PINHO; BRITO; ROCHA, 2015).

Ao longo das décadas, a importância da Região Metropolitana de Belo Horizonte nas transformações econômicas de Minas Gerais reflete-se em sua capacidade de concentrar a população estadual. No Gráfico 2.4, pode ser observada a evolução da proporção da população do estado que foi sendo concentrada no espaço metropolitano.⁷ Em 1970, a área metropolitana de Belo Horizonte concentrava 26% da população urbana e 15% da população total do estado. Nas décadas seguintes, a metropolização da população aumentou de forma contínua, com aproximadamente 25% da população de Minas passando a se concentrar na região metropolitana no ano de 2010.

No caso da população residente nas áreas urbanas, verifica-se que, a partir da década de 1980, é mantida certa estabilidade da participação da região metropolitana na concentração da população urbana de Minas Gerais: a proporção ficou em torno de 28% (GRÁFICO 2.4). Certamente que essa estabilidade observada no nível de concentração da população urbana de Minas Gerais na Região Metropolitana de Belo Horizonte deve-se ao avanço da urbanização da população no interior do estado.

⁷ Minas Gerais é a segunda mais populosa unidade da federação, ficando atrás apenas de São Paulo. Conforme os dados dos Censos Demográficos (IBGE-SIDRA, dados básicos da Tabela 200), entre os anos de 1970 e 2010, o estado passou de uma população de 11,4 milhões para 19,5 milhões de pessoas, enquanto a população residente nas áreas urbanas aumentou de 6,0 milhões para 16,7 milhões de pessoas nesse mesmo período. O grau de urbanização de Minas Gerais passou de 53%, em 1970, para 85% em 2010.

Gráfico 2.4 – Evolução da concentração espacial da população urbana e total de Minas Gerais na Região Metropolitana de Belo Horizonte - anos censitários entre 1970 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos dados dos Censos Demográficos dos anos de 1970 a 2010 – IBGE/SIDRA (dados básicos da Tabela 200).

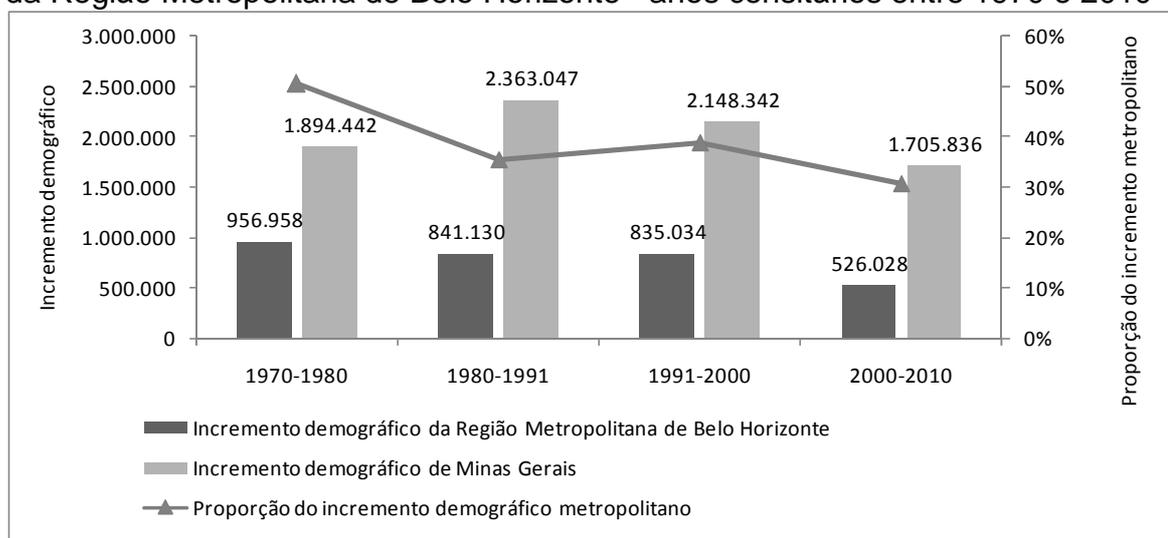
Nota: Os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte são padronizados pela composição oficial do ano de 2010, e não inclui o Colar Metropolitano.

A evolução da participação da Região Metropolitana de Belo Horizonte na concentração espacial da população de Minas Gerais pode ser compreendida a partir da participação metropolitana no incremento demográfico do estado, consoante os dados do Gráfico 2.5, apresentado a seguir. No período 1970-1980, somente a região metropolitana foi responsável por 50% do incremento demográfico do conjunto dos municípios de Minas Gerais. Deve-se notar, portanto, que, nesse período, as migrações dos mineiros para outras unidades da federação foram contrabalançadas pela ascensão econômica da região metropolitana, que se consolidava a partir da aceleração do processo de industrialização e do crescimento de seu mercado de trabalho (BRITO, 1996; RIGOTTI; RODRIGUES, 1994; RIGOTTI, 1999; BRITO; HORTA, 2002).

A redução da participação da Região Metropolitana de Belo Horizonte no incremento demográfico de Minas Gerais após a década de 1970, em relação ao ocorrido no período 1970-1980, ainda que um ligeiro crescimento seja observado no período 1991-2000 em comparação com 1980-1991, deve-se à diminuição das perdas populacionais de Minas Gerais para outros estados. Assim, a redução da importância da Região Metropolitana de Belo Horizonte na concentração do incremento demográfico do estado revela também o aumento da capacidade de

retenção populacional no interior de Minas, dada a quase estabilidade do volume do incremento demográfico metropolitano nas últimas décadas do século XX (BRITO; HORTA, 2002; GRÁFICO 2.5.).⁸

Gráfico 2.5 – Evolução do incremento demográfico do estado de Minas Gerais e da Região Metropolitana de Belo Horizonte - anos censitários entre 1970 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos dados dos Censos Demográficos dos anos de 1970 a 2010 – IBGE/SIDRA (dados básicos da Tabela 200).

Nota: Os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte são padronizados pela composição oficial do ano de 2010, e não inclui o Colar Metropolitano.

O declínio do incremento demográfico da Região Metropolitana de Belo Horizonte, assim como ocorre com o estado, é devido ao avanço do processo de transição demográfica, mas também, consoante Brito (2006), Brito e Pinho (2012; 2015) e Pinho, Brito e Rocha (2015), porque os saldos migratórios metropolitanos não seguiram uma trajetória de contínuo crescimento. Contudo, deve-se destacar que, entre 1970 e 2010, a Região Metropolitana de Belo Horizonte aumentou, ainda que em frações cada vez menores, sua participação na concentração da população de Minas Gerais (GRÁFICO 2.4), o que significa que a região metropolitana manteve um ritmo de crescimento mais acelerado que o do interior do estado.

⁸ É interessante notar que houve uma recuperação do volume do incremento demográfico de Minas Gerais, após a década de 1970, em meio a um processo de transição da fecundidade (de níveis mais altos para níveis mais baixos), e essa recuperação deve ser compreendida a partir das mudanças nos padrões migratórios do estado. Como analisam Brito e Horta (2002), Queiroz, Golgher e Amaral (2010) e Brito, Rigotti e Campos (2012), Minas Gerais foi uma região de expulsão de população durante boa parte do século XX, fornecendo mão de obra principalmente para as áreas onde o processo de industrialização desenvolvia-se de forma mais acelerada e aquelas de expansão da fronteira agrícola; contudo, após a década de 1980, há uma redução de suas perdas populacionais associadas à dinâmica migratória.

2.3 A periferização da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o contexto da reprodução espacial das desigualdades sociais

O processo de formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi marcado pelas desigualdades socioespaciais. A dinâmica do crescimento urbano da periferia levou a uma organização do espaço metropolitano articulada às contradições sociais, pois se associou a um processo que deslocou, para fora do núcleo metropolitano, principalmente as camadas de menor poder aquisitivo. Os mecanismos que conduziram a conformação da estrutura socioespacial metropolitana levaram a uma acentuada concentração, na área periférica, da população em condições socioeconômicas relativamente desfavoráveis no contexto metropolitano.

Na formação das grandes regiões metropolitanas brasileiras, devido aos custos de acesso à moradia nas áreas centrais, as camadas sociais de menor poder aquisitivo foram empurradas para as áreas periféricas, onde, em geral, prevaleciam os níveis mais altos de carência no acesso à infraestrutura e serviços urbanos básicos (RIBEIRO; LAGO, 1994; MARQUES; BITAR, 2002; ROCHA, 1994). Portanto, as contradições sociais assumiam também uma dimensão espacial, à medida que o núcleo metropolitano tornava-se o principal lugar para a moradia dos segmentos de melhor situação socioeconômica e as áreas periféricas eram reservadas às camadas de baixa renda, onde as próprias deficiências da urbanização tornavam o preço da terra acessível a essa população.

Até a década de 1980, na expansão urbana da área metropolitana de Belo Horizonte, a combinação entre as desigualdades sociais e espaciais avançou diante das limitações do poder público em coordenar as condições de acesso à habitação e da forma de atuação do capital imobiliário, que passou a oferecer lugares para a moradia voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, levando ao adensamento de áreas urbanas precárias (MOURA, 1994; PLAMBEL, 1987; COSTA, 2001). Esse período era de rápido crescimento populacional, sobretudo na área periférica, e articulou-se ao ciclo das migrações internas (BRITO, 1996, 2006; RIGOTTI; RODRIGUES, 1994; PINHO; BRITO, 2013).

Na segunda metade do século XX, havia, portanto, um conjunto de fatores que estabeleceram as condições para que a expansão urbana metropolitana se associasse a uma tendência de periferização da população de menor poder aquisitivo, combinando-se a um processo de ocupação de áreas urbanas precárias. Com o célere crescimento populacional metropolitano, as desigualdades sociais eram projetadas no espaço, diante das limitações do setor público para planejar e conduzir o processo de expansão da periferia metropolitana, e da liberdade de atuação do setor privado para ofertar áreas precárias para serem ocupadas por moradias (MOURA, 1994; BRITO, 1996).

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, consoante PLAMBEL (1987) e Moura (1994), o crescimento da periferia metropolitana, por meio de uma urbanização precária, já em curso em anos anteriores, acelerou-se na década de 1970 com o aumento da produção de espaços para moradias nos municípios periféricos, o “loteamento popular”, o qual era um produto destinado às camadas de menor poder aquisitivo. No período, o loteamento popular foi importante como uma forma de acesso à propriedade e, portanto, a um lugar para a construção da moradia para a população de baixa renda, visto que as políticas de habitação para esses segmentos econômicos eram insuficientes para atender à demanda (MOURA; 1994; PLAMBEL, 1987).

Moura (1994), analisando as transformações da área metropolitana de Belo Horizonte, considera que a expansão da oferta de loteamentos populares era uma “forma peculiar de estruturação do espaço metropolitano” (MOURA, 1994: p. 61). A autora observa que, até a década de 1980, a aceleração do crescimento da periferia metropolitana foi comandada principalmente pela atuação do capital imobiliário, através da expansão da oferta dos loteamentos populares, o qual definiu a localização e as condições de moradia, na área metropolitana, para uma parcela da população de menor poder aquisitivo.⁹

⁹ A oferta de loteamentos populares na periferia metropolitana não foi particular ao caso de Belo Horizonte, pois, consoante as análises de Ribeiro e Lago (1994), esse produto imobiliário, até a década de 1970, também se expandiu nas áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo esta uma das características do processo de crescimento urbano das grandes áreas metropolitanas brasileiras.

A expansão dos loteamentos populares refletia o crescimento de uma das formas de acesso a um lugar para se morar na área metropolitana, particularmente para a população de mais baixa renda, e isso significava que esses espaços tinham que ser de baixo custo, caso contrário não seriam acessíveis a essa população. E, nesse caso, o baixo custo dos loteamentos populares era garantido por esse tipo de produto oferecer apenas o terreno, o qual, além de ser de tamanho reduzido, localizava-se, em geral, em áreas menos valorizadas, que envolviam deficiências de acesso à infraestrutura e serviços urbanos essenciais (PLAMBEL, 1987; MOURA, 1994).

Moura (1994) e PLAMBEL (1987) apontam que a expansão da oferta de loteamentos populares arrefeceu-se na década de 1980. Nesse período, um conjunto de mudanças contribuiu para isso, como a adoção de legislação nos municípios metropolitanos restringindo a aceitação de formas de ocupação urbana sem requisitos de infraestrutura, o aumento do preço da terra e também a crise econômica (MOURA, 1994; PLAMBEL, 1987). Assim, após a década de 1980, a expansão da oferta de loteamentos populares, sob condições precárias, deixa de ser um dos mecanismos fundamentais de acesso a um lugar de moradia na área metropolitana (MOURA, 1994; COSTA; MENDONÇA, 2010).¹⁰

Tendo em vista as características do processo de expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte, pode-se compreender como o crescimento populacional da área periférica ocorreu de forma articulada às desigualdades sociais. Por outro lado, apesar das carências urbanas existentes no curso da expansão da periferia, foram

¹⁰ Para além da histórica ocupação da periferia metropolitana em condições urbanas precárias, deve-se mencionar a existência das favelas como espaços de concentração da população de menor poder aquisitivo. Contudo, mesmo as favelas passam por transformações. Esses espaços, cujas migrações rurais em direção às áreas urbanas foram vistas como parte de sua gênese, como apontam PLAMBEL (1987) e MOURA (1994), passaram, após a década de 1980, a ser, em alguns casos, alvo dos investimentos públicos, mas, em outros, removidas. Esse tipo de ocupação do espaço urbano não deixou de existir, e também é encontrado nos municípios da periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Conforme os dados disponibilizados por IBGE-SIDRA (dados básicos da Tabela 1425), o Censo Demográfico de 2010 revela que a população residente em aglomerados subnormais alcança 488,6 mil pessoas, sendo 307,0 mil residentes em Belo Horizonte e 181,6 mil residentes na periferia metropolitana, distribuídos pelos municípios de Betim, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano. O IBGE considera como aglomerado subnormal o “conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa” (IBGE-SIDRA, informações da Nota de Rodapé da Tabela 1425).

esses espaços que permitiram a uma parcela da população ter acesso a um lugar de moradia, principalmente aquela em condições econômicas mais limitadas para enfrentar os custos da habitação no município de Belo Horizonte (MOURA, 1994; BRITO, 1996; BRITO; SOUZA, 1998; 2005; SOUZA, 2008; RIGOTTI; RODRIGUES, 1994).

Ao longo de décadas, as transferências de população do núcleo para a periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte envolveram, sobretudo, as famílias de menor capacidade econômica. Contudo, isso não significa que os lugares para a moradia, para essas camadas sociais, foram apenas aqueles em condições urbanas precárias; além disso, a dinâmica da mobilidade residencial em direção à periferia também incluiu outros segmentos, mesmo os de alta renda, em menor volume e direcionados para áreas privilegiadas para a moradia (BRITO, 1996; 2007; BRITO; SOUZA, 1998; 2005; MATOS; LIMA; BRAGA, 2003).

É importante notar, consoante as análises de Moura (1994), Costa (2001) e Costa e Mendonça (2010), que a dinâmica da expansão imobiliária metropolitana conformou subáreas desigualmente valorizadas, e o adensamento do espaço periférico não deixa de ser influenciado pelas condições iniciais que marcaram sua ocupação. Nesse sentido, o processo de crescimento da periferia metropolitana, sobretudo até a década de 1980, estabeleceu as condições para uma continuada ocupação socialmente desigual do espaço metropolitano, não necessariamente combinada a situações precárias de urbanização.

Considerando as características da reprodução espacial das desigualdades sociais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a estrutura socioespacial metropolitana pode ser compreendida e analisada com base em duas perspectivas, que destacam formas distintas de segmentação dos municípios metropolitanos em macrounidades espaciais. A primeira refere-se à segmentação dual do espaço metropolitano e, a segunda, a uma segmentação setorial. Brito e Souza (2005) definem uma estrutura socioespacial metropolitana de segmentação setorial, considerando as transformações do espaço metropolitano a partir dos vetores de sua expansão urbana. Por outro lado, Mendonça (2008) destaca a persistência de uma estrutura socioespacial metropolitana marcada por um padrão em que se contrapõem o centro

e a periferia.

Para Mendonça (2008), o modelo centro-periferia ainda representa o padrão da organização socioespacial da área metropolitana de Belo Horizonte.¹¹ Apesar dos ganhos sociais ocorridos nas últimas décadas, segundo a autora, consolidou-se, na região metropolitana, uma estrutura dicotômica na distribuição espacial dos grupos sociais, que se combina também com um acesso diferenciado aos recursos urbanos. Mendonça (2008) aponta que o padrão centro-periferia é marcado pela ocupação dispersa da área metropolitana, com a concentração das camadas de melhores condições socioeconômicas nas áreas centrais, enquanto as áreas periféricas são ocupadas, em geral, pelos segmentos de posição mais desprivilegiada no mundo do trabalho.

Segundo Mendonça (2008), algumas das mudanças urbanas que têm sido observadas em regiões metropolitanas como a de São Paulo – particularmente aquelas associadas à distribuição espacial dos grupos sociais, envolvendo maior fragmentação social do espaço e proximidade de grupos em posições socioeconômicas distintas, além de uma melhor disponibilidade da infraestrutura urbana – ainda não qualificariam o curso das transformações do padrão de desigualdades socioespaciais da área metropolitana de Belo Horizonte, isso ao menos até o final do século XX. Para a autora, o deslocamento residencial das camadas de maior poder aquisitivo ocorreu nas proximidades de Belo Horizonte; portanto, sem modificar a estrutura socioespacial metropolitana, sendo mantidas as distâncias físicas entre os grupos sociais distintos.

As análises de Mendonça (2008), que ressaltam as contradições socioespaciais da contraposição entre o núcleo e a periferia, demonstram que algumas dimensões, referentes às condições de vida da população, podem ser retratadas a partir dessa forma clássica de organização do espaço metropolitano. Deve-se notar que a autora considera a posição dos indivíduos no mundo do trabalho e analisa a distribuição

¹¹ Segundo Marques e Bitar (2002), a noção de um padrão centro-periferia foi difundida no Brasil nos anos setenta e oitenta, sendo empregada para explicar a produção das periferias metropolitanas, cuja expansão era marcada pela concentração residencial das camadas de menor poder aquisitivo. Nessa perspectiva, a estrutura socioespacial associa desigualdades sociais e espaciais, considerando que a expansão das áreas metropolitanas ocorre a partir da combinação entre as piores condições socioeconômicas da população e as maiores distâncias do centro metropolitano.

espacial dos mesmos. Assim, as desigualdades socioespaciais não necessariamente equivalem à reprodução das condições de vida mais críticas na população. Nesse sentido, pode-se dizer que, em termos de descrição da distribuição da população metropolitana, certos aspectos do status social da população podem apresentar uma distribuição que se revela em um desenho macroespacial opondo o centro e a periferia.

É importante notar que, ao se analisar a estrutura da distribuição espacial da população em áreas metropolitanas, com base no status social, a permanência das contradições entre o centro e a periferia não necessariamente indica que certos aspectos que afetam as condições de vida da população não tenham se transformado ao longo do tempo, como a ampliação do acesso à infraestrutura ou a cobertura dos serviços urbanos essenciais, em especial nas periferias metropolitanas. Os resultados apontados por Mendonça (2008), para a região metropolitana de Belo Horizonte, indicam que as desigualdades sociais, em termos espaciais, ainda refletem certas características da estrutura urbana produzida em décadas anteriores. As atuais desigualdades que envolvem a organização social do espaço metropolitano, reveladas a partir de certos atributos da população, demonstram como as contradições podem persistir ao longo do tempo, porém devem ser compreendidas no contexto das transformações demográficas, urbanas e econômicas da área metropolitana.

Para além de uma segmentação dual do espaço metropolitano, Brito e Souza (2005) analisam a conformação da estrutura espacial, associada ao curso da expansão da área metropolitana de Belo Horizonte, a partir de vetores de expansão urbana metropolitanos. Esses vetores, formados a partir dos principais eixos viários de Belo Horizonte, apresentam algumas especificidades, no que se refere à expansão das atividades econômicas, ao tamanho e ritmo do crescimento demográfico, aos aspectos socioeconômicos que marcam a composição da população residente nessas áreas, e mesmo à mobilidade espacial da população, envolvendo as migrações e a mobilidade pendular (BRITO; SOUZA, 2005; PINHO, 2012; PINHO; BRITO, 2013; 2015).

Conforme Brito e Souza (2005), a área metropolitana de Belo Horizonte pode ser compreendida a partir de seis vetores de expansão: o vetor Oeste, marcado pela expansão industrial e concentração da população de média e baixa renda; o vetor Norte-Central, área nas imediações da capital e que se expandiu com maior concentração da baixa renda; o vetor Norte, uma porção mais distante do núcleo metropolitano, de menor densidade demográfica e com alguma atração sobre camadas de renda média e alta; o vetor Leste, área de menor extensão e concentração demográfica de baixa renda; o vetor Sudoeste, área de baixa renda influenciada por Belo Horizonte e pelo vetor Oeste; e o vetor Sul, área que atrai a população de alta renda.¹²

Considerando as análises de Mendonça (2008) e Brito e Souza (2005) sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte, diferentes perspectivas macroespaciais podem ser empregadas para retratar o espaço metropolitano. Elas não são necessariamente contraditórias, mas, por definição, permitem compreender a organização social do espaço metropolitano de forma distinta, em particular a área periférica. Como as características gerais da formação e crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte já foram discutidas, serão analisados, na próxima seção, os municípios metropolitanos, considerando sua distribuição em vetores de expansão urbana. A ênfase é nas características da evolução demográfica dos vetores e seus municípios, no contexto de crescimento e distribuição espacial da população e atividades econômicas na área metropolitana.

¹² Villaça (2001b) também apresenta uma proposta de segmentação espacial da área metropolitana de Belo Horizonte em uma perspectiva setorial. Segundo o autor, a estrutura socioespacial metropolitana pode ser compreendida a partir dos eixos de expansão urbana, que, em geral, assumem características distintas, visto que as direções do crescimento físico das metrópoles, que comumente seguem as vias de transporte existentes, se diferem, em geral, pela concentração e composição dos segmentos socioeconômicos da população, pela infraestrutura urbana disponível, existência de amenidades e acessibilidade ao centro metropolitano. Para Villaça (2001b), a expansão metropolitana de Belo Horizonte, que se consolidou até o final do século XX, pode ser entendida a partir de quatro áreas, a Grande Região Norte, área popular com baixa concentração industrial, a Grande Região dos Subúrbios Industriais, setor que se estende pela área oeste da capital, a Grande Região de Concentração das Camadas de Alta Renda, que se estende pela região centro-sul da capital, e uma quarta região de dinamismo secundário, que se estende a leste de Belo Horizonte. Considerando a perspectiva de Villaça (2001b), deve-se notar que a segmentação espacial proposta pelo autor não apresenta contradições em relação àquela de Brito e Souza (2005). Assim, optou-se por destacar a estrutura espacial metropolitana conforme definida por esses últimos autores, considerando sua aceitação em estudos demográficos recentes.

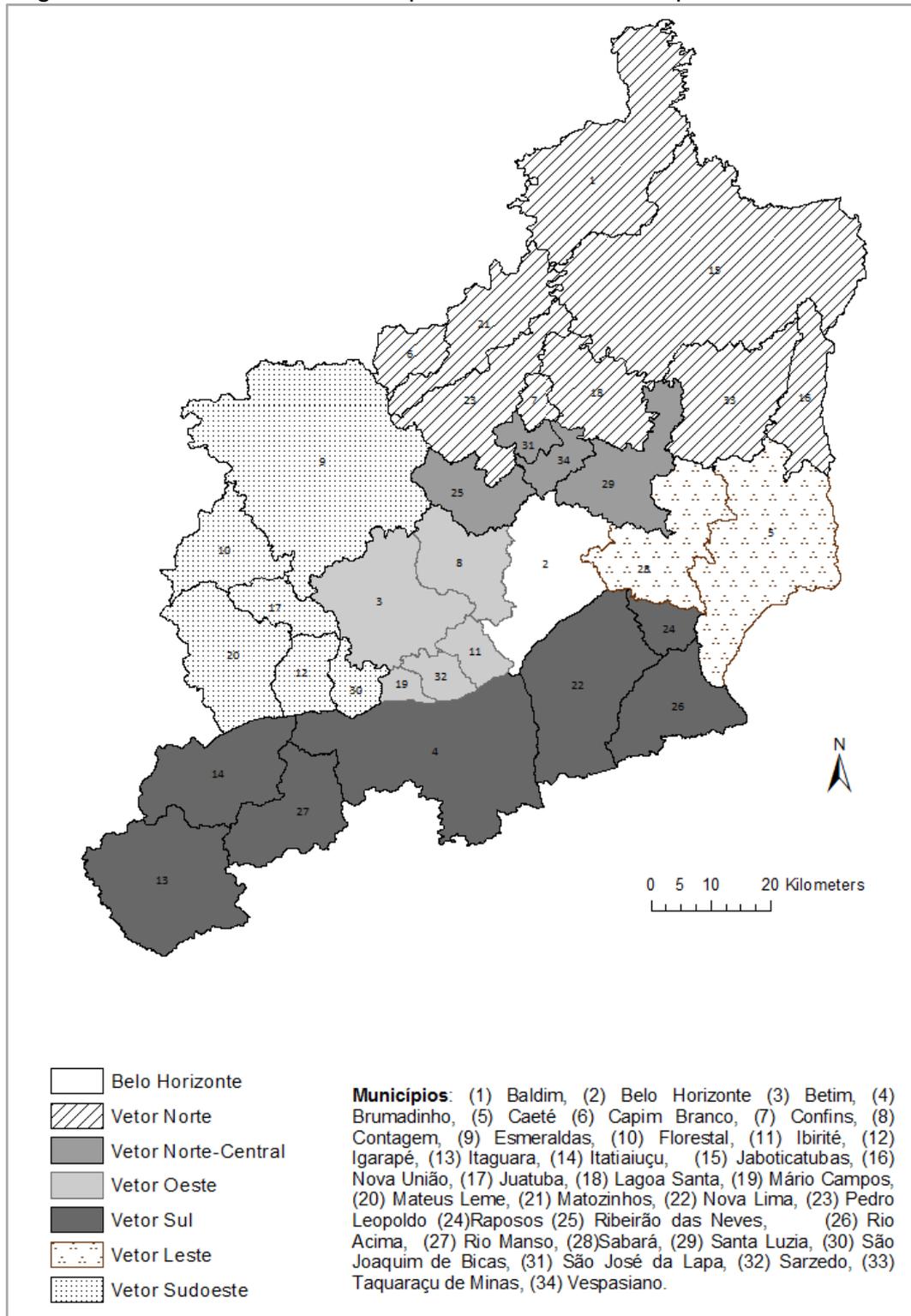
2.3.1 As transformações dos municípios metropolitanos: uma análise a partir dos vetores de expansão urbana

Como já mencionado, os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte podem ser segmentados em sete macrounidades espaciais, o núcleo metropolitano e seis vetores de expansão urbana metropolitanos: Norte, Sul, Leste, Oeste, Norte-Central e Sudoeste. Essa segmentação espacial pode ser observada na Figura 2.2, apresentada a seguir.

O núcleo metropolitano é o município de Belo Horizonte. É a subárea de maior concentração da população e das oportunidades de emprego dentro da região metropolitana (TABELAS 2.1, 2.2, 2.3). Desde o final do século XX, além de sofrer uma contínua perda líquida de população para os municípios da periferia, o núcleo metropolitano registra saldos migratórios de menor volume com o resto do país, o que contribuiu para o arrefecimento de seu crescimento populacional (PINHO; BRITO, ROCHA, 2015; PINHO; BRITO, 2013). A emigração do núcleo para a periferia se relaciona com a distribuição espacial das alternativas de moradia, envolvendo, sobretudo, a população de menor poder aquisitivo (BRITO, 1996; BRITO; SOUZA, 1998; 2005). Como a mobilidade residencial em direção ao espaço periférico não depende necessariamente da oferta de empregos no lugar de destino, essa redistribuição populacional se reflete, também, na mobilidade pendular de trabalhadores, visto que boa parte dos residentes da periferia desloca-se cotidianamente para trabalhar no núcleo metropolitano (BRITO; SOUZA, 2005; PINHO, 2012; PINHO; BRITO, 2015; TABELA 2.3).

O vetor Oeste engloba os municípios de Contagem, Betim, Ibirité, Mário Campos e Sarzedo (FIGURA 2.2). A formação desse vetor está associada a uma importante redistribuição residencial da população metropolitana, bem como à expansão das atividades industriais, já que essa área foi beneficiada pelas políticas estaduais de estímulo à industrialização. Os investimentos industriais nesse vetor ocorrem desde a década de 1940, mas ganharam maior impulso a partir dos anos 1970, com o direcionamento de indústrias de grande porte para os municípios de Contagem e Betim (BRITO, 1984; BRITO, 1996; BRITO; SOUZA, 2005).

Figura 2.2 – Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo Núcleo e Vetores de Expansão Urbana Metropolitanos



Fonte: Elaborado a partir da malha digital municipal 2010 – IBGE.

Nota: Segmentação adotada conforme Brito e Souza (2005): Vetor Norte - Baldim, Capim Branco, Confins, Jaboticatubas, Nova União, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo e Taquaraçu de Minas; Vetor Norte Central - Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano; Vetor Leste - Caeté e Sabará; Vetor Oeste - Ibirité, Mário Campos, Sarzedo, Betim e Contagem; Vetor Sul - Brumadinho, Itaguara, Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Rio Manso e Itatiaiuçu; Vetor Sudoeste - Esmeraldas, Florestal, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas; Núcleo metropolitano - Belo Horizonte.

Tabela 2.1 - População dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo vetores de expansão urbana metropolitanos - anos censitários entre 1970 e 2010

Subáreas e municípios	População residente				
	1970	1980	1991	2000	2010
Vetor Oeste	168.558	404.630	713.197	1.005.736	1.179.491
... Betim	37.815	84.193	170.934	306.675	378.089
... Contagem	111.235	280.470	449.588	538.208	603.442
... Ibirité	19.508	39.967	92.675	133.044	158.954
... Mário Campos	-	-	-	10.535	13.192
... Sarzedo	-	-	-	17.274	25.814
Vetor Sul	86.691	95.743	115.514	137.413	166.979
... Brumadinho	17.874	18.018	19.308	26.614	33.973
... Itaguara	9.030	9.763	10.671	11.302	12.372
... Itatiaiuçu	5.330	5.426	7.366	8.517	9.928
... Nova Lima	33.992	41.217	52.400	64.387	80.998
... Raposos	10.133	11.801	14.242	14.289	15.342
... Rio Acima	5.118	5.073	7.066	7.658	9.090
... Rio Manso	5.214	4.445	4.461	4.646	5.276
Vetor Leste	70.315	94.840	122.991	151.651	167.019
... Caeté	25.166	30.630	33.251	36.299	40.750
... Sabará	45.149	64.210	89.740	115.352	126.269
Vetor Norte	77.057	97.294	130.715	165.414	194.428
... Baldim	9.362	7.567	8.383	8.155	7.913
... Capim Branco	4.147	4.930	6.344	7.900	8.881
... Confins	-	-	-	4.880	5.936
... Jaboticatubas	12.159	11.569	12.716	13.530	17.134
... Nova União	3.958	4.066	4.865	5.427	5.555
... Lagoa Santa	14.053	19.499	29.824	37.872	52.520
... Matozinhos	8.674	16.201	23.606	30.164	33.955
... Pedro Leopoldo	20.670	30.007	41.594	53.957	58.740
... Taquaraçu de Minas	4.034	3.455	3.383	3.529	3.794
Vetor Norte Central	47.437	152.188	336.546	523.171	623.585
... Ribeirão das Neves	9.707	67.249	143.853	246.846	296.317
... Santa Luzia	25.301	59.893	137.825	184.903	202.942
... São José da Lapa	-	-	-	15.000	19.799
... Vespasiano	12.429	25.046	54.868	76.422	104.527
Vetor Sudoeste	39.732	56.244	83.784	136.260	177.317
... Esmeraldas	15.698	16.215	24.298	47.090	60.271
... Florestal	4.430	4.809	5.053	5.647	6.600
... Igarapé	7.675	16.561	27.400	24.838	34.851
... Juatuba	-	-	-	16.389	22.202
... Mateus Leme	11.929	18.659	27.033	24.144	27.856
... São Joaquim de Bicas	-	-	-	18.152	25.537
PERIFERIA	489.790	900.939	1.502.747	2.119.645	2.508.819
NÚCLEO	1.235.030	1.780.839	2.020.161	2.238.526	2.375.151
TOTAL	1.724.820	2.681.778	3.522.908	4.358.171	4.883.970

Fonte: Elaborado a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010 - IBGE/SIDRA (dados básicos da Tabela 200).

Nota: Os municípios que não apresentam informações, para alguns anos censitários, são aqueles que se formaram por processo de emancipação de distrito. Deve-se notar que todos esses municípios eram distritos de municípios membros da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Assim, considerando os vetores, bem como o conjunto da área metropolitana, a emancipação desses distritos não afeta o tamanho da população total.

Tabela 2.2 – Taxa de crescimento e incremento demográfico dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo vetores de expansão urbana metropolitanos - anos censitários entre 1970 e 2010

Subáreas e municípios	Taxa de crescimento (TC) média anual e Incremento demográfico (ID) do período							
	1970-1980		1980-1991		1991-2000		2000-2010	
	TC	ID	TC	ID	TC	ID	TC	ID
Vetor Oeste	8,8%	236.072	5,2%	308.567	3,9%	292.539	1,6%	173.755
... Betim	8,0%	46.378	6,4%	86.741	6,6%	135.741	2,1%	71.414
... Contagem	9,2%	169.235	4,3%	169.118	2,0%	88.620	1,1%	65.234
... Ibirité	7,2%	20.459	7,6%	52.708	4,1%	40.369	1,8%	25.910
... Mário Campos	-	-	-	-	-	-	2,2%	2.657
... Sarzedo	-	-	-	-	-	-	4,0%	8.540
Vetor Sul	1,0%	9.052	1,7%	19.771	1,9%	21.899	1,9%	29.566
... Brumadinho	0,1%	144	0,6%	1.290	3,6%	7.306	2,4%	7.359
... Itaguara	0,8%	733	0,8%	908	0,6%	631	0,9%	1.070
... Itatiaiuçu	0,2%	96	2,8%	1.940	1,6%	1.151	1,5%	1.411
... Nova Lima	1,9%	7.225	2,2%	11.183	2,3%	11.987	2,3%	16.611
... Raposos	1,5%	1.668	1,7%	2.441	0,0%	47	0,7%	1.053
... Rio Acima	-0,1%	-45	3,0%	1.993	0,9%	592	1,7%	1.432
... Rio Manso	-1,6%	-769	0,0%	16	0,5%	185	1,3%	630
Vetor Leste	3,0%	24.525	2,4%	28.151	2,3%	28.660	1,0%	15.368
... Caeté	2,0%	5.464	0,7%	2.621	1,0%	3.048	1,2%	4.451
... Sabará	3,5%	19.061	3,0%	25.530	2,8%	25.612	0,9%	10.917
Vetor Norte	2,3%	20.237	2,7%	33.421	2,6%	34.699	1,6%	29.014
... Baldim	-2,1%	-1.795	0,9%	816	-0,3%	-228	-0,3%	-242
... Capim Branco	1,7%	783	2,3%	1.414	2,5%	1.556	1,2%	981
... Confins	-	-	-	-	-	-	2,0%	1.056
... Jaboatubas	-0,5%	-590	0,9%	1.147	0,7%	814	2,4%	3.604
... Nova União	0,3%	108	1,6%	799	1,2%	562	0,2%	128
... Lagoa Santa	3,3%	5.446	3,9%	10.325	2,7%	8.048	3,3%	14.648
... Matozinhos	6,2%	7.527	3,4%	7.405	2,7%	6.558	1,2%	3.791
... Pedro Leopoldo	3,7%	9.337	3,0%	11.587	2,9%	12.363	0,8%	4.783
... Taquaraçu de Minas	-1,5%	-579	-0,2%	-72	0,5%	146	0,7%	265
Vetor Norte Central	11,7%	104.751	7,2%	184.358	4,9%	186.625	1,8%	100.414
... Ribeirão das Neves	19,4%	57.542	6,9%	76.604	6,1%	102.993	1,8%	49.471
... Santa Luzia	8,6%	34.592	7,6%	77.932	3,3%	47.078	0,9%	18.039
... São José da Lapa	-	-	-	-	-	-	2,8%	4.799
... Vespasiano	7,0%	12.617	7,1%	29.822	3,7%	21.554	3,1%	28.105
Vetor Sudoeste	3,5%	16.512	3,6%	27.540	5,5%	52.476	2,6%	41.057
... Esmeraldas	0,3%	517	3,7%	8.083	7,4%	22.792	2,5%	13.181
... Florestal	0,8%	379	0,4%	244	1,2%	594	1,6%	953
... Igarapé	7,7%	8.886	4,6%	10.839	-1,1%	-2.562	3,4%	10.013
... Juatuba	-	-	-	-	-	-	3,0%	5.813
... Mateus Leme	4,5%	6.730	3,4%	8.374	-1,3%	-2.889	1,4%	3.712
... São Joaq. de Bicas	-	-	-	-	-	-	3,4%	7.385
PERIFERIA	6,1%	411.149	4,7%	601.808	3,9%	616.898	1,7%	389.174
NÚCLEO	3,7%	545.809	1,1%	239.322	1,2%	218.365	0,6%	136.625
TOTAL	4,4%	956.958	2,5%	841.130	2,4%	835.263	1,1%	525.799

Fonte: Elaborado a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010 - IBGE/SIDRA (dados básicos da Tabela 200).

Nota: Os municípios que não apresentam informações, para alguns anos censitários, são aqueles que se formaram por processo de emancipação de distrito. Deve-se notar que todos esses municípios eram distritos de municípios membros da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Assim, considerando os vetores, bem como o conjunto da área metropolitana, a emancipação desses distritos não afeta o tamanho da população total.

Tabela 2.3 – População residente e ocupada nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo vetores de expansão urbana - anos censitários de 2000 e 2010

Subáreas e municípios	Indivíduos ocupados residentes na região metropolitana ⁽¹⁾							
	Distribuição metropolitana				Composição local			
	Trabalhadores residentes no município ⁽²⁾		Trabalhadores ocupados no município ⁽³⁾		Residentes pendulares do município ⁽⁴⁾		Ocupados pendulares no município ⁽⁵⁾	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Vetor Oeste	21,1%	23,7%	17,9%	20,6%	31,9%	33,7%	19,7%	23,8%
... Betim	6,1%	7,5%	5,7%	7,2%	25,7%	26,5%	20,5%	23,5%
... Contagem	12,0%	12,5%	10,6%	11,7%	29,9%	30,8%	20,9%	25,5%
... Ibirité	2,4%	2,9%	1,2%	1,3%	55,8%	62,2%	8,9%	12,7%
... Mário Campos	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	33,5%	45,5%	4,5%	7,4%
... Sarzedo	0,3%	0,5%	0,2%	0,4%	40,3%	43,8%	11,2%	19,4%
Vetor Sul	3,0%	3,4%	2,7%	3,2%	19,1%	24,4%	9,8%	20,0%
... Brumadinho	0,6%	0,7%	0,6%	0,7%	12,5%	13,4%	6,7%	8,6%
... Itaguara	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	2,1%	2,6%	0,2%	1,2%
... Itatiaiuçu	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	4,1%	3,0%	1,9%	6,7%
... Nova Lima	1,4%	1,7%	1,3%	1,8%	23,3%	29,0%	15,9%	31,2%
... Raposos	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	45,8%	63,7%	2,6%	3,3%
... Rio Acima	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	21,3%	26,4%	7,1%	10,0%
... Rio Manso	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	4,8%	9,2%	3,3%	3,3%
Vetor Leste	3,1%	3,1%	1,9%	1,8%	41,2%	49,4%	5,2%	10,1%
... Caeté	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%	18,8%	23,2%	1,8%	4,1%
... Sabará	2,3%	2,4%	1,3%	1,2%	48,1%	57,0%	6,8%	12,9%
Vetor Norte	3,6%	3,8%	3,4%	3,6%	12,9%	18,2%	7,9%	14,1%
... Baldim	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	4,1%	4,5%	0,9%	0,8%
... Capim Branco	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	30,5%	41,9%	3,4%	12,1%
... Confins	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	26,4%	24,1%	34,6%	58,3%
... Jaboticatubas	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	5,1%	9,2%	2,3%	3,2%
... Nova União	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	11,6%	13,0%	0,0%	6,7%
... Lagoa Santa	0,8%	1,1%	0,8%	1,0%	14,3%	19,6%	9,8%	13,3%
... Matozinhos	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%	12,8%	16,0%	8,4%	13,7%
... Pedro Leopoldo	1,2%	1,1%	1,1%	1,0%	12,4%	19,5%	7,6%	11,6%
... Taquaraçu de Minas	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	4,7%	8,6%	2,2%	6,6%
Vetor Norte-Central	10,6%	11,9%	5,6%	6,1%	52,2%	54,4%	9,1%	11,6%
... Ribeirão das Neves	5,0%	5,7%	2,3%	2,5%	57,0%	59,1%	6,1%	9,1%
... Santa Luzia	3,8%	3,9%	2,1%	2,1%	49,5%	49,5%	7,3%	8,0%
... São José da Lapa	0,3%	0,4%	0,2%	0,3%	37,9%	45,4%	16,1%	19,3%
... Vespasiano	1,5%	2,0%	1,0%	1,2%	46,1%	52,2%	18,2%	21,7%
Vetor Sudoeste	2,8%	3,2%	2,4%	2,6%	19,4%	28,1%	7,4%	12,5%
... Esmeraldas	1,0%	1,1%	0,7%	0,7%	28,5%	42,4%	4,5%	7,4%
... Florestal	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	5,1%	12,7%	3,0%	5,1%
... Igarapé	0,5%	0,6%	0,5%	0,6%	16,1%	21,9%	7,5%	12,7%
... Juatuba	0,3%	0,4%	0,3%	0,4%	17,6%	23,1%	14,6%	17,5%
... Mateus Leme	0,5%	0,5%	0,5%	0,4%	10,4%	14,7%	4,1%	8,1%
... S. Joaquim de Bicas	0,3%	0,4%	0,3%	0,4%	19,9%	25,4%	13,1%	23,3%
PERIFERIA	44,2%	49,1%	33,9%	37,9%	34,2%	37,5%	14,3%	19,2%
... pessoas	755.706	1.171.120	580.525	905.072	258.271	439.570	83.085	173.516
NÚCLEO	55,8%	50,9%	66,1%	62,1%	3,3%	5,1%	18,3%	22,1%
... pessoas	954.872	1.215.155	1.130.057	1.481.207	31.984	61.620	207.170	327.674
TOTAL	100%	100%	100%	100%	17,0%	21,0%	17,0%	21,0%
... pessoas	1.710.578	2.386.275	1.710.582	2.386.279	290.255	501.190	290.255	501.190

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

Notas: (1) Residentes na RMBH com idade de 10 anos ou mais, ocupados na semana de referência. Em 2000, não foram incluídos 58,1 mil ocupados: indivíduos que trabalhavam fora da RMBH, com motivação do deslocamento não discernível (trabalho ou estudo) ou não informaram o município de trabalho. Em 2010, não foram incluídos 46,9 mil ocupados: indivíduos que trabalhavam fora da RMBH, em mais de um município ou que não informaram o município de trabalho; (2) Os trabalhadores pendulares são computados no município de residência; (3) Os trabalhadores pendulares são computados no município de trabalho; (4) Proporção da população de ocupados residentes trabalhando em outro município; (5) Proporção dos ocupados (em atividades econômicas) no município que não residem no mesmo.

O vetor Oeste, no ano de 1970, tinha o município de Contagem como o mais populoso da periferia metropolitana, e já superava o número de 100 mil habitantes. A partir dessa década, além das transformações econômicas do vetor, houve uma aceleração do crescimento demográfico em todos os seus municípios. Contudo, Betim e Contagem se destacam, visto que o crescimento das atividades econômicas locais não se limitou ao setor industrial, e a oferta residencial contribuiu para que houvesse um grande aumento de população, o que levou à formação de municípios populosos e com diversificação econômica, onde a expansão das oportunidades de empregos, além de atender a boa parte da população residente, também passou a atrair trabalhadores de outras partes da região metropolitana (PINHO, 2012; PINHO; BRITO, 2015; TABELA 2.3).

A população residente no vetor Oeste passou de 168,5 mil pessoas, em 1970, para 1,1 milhão de pessoas no ano de 2010, o que indica que esse vetor teve um incremento decenal médio de pouco mais de 250 mil pessoas entre essas décadas. Ao longo desse período, o município de Contagem passou de uma população de 111,2 mil para 603,4 mil pessoas, enquanto Betim passou de uma pequena população de 37,0 mil para 378,0 mil pessoas. No caso de Ibirité, a população residente no município passou de 19,5 mil, em 1970, para 158,9 mil pessoas no ano de 2010, mas esse município perdeu, na década de 1990, dois distritos, que se emanciparam e formaram os municípios de Mário Campos e Sarzedo, os quais registraram uma população de 13,1 mil e 25,8 mil pessoas, respectivamente, no ano de 2010 (TABELA 2.1).

Os municípios de Ibirité, Contagem e Betim foram áreas em que o mercado imobiliário expandiu a oferta de moradias para atender principalmente, ainda que não exclusivamente, os segmentos socioeconômicos de menor poder aquisitivo. Esses municípios constituíram-se em uma importante área de redistribuição residencial da população metropolitana, portanto, conformaram uma das principais áreas de destino dos fluxos migratórios intrametropolitanos, além de acolherem uma parcela dos fluxos de imigrantes vindos de outras partes do país, sobretudo do interior de Minas Gerais (BRITO; SOUZA, 2005; PINHO; BRITO, 2013; SOUZA, 2008).

No vetor Oeste, foram os municípios de Betim e Contagem que mais expandiram as oportunidades de emprego local, a partir das condições de crescimento econômico criadas pelo desenvolvimento industrial, ao contrário do município de Ibirité, e também de seus dois distritos emancipados na década de 1990. Como analisado por Camargos (2006), Pinho (2012) e Pinho e Brito (2015), os deslocamentos cotidianos de população também vão em direção ao vetor Oeste, particularmente devido aos municípios de Betim e Contagem, visto que, no caso de Ibirité, sua inserção na estrutura metropolitana foi marcada basicamente pela expansão da oferta imobiliária, mas com poucos avanços no que se refere à desconcentração das atividades econômicas, o que transformou esse município em uma populosa “área dormitório”, em que grande parte da população residente se torna pendular, deslocando-se para outros municípios metropolitanos para trabalhar, principalmente para o núcleo e os demais do vetor Oeste.

Assim como os municípios do vetor Oeste, o crescimento demográfico da periferia metropolitana tem uma importante orientação na direção do vetor Norte-Central, o qual engloba os municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano e São José da Lapa (FIGURA 2.2). Entre os anos de 1970 e 2010, o vetor passou de uma população de 47,4 mil pessoas para 623,5 mil, o que significa um incremento demográfico decenal médio de quase 150 mil pessoas nesse período. Entre os anos de 1970 e 1980, o vetor teve um incremento demográfico de 104,7 mil pessoas, passando para pouco mais de 180 mil pessoas nos períodos 1980-1991 e 1991-2000. Entre os anos de 2000 e 2010, o aumento populacional do vetor foi semelhante àquele observado na década de 1970, um volume próximo de 100 mil pessoas (TABELA 2.1; 2.2).

O crescimento da oferta de moradias no vetor Norte-Central contribuiu para acelerar o processo de desconcentração residencial da população metropolitana em favor da área periférica. O célere crescimento demográfico desse vetor, assim como o do Oeste, contou com a contribuição decisiva dos fluxos migratórios, principalmente dos fluxos com origem em Belo Horizonte (BRITO, 1996; SOUZA, 2008; PINHO; BRITO, 2013). A construção de conjuntos habitacionais e a oferta de loteamentos populares contribuíram para acelerar a ocupação dessa subárea da periferia metropolitana, e sua trajetória de expansão foi marcada tanto pelas deficiências de sua urbanização

quanto pela atração e concentração da população de menor poder aquisitivo (BRITO, 1996; BRITO; SOUZA, 1998; 2005; RIGOTTI; NASCIMENTO, 1994; SOUZA, 2008).

Apesar de municípios como Santa Luzia e Vespasiano se beneficiarem com a expansão industrial na periferia metropolitana, o crescimento do vetor Norte-Central, ao contrário do vetor Oeste, está associado principalmente ao funcionamento do mercado habitacional metropolitano, visto que o crescimento econômico dessa parte da periferia foi relativamente pequeno, em relação ao aumento da população residente, o que marca esse vetor como um conjunto de municípios com características de “área dormitório”, em que grande parte da população de trabalhadores residentes participa de deslocamentos pendulares, sobretudo em direção ao núcleo metropolitano, onde se concentram as maiores oportunidades de emprego (PINHO, 2012; PINHO; ROCHA; BRITO, 2014; PINHO; BRITO, 2015; SOUZA, 2008; TABELA, 2.3).

Os municípios do Vetor Norte-Central, no curso da periferização, tornaram-se populosos. Entre os anos de 1970 e 2010, o município de Santa Luzia passou de uma população de 25,3 mil pessoas para 202,9 mil, enquanto Ribeirão das Neves saltou de uma pequena população de 9,7 mil pessoas para 296,3 mil. Em Vespasiano, o processo de crescimento demográfico foi inferior aos municípios de Santa Luzia e Ribeirão das Neves, visto que sua população passa de 12,4 mil pessoas, em 1970, para 104,5 mil em 2010. Contudo, no caso desse município, deve-se considerar a emancipação de seu distrito São José da Lapa, que se constituiu em município na década de 1990 e contava, em 2010, com uma população de 19,7 mil pessoas, figurando, assim, como o município de menor população entre aqueles do vetor Norte-Central (TABELA 2.1).

Nessa primeira década do século XXI, as transformações dos municípios da parte norte da periferia metropolitana passam a ser influenciadas por novas perspectivas de crescimento econômico, associadas a projetos desenvolvidos pelo governo do estado nessa direção. Entre eles, destaca-se a construção da Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais em uma área de Belo Horizonte próxima aos limites dos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano, além de

investimentos na infraestrutura rodoviária e aeroportuária (MONTE-MÓR; RUIZ, 2010; COSTA; MENDONÇA, 2010).

Conforme apontado por Brito e Souza (2005), o norte da periferia metropolitana tem seus municípios distribuídos entre os vetores Norte-Central e Norte. Esse último apresenta uma trajetória de crescimento econômico e demográfico bem diferente dos municípios do vetor Norte-Central, sendo formado por um conjunto de municípios entre os quais, no ano de 2010, nenhum havia ultrapassado o limite de 60 mil habitantes. O vetor Norte, entre os anos de 1970 e 2010, passou de uma população de 77,0 mil pessoas para 194,4 mil (TABELA 2.1; 2.2).

A integração dos municípios do vetor Norte à dinâmica metropolitana também está associada ao crescimento industrial nessa parte da periferia. Nessa subárea periférica, destacam-se Matozinhos, Lagoa Santa e Pedro Leopoldo. Esses municípios abrigaram investimentos industriais de setores como siderurgia e minerais não-metálicos, realizados no período da expansão industrial da década de 1970 (DINIZ, 1981). Ademais, em termos econômicos, destaca-se, nessa parte da periferia, o funcionamento do aeroporto internacional, que se localiza no município de Confins (NUNES, 2008; MONTE-MÓR; RUIZ, 2010).

A ocupação do vetor Norte, no que se refere ao processo de desconcentração residencial da população metropolitana, não está associada à expansão da oferta de moradias como ocorreu nos municípios do vetor Norte-Central, o que contribuiu para manter seu crescimento populacional em níveis bem inferiores aos dos municípios mais próximos do núcleo metropolitano. O vetor Norte também se articula ao mercado imobiliário metropolitano, mas a mobilidade residencial em direção aos municípios do vetor é influenciada também por uma oferta de moradia que atende aos segmentos de média e alta renda (BRITO; SOUZA, 2005; NUNES, 2008; COSTA; MENDONÇA, 2010).

No vetor Norte, em termos de tamanho populacional, os municípios de Pedro Leopoldo e Lagoa Santa podem ser destacados, por terem mais de 50 mil habitantes no ano de 2010, além de Matozinhos, com mais de 30 mil nesse mesmo ano. Dos nove municípios que compõem esse vetor, cinco deles ainda apresentavam uma

população inferior a 10 mil pessoas no ano de 2010, Baldim, Capim Branco, Confins, Nova União e Taquaraçu de Minas, enquanto Jaboticatubas alcançava uma população de 17,1 mil pessoas (TABELA 2.1). No vetor, a mobilidade cotidiana de trabalhadores é marcada por deslocamentos em direção a Belo Horizonte e também entre os municípios da parte norte da área metropolitana. Os municípios situados mais ao extremo da região metropolitana – Baldim, Nova União, Taquaraçu de Minas e Jaboticatubas – estão entre aqueles que tendem a apresentar uma menor interação populacional com outros municípios (SOUZA, 2008; PINHO, 2012; TABELA 2.3).

No caso do vetor Leste, apenas dois municípios se articulam ao processo de expansão metropolitana: Sabará e Caeté (FIGURA 2.2). O crescimento demográfico desse vetor deve-se, particularmente, à articulação de Sabará com Belo Horizonte, com um papel relativamente secundário do município de Caeté na trajetória de concentração residencial da população na parte leste da periferia metropolitana. Entre os anos de 1970 e 2010, a população residente nos municípios do vetor passou de 70,3 mil pessoas para 167,0 mil, sendo que o município de Sabará, em 2010, contou uma população de 126,2 mil pessoas, enquanto a de Caeté alcançou 40,7 mil (TABELA 2.1).

A articulação dos municípios do vetor Leste com Belo Horizonte estreitou-se a partir da década de 1970, devido à dinâmica do mercado imobiliário, pois a oferta de áreas para moradias também se ampliou nessa parte da periferia, atendendo, principalmente, os segmentos de menor poder aquisitivo (BRITO, 1996; BRITO; SOUZA, 1998; 2005). Assim como no caso dos municípios do vetor Norte-Central, o crescimento demográfico do vetor Leste levou a um aprofundamento da interação de seus municípios, principalmente Sabará, com o núcleo metropolitano, já que a desconcentração residencial da população nessa direção não foi acompanhada pelo crescimento das atividades econômicas, o que contribuiu para transformar esses municípios em uma “área dormitório”, ampliando-se o volume de pessoas que se deslocam cotidianamente para trabalhar em outros municípios metropolitanos, em especial no núcleo (PINHO, 2012; PINHO; BRITO, 2015; TABELA 2.3).

Deve-se destacar que a combinação entre o processo de periferização da população e a mobilidade pendular é parte das características e da dinâmica de conformação das áreas metropolitanas. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, como já analisado por Brito (1996), Brito e Souza (2005), Souza (2008), Pinho (2012) e Pinho e Brito (2015), a expansão da oferta imobiliária nos municípios periféricos estimulou o crescimento dos fluxos emigratórios de Belo Horizonte para esses espaços, acelerando o processo de periferização da população metropolitana. Nesse caso, combinou-se a migração intrametropolitana e a mobilidade pendular, visto que, na periferia, o rápido incremento demográfico não foi acompanhado, com a mesma intensidade, pelo crescimento das atividades econômicas locais. Assim, boa parte da população economicamente ativa residente na periferia, incluindo seus imigrantes, encontra alternativas de trabalho fora do município de residência, sobretudo no núcleo metropolitano, o qual se mantém como principal centro de empregos da área metropolitana.

O vetor Sudoeste é formado por municípios cujas interações populacionais envolvem o núcleo metropolitano e também os municípios do vetor Oeste (BRITO; SOUZA, 2005). Composto pelos municípios de Esmeraldas, Florestal, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas (FIGURA 2.2), o vetor contava com uma população de 39,7 mil pessoas, em 1970, alcançando uma população de 177,3 mil no ano de 2010, o que revela que o crescimento dessa subárea não teve uma intensidade, ao longo dessas décadas, como a dos municípios dos vetores Oeste ou Norte-Central. No vetor Sudoeste, destaca-se o município de Esmeraldas, cuja população era de 60,2 mil pessoas no ano de 2010. Os demais municípios do vetor contavam com uma população entre 25 mil e 35 mil pessoas, com exceção de Florestal, com 6,6 mil habitantes (TABELA 2.1; 2.2).

A conformação do vetor Sudoeste está associada principalmente à dinâmica do mercado imobiliário, cuja oferta para os segmentos de menor poder aquisitivo ampliou-se nessa parte da periferia, estimulando as migrações intrametropolitanas nessa direção. Portanto, a expansão do vetor foi influenciada pelas possibilidades dos deslocamentos cotidianos em direção ao núcleo metropolitano, e também pelo acesso aos municípios industriais do vetor Oeste, o que permitiu uma combinação entre a mobilidade residencial e a mobilidade pendular de trabalhadores também

nessa parte da periferia metropolitana (PINHO; BRITO, 2013; BRITO; SOUZA, 2005; PINHO; BRITO, 2015; TABELA 2.3).

O vetor Sul diferencia-se dos demais vetores, particularmente por esta subárea da periferia se formar como extensão da parte do núcleo metropolitano onde estão concentradas as camadas de maior poder aquisitivo. O vetor Sul é composto pelos municípios de Brumadinho, Itaguara, Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Rio Manso e Itatiaiuçu (FIGURA 2.2). O caso de Nova Lima deve ser destacado, por fazer fronteira com o núcleo metropolitano, o que permitiu um crescimento demográfico muito distinto dos demais municípios do vetor. Entre os anos de 1970 e 2010, o vetor Sul passou de uma população de 86,6 mil pessoas para 166,9 mil, sendo que apenas o município de Nova Lima contava, no ano de 2010, com uma população 80,9 mil pessoas, o que corresponde a quase metade da população do vetor. Entre os demais municípios, destaca-se Brumadinho, com uma população pouco superior a 30 mil pessoas no ano de 2010. No mesmo ano, Itaguara e Raposos contavam com pouco mais de 10 mil habitantes, enquanto em Rio Acima, Rio Manso e Itatiaiuçu a população era inferior a 10 mil pessoas (TABELA 2.1; 2.2).

A expansão metropolitana em direção ao vetor Sul inicia-se a partir da década de 1950, quando o desenvolvimento da infraestrutura de transporte rodoviário transformou as possibilidades de deslocamento cotidiano da população entre essa parte da periferia e o centro metropolitano (SOUZA, 2005). Entretanto, é a partir da década de 1980 que o vetor Sul amplia suas articulações com o núcleo metropolitano, sobretudo devido à oferta imobiliária destinada à população de maior poder aquisitivo, o que estimulou as migrações intrametropolitanas para essa parte da periferia, porém com uma menor intensidade em relação aos outros vetores, garantida pela seletividade econômica associada ao processo de ocupação dessa região, cuja principal área de crescimento é o município de Nova Lima (SOUZA, 2005; BRITO; SOUZA, 2005; PINHO; BRITO, 2013).

No caso do município de Nova Lima, além de se transformar na principal área de desconcentração residencial da população de maior poder aquisitivo, entre os municípios da periferia metropolitana, ele também tem ganhado relevância como uma área de expansão das atividades do setor de serviços avançados, o que tem

modificado as características econômicas dessa área, onde a mineração é uma atividade economicamente importante em sua formação (MONTE-MÓR; RUIZ, 2010; BRITO; SOUZA, 2005). Em consonância com as análises de Villaça (2001b), pode-se dizer que essa parte da periferia metropolitana, ao concentrar camadas de maior poder aquisitivo, tende a atrair, também, atividades econômicas relacionadas com esses segmentos sociais. Essas transformações contribuem para a consolidação de uma subárea privilegiada, que se conforma nas proximidades do núcleo metropolitano.

No vetor Sul, a mobilidade cotidiana de trabalhadores é marcada por deslocamentos em direção à Belo Horizonte e, em menor proporção, aos municípios da periferia metropolitana. O município de Nova Lima destaca-se também pelas alternativas locais de emprego, diferentemente de Rio Acima, Brumadinho e, principalmente, Raposos, onde boa parte dos residentes desloca-se para trabalhar em outros municípios. No extremo da área metropolitana, Itaguara e Itatiaiuçu apresentam uma menor interação populacional com os outros municípios (PINHO, 2012; PINHO; BRITO, 2015; TABELA 2.3).

Por fim, algumas considerações sobre as mudanças no ritmo de crescimento demográfico metropolitano devem ser feitas, visto que, apesar da taxa de crescimento da periferia se manter superior à do núcleo metropolitano, há uma tendência de redução do ritmo de crescimento populacional dos municípios periféricos (TABELA 2.2). As elevadas taxas de crescimento das populações municipais que prevaleceram nos períodos 1970-1980 e 1980-1991 não se mantêm a partir da década de 1990. Na última década, o crescimento da periferia alcançou seu nível mais baixo.

A redução do ritmo de crescimento populacional afeta grande parte dos municípios da periferia metropolitana, mas principalmente aqueles pertencentes aos principais vetores de expansão urbana, o Oeste e o Norte Central, que foram notadamente afetados pelo processo de expansão imobiliária na periferia e tiveram papel decisivo no aumento da concentração da população na área periférica. Mesmo no caso dos municípios mais distantes do núcleo metropolitano não há indícios de uma aceleração do crescimento demográfico. Ainda que sejam observados, para alguns

deles, níveis de crescimento acima da média metropolitana, a capacidade de redistribuição da população em favor desses espaços mostra-se relativamente baixa (TABELA 2.2).

Acompanhando a redução das taxas de crescimento, pode-se notar também um declínio do incremento populacional, principalmente na última década. Essa tendência envolve os municípios periféricos mais populosos. Entre alguns dos menos populosos, observa-se outra tendência, mas os aumentos na população local não revelam a retomada de um processo de expansão da periferia metropolitana na intensidade que foi observada até o final do século XX. Portanto, a redução do volume do incremento demográfico na última década, no núcleo metropolitano e em grande parte dos municípios periféricos, parece indicar que o aumento da população metropolitana já não deverá contar com os volumes contabilizados em períodos anteriores.

2.4 As migrações na Região Metropolitana de Belo Horizonte: considerações a partir do final do século XX

Ao se analisar a formação dos fluxos migratórios, deve-se considerar que as motivações para os deslocamentos da população estão intimamente associadas às condições de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e, portanto, às características espaciais do desenvolvimento da economia. Como analisa Brito (2009), em uma sociedade capitalista, as migrações envolvem a liberdade dos indivíduos, que se deslocam espacialmente na busca das melhores condições de venda de sua força de trabalho. Assim, considerando que a concentração espacial das atividades econômicas corresponde a uma concentração das oportunidades de emprego, os desequilíbrios regionais do desenvolvimento econômico tendem a orientar a redistribuição espacial da população em favor de áreas de maior dinamismo econômico (SINGER, 1973; BRITO, 2006; 2009).¹³

¹³ O deslocamento espacial da força de trabalho é uma dimensão fundamental das migrações. Portanto, a relação entre as migrações e a concentração espacial das oportunidades de emprego é uma dos aspectos básicos da compreensão da mobilidade espacial da população. E nesse tipo de deslocamento espacial, além do trabalhador, estão incluídos os seus familiares, quando esses o acompanham, ainda que eles não estejam imediatamente disponíveis para trabalhar. Por outro lado,

As migrações associadas à busca dos indivíduos por um lugar que lhe ofereça melhores condições de venda de sua força de trabalho devem ser entendidas dentro do contexto da mobilidade no espaço regional. Como discutido por Villaça (2001a), as diferenças entre duas escalas espaciais, a regional e a intra-urbana, devem ser consideradas na compreensão da determinação da mobilidade espacial da população. É com base nessas duas escalas que as migrações envolvendo as áreas metropolitanas podem ser analisadas, tendo em vista dois aspectos da distribuição espacial da população: o crescimento da concentração da população em áreas metropolitanas e a redistribuição espacial da população dentro das áreas metropolitanas.

Ao se analisar as migrações como componente demográfico que contribui para acelerar o processo de crescimento e concentração espacial da população em áreas metropolitanas, o que está em questão são as migrações que partem de outras partes do país em direção a área metropolitana. Nessa escala espacial, o que vai determinar a mobilidade espacial da população são os desequilíbrios regionais existentes no país. Assim, consoante as análises de Villaça (2001a), pode-se dizer que é na escala espacial regional que os fluxos migratórios podem ser compreendidos como reflexo da mobilidade espacial dos indivíduos na busca de uma melhor situação de venda de sua força de trabalho, isto é, um deslocamento para um lugar onde existam oportunidades de emprego.

A partir das análises de Villaça (2001a), pode-se depreender que os deslocamentos da população, no âmbito do espaço regional, devem ser compreendidos de forma distinta das migrações que ocorrem dentro do espaço metropolitano: as migrações intrametropolitanas. Ao se analisar essas migrações, o que está em questão é a redistribuição espacial da população segundo mecanismos que orientam a organização social do espaço metropolitano. Nesse caso, a migração não está associada ao deslocamento dos indivíduos na busca por melhores condições para a venda de sua força de trabalho, pois o mercado de trabalho é metropolitano, o que

devem ser consideradas outras dimensões associadas à determinação das migrações. Campos (2012), por exemplo, analisa a questão das migrações dos idosos, os quais não necessariamente se deslocam motivados pelo mercado de trabalho, mas por outras demandas, como a maior proximidade dos membros de sua rede familiar de apoio. Contudo, migrantes com esse perfil comumente constituem uma parcela muito pequena na formação dos volumes migratórios.

significa que a relação entre oferta e a demanda por mão de obra não reconhece os limites políticos municipais e integra o núcleo metropolitano e os municípios periféricos. Essa integração revela-se na conformação dos fluxos de trabalhadores pendulares, isto é, pessoas que se deslocam cotidianamente entre os municípios da área metropolitana, devido às possibilidades de separação entre o lugar de trabalho e o de residência.

Portanto, as migrações envolvendo os municípios de uma mesma área metropolitana podem ser compreendidas como uma mobilidade residencial da população.¹⁴ Nesse caso, a migração intrametropolitana não se dissocia da dinâmica do mercado imobiliário metropolitano. As diferenças entre a migração no espaço regional, entendida como a busca do trabalhador por uma melhor condição de venda sua força de trabalho, e a migração intrametropolitana, entendida como a busca das pessoas por um lugar de moradia no espaço metropolitano, podem ser compreendidas ao se analisar o caso dos municípios periféricos caracterizados como “áreas dormitório”. Pode-se depreender que a motivação da migração na direção desses municípios associa-se, fundamentalmente, às oportunidades de acesso à moradia, pois, considerando que as alternativas locais de emprego são mais limitadas, as pessoas devem contar com a possibilidade de se deslocar cotidianamente para outras partes da área metropolitana, onde se concentram as maiores oportunidades de emprego.¹⁵

¹⁴ Algumas considerações sobre o uso dos conceitos são necessárias. Em termos conceituais, a migração caracteriza-se por uma mudança do local habitual de residência, envolvendo unidades espaciais de referência consideradas distintas (UNITED NATIONS, 1970; CARVALHO; RIGOTTI, 1998). Portanto, a migração sempre implica mudança de local de residência, assim envolverá uma mobilidade residencial. Por outro lado, o termo mobilidade residencial apresenta uma maior abrangência que o termo migração, visto que a mudança do local habitual de residência pode ocorrer sem que isso se qualifique como uma migração. Veja que, sendo a unidade espacial de referência o município, a mudança do local de residência entre bairros de um mesmo município não caracteriza a migração, mas uma mobilidade residencial intra-urbana. Como a área metropolitana é uma unidade espacial formada por um conjunto de municípios virtualmente integrados, a mudança do local habitual de residência entre municípios de uma mesma área metropolitana assemelha-se a uma “mobilidade residencial intra-urbana”, mas esse deslocamento espacial intrametropolitano é um tipo de migração, pois envolve a mudança da unidade espacial de referência: o município.

¹⁵ Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, as barreiras seletivas do mercado de moradias, historicamente, contribuíram para que as famílias de menor renda, principalmente, fossem deslocadas do núcleo metropolitano para a periferia (BRITO, 1996; 2007; MATOS, 1996; RIGOTTI; NASCIMENTO, 1994; BRITO; SOUZA, 1998; 2005). Ademais, deve ser ressaltado que o crescimento demográfico da área periférica conta com a combinação entre dois tipos distintos de deslocamento espacial da população, a migração intrametropolitana e a mobilidade pendular, já que as alternativas de moradia e de emprego distribuem-se de forma espacialmente desigual na área metropolitana (BRITO, 1996; BRITO; SOUZA, 1998; 2005; PINHO, 2012; PINHO; BRITO, 2015). Para além do caso

Deve-se considerar, também, que os migrantes que saem de outras partes do país em direção a uma área metropolitana também estarão submetidos aos mesmos mecanismos seletivos de distribuição espacial da população dentro do espaço metropolitano. Assim, esses migrantes, que percorrem o espaço regional em busca de melhores condições de vida, podem se dirigir para qualquer dos municípios da área metropolitana, seja o núcleo ou a periferia, ou mesmo realizar outra etapa migratória dentro da própria área metropolitana, pois o município de destino será aquele que lhe oferece a oportunidade de acesso à moradia, já que, em termos de alternativas de emprego, o mercado de trabalho é metropolitano.

2.4.1 Os volumes migratórios da Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir da década de 1980

Ao longo do século XX, a formação das principais áreas metropolitanas brasileiras se articulou aos fluxos migratórios internos, os quais, até a década de 1970, foram conformados em um contexto caracterizado pela força de expulsão da população residente nas áreas rurais e pela força de atração exercida pelas áreas urbanas, com seu crescimento econômico acelerado pelo processo de industrialização e modernização das atividades produtivas (FARIA, 1991; BRITO, 2006; 2007; BRITO; MARQUES, 2005).¹⁶ A redistribuição espacial da população brasileira através das migrações foi, portanto, fundamental para acelerar o processo de urbanização e a

de Belo Horizonte, é interessante notar que a combinação dessas modalidades de deslocamento ocorre dentro das grandes aglomerações metropolitanas do país, como mostram os estudos de Cunha (1996), Caiado (2005), Cunha e Pessini (2008).

¹⁶ Singer (1980), ao teorizar sobre as migrações do campo em direção às cidades, destacava dois fatores de expulsão de população das áreas rurais: a estagnação e a modernização. Os fatores de estagnação se associam às saídas populacionais das áreas rurais devido à carência dos recursos (terras) disponíveis, diante do crescimento demográfico dessas áreas; enquanto os fatores de modernização levavam à saída da população das áreas rurais devido à redução das possibilidades de ocupação no campo, com a expansão da produção do tipo capitalista nesse setor. Como observam Wood e Carvalho (1994), grosso modo, os fatores de modernização foram dominantes na região centro-sul do país, enquanto os fatores de estagnação predominaram na região Nordeste. Desde a década de 1940, as migrações das áreas rurais para as áreas urbanas já produziam saldos rurais negativos, continuando essa tendência nas décadas seguintes (MARTINE, 1990; WOOD; CARVALHO, 1994a). Contudo, já nas últimas décadas do século XX, os fluxos migratórios intermunicipais com origem nas áreas rurais perdem o peso relativo sobre o volume das migrações internas, predominando os migrantes provenientes das áreas urbanas (CUNHA, 2005). Essa redução do peso das áreas rurais no contexto da mobilidade interna da população é parte das transformações estruturais do Brasil, já que atualmente grande parte da população reside em áreas urbanas, e boa parte dela concentra-se em aglomerações metropolitanas (BRITO, 2006; MARTINE; MCGRANAHAN; 2010; BRITO; PINHO, 2012; 2015).

concentração espacial da população em áreas metropolitanas.¹⁷

As migrações internas contribuíram de forma decisiva para o processo de formação e expansão urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os fluxos migratórios provenientes do interior de Minas Gerais e outros estados favoreceram o crescimento demográfico metropolitano; ao mesmo tempo, a redistribuição espacial da população no interior da área metropolitana acelerou o crescimento dos municípios periféricos (RIGOTTI; RODRIGUES, 1994; BRITO, 1996; 2006; BRITO; SOUZA, 1998; 2005; SOUZA 2008; CAETANO; RIGOTTI, 2008; PINHO; BRITO; ROCHA, 2015).

Contudo, a trajetória de crescimento da população metropolitana se arrefeceu ao longo das décadas. Na última, em particular, o ritmo de crescimento populacional e o volume do incremento demográfico metropolitano alcançaram seus níveis mais baixos desde os anos de 1970. A redução do crescimento populacional do conjunto metropolitano envolve as mudanças no comportamento reprodutivo da população, mas também a redução dos saldos migratórios da região metropolitana nas trocas de população com os demais municípios do país.

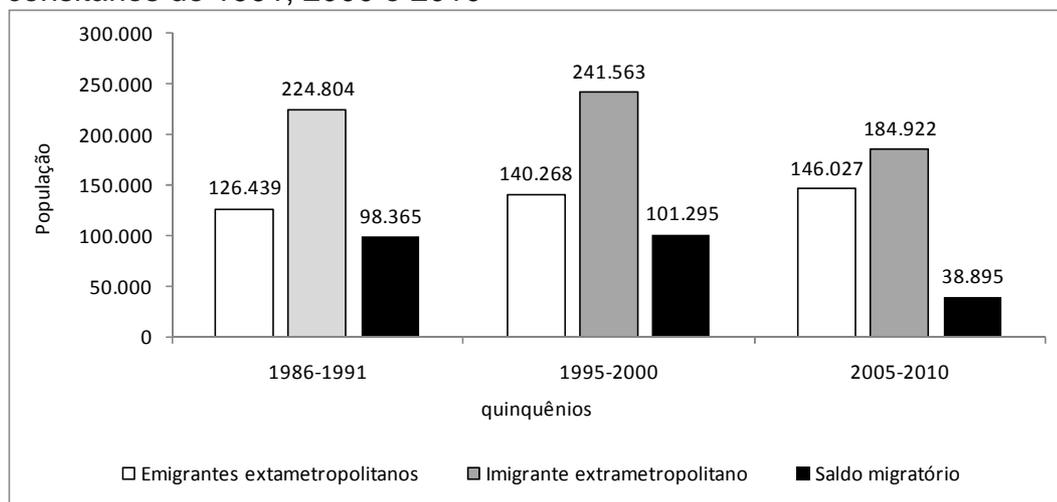
As trocas populacionais entre a Região Metropolitana de Belo Horizonte e os outros municípios do Brasil envolvem o espaço regional. Essa migração será aqui denominada extrametropolitana. Os dados referentes a essa mobilidade, para os períodos 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010, são apresentados no Gráfico 2.6, exposto a seguir. Considerando o saldo migratório extrametropolitano, isto é, a diferença entre o número de imigrantes e emigrantes extrametropolitanos, pode-se notar que ele manteve-se positivo nos três períodos em questão. Contudo, os ganhos líquidos de população declinaram, já que, após certa estabilidade do volume dos saldos nos períodos 1986-1990 e 1995-2000, ele se tornou menor no quinquênio 2005-2010.¹⁸

¹⁷ Considerando as doze principais regiões metropolitanas do país (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília), Brito (2006: p. 225) destaca que a concentração espacial da população brasileira nesse conjunto metropolitano correspondia a 33,3% da população total e a 41% da população urbana do país no ano de 2000, e, em termos absolutos, esses espaços metropolitanos estavam reunindo uma população de 56,5 milhões de pessoas.

¹⁸ Nesta seção, são analisados os migrantes de data fixa, os quais correspondem aos indivíduos que,

Nos quinquênios 1986-1991 e 1995-2000, os saldos migratórios extrametropolitanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte corresponderam a ganhos líquidos de população ao redor de 100 mil pessoas. Já no período 2005-2010, as trocas populacionais extrametropolitanas levaram a um ganho líquido de população de apenas 38,8 mil pessoas. Esse declínio acentuado do saldo migratório, em relação aos quinquênios anteriores, é resultado da redução do número de imigrantes extrametropolitanos, acompanhada de um aumento do volume dos emigrantes extrametropolitanos (GRÁFICO 2.6).¹⁹

Gráfico 2.6 – Imigrantes, emigrantes e saldos migratórios extrametropolitanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos censitários de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010 - IBGE.

Notas: (i) Os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte correspondem à composição oficial do ano de 2010, e não inclui o Colar Metropolitano. (ii) As informações de migração são referentes ao quesito de data fixa; (iii) As migrações extrametropolitanas não incluem os migrantes intrametropolitanos.

cinco anos antes da data do censo, estavam residindo em um município distinto daquele de residência no momento do censo. Esses migrantes foram divididos em intrametropolitanos e extrametropolitanos, segundo os municípios de origem e destino. Por isso, deve ser observado que, por ausência da informação sobre o município de origem, não se incluiu, particularmente entre os imigrantes metropolitanos, 10,6 mil indivíduos em 1991, 15,6 mil em 2000 e 9,9 mil em 2010.

¹⁹ A acentuada redução do saldo migratório extrametropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, na última década, sugere mudanças nos padrões migratórios metropolitanos. Consoante as análises de Brito e Pinho (2015), essas mudanças parecem estar ocorrendo nas grandes regiões metropolitanas do país, isto é, um declínio na contribuição das migrações para o crescimento populacional metropolitano, mas sem que isso signifique perda de importância das migrações, já que permanece elevado o número de migrantes dessas áreas, com os fluxos de emigrantes e imigrantes sustentando volumes mais semelhantes.

A partir dos dados da Tabela 2.4, exposta a seguir, pode ser analisada a distribuição residencial dos imigrantes extrametropolitanos, dos períodos 1995-2000 e 2005-2010, entre as subáreas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Inicialmente, observa-se que a distribuição espacial do conjunto dos imigrantes extrametropolitanos, entre o núcleo e a periferia, manteve-se relativamente equilibrada nesses dois períodos, e que o número desses imigrantes reduziu-se nas duas subáreas. No ano de 2000, havia 119,3 mil imigrantes residindo no núcleo metropolitano e 122,1 mil na periferia; e, no ano de 2010, esses números se reduzem, respectivamente, para 97,8 mil e 87,0 mil indivíduos.

Tabela 2.4 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos entre as subáreas da Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos de 2000 e 2010

subáreas metropolitana	Imigrantes extrametropolitanos			
	1995-2000		2005-2010	
	absoluto	percentual	absoluto	percentual
Núcleo metropolitano	119.363	49,4%	97.857	52,9%
Periferia metropolitana	122.199	50,6%	87.066	47,1%
... Vetor Leste	5.458	2,3%	4.086	2,2%
... Vetor Norte	8.369	3,5%	6.895	3,7%
... Vetor Norte Central	30.099	12,5%	18.847	10,2%
... Vetor Oeste	62.874	26,0%	42.890	23,2%
... Vetor Sudoeste	9.702	4,0%	8.077	4,4%
... Vetor Sul	5.697	2,4%	6.271	3,4%
RMBH	241.562	100%	184.923	100%

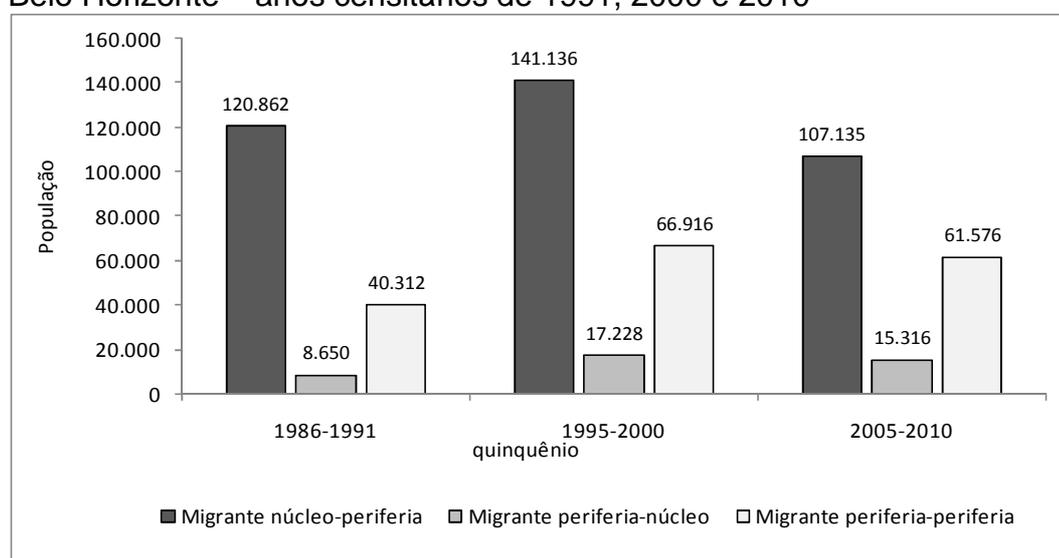
Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Dentro da periferia metropolitana, a distribuição dos imigrantes extrametropolitanos diferencia-se entre os vetores de expansão urbana, mas a estrutura dessa distribuição espacial pouco se alterou na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Os principais vetores, em termos de destino dos imigrantes extrametropolitanos, são o Oeste e o Norte-Central, os quais, em conjunto, concentraram 38% desses imigrantes no ano de 2000, declinando ligeiramente para 33% no ano de 2010. Os demais vetores, isoladamente, participam com menor peso na concentração espacial dos imigrantes extrametropolitanos, respondendo, conjuntamente, por 12% deles, em 2000, aumentando para 14% no ano de 2010 (TABELA 2.4).

O Gráfico 2.7, apresentado a seguir, traz os dados referentes às migrações

intrametropolitanas, que correspondem às trocas populacionais entre os próprios municípios pertencentes à Região Metropolitana de Belo Horizonte. As migrações dentro da área metropolitana, apesar de contarem com um crescimento dos fluxos entre os municípios periféricos, e mesmo dos municípios periféricos em direção ao núcleo metropolitano, são marcadas, principalmente, pelo o deslocamento do núcleo em direção à periferia. Assim como ocorreu com as migrações extrametropolitanas, as intrametropolitanas também apresentaram um declínio do volume de migrantes no último quinquênio.

Gráfico 2.7 – Migrações intrametropolitanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos censitários de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010 - IBGE.

Nota: (i) Os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte correspondem à composição oficial do ano de 2010, e não inclui o Colar Metropolitano. (ii) As informações de migração são referentes ao quesito de data fixa; (iii) As migrações intrametropolitanas envolvem apenas trocas populacionais entre os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Analisando o volume dos migrantes intrametropolitanos, ele passou de 169,8 mil pessoas, no quinquênio 1986-1991, para 225,2 mil no período 1995-2000, declinando para 184,0 mil pessoas no quinquênio 2005-2010. Nos três quinquênios em questão, o núcleo metropolitano registrou uma perda líquida de população para a área periférica, sendo esta perda de 112,2 mil pessoas no período 1986-1991, de 123,9 mil em 1995-2000, e de pouco menos de 100 mil pessoas no quinquênio 2005-2010 (GRÁFICO 2.7).

A distribuição dos imigrantes intrametropolitanos pode ser observada na Tabela 2.5. Como se poderá notar, em relação aos padrões da distribuição residencial dos imigrantes extrametropolitanos, a mobilidade intrametropolitana diferencia-se principalmente pela grande concentração dos imigrantes na periferia. O número de imigrantes intrametropolitanos residindo no núcleo passou de 17,2 mil pessoas, em 2000, para 15,3 mil no ano de 2010; enquanto, na periferia metropolitana, o número de seus imigrantes passou de 208,0 mil para 168,7 mil pessoas nesse mesmo período.

Tabela 2.5 – Distribuição dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo subáreas da Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos de 2000 e 2010

subáreas metropolitana	Imigrantes intrametropolitanos			
	1995-2000		2005-2010	
	absoluto	percentual	absoluto	percentual
Núcleo metropolitano	17.228	7,6%	15.316	8,3%
Periferia metropolitana	208.051	92,4%	168.713	91,7%
... Vetor Leste	9.667	4,3%	8.003	4,3%
... Vetor Norte	11.572	5,1%	12.416	6,7%
... Vetor Norte Central	66.597	29,6%	48.890	26,6%
... Vetor Oeste	89.337	39,7%	68.471	37,2%
... Vetor Sudoeste	22.661	10,1%	21.678	11,8%
... Vetor Sul	8.217	3,6%	9.255	5,0%
RMBH	225.279	100%	184.029	100%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Os principais vetores de expansão urbana metropolitanos em termos populacionais, o Oeste e o Norte-Central, são, também, os dois principais destinos dos migrantes intrametropolitanos. No ano de 2000, aproximadamente 70% dos imigrantes intrametropolitanos encontravam-se residindo nesses vetores, proporção que declina para 64% em 2010. Entre os menores vetores, o Sudoeste se destaca, pois foi destino de pouco mais de 10% dos migrantes intrametropolitanos nesse período. Os demais vetores - Norte, Sul e Leste – foram, conjuntamente, lugar de destino para 13% dos migrantes intrametropolitanos em 2000, aumentando para 16% em 2010, particularmente devido ao crescimento da participação dos vetores Norte e Sul (TABELA 2.5).

Nas trocas populacionais dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o núcleo revela-se essencialmente como uma subárea que perde população para os municípios da periferia, recebendo poucos imigrantes com origem nesses espaços. Por isso, considerando a distribuição residencial dos migrantes intrametropolitanos nos anos de 2000 e 2010, pode-se constatar que menos de 10% desses indivíduos foram residir no núcleo (TABELA 2.5).

Com base nos dados da Tabela 2.5, pode-se notar que a redução no volume dos imigrantes intrametropolitanos estende-se aos principais vetores. Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, verifica-se que os vetores Oeste e Norte-Central sofreram uma redução superior a 20% no volume de imigrantes. No vetor Leste, essa redução foi próxima de 20%, e de 11% no núcleo metropolitano. No Sudoeste e Norte, a redução foi inferior a 10%. Já os vetores Norte e Sul registram aumento no volume de imigrantes, porém, esses são os vetores com os menores volumes de imigrantes intrametropolitanos (TABELA 2.5).

2.5 Considerações

Neste capítulo, foi discutido o processo de formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, destacando-se como as articulações e a interdependência entre seus municípios revela-se pela mobilidade espacial da população. Foram analisadas as características do crescimento demográfico metropolitano, em especial a partir da década de 1970, e como ele articulou-se a uma redistribuição espacial da população em favor dos municípios periféricos.

Foram destacadas, também, as perspectivas de análise do espaço metropolitano a partir de subáreas. Importante notar que os municípios são as unidades espaciais de referências, mas eles também podem ser distribuídos entre núcleo metropolitano e periferia, e a periferia pode ser repartida entre vetores de expansão urbana. A constituição dessas subáreas deve ser compreendida no contexto socioespacial metropolitano.

Como o crescimento metropolitano relaciona-se com as migrações, suas orientações espaciais e seus volumes foram destacados. Enfatizou-se como a redistribuição da população metropolitana ocorreu combinando desigualdades sociais e espaciais, visto que a periferia metropolitana atraiu e concentrou, principalmente, as camadas de menor poder aquisitivo, que encontraram nessa área as condições para a permanência na região metropolitana.

Após essa contextualização do espaço metropolitano que será objeto de análise desta tese, o objetivo do próximo capítulo é apresentar o método que será empregado para a identificação da população em situação de pobreza nos anos de 2000 e 2010. Nos capítulos seguintes, os resultados serão apresentados e discutidos. Além de uma análise das características da população metropolitana em situação de pobreza, também serão abordados os aspectos associados à sua distribuição espacial e às migrações.

3 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS PARA A ANÁLISE DA POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE NOS ANOS DE 2000 e 2010

Neste capítulo, são apresentados os aspectos metodológicos que envolvem a definição das situações de pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dividido em quatro seções, na primeira, são discutidas as características do método utilizado para medir a pobreza metropolitana, e, na segunda, a definição das variáveis censitárias que serão incluídas na aplicação do mesmo. Na terceira seção, são discutidos os recortes populacionais associados às informações disponíveis para se medir a pobreza e, na quarta, são apresentadas as medidas-resumo para a análise da pobreza metropolitana.

3.1 A identificação das situações de pobreza metropolitana: a combinação entre o método da linha de pobreza – LP e o método das necessidades básicas insatisfeitas - NBI

Nesta tese, para se medir a pobreza metropolitana, será empregada uma combinação entre o método da Linha de Pobreza e o método das Necessidades Básicas Insatisfeitas. O uso desse enfoque permite que sejam analisados diferentes tipos ou situações de pobreza em uma população. Para se entender as características desse método combinado, devem ser compreendidas as particularidades que envolvem a estimação das situações de pobreza através de cada um deles.

O método da Linha de Pobreza - LP utiliza o nível de renda dos indivíduos para separar a população entre dois segmentos, pobres e não pobres, sendo considerado pobre o indivíduo cujo nível de renda é inferior ao valor da linha de pobreza e, portanto, não pobre o indivíduo cuja renda é superior ao limite da linha de pobreza (FERES; MANCERO, 2001a; ROCHA, 2006). A linha de pobreza é um valor monetário, o qual é definido a partir dos custos associados ao consumo básico de alimentos e itens não alimentares essenciais; consumo esse equivalente ao mínimo

considerado necessário para que o indivíduo esteja vivendo dentro de um nível de bem-estar adequado (ROCHA, 2006; MOYANO, 1996).

A linha de pobreza pode ser dividida em duas dimensões, o consumo alimentar e o consumo não alimentar. Na dimensão do consumo alimentar, o custo refere-se a uma cesta alimentar que atenda às necessidades nutricionais dos indivíduos, portanto seu valor pode ser definido de forma objetiva, com base em critérios nutricionais; enquanto a dimensão não alimentar inclui um conjunto de itens, como as despesas com a moradia, transporte, comunicação, vestuário e saúde, para os quais também devem ser assumidos parâmetros para se determinar do valor correspondente ao consumo mínimo necessário (ROCHA, 2006; MOYANO, 1996; FERES; MANCERO, 2001a).

Consoante Rocha (2006) e Feres e Mancero (2001a), para a definição das despesas alimentares, o que está em questão são as necessidades nutricionais dos indivíduos, amparadas por definições técnicas, e a escolha da cesta alimentar de menor valor disponível no mercado; mas, para a definição do valor das despesas não alimentares, não há como se determinar o consumo mínimo necessário com base em critérios como os aplicados à dimensão alimentar. Rocha (2006: p. 46) aponta que “estabelecer o valor do consumo não-alimentar de forma simplificada e arbitrária é frequentemente aceito como uma fragilidade inevitável dos procedimentos de construção da linha de pobreza”.

Deve-se notar que a linha de pobreza é um método do tipo indireto de medição da pobreza, visto que a situação de pobreza não é determinada pelo consumo efetivamente realizado pelas famílias, mas pelo nível de renda que potencialmente permitirá a realização do consumo considerado necessário para se alcançar um nível de bem-estar adequado (MOYANO, 1996; FERES; MANCERO, 2001a). Ademais, sendo a linha de pobreza calculada para cobrir duas dimensões, o consumo alimentar e o consumo não alimentar, essa segmentação de seu valor também pode ser empregada para se estabelecer um estrato mais crítico entre os pobres, que é a indigência. A indigência é identificada quando os indivíduos não

possuem uma renda suficiente para alcançar o valor associado à despesa do consumo alimentar (ROCHA, 2006).²⁰

Rocha (2006) observa que a definição do valor da linha de pobreza pode ser feita também de forma arbitrária; e essa escolha do limite da linha de pobreza, no caso do Brasil, geralmente tem como referência o valor do salário mínimo oficial, sendo comum o uso dos valores de meio e um quarto de salário mínimo para identificar a população cuja insuficiência de renda a insere em uma situação de pobreza.²¹ Ademais, considerando o desenvolvimento de políticas públicas, particularmente aquelas elaboradas para atender aos segmentos socialmente mais frágeis da população, a definição de uma linha de pobreza envolve questões operacionais, isto é, seu valor é determinado em consonância com os objetivos programáticos estabelecidos, visto que a segmentação da população entre pobres e não pobres corresponde também a uma definição dos grupos beneficiários e não beneficiários das políticas (ROCHA, 2013a).²²

O método das Necessidades Básicas Insatisfeitas – NBI, ao contrário do método da linha de pobreza, avalia a pobreza de forma direta, identificando a população pobre

²⁰ Com base no método da linha de pobreza, o fenômeno da pobreza também pode ser analisado a partir de uma perspectiva relativa, segmentando-se a população entre pobres e não pobres, independentemente das condições mínimas de bem-estar já alcançadas pelas pessoas. Conforme as análises de Rocha (2006), a pobreza relativa é uma medida que avalia os níveis de bem-estar em consonância com os níveis de desigualdade de renda, e que pode ser aplicada, de forma coerente, em países de maior desenvolvimento econômico, onde o acesso a um consumo básico é universal. A estimação da pobreza relativa é feita comumente com base em uma linha de pobreza definida a partir da renda média ou mediana da população (ROCHA, 2006; IBGE, 2011). Sobre a aplicação de linhas de pobreza relativa, Rocha (2006) aponta que, no caso dos países da União Européia, por exemplo, são utilizadas três linhas de pobreza, correspondentes a 40%, 50% e 60% da renda mediana da população.

²¹ PNUD, IPEA e FJP (2010) utilizam três limites de renda domiciliar *per capita* mensal para definir três diferentes indicadores sobre o fenômeno da pobreza, aplicados igualmente a todas as partes do Brasil: (i) um valor de R\$ 255,00 como corte para a vulnerabilidade à pobreza; (ii) um valor de R\$ 140,00 como corte para a pobreza; (iii) e um valor de R\$ 70,00 como corte para a pobreza extrema. Os valores monetários dos indicadores correspondem a valores de agosto de 2010, momento em que o salário mínimo era de R\$ 510,00.

²² No caso do Brasil, pode-se destacar a política de combate à pobreza de abrangência nacional, o Programa Bolsa Família. Esse é um programa do Governo Federal que transfere um benefício (monetário) para as famílias que vivem em situação de pobreza, e implica compromisso dos beneficiários com a frequência regular das crianças na escola e o cumprimento da agenda de saúde de cuidados para as crianças, adolescentes e gestantes (MDS, 2015). Como apontado pelo IBGE (2011), para a elegibilidade ao programa, no ano de 2010, as pessoas em situação de pobreza eram identificadas com base em uma renda familiar *per capita* de até R\$ 140,00 mensais. Como, em 2010, o valor do salário mínimo correspondia a R\$ 510,00 reais, para a operacionalização dessa política, a linha de pobreza era pouco superior ao valor de um quarto de salário mínimo de renda *per capita* domiciliar mensal.

a partir daquela condição em que efetivamente as pessoas estejam vivendo com carências de acesso a bens e serviços considerados necessários (MOYANO, 1996). O método NBI é multidimensional, assim as carências são avaliadas a partir de um conjunto de indicadores, os quais comumente envolvem aspectos referentes à adequação das condições de moradia, às condições de acesso a serviços públicos básicos e ao potencial de sustentação econômica dos domicílios (FERES; MANCERO, 2001a, 2001b).

A aplicação do método das necessidades básicas insatisfeitas permite uma interpretação simples dos níveis de pobreza, já que a segmentação da população pode ser feita entre pobres e não pobres, identificando-se, em condição de pobreza, as pessoas que vivem em domicílios que registram alguma necessidade básica insatisfeita, e, portanto, como não pobres as pessoas que residem em domicílios em que todas as necessidades básicas são satisfeitas, considerando todos os indicadores utilizados para retratar as necessidades definidas como básicas (MOYANO, 1996; FERES; MANCERO, 2001b).

Na aplicação do método das Necessidades Básicas Insatisfeitas, Feres e Mancero (2001b) e Moyano (1996) mostram que, nos países da América Latina²³, o conjunto dos indicadores adotados para a avaliação da pobreza apresenta uma relativa semelhança, mas existem variações no número e na forma de empregar os indicadores. Consoante as análises desses autores, os indicadores comumente envolvem as seguintes dimensões: qualidade e adensamento da moradia, que inclui indicadores sobre as características de construção da habitação e de adequação em relação ao número de moradores e cômodos do domicílio; acesso à água potável, correspondente à adequação do abastecimento de água dos domicílios; sistema ou condições sanitárias, que inclui indicadores sobre a infraestrutura sanitária domiciliar e o tipo de esgotamento sanitário; acesso à educação, indicador sobre a participação escolar, considerando essencialmente os grupos etários mais jovens; e capacidade ou potencial econômico dos domicílios, que comumente é uma

²³ Entre os países da América Latina que empregaram o método das necessidades básicas insatisfeitas para medir a pobreza, Moyano (1996) analisa as características da aplicação do mesmo nos casos da Argentina, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Feres e Mancero (2001b), além desses países, também analisaram os casos de Bolívia, Guatemala, Honduras, Nicaragua e Peru.

combinação de indicadores, retratando essa característica a partir da escolaridade e idade do responsável, e a razão entre os que contribuem e aqueles que não contribuem com a renda domiciliar. Outros indicadores são menos comuns, mas pode-se mencionar, por exemplo, o acesso à energia elétrica (FERES; MANCERO 2001b).

É interessante notar que indicadores menos tradicionais também são encontrados em aplicações do método das necessidades básicas insatisfeitas. Para o caso do Uruguai, Calvo *et al.* (2013) consideraram, entre os indicadores de necessidades básicas, a existência de objetos de conforto no domicílio, como meios de calefação do ambiente, de refrigeração para alimentos e de aquecimento de água para o banho. No caso do Brasil, analisando a Região Metropolitana de Campinas, Neves e Cunha (2010) utilizam uma abordagem complementar, denominada por eles de “NBI_Ampliado”, que avalia se os domicílios em situação de adequação em termos das necessidades básicas também contam com os serviços essenciais de forma regular, além de uma rua em condições adequadas.²⁴ Consoante essa proposta de Neves e Cunha (2010), é importante notar que os indicadores de acesso ou cobertura não necessariamente correspondem aos de qualidade na oferta dos serviços.

Considerando que o método das necessidades básicas insatisfeitas não inclui a renda domiciliar entre os indicadores de avaliação das condições de bem-estar das famílias, essa forma de medir a pobreza baseia-se em dimensões que são, em geral, menos sensíveis às mudanças de curto prazo associadas às variações na capacidade de consumo das famílias. Portanto, consoante as análises de Feres e

²⁴ Para o caso da Região Metropolitana de Campinas, Neves e Cunha (2010) consideraram seis dimensões relevantes para avaliar os níveis de pobreza na população com base na aplicação do método das necessidades básicas insatisfeitas (“NBI_Convencional”): (i) a densidade do domicílio, considerando como adequado um número de até 3 moradores por dormitório; (ii) a existência de revestimento nas paredes internas do domicílio; (iii) a condição de abastecimento de água, considerando a adequação a partir do acesso à rede geral e canalização interna no domicílio; (iv) as condições sanitárias, considerando a adequação a partir do acesso à rede geral de esgoto e uso de fossa séptica ou rudimentar; (v) a existência de instalação sanitária de uso exclusivo no domicílio; e (vi) as condições de escolarização, considerando adequado o domicílio sem a presença de analfabetos funcionais. Neves e Cunha (2010), para a aplicação do “NBI_Ampliado”, que se estende apenas aos domicílios identificados fora da situação de pobreza por “NBI_Convencional”, utilizaram três dimensões: (i) a frequência do fornecimento de água, considerando o abastecimento diário ou irregular; (ii) a periodicidade da coleta de lixo, considerando a frequência diária e semanal ou irregular; e (iii) a qualidade da rua, considerando a existência de pavimentação ou terra batida.

Mancero (2001b), Moyano (1996) e Kaztman (1989; 1996a), nos períodos de uma conjunta econômica desfavorável, os quais comumente levam à retração da renda e do consumo das famílias, o método das necessidades básicas insatisfeitas pode se mostrar pouco sensível para captar a piora nas condições de vida de parcelas da população.²⁵

Tendo em vista as características dos métodos linha de pobreza e necessidades básicas insatisfeitas, pode-se depreender que um enfoque metodológico baseado em uma combinação dos mesmos permite captar a pobreza por aspectos distintos. Enquanto o método da linha de pobreza apresenta maior capacidade de retratar o aspecto conjuntural da pobreza, isto é, aquele associado ao nível de renda corrente das famílias necessário para suprir o consumo básico (alimentar e não alimentar), o método das necessidades básicas insatisfeitas retrata os aspectos estruturais da pobreza, que se associam às condições da moradia e acesso à infraestrutura urbana e serviços básicos, o que envolve, também, a implementação de políticas e investimentos públicos setoriais (MOYANO, 1996; GÓMEZ; CONDE, 1996; FERES; MANCERO, 2001b).

A combinação entre o método da linha de pobreza e o das necessidades básicas insatisfeitas foi inicialmente discutida por Kaztman (1989). Conforme proposto pelo autor, a integração dos dois métodos produz como resultado a identificação de quatro grupos na população analisada, o que permite avaliar a heterogeneidade associada às situações de pobreza. A definição desses segmentos na população se estabelece conforme apresentada no Quadro 3.1, a seguir. Como se poderá notar, os grupos populacionais, pobres e não pobres, são identificados a partir das características dos domicílios, os quais se dividem em: (i) domicílios em situação de

²⁵ Como analisa Kaztman (1996a), durante a crise econômica da década de 1980, a pobreza nos países da América Latina, medida pela insuficiência de renda das famílias, havia aumentado, mas esse quadro de mudanças nas condições de vida da população não se refletiu igualmente no aumento da pobreza medida pelo método das necessidades básicas insatisfeitas. No caso do Brasil, Faria (1992) observa que, durante a década de 1980, houve um aumento dos níveis de pobreza associada à insuficiência de renda das famílias, mas, paralelamente, não houve recuo e ocorreram melhoras em vários indicadores sociais do país, como, por exemplo, o aumento dos níveis de escolaridade da população, redução da proporção de analfabetos e de crianças fora da escola, e aumento da proporção dos domicílios com acesso a saneamento básico adequado e canalização interna de água.

pobreza crônica, (ii) domicílios com carências inerciais, (iii) domicílios em situação de pobreza recente, e (iv) domicílios em condições de integração social.

Quadro 3.1 – Definição dos tipos de domicílio que resultam da combinação entre os dois métodos de medição da pobreza, Necessidades Básicas Insatisfeitas e Linha de Pobreza

Necessidades básicas insatisfeitas	Linha de Pobreza	
	Renda abaixo da linha de pobreza	Renda igual ou acima da linha de pobreza
Presença de ao menos uma carência crítica	Domicílios em situação de pobreza crônica	Domicílios com carências inerciais
Ausência de carências críticas	Domicílios em situação de pobreza recente	Domicílios em condições de integração social

Fonte: Informações baseadas na proposta de Kaztman (1989: p. 146).

Nota: Tradução livre do texto original em espanhol.

Os domicílios em que o nível de renda é inferior ao limite da linha de pobreza, e que também possuem alguma carência entre aquelas elencadas como necessidades básicas, correspondem, conforme denominado por Kaztman (1989), aos *domicílios em situação de pobreza crônica*. Esse segmento da população responde por aquelas pessoas que vivem sob uma situação socioeconômica mais desfavorável na sociedade, com restrição de renda e carências de acesso às condições adequadas de moradia e serviços básicos. Devido às diversas carências a que essas pessoas estão submetidas, pode-se considerar que “uma característica básica desta categoria é a presença de condições propícias para a ativação de mecanismos de perpetuação da pobreza” (KAZTMAN, 1989: p. 149. Tradução livre).

Os domicílios em que as pessoas estão vivendo com uma renda inferior ao limite da linha da pobreza, mas que, por outro lado, não possuem nenhuma carência entre as necessidades básicas, são os *domicílios em situação de pobreza recente*, conforme denominado por Kaztman (1989). Segundo o autor, esse segmento pode ser compreendido como a população que experimenta uma “mobilidade descendente”, visto que, nessa situação de pobreza, a carência de renda não se articula com

carências em termos de acesso a condições adequadas de moradia e serviços essenciais. Essa situação de carência tende a ser temporária.

Os domicílios que apresentam uma renda superior ao limite da linha de pobreza, mas que ainda acumulam alguma carência entre as necessidades básicas, correspondem aos *domicílios com carências inerciais*, conforme denominado por Kaztman (1989). Para esse segmento populacional em situação de pobreza, as condições de renda mostram-se relativamente mais favoráveis, mas sem que essa condição econômica esteja imediatamente se refletindo na capacidade de superação de carências associadas às condições de moradia ou acesso a serviços públicos básicos.

Diferentemente das três situações de pobreza, os *domicílios em condições de integração social*, como denomina Kaztman (1989), são aqueles em que as pessoas não vivem sob privações básicas, isto é, são não pobres, já que a renda é superior ao limite da linha de pobreza e não há necessidades básicas insatisfeitas. Portanto, são domicílios com nível de renda suficiente para assegurar um nível de consumo adequado, e que também se caracterizam por condições adequadas de moradia e acesso a serviços essenciais. Esses domicílios “são os que expressam as condições de vida consideradas dignas para essa sociedade” (FERES; MANCERO, 2001b: p. 30. Tradução livre).

Ressalta-se que a combinação entre os métodos linha de pobreza e necessidades básicas insatisfeitas tem a vantagem de permitir uma análise de diferentes situações de pobreza na população, isto é, identifica-se a heterogeneidade da pobreza segundo carências relacionadas a aspectos conjunturais e estruturais que a determina. Contudo, há outro lado a ser considerado. Os três tipos de pobreza captados não refletem, necessariamente, a existência de diferentes estratos de intensidade da pobreza ou de carências acumuladas. Ademais, como apontado por INEI (2000), uma desvantagem produzida pela combinação dos dois métodos é que o número total de pobres na população torna-se superior àquele que cada método é capaz de captar se aplicado isoladamente.

3.2 Aplicação do método combinado NBI-LP: fonte de dados e indicadores utilizados para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Esta seção é dividida em duas partes. Na primeira, o foco são as dimensões e indicadores elencados para retratar a pobreza metropolitana. Na segunda, são apresentadas as características dos indicadores, bem como os aspectos de construção dos mesmos para a definição da situação de carência.

3.2.1 Indicadores elencados para a medição da pobreza metropolitana

Para a análise da evolução recente das situações de pobreza na população da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a aplicação do método combinando necessidades básicas insatisfeitas e linha de pobreza terá como fonte de dados os Censos Demográficos de 2000 e 2010. Os dados da amostra dos censos oferecem informações tanto para os domicílios quanto para os indivíduos, o que permite que a combinação dos métodos de medição da pobreza seja aplicável a partir dessa fonte de informações. Ademais, a amostra dos censos permite que os dados, em termos espaciais, sejam analisados no nível dos municípios metropolitanos.

Nesta tese, para se identificar a pobreza nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, além dos níveis de renda dos domicílios, seis dimensões são elencadas no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas, conforme apresentado, a seguir, no Quadro 3.2. Para o caso da região metropolitana em questão, no campo das necessidades básicas insatisfeitas, serão consideradas como dimensões básicas: a qualidade da moradia, em termos da densidade de moradores por dormitório, a forma de acesso à água potável, o acesso à energia elétrica, o acesso ao serviço de coleta de lixo, o sistema sanitário domiciliar associado à existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário, e o acesso aos serviços da educação escolar para a população de jovens.

Quadro 3.2 – Indicadores utilizados na combinação ente os métodos de linha de pobreza e necessidades básicas insatisfeitas para o estudo da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Método	Dimensão	Indicadores
Necessidades básicas insatisfeitas	Qualidade da moradia	Número de pessoas por dormitório.
	Acesso à água potável	Forma de abastecimento de água e canalização no domicílio.
	Sistema sanitário	Existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário.
	Acesso à energia elétrica	Acesso à energia elétrica no domicílio
	Acesso a serviço de coleta de lixo	Destinação do lixo produzido no domicílio.
	Acesso aos serviços educacionais	Frequência à escola das pessoas jovens.
Linha de pobreza	Condição econômica do domicílio	Renda domiciliar <i>per capita</i> mensal.

Fonte: Elaboração própria.

Para o caso do Brasil, avaliações sobre pobreza urbana, a partir da combinação entre os métodos da linha de pobreza e das necessidades básicas insatisfeitas, podem ser encontradas no trabalho de Lopes (2008). No estudo desenvolvido pelo autor, as dimensões utilizadas para avaliar as necessidades básicas são aquelas comumente empregadas nos mapas de pobreza dos países da América Latina. Lopes (2008) utiliza seis indicadores retratando as necessidades básicas: o tipo de domicílio (se rústico ou não), a densidade de moradores por dormitório, a forma de abastecimento de água (origem e canalização), o existência de esgotamento sanitário, a existência de vaso sanitário e a frequência das crianças a escola. Para o autor, essas seis dimensões poderiam ser consideradas como pertinentes para se

avaliar as situações de pobreza por carência em necessidades básicas nas diferentes partes do Brasil urbano, considerando como período de análise o final da década de 1980.

Deve ser observado que os indicadores, no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas, elencados para a análise do caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, estão entre aqueles tradicionalmente utilizados na aplicação do referido método para a elaboração de mapas de pobreza nos países da América Latina, consoante os levantamentos de Feres e Mancero (2001b) e Moyano (1996). Em termos de Brasil, há um número diferente de indicadores em relação àqueles que foram elencados por Lopes (2008), visto que, para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, foram incluídas, também, dimensões que envolvem o acesso à energia elétrica e ao serviço de coleta de lixo, considerando-se que elas devem figurar entre as necessidades básicas.

Ademais, para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, também foram considerados os critérios que comumente devem ser observados para a escolha do conjunto de indicadores correspondente ao âmbito das necessidades básicas insatisfeitas. Assim, além da tradição no uso dos indicadores na aplicação do método, também foram observados critérios discutidos por Kaztman (1996a; 1996b), como o caráter factível do atendimento da necessidade básica no contexto analisado, a resistência das carências a variações de curto prazo, assim como a simplicidade e a facilidade de compreensão dos indicadores.

Importante observar que se optou por não empregar um indicador comumente utilizado na aplicação tradicional do método das necessidades básicas insatisfeitas nos países da América Latina, que é a capacidade econômica dos domicílios. Como já mencionado, esse indicador comumente corresponde a uma combinação de algumas das características sociodemográficas dos domicílios, geralmente a idade e escolaridade do chefe e a relação entre o número de moradores dependentes (sem renda) e aqueles que contribuem com a renda domiciliar (FERES; MANCERO, 2001b). Contudo, consoante as observações de Gómez e Conde (1996) e Feres e Mancero (2001b), esse indicador pode ser suprimido quando se emprega o método combinado das necessidades básicas insatisfeitas com o da linha de pobreza, visto

que a dimensão econômica passa a ser retratada propriamente pela renda corrente do domicílio.

Como os indicadores utilizados no método das necessidades básicas insatisfeitas incorporam os problemas da moradia entre as dimensões relevantes para a caracterização das situações de pobreza, os estudos da FJP (2013) e do IBGE (2011) também serão incluídos entre as referências, particularmente para se definir os critérios, em termos de Brasil, de inadequações em algumas das dimensões elencadas no âmbito das necessidades básicas. Serviços urbanos básicos, como abastecimento de água, a energia elétrica, o esgotamento sanitário e o serviço de coleta de lixo, além do adensamento excessivo da moradia, são utilizados por FJP (2013) para avaliar, no âmbito das estimativas do déficit habitacional, as condições de adequação dos domicílios. Para avaliar as condições do saneamento, o IBGE (2011) utiliza, como indicadores, o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e o serviço de coleta de lixo. Ademais, é importante notar que o estudo de Lopes (2008) é uma referência para se definir indicadores e situações de carência no contexto urbano do país.

3.2.2 Aspectos da construção dos indicadores para a aplicação do método combinado NBI-LP ao caso metropolitano

Nesta seção, são explicadas as características dos indicadores correspondentes às dimensões elencadas para a aplicação do método combinado de estimação da pobreza, Necessidades Básicas Insatisfeitas e Linha de Pobreza, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Apresenta-se o significado do uso dos indicadores em termos das condições de vida da população e a forma de construção dos mesmos. Conforme exposto no Quadro 3.2, as dimensões, no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas, são a qualidade da moradia segundo o adensamento, a forma de acesso à água potável, o sistema sanitário, o acesso ao serviço de coleta de lixo, o acesso à energia elétrica e o acesso das crianças ao serviço de educação escolar; e, no âmbito da linha de pobreza, a condição econômica do domicílio é definida pela renda (domiciliar) *per capita* mensal.

3.2.2.1 Indicador de qualidade da moradia

Para uma análise da qualidade da moradia, será utilizado como indicador o adensamento dos domicílios, o qual corresponde à relação entre o número de pessoas em um domicílio e o número de cômodos utilizados como dormitório. Esse indicador retrata as condições inadequadas de uma moradia na medida em que situações de adensamento excessivo da habitação comprometem a qualidade da convivência familiar (KAZTMAN, 1996b). Além disso, essa inadequação pode comprometer a saúde dos moradores (FERES; MANCERO, 2001b).²⁶

Para se determinar as condições inadequadas em termos de adensamento domiciliar, há diferentes níveis considerados como críticos. É comum considerar como adequado um adensamento domiciliar de até 3 pessoas por dormitório, como mostram os levantamentos de Feres e Mancero (2001b) e Moyano (1996). No Brasil, Lopes (2008) utiliza como critério de inadequação a existência de mais de 3,5 pessoas por dormitório. A FJP (2013) considera, entre as inadequações das condições de moradia, um adensamento superior a 3 pessoas por dormitório.

Para o contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte, será considerado como ponto crítico para o indicador de condições de moradia um adensamento superior a 3 pessoas por dormitório. Portanto, na dimensão da qualidade da moradia, um domicílio será considerado com tendo essa necessidade básica não satisfeita se for superior a 3 a relação entre o número de moradores no domicílio e o número de cômodos servindo como dormitório no domicílio.²⁷

²⁶ Um indicador que também é comumente utilizado, na aplicação tradicional do método das necessidades básicas insatisfeitas, para retratar certas condições de moradia, é a qualidade dos materiais da edificação. O uso desse indicador pode ser feito com os dados do Censo de 2010, mas não com os do Censo 2000, visto que o quesito não foi incluído no referido censo. Assim, por não ser possível uma comparação entre os dois períodos censitários, esse indicador não foi utilizado na avaliação da qualidade das moradias.

²⁷ Conforme IBGE (2002; 2012b), nas definições utilizadas nos censos, os cômodos de um domicílio são seus compartimentos delimitados por paredes, e o cômodo considerado como dormitório é aquele destinado a essa finalidade e de forma permanente.

3.2.2.2 Indicador de acesso à água potável

O acesso à água potável é um importante indicador entre as necessidades básicas da população. O acesso inadequado à água afeta diretamente a qualidade de vida e a saúde das pessoas, visto que é um recurso utilizado para fins de alimentação e higiene pessoal (FERES; MANCERO, 2001b; KAZTAMAN, 1996b). A inadequação no acesso à água está relacionada com causas de morbidade e mortalidade, sobretudo a mortalidade infantil (KAZTAMAN, 1996b).²⁸ Conforme os levantamentos de Feres e Mancero (2001b), nos mapas de pobreza de países da América Latina, o acesso à água potável é um indicador comumente elaborado a partir da combinação de duas características, a origem da água e o acesso a esse recurso no domicílio, sendo comum considerar as particularidades do contexto (rural e urbano) na definição das formas de inadequação.

Para o caso do Brasil urbano, Lopes (2008) utilizou como referência para a carência crítica no indicador de acesso à água os domicílios que não possuíam abastecimento de água a partir da rede geral, de poço ou de nascente, e, também, não possuíam canalização interna. Como observado por Kaztman (1996b), a qualidade da água também se relaciona com a sua origem, e a qualidade oferecida pela rede geral não se estende necessariamente a outras fontes, as quais podem fornecer um recurso de menor qualidade. Para as áreas urbanas do Brasil, a FJP (2013) considerou em situação de inadequação no acesso à água os domicílios que não contavam com a rede geral de distribuição. O IBGE (2011), avaliando as condições de saneamento dos domicílios, considerou o acesso à água a partir da rede geral de abastecimento como critério de adequação.

Para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, as condições adequadas de acesso à água potável serão avaliadas a partir de dois aspectos. Será considerado como adequado o acesso à água através da rede geral de distribuição e a existência de canalização em pelo menos um dos cômodos do domicílio. Portanto, são considerados domicílios com carência crítica no acesso à água aqueles que não

²⁸ No caso do Brasil, o IBGE (1999) aponta que a ampliação do acesso à rede de abastecimento de água está entre os principais fatores que contribuíram para que houvesse uma contínua redução da mortalidade infantil no país na segunda metade do século XX.

contam com o abastecimento de água a partir da rede geral e canalização dentro do domicílio. Como alguns dos municípios da região metropolitana englobam domicílios situados em áreas rurais e de menor densidade demográfica, também será considerado como adequado, no caso dessas áreas, o acesso à água a partir de poço ou de nascente.

3.2.2.3 Indicador do sistema sanitário do domicílio

Uma condição sanitária domiciliar adequada é fundamental na determinação das condições de saúde e bem-estar da população, visto que se associa aos aspectos básicos da higiene pessoal e aos meios para a eliminação dos dejetos nos domicílios (KAZTMAN, 1996b; FERES; MANCERO, 2001b). Assim como o acesso inadequado à água potável, a infraestrutura sanitária inadequada nos domicílios também se relaciona às causas de mortalidade e morbidade na população (KAZTMAN, 1996b; FERES; MANCERO, 2001b; IBGE, 1999; 2011). Como apontado pelo IBGE (2011), as condições sanitárias inadequadas dos domicílios impactam tanto a saúde da população como o meio ambiente. Esse tipo de carência leva à perda de qualidade de vida.

Conforme os levantamentos de Feres e Mancero (2001b), o acesso a condições sanitárias adequadas é comumente caracterizado por dois aspectos, o acesso a banheiro ou sanitário e o tipo apropriado de esgotamento sanitário, sendo que a situação de carência pode ser diferenciada entre as áreas urbanas e rurais. Para o caso do Brasil urbano, Lopes (2008) adota dois indicadores, não combinados, que envolvem a condição sanitária domiciliar: a ausência de esgotamento sanitário e a ausência de vaso sanitário. Para o IBGE (2011) e a FJP (2013), a adequação das moradias, no que se refere ao tipo de esgotamento sanitário, corresponde ao acesso à rede geral de esgoto ou ao uso da fossa séptica.

Para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o sistema sanitário dos domicílios será considerado em um indicador que combina duas características, o acesso a banheiro e o tipo de esgotamento sanitário. Assim, os domicílios com um sistema sanitário adequado são aqueles que contam, ao mesmo tempo, com pelo

menos um banheiro e acesso a esgotamento sanitário do tipo rede geral ou fossa séptica.²⁹ Essas condições de adequação dos domicílios são consideradas como aplicáveis, também, às áreas rurais dos municípios da região metropolitana.

Por fim, deve-se notar que as condições adequadas de saneamento dos domicílios incluem, nas análises do IBGE (2011), o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Portanto, a noção de saneamento básico abarca um conjunto de serviços essenciais. Entretanto, é importante observar que o indicador “sistema sanitário” do domicílio é empregado nesta tese com um sentido mais restrito, referindo-se apenas ao acesso a banheiro e ao tipo de esgotamento sanitário adequado. Sendo assim, o significado restrito desse indicador não deverá ser confundido com a abrangência que envolve a noção de saneamento básico.

3.2.2.4 Indicador de acesso a serviço de coleta de lixo

Como revelam os levantamentos de Feres e Mancero (2001b), o acesso ao serviço de coleta de lixo não é um indicador comumente utilizado na aplicação do método das necessidades básicas insatisfeitas nos países da América Latina. Entretanto, para o contexto das áreas urbanas, onde há maior densidade populacional, o acesso a esse tipo de serviço é essencial, visto que a destinação inadequada do lixo domiciliar pode afetar o bem-estar e a saúde da população, e contribuir para a degradação do meio ambiente (IBGE, 2010; 2011).

Para as áreas urbanas, a FJP (2013) considera, como em situação de inadequação de infraestrutura, os domicílios que não contam com o serviço de coleta de lixo. Do mesmo modo, o IBGE (2011) inclui o acesso a serviço de coleta de lixo entre as condições para a adequação sanitária dos domicílios, considerando como adequados, nesse quesito, os domicílios que contam com a coleta realizada direta ou indiretamente pelo serviço de limpeza.³⁰

²⁹ Conforme IBGE (2002; 2012b), nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, é considerado como banheiro o cômodo que possui chuveiro ou banheira e vaso sanitário.

³⁰ A coleta direta refere-se à coleta de lixo realizada diretamente nos domicílios pelo serviço de

Para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o acesso ao serviço de coleta de lixo é um indicador que se refere à existência do serviço de coleta realizada por serviço de limpeza, independentemente do tipo de empresa que realiza o serviço, privada ou pública, ou do tipo de coleta, diretamente realizada nos domicílios ou com armazenamento em local destinado à coleta posterior. Portanto, para essa necessidade básica, considera-se como adequado o domicílio que conta com a coleta de lixo realizada pelo serviço de limpeza. O acesso ao serviço de coleta de lixo é considerado como uma necessidade básica também para os domicílios que estão situados nas áreas rurais dos municípios da região metropolitana.

3.2.2.5 Indicador de acesso à energia elétrica

O indicador de acesso à energia elétrica é utilizado com menor frequência no grupo das necessidades básicas insatisfeitas, como mostram os levantamentos de Feres e Mancero (2001b). Contudo, como discutido por Calvo *et al.* (2013), o acesso à energia elétrica não pode ser desconsiderado entre os fatores que determinam as condições de adequação dos domicílios em termos de conforto. Deve-se notar que o acesso a esse recurso está diretamente relacionado às possibilidades de uso de alguns bens domésticos básicos, que asseguram condições mínimas de comodidade aos moradores.³¹

Para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o acesso à energia elétrica é um indicador simples, que se refere apenas à existência de energia elétrica nos domicílios, independentemente da origem desse recurso (companhia de distribuição ou outra fonte). Assim, considera-se com carência crítica, nessa dimensão, o domicílio com ausência de energia elétrica. O acesso à energia elétrica é considerado como uma necessidade básica também para os domicílios que se localizam nas áreas rurais dos municípios da região metropolitana.

limpeza, enquanto a coleta indireta é aquela em que o lixo é colocado em depósito, que se destina à coleta pelo serviço de limpeza (IBGE, 2010).

³¹ Como observado pelo IBGE (2010), o acesso à energia elétrica, assim como o acesso a certos aparelhos de uso doméstico - como geladeira, televisão e máquina de lavar -, são aspectos que também estão associados ao padrão de vida alcançado pela população.

3.2.2.6 Indicador de acesso aos serviços educacionais

O acesso aos serviços educacionais é um indicador tradicionalmente utilizado nos mapas de pobreza dos países da América Latina, e, como é empregado com foco nos jovens, retrata, geralmente, a situação dos segmentos populacionais de idade inferior aos 15 anos, como mostram os levantamentos de Moyano (1996) e Feres e Mancero (2001b). Deve-se notar que a escolaridade favorece a inclusão social dos indivíduos, além de ser um requisito relevante na determinação das condições de inserção das pessoas nas atividades produtivas (KAZTMAN, 1996b; FERES; MANCERO, 2001b; MOYANO, 1996).

Para o Brasil urbano, o indicador de acesso aos serviços educacionais foi utilizado por Lopes (2008) entre os indicadores de necessidades básicas. O autor considerou, como em condição de carência crítica, os domicílios que registravam a presença de crianças, com idade entre 7 e 11 anos, que não estavam frequentando a escola. Outra referência é o Bolsa Família, programa de combate à pobreza que, conforme MDS (2015), tem entre as condições a serem cumpridas, pelas famílias beneficiárias, a frequência escolar regular de seus membros de idades entre 6 e 17 anos. No âmbito do mercado de trabalho, é comum considerar a idade de 15 anos como o limite etário inferior da população em idade ativa, isto é, que está (potencialmente) disponível para trabalhar (JANNUZZI, 2001), o que pode indicar que uma preparação educacional mínima deva ser cumprida pelo menos até essa faixa etária.

Para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a adequação no acesso à educação escolar será analisada com base no recorte etário compreendido entre as idades de 7 a 14 anos.³² Na aplicação desse indicador, não estarão incluídas as crianças que não possuem relação de parentesco com o responsável pelo domicílio.³³ Portanto, são considerados sem carência crítica nessa dimensão os

³² Como para alguns indivíduos a entrada no estabelecimento escolar pode ocorrer aos 7 anos de idade, optou-se por um recorte etário com início aos 7 anos, considerando uma orientação conservadora de construção desse indicador, que evite a inclusão desnecessária de alguns domicílios dentro dessa necessidade básica.

³³ Consoante os levantamentos de Moyano (1996), Gómez e Conde (1996) e Feres e Mancero (2001b), a inclusão do acesso ao serviço escolar, entre os indicadores das necessidades básicas, é comumente combinada com critérios sobre a posição dos indivíduos no domicílio. Isso significa que

domicílios que não possuem moradores nas faixas etárias de 7 a 14 anos, assim como os domicílios com crianças nas idades de 7 a 14 anos, quando elas, tendo relação de parentesco com o responsável pelo domicílio, encontrarem-se freqüentando estabelecimento escolar, independentemente da adequação entre a idade e a série cursada.

3.2.2.7 Indicador da condição econômica do domicílio: a renda domiciliar *per capita* e a determinação do valor da linha de pobreza

A definição do valor da linha de pobreza pode ser orientada por diferentes perspectivas metodológicas. Rocha (2006) determina o valor da linha de pobreza com base no consumo observado das famílias de baixa renda no Brasil, considerando os gastos alimentares e não alimentares.³⁴ A autora define um conjunto de linhas de pobreza, calculadas conforme as características regionais e dos estratos residenciais da população (urbano, rural e metropolitano), levando em consideração a existência de diferenças no país em termos de características do consumo e de preços praticados pelo mercado.

Para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o valor da linha de pobreza será determinado tendo como referência as estimativas realizadas por Rocha (2006). Para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, Rocha (2006: p. 235)

as pessoas em idade escolar, que são avaliadas no âmbito das necessidades básicas, são aquelas que possuem relação de parentesco com o responsável pelo domicílio. Para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ao se estabelecer a condição de parentesco com o responsável pelo domicílio, não foram incluídos, na formulação do indicador de acesso ao serviço escolar, os indivíduos que no domicílio residiam na condição de pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

³⁴ Para definir o valor da linha de pobreza, Rocha (2006) analisa o consumo das famílias de baixa renda com base nos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar 1987/1988, cujas informações são oferecidas para as nove principais áreas metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Recife e Belém) e duas cidades do Centro-Oeste (Goiânia e Distrito Federal). Na definição da linha de pobreza, o valor correspondente à despesa alimentar é calculado considerando a cesta alimentar de menor custo que corresponde ao consumo mínimo e, posteriormente, suas quantidades são ajustadas para uma aproximação do consumo médio recomendado. Para a definição do valor do consumo não alimentar, Rocha (2006) toma como referência o comportamento das famílias cujo consumo alimentar se situa em níveis adequados, como um meio de aproximação dos limites da adequação de um consumo (não alimentar) mínimo. Ademais, dado que o valor da linha de pobreza é baseado na estrutura do consumo observado, seu valor pode ser atualizado ao longo do tempo com base nos índices de preços.

estimou que o valor da linha de pobreza metropolitana situava-se em R\$ 126,10 em setembro de 2001. Utilizando os dados do INPC-IBGE da Região Metropolitana de Belo Horizonte³⁵ para ajustar a linha de pobreza a valores de julho de 2010, encontra-se uma linha de pobreza de R\$ 236,97. Esse valor correspondia a pouco menos de meio salário mínimo, que em julho de 2010 tinha um valor de R\$ 510,00. Ajustando a linha de pobreza a valores de julho de 2000, encontra-se um valor de R\$ 116,61, que corresponde a cerca de três quartos do salário mínimo em vigor em julho de 2000, que era de R\$ 151,00.

Deve-se notar que essas conversões, no tempo, do valor monetário da linha de pobreza foram realizadas considerando os períodos de referência estabelecidos pelos respectivos censos no levantamento das informações sobre a renda mensal dos domicílios. Assim, na dimensão da condição econômica do domicílio, serão identificados como em situação de carência, por insuficiência de renda, aqueles indivíduos que, no ano de 2000, viviam com renda domiciliar *per capita* mensal inferior a R\$ 116,61, e, no ano de 2010, aqueles que vivam com renda domiciliar *per capita* mensal inferior a R\$ 236,97.

Deve-se destacar que, ao se considerar como indicador a renda do domicílio, a unidade de referência correspondente a essa informação é a “família domiciliar” ou, propriamente, a unidade domiciliar. Entretanto, nas informações censitárias, a família e o domicílio podem ser analisados como unidades distintas. Mas essa distinção não será considerada como relevante, particularmente para uma análise das condições de pobreza da população metropolitana, pressupondo-se que os moradores de um mesmo domicílio compartilham os recursos para satisfazer as necessidades de consumo básico. No Brasil, como mostram Alves e Cavenaghi (2006), levando em conta a metodologia censitária, os domicílios com mais de uma família correspondem comumente aos casos de famílias estendidas, isto é, são famílias "que possuem mais de uma geração de parentes (pais, filhos, netos, etc.) ou possuem parentes horizontais (irmão, tio, primo, etc.) morando em um mesmo

³⁵ Conforme IBGE (2014b), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC oferece informações sobre o comportamento mensal dos preços em dez regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Recife, Belém e Vitória) e três municípios (Goiânia, Campo Grande e Brasília). Os índices de preços da Região Metropolitana de Belo Horizonte, empregados aqui para ajuste do valor da linha de pobreza em diferentes períodos, foram obtidos em IBGE/SIDRA.

domicílio" (ALVES; CAVENAGHI, 2006: p. 18). Assim, para fins de análise das situações de pobreza, considerou-se a unidade domiciliar.

Deve-se observar, também, que a renda domiciliar *per capita* é uma medida que se refere apenas aos domicílios particulares. E o rendimento domiciliar, conforme informado nos levantamentos censitários, não inclui a renda dos moradores cuja condição é de pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico. Do mesmo modo, os moradores nessas condições também não são computados dentro da divisão da renda domiciliar, isto é, no cálculo do indicador *per capita*. Portanto, a situação dos moradores em domicílios particulares permanentes nas condições de pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico é peculiar, uma vez que as condições domiciliares retratadas são referentes a um grupo familiar do qual esses indivíduos não fazem parte, apesar de circunstancialmente compartilharem o mesmo domicílio. O caso desses grupos da população será discutido na próxima seção, que se dedica aos segmentos populacionais da análise.

Por fim, destaca-se que o rendimento dos domicílios será considerado conforme registrado nos dados censitários. Contudo, no caso do Censo Demográfico 2010, uma parcela dos domicílios que informaram rendimento igual a zero poderia ser representada por domicílios que não reportaram o rendimento, mas mesmo assim permaneceram incluídos dentro dessa faixa de renda. Nas avaliações de IBGE (2012a), grande parte dos domicílios que, provavelmente, se enquadrariam em rendimento "sem declaração" era formada por pessoas cuja condição, no mercado de trabalho, era de não-ocupadas, o que foi utilizado como um critério para a decisão de não imputação de renda, dado os problemas envolvidos nas opções de imputação em termos de renda do trabalho e de outras fontes e na compatibilização entre as informações do universo e da amostra censitária. Nesta tese, os domicílios com rendimento zero serão considerados com tal, sem qualquer procedimento para imputação de dados.³⁶

³⁶ É interessante observar que a imputação da informação de rendimento domiciliar, para os dados do Censo 2010, foi utilizada, por exemplo, no estudo da FJP (2013) sobre a situação do déficit habitacional no Brasil. Nesse estudo, foi realizada uma imputação de renda para o caso dos domicílios que poderiam ser classificados como não extremamente pobres, utilizando-se, como referência, variáveis sobre condições de moradia (existência de banheiro e acesso à água e energia)

3.3 O segmento populacional da análise

Nesta tese, a população alvo da análise corresponde aos indivíduos residentes nos municípios que compõem oficialmente a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A população metropolitana é analisada em dois períodos distintos, a partir das informações dos dois últimos censos demográficos, isto é, do ano de 2000 e do ano de 2010. Entretanto, considerando as características do método combinado de medição da pobreza, linha de pobreza e necessidades básicas insatisfeitas, a população que pode ser analisada com base nos indicadores desses métodos corresponde àquela residente em “domicílios particulares permanentes”. Isso porque, para esses domicílios, os dados censitários incluem as informações sobre os moradores, a renda e as características dos domicílios, as quais são necessárias para as estimativas das distintas situações de pobreza através do método aqui empregado.

Considerando isso, deve-se notar que, para uma pequena parcela da população, as informações necessárias, em termos de análise das condições de pobreza, não estão disponíveis. Esse é caso da população residente nos “domicílios particulares improvisados” e em “domicílios coletivos”. Para esses domicílios não são disponibilizadas informações sobre serviços urbanos básicos, e mesmo sobre a renda, no caso dos domicílios coletivos. Entretanto, a população residente nesses domicílios representa uma parcela muito pequena do conjunto da população metropolitana, e sua exclusão não implica comprometimento dos resultados sobre a pobreza na área metropolitana.

e características sociodemográficas dos moradores (presença de crianças e idosos e analfabetismo adulto). A FJP (2013: p. 26) explica que "embora seja razoável supor que algumas famílias e/ou indivíduos não possuam rendimentos, ou então sejam extremamente pobres, uma análise mais detalhada de outras variáveis como infraestrutura domiciliar, escolaridade e composição domiciliar sugeriam que a ausência de rendimentos desses domicílios poderia ser apenas momentânea". No caso da FJP (2013), considerar o rendimento zero, em seu aspecto momentâneo, implica em efeitos não desejáveis sobre as estimativas do déficit habitacional, o que justifica a imputação da renda. Contudo, no caso desta tese, cujo foco é a questão da pobreza, outros aspectos devem ser considerados na decisão sobre a imputação da renda. Deve-se notar que o método combinado - linha de pobreza e necessidades básicas insatisfeitas - retrata diferentes situações de pobreza, permitindo uma análise de aspectos distintos que afetam as condições de vida da população. Portanto, uma imputação da renda que “alinhasse” os níveis de renda às condições de “adequação” dos domicílios afetaria um segmento específico da pobreza, particularmente aquele associado exclusivamente à insuficiência de renda: a pobreza recente.

Quanto aos domicílios particulares permanentes, uma pequena parte da população residente nesses domicílios apresenta uma situação peculiar para a análise das condições de pobreza. É o caso dos moradores cuja condição no domicílio é de pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico. A participação desses indivíduos não é computada na renda *per capita* domiciliar, e os mesmos usufruem de condições específicas de acesso à moradia. Considerando as particularidades desse segmento da população, cujo tamanho, regra geral, é relativamente pequeno, o mesmo será excluído das análises da pobreza metropolitana.³⁷

Na Tabela 3.1, pode ser analisada a distribuição da população residente nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo as condições de moradia, isto é, a parcela da população que será analisada com base na aplicação do método proposto para a identificação da pobreza – as “pessoas em domicílios particulares permanentes” – e os grupos populacionais que não serão incluídos neste estudo – as “pessoas em domicílios particulares improvisados”, as “pessoas em domicílio coletivo” e as “pessoas em condições específicas” de residência nos domicílios particulares permanentes.

Tabela 3.1 – Distribuição da população segundo condições de residência - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Condições de residência	População metropolitana			
	Censo 2000		Censo 2010	
	abs.	perc.	abs.	perc.
Pessoas em domicílios particulares permanentes	4.305.284	98,8%	4.849.199	99,3%
Pessoas em domicílios particulares improvisados	13.733	0,3%	3.675	0,1%
Pessoas em domicílio coletivo	13.410	0,3%	19.230	0,4%
Pessoas em condições específicas (1)	25.743	0,6%	11.865	0,2%
Total	4.358.171	100%	4.883.970	100%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: (1) Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes na condição de pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. Esse segmento foi excluído do grupo das “pessoas em domicílios particulares permanentes”.

Na Tabela 3.1, observa-se que a parcela da população que não será analisada neste estudo sobre a pobreza representa apenas 1,2% da população metropolitana no ano

³⁷ Em seu estudo sobre a pobreza urbana no Brasil, com base no método combinado linha de pobreza e necessidades básicas insatisfeitas, Lopes (2008) decidiu pela retirada desses indivíduos na análise de alguns dos indicadores. O autor apontou que a exclusão ou não dessa parcela da população não envolvia um comprometimento dos resultados obtidos.

de 2000, o que corresponde a um número de 52,8 mil indivíduos em um universo de 4,3 milhões de pessoas. No ano de 2010, a população que não será incluída nas análises se reduz em comparação com o ano de 2000, passando para 34,7 mil pessoas em uma população de 4,8 milhões, o que, em termos proporcionais, corresponde a apenas 0,7% da população metropolitana nesse ano.

Tendo em vista os resultados apresentados na Tabela 3.1, pode-se considerar que as análises sobre a pobreza metropolitana não são comprometidas pelos recortes demográficos estabelecidos para a aplicação do método combinado de medição da pobreza, já que quase toda a população residente na Região Metropolitana de Belo Horizonte foi incorporada no estudo. Assim, deve ser observado que o tamanho da população metropolitana que estará sob análise nos próximos capítulos desta tese será ligeiramente menor que o contabilizado pelos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

3.4 Medidas-resumo da pobreza metropolitana

Para a identificação da população em situação de pobreza, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foram definidos seis indicadores correspondentes a dimensões no âmbito do método das necessidades básicas insatisfeitas, e um indicador de renda, correspondente ao método da linha de pobreza. E a forma de construção dos mesmos foi descrita anteriormente. Considerando seus resultados, a população metropolitana e os domicílios metropolitanos repartem-se em segmentos, segundo a situação de carência ou não nas diferentes dimensões elencadas como básicas para o acesso a uma condição de bem-estar adequada mínima.

As medidas-resumo da pobreza metropolitana correspondem a medidas absolutas e relativas, que se baseiam na quantidade de pessoas identificadas nos quatro segmentos da população metropolitana, isto é, os não pobres e aqueles nas situações de pobreza crônica, recente e inercial. Naturalmente que esses indicadores também se aplicam considerando os domicílios como as unidades da análise, já que a situação de um domicílio é correspondente ao grupo de seus moradores. Assim, definem-se:

- a) Proporção da população socialmente integrada ou proporção da população não pobre:

$$\text{Proporção de não pobres} = \frac{\text{Pessoas não pobres}}{\text{População}}$$

Nota: As pessoas socialmente integradas ou não pobres são os indivíduos que vivem em domicílios em que a renda domiciliar *per capita* se apresenta igual ou acima da linha de pobreza e não há carência em nenhuma das seis dimensões das necessidades básicas insatisfeitas.

- b) Proporção da população em situação de pobreza recente:

$$\text{Proporção da pobreza recente} = \frac{\text{Pessoas em pobreza recente}}{\text{População}}$$

Nota: As pessoas em situação de pobreza recente são os indivíduos que vivem em um domicílio em que a renda domiciliar *per capita* se apresenta abaixo da linha de pobreza, mas não há carência em nenhuma das seis dimensões das necessidades básicas insatisfeitas. São utilizados de forma equivalente os termos “proporção da população em situação de pobreza recente” e “incidência da pobreza recente”.

- c) Proporção da população em situação de pobreza crônica

$$\text{Proporção da pobreza crônica} = \frac{\text{Pessoas em pobreza crônica}}{\text{População}}$$

Nota: As pessoas em situação de pobreza crônica são os indivíduos que vivem em um domicílio em que a renda domiciliar *per capita* se apresenta abaixo da linha de pobreza e que também registram uma ou mais carências nas dimensões das necessidades básicas insatisfeitas. São utilizados de forma equivalente os termos “proporção da população em situação de pobreza crônica” e “incidência da pobreza crônica”.

d) Proporção da população em situação de pobreza inercial

$$\text{Proporção da pobreza inercial} = \frac{\text{Pessoas em pobreza inercial}}{\text{População}}$$

Nota: As pessoas em situação de pobreza inercial são os indivíduos que vivem em um domicílio em que a renda domiciliar *per capita* se apresenta igual ou acima da linha de pobreza, mas que registram uma ou mais carências nas dimensões das necessidades básicas insatisfeitas. São utilizados de forma equivalente os termos “proporção da população em situação de pobreza inercial” e “incidência da pobreza inercial”.

e) Proporção da população em situação de pobreza

$$\text{Proporção de pobres} = \frac{\text{Pessoas em situação de pobreza}}{\text{População}}$$

Nota: A “proporção de pobres” ou “incidência da pobreza” corresponde à proporção de pessoas em situação de pobreza no conjunto da população. O número de pessoas em situação de pobreza é a soma dos indivíduos que vivem nas situações de pobreza crônica, recente e inercial.

4 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: A POBREZA NOS ANOS 2000 E 2010

Este capítulo se divide em seis seções. Na primeira, são analisadas as mudanças recentes nos níveis da pobreza metropolitana. Na segunda, avalia-se a composição demográfica. A terceira dedica-se aos aspectos sociodemográficos e do mercado de trabalho. Na quarta seção, são analisadas as características dos domicílios e, na quinta, os indicadores de necessidades básicas insatisfeitas. A última parte é uma discussão sobre os resultados apresentados.

4.1 A pobreza metropolitana nos anos de 2000 e 2010

Para se compreender as situações de pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte, apresenta-se, nas Matrizes 4.1 e 4.2, a distribuição da população no âmbito das medidas de pobreza, segundo o cruzamento entre o método da linha de pobreza e o das necessidades básicas insatisfeitas. Com base nessas matrizes, pode-se avaliar o comportamento da pobreza metropolitana caso apenas um desses métodos de medição da pobreza fosse empregado para avaliar as condições de vida da população, bem como o significado da combinação desses métodos em termos de um acompanhamento mais detalhado da diferentes situações de carência da população metropolitana.

Matriz 4.1 – Composição da situação social da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a combinação entre os métodos da linha de pobreza e das necessidades básicas insatisfeitas – ano de 2000

Matriz de composição das situações de pobreza		Linha de pobreza		TOTAL
		População acima da linha da pobreza	População abaixo da linha da pobreza	
Necessidades básicas insatisfeitas	População sem necessidades básicas insatisfeitas	2.316.579	616.412	2.932.991
	População com uma ou mais necessidades básicas insatisfeitas	588.467	783.826	1.372.293
TOTAL		2.905.046	1.400.238	4.305.284

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000 – IBGE.

Matriz 4.2 – Composição da situação social da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a combinação entre os métodos da linha de pobreza e das necessidades básicas insatisfeitas – ano de 2010

Matriz de composição das situações de pobreza		Linha de pobreza		TOTAL
		População acima da linha da pobreza	População abaixo da linha da pobreza	
Necessidades básicas insatisfeitas	População sem necessidades básicas insatisfeitas	3.353.315	520.912	3.874.227
	População com uma ou mais necessidades básicas insatisfeitas	627.665	347.306	974.971
TOTAL		3.980.980	868.218	4.849.198

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 - IBGE.

Considerando apenas a linha de pobreza como determinante dos níveis pobreza, pode-se verificar que a pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte teria níveis mais baixos, visto que apenas os segmentos da pobreza recente e crônica reúnem a população cuja renda domiciliar *per capita* se situa abaixo da linha da pobreza. Se apenas a linha de pobreza fosse o indicador da pobreza metropolitana, a proporção de pobres teria declinado de 33%, em 2000, para 18% no ano de 2010, o que, em termos absolutos, significa uma redução da população de pobres de 1,4 milhão para 868,2 mil pessoas nesse período. Esse resultado mostra que o crescimento da população com renda acima da linha da pobreza foi um avanço importante na última década. Contudo, ao se considerar as necessidades básicas insatisfeitas na determinação da pobreza, podem ser destacadas, ainda, as diferenças entre as pessoas que vivem com renda abaixo da linha de pobreza, que vão se distribuir entre as situações de pobreza crônica e recente.

Por outro lado, se apenas os indicadores de necessidades básicas insatisfeitas fossem considerados na determinação da pobreza metropolitana, isto é, apenas aqueles indivíduos residentes em domicílios que contam com uma ou mais necessidades básicas não satisfeitas – o que significa a soma das pessoas nas situações de pobreza crônica e inercial –, a pobreza metropolitana teria declinado de 32%, no ano de 2000, para 20% no ano de 2010. Em termos absolutos, essa mudança corresponde a uma redução de 1,3 milhão para 974,9 mil pessoas em situação de pobreza. Contudo, considerar somente as necessidades básicas

insatisfeitas da população não revela as condições distintas entre aqueles que estão submetidos a uma renda abaixo da linha de pobreza e aqueles com renda acima desse limite.

Como se pôde notar, a ampliação do acesso a um nível de renda considerado mínimo para a satisfação de necessidades essenciais não implica, necessariamente, uma garantia de acesso a serviços públicos básicos ou condições de moradia adequada, como se revela na pobreza inercial. Do mesmo modo, para uma parcela da população que já alcançou um acesso a condições adequadas de moradia e cobertura de serviços básicos, isso não implica, necessariamente, superação do risco de experimentar períodos de pobreza devido à insuficiência de renda, o que se revela na pobreza recente.

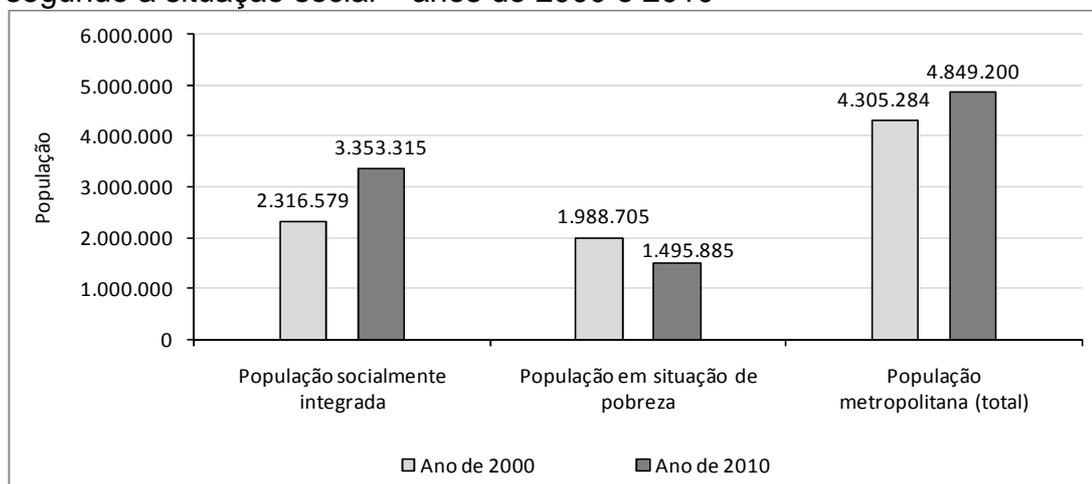
Assim, a partir da combinação entre o método da linha de pobreza e o das necessidades básicas insatisfeitas, diferentes situações de pobreza metropolitana podem ser analisadas. E como se pôde observar, a redução da pobreza que poderia ser esperada com base no método da linha de pobreza não é a mesma do método das necessidades básicas insatisfeitas. Do mesmo modo, os níveis de pobreza que são determinados a partir da perspectiva oferecida por cada um desses métodos não serão iguais aos obtidos com base em uma abordagem combinada dos mesmos.

4.1.1 As mudanças na pobreza metropolitana: os socialmente integrados e as situações de pobreza crônica, recente e inercial

A distribuição da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a situação social dos indivíduos, é apresentada no Gráfico 4.1. Como se poderá observar, entre os anos de 2000 e 2010, a população metropolitana passou de 4,3 milhões para 4,8 milhões de pessoas. Nesse período, a população socialmente integrada, os não pobres, aumentou de 2,3 milhões para 3,3 milhões de pessoas. Já a população em situação de pobreza diminuiu de tamanho em quase meio milhão de pessoas, visto que, nesse período, o número de pobres reduziu-se de 1,9 milhão para 1,4 milhão de pessoas. Portanto, no ano de 2000, a proporção de pobres

correspondia a 46% da população e, em 2010, essa proporção declina para 31% da população metropolitana.

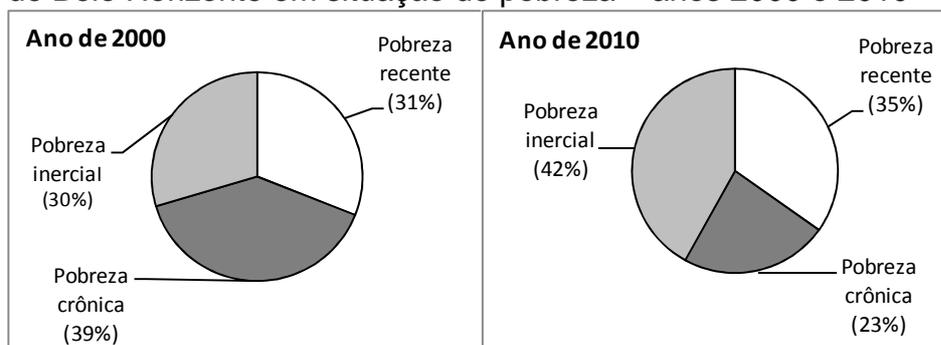
Gráfico 4.1 – População da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a situação social – anos de 2000 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.
Nota: A população pobre corresponde à soma da pobreza crônica, recente e inercial.

Para se compreender as características e transformações na formação da pobreza metropolitana entre os anos de 2000 e 2010, apresenta-se, no Gráfico 4.2, a distribuição da população de pobres entre os três tipos de pobreza: a crônica, a recente e a inercial. Como se pode observar, a redução da pobreza metropolitana na última década foi acompanhada por mudanças importantes na composição da população em situação de pobreza, o que sugere a existência de carências ou demandas básicas insatisfeitas da população mais resistentes dentro do processo de redução da pobreza.

Gráfico 4.2 – Composição da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte em situação de pobreza – anos 2000 e 2010

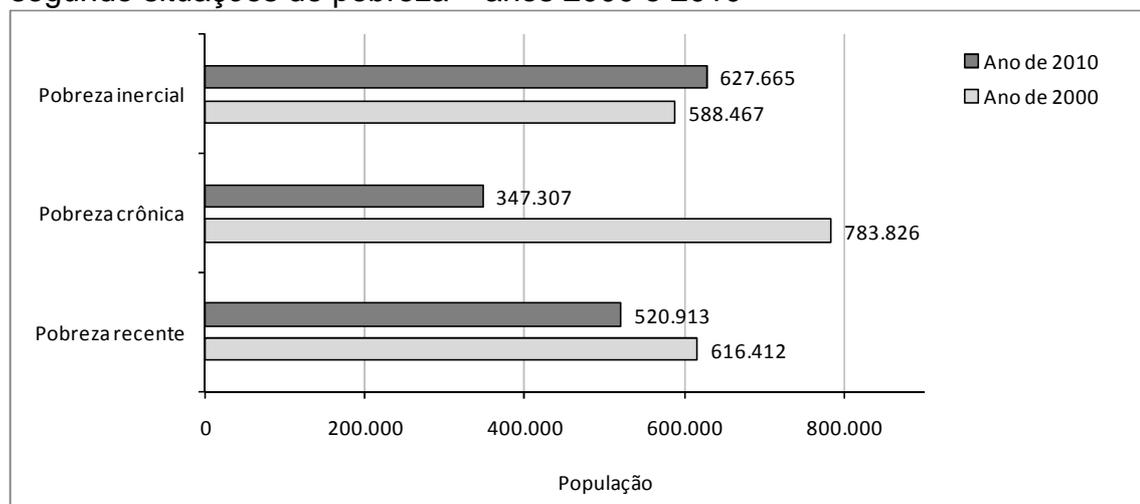


Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Entre os anos de 2000 e 2010, a composição da pobreza metropolitana passa por alterações destacáveis, visto que se reduz o peso relativo da pobreza crônica e aumenta notavelmente a importância da pobreza inercial. A participação da população em situação de pobreza crônica na composição da pobreza metropolitana reduziu-se de 39%, em 2000, para 23% no ano de 2010, passando a figurar como a situação de pobreza com menor peso relativo na formação da população de pobres. Por outro lado, a pobreza inercial assume maior relevância, já que, na determinação da pobreza metropolitana, sua importância passa de 30% para 42% nesse período, enquanto a pobreza recente registra um ligeiro aumento em sua participação, de 31% para 35% (GRÁFICO 4.2).

Considerando que o número de pessoas que experimentavam alguma situação de pobreza se reduziu e que a composição da pobreza também se alterou entre os anos de 2000 e 2010, deve-se notar que essa trajetória de declínio da pobreza metropolitana está associada a uma evolução diferenciada do volume populacional enquadrado nas diferentes situações de pobreza. Assim, para se avaliar as alterações no tamanho da população metropolitana que se encontrava nas situações de pobreza crônica, recente e inercial, as informações pertinentes são apresentadas no Gráfico 4.3.

Gráfico 4.3 – População pobre da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo situações de pobreza – anos 2000 e 2010



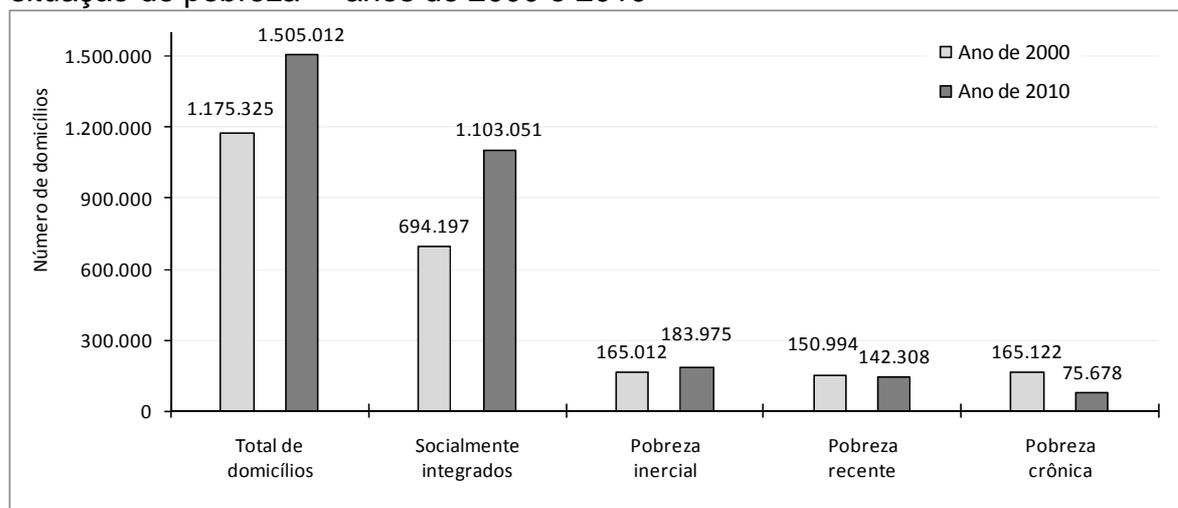
Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

Considerando a população em situação de pobreza crônica, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, observa-se que seu tamanho reduziu-se em 56%. Na região metropolitana, a proporção da população que vivia nessa situação de pobreza reduziu-se de 18% para 7% nesse período, o que significa que o volume da pobreza crônica diminuiu de 783,8 mil para 347,3 mil indivíduos. Já a pobreza recente apresentou um declínio de 15% no seu tamanho populacional e o número de pessoas vivendo nessa situação de pobreza reduziu-se de 616,4 mil para 520,9 mil indivíduos, o que significa que esse tipo de pobreza englobava 14% da população metropolitana em 2000, e declinou para 11% no ano de 2010 (GRÁFICO 4.3).

Diferentemente da pobreza crônica e recente, que reduziram de volume, o caso da pobreza inercial foi distinto, visto que seu tamanho populacional aumentou em 7% entre os anos de 2000 e 2010. O número de pessoas vivendo nessa situação de pobreza passou de 588,4 mil para 627,6 mil indivíduos no período. Por outro lado, deve-se notar que, apesar desse crescimento no volume da pobreza inercial, a proporção da população metropolitana vivendo nessa situação de pobreza não aumentou entre os anos de 2000 e 2010, ao contrário, reduziu-se de 14% para 13% (GRÁFICO 4.3). Essa aparente contradição deve-se ao importante crescimento da população socialmente integrada, cujo tamanho aumentou 45% entre os anos de 2000 e 2010 (GRÁFICO 4.1)

Outra perspectiva para se analisar as mudanças nos níveis de pobreza metropolitana é considerar a distribuição dos domicílios segundo a situação social de seus moradores. Nesse caso, deve-se notar que o que se avalia são as unidades domiciliares, independentemente do número de moradores. Os dados do Gráfico 4.4, apresentado a seguir, mostram que o número de domicílios da Região Metropolitana de Belo Horizonte aumentou de 1,1 milhão, em 2000, para 1,5 milhão de domicílios no ano de 2010, o que corresponde a um incremento de 329,6 mil unidades no período. Como se poderá notar, esse aumento do estoque de domicílios ocorre em meio a uma redução do conjunto daqueles que se enquadram nas diferentes situações de pobreza. Em termos relativos, verifica-se que a proporção de domicílios pobres se reduz de 41% para 27% dos domicílios metropolitanos nesse período.

Gráfico 4.4 – Domicílios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a situação de pobreza – anos de 2000 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

Nota: Inclui somente os domicílios particularmente permanentes.

Conforme os dados do Gráfico 4.4, grande parte dos domicílios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tanto no ano de 2000 como em 2010, não se classifica em qualquer das situações de pobreza. Os domicílios socialmente integrados aumentaram de 694,1 mil para 1,1 milhão de unidades nesse período, o que significa um incremento de 408,8 mil domicílios, um número superior ao próprio incremento total de domicílios da região metropolitana. Esse incremento dos domicílios socialmente integrados, acima do conjunto metropolitano, indica que houve um saldo positivo nas transições dos domicílios entre as situações de pobreza e a condição de socialmente integrado.

O número de domicílios nas situações de pobreza crônica, recente e inercial era pouco diferente no ano de 2000, contando-se 165,1 mil, 150,9 mil e 165,0 mil domicílios, respectivamente. Contudo, as mudanças no estoque de domicílios enquadrados nas distintas situações de pobreza revelam algumas particularidades no curso de redução da pobreza no período. A pobreza crônica registrou a maior redução no número de domicílios, pois seu estoque passou para 75,6 mil domicílios no ano de 2010. O número de domicílios na situação de pobreza recente pouco recuou, diminuindo para 142,3 mil. Já o estoque de domicílios enquadrados em situação de pobreza inercial aumentou, alcançando 183,9 mil domicílios em 2010 (GRÁFICO 4.4).

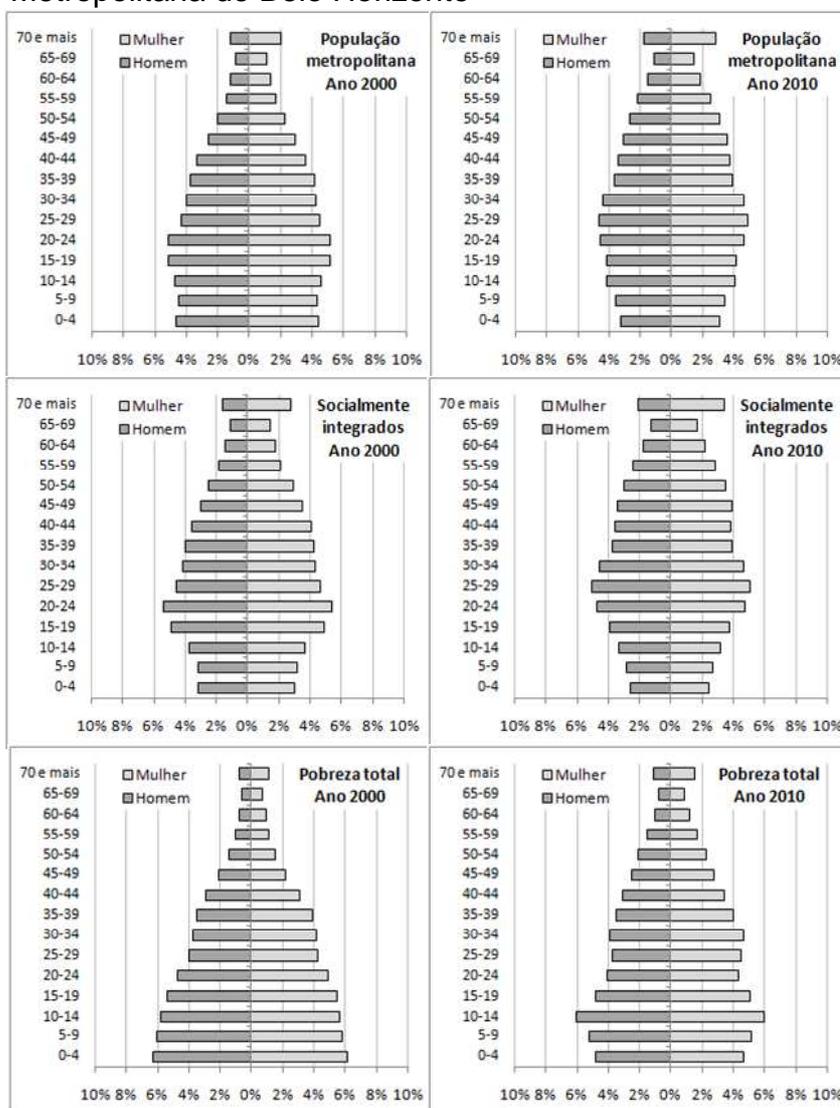
É interessante notar que, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, a população metropolitana em situação de pobreza declinou de 46% para 31%, ao passo que a proporção de domicílios pobres diminuiu de 41% para 27% nesse período (TABELA 4.1 e 4.3). As diferenças encontradas nos níveis de pobreza da região metropolitana, quando se confrontam os dados de pessoas e de unidades domiciliares, estão associadas às características dos domicílios, e, nesse caso, indica que o número de pessoas por domicílio é maior entre os pobres, em comparação com os não pobres.

Em suma, os resultados mostraram que, na última década, houve um importante avanço na Região Metropolitana de Belo Horizonte em termos de redução da pobreza. Apesar disso, os níveis de pobreza ainda se revelam relativamente altos, o que não permite considerar como de pequena ordem o volume de pessoas ou o estoque de domicílios que ainda se encontram inseridos nas diferentes situações de pobreza. É importante destacar que houve uma redução significativa do volume de pobres e da incidência da pobreza na população metropolitana. Também não houve aumento da incidência de qualquer das três situações de pobreza, mesmo no caso da pobreza inercial, que contabilizou um ligeiro aumento em sua população e no número de domicílios. Sintetizando: na comparação entre os anos de 2000 e 2010, constata-se uma significativa ampliação da parcela socialmente integrada da população e dos domicílios metropolitanos.

4.2 A composição etária da pobreza metropolitana

O Gráfico 4.5, exposto a seguir, apresenta, para os anos de 2000 e 2010, as estruturas etárias da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dos segmentos pobre e não pobre. Inicialmente, observa-se que a distribuição etária proporcional da população metropolitana é marcada por uma concentração nas faixas etárias adultas. Essa característica acentua-se na comparação entre os anos de 2000 e 2010, visto que se estreita ainda mais a base da pirâmide etária metropolitana.

Gráfico 4.5 – Distribuição etária da população metropolitana, e dos segmentos populacionais não pobres e em situação de pobreza - anos 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE

Nota: A pobreza corresponde ao agregado da pobreza crônica, recente e inercial.

A partir do Gráfico 4.5, pode-se notar que a composição etária da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte concentra-se principalmente nas faixas de idade potencialmente produtivas. Em uma comparação entre os anos de 2000 e 2010, verifica-se que a proporção do segmento etário adulto aumentou de 68% para 71% da população, a dos idosos aumentou de 5% para 7%, enquanto a participação

dos jovens diminuiu de 27% para 22% da população metropolitana nesse período (GRAFICO 4.5).³⁸

Considerando particularmente o segmento populacional socialmente integrado, observa-se que, tanto no ano de 2000 como em 2010, sua estrutura etária apresenta-se ligeiramente mais envelhecida em comparação com o conjunto da população metropolitana. Por outro lado, o segmento populacional em situação de pobreza apresenta uma estrutura etária relativamente mais jovem. Contudo, na comparação entre anos de 2000 e 2010, evidencia-se um estreitamento da base da pirâmide etária da população socialmente integrada e também daquela em situação de pobreza (GRAFICO 4.5).

A população socialmente integrada corresponde ao segmento mais numeroso da região metropolitana. Respondendo por 54% da população metropolitana no ano de 2000, passou a responder por 69% dela no ano de 2010. Sua estrutura etária apresenta-se bem concentrada entre os adultos, com pequena participação de jovens, e ainda menor de idosos, visto que os extremos de sua pirâmide etária são notadamente mais estreitos. Os adultos respondiam por 73% da população socialmente integrada em 2000, aumentando ligeiramente para 75% em 2010, enquanto os jovens passam de 20% para 17% nesse período, e os idosos, de 7% para 8% (GRÁFICO 4.5).

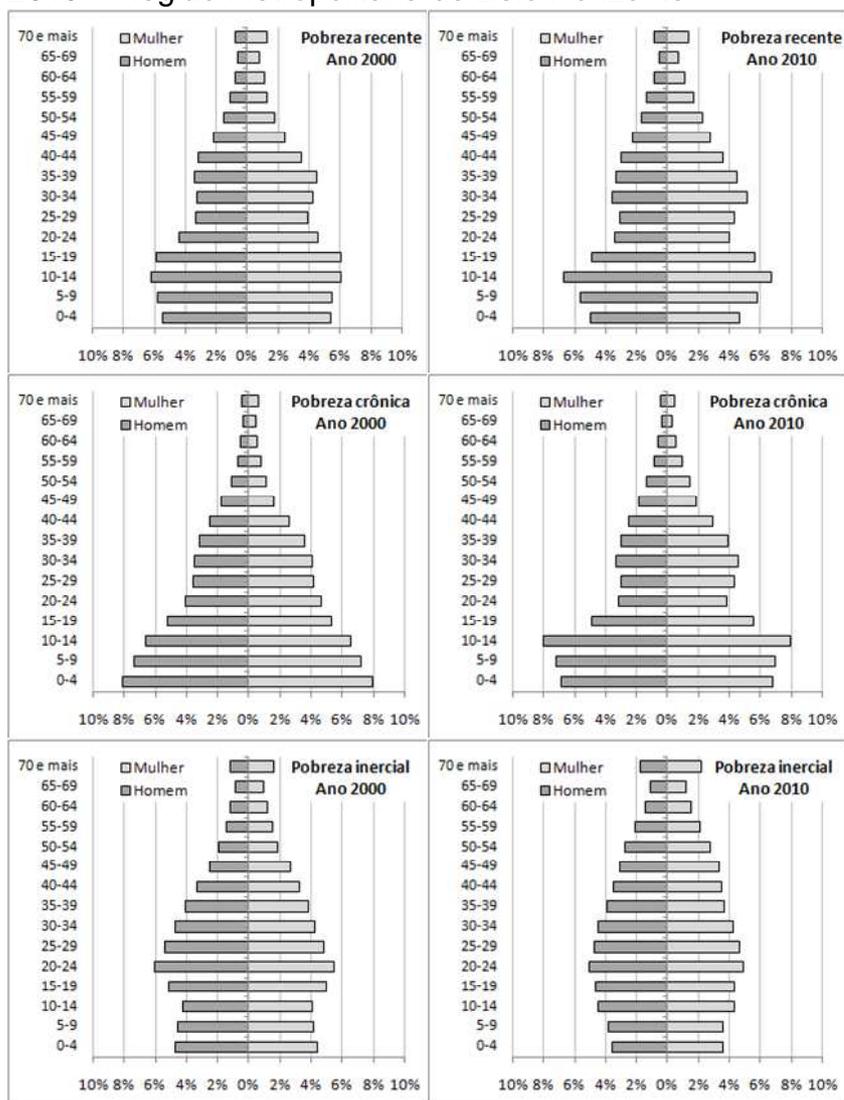
A população em situação de pobreza apresenta uma estrutura etária bem mais jovem em comparação com a população socialmente integrada, considerando que a proporção dos jovens entre os pobres é quase duas vezes maior que a registrada entre os não pobres, enquanto entre os idosos ocorre o inverso. Na composição da população em situação de pobreza, a proporção dos adultos aumentou de 61% para 64% na comparação entre os anos de 2000 e 2010, enquanto a de jovens diminuiu

³⁸ Para analisar as principais mudanças nas estruturas etárias, a população será repartida entre jovens, adultos e idosos. Os jovens correspondem aos indivíduos nas idades entre 0 e 14 anos. Os adultos são aqueles com idade entre 15 e 64 anos, e os idosos correspondem aos indivíduos com 65 anos ou mais. Consoante Alves (2008) e RIPSA (2008), essa segmentação da população é comumente empregada nas análises demográficas, que, considerando a disponibilidade em potencial para a inserção nas atividades econômicas, distinguem a parcela da população ativa, os adultos, das parcelas inativas, os idosos e os jovens.

de 36% para 31%, e a dos idosos aumentou ligeiramente, de 3% para 4% (GRÁFICO 4.5).

As características etárias da população pobre metropolitana podem ser melhor avaliadas quando se consideram as especificidades da pobreza crônica, recente e inercial. No Gráfico 4.6, são apresentadas as estruturas etárias da população metropolitana que se enquadra nessas situações de pobreza. Como se poderá notar, suas pirâmides etárias assumem formas bem distintas, mas também sofreram alterações na última década.

Gráfico 4.6 – Distribuição etária da população em situação de pobreza recente, crônica e inercial - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

A população em situação de pobreza recente apresenta uma estrutura etária em que os jovens têm uma participação relativamente importante, mas sua pirâmide etária não apresenta uma base larga. Esse segmento da pobreza metropolitana não apresentou mudanças mais acentuadas na forma de sua estrutura etária entre os anos de 2000 e 2010, mas nota-se um pequeno estreitamento da base da pirâmide na comparação entre esses dois períodos. Nos anos de 2000 e 2010, os jovens mantiveram uma participação em torno de 34% da população em situação de pobreza recente, enquanto os adultos responderam por aproximadamente 62%, e os idosos, por 3% (GRÁFICO 4.6).

A estrutura etária da população em situação de pobreza crônica é notadamente mais jovem em comparação com outros segmentos sociais. Como se pode notar no Gráfico 4.6, a forma de sua pirâmide etária, em 2000, apresenta uma base larga, o que revela uma população muito jovem. Em 2010, a base da pirâmide etária já apresenta um pequeno estreitamento, modificando sua formação em relação ao ano de 2000. Contudo, em termos da distribuição relativa da população entre os grandes segmentos etários, as mudanças não foram notáveis. Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, nesse segmento da pobreza, a participação dos jovens manteve-se em torno de 44% da população, a dos adultos permaneceu em 55% e a dos idosos, próxima de 2%.

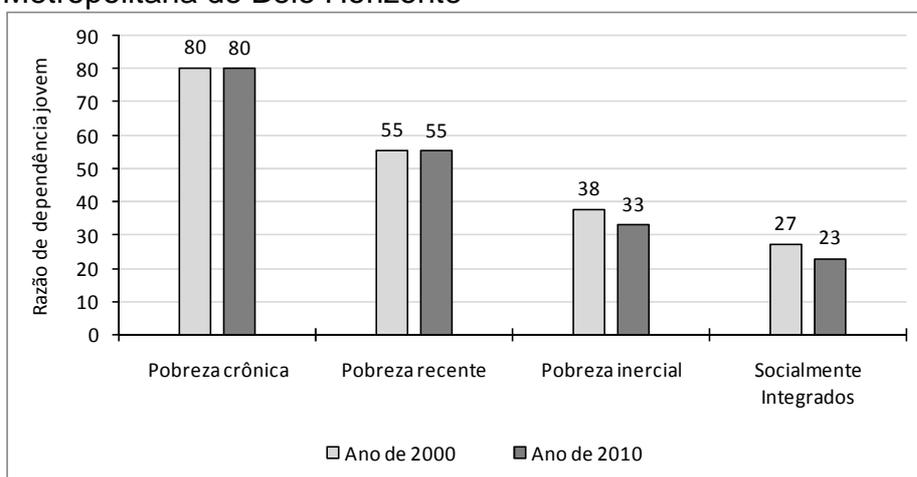
A população em situação de pobreza inercial apresenta uma estrutura etária que passa por mudanças entre os anos de 2000 e 2010, com um estreitamento mais nítido da base da pirâmide nesse período, o que aproxima a forma de sua pirâmide daquela que caracteriza a população socialmente integrada. Ademais, diferentemente do que ocorre com a pobreza recente e crônica, destaca-se uma maior proporção das faixas de idade adultas jovens em sua composição, em particular dos 20 aos 34 anos. Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, a participação dos jovens, na pobreza inercial, reduziu-se de 26% para 23%, enquanto a proporção da população adulta aumentou de 69% para 71% e a dos idosos, de 5% para 6% (GRÁFICO 4.6).

Como se pôde observar, entre especificidades da composição etária da população em situação de pobreza, destaca-se a elevada participação dos jovens, sobretudo

no caso da pobreza recente e crônica. Isso significa que os jovens, que correspondem a uma parcela da população que é fundamentalmente inativa, exercem um peso importante sobre a população adulta. Nesse caso, os jovens podem se apresentar como uma característica demográfica que se associa à própria determinação das situações de pobreza crônica e recente, na medida em que eles contribuem para uma redução da renda domiciliar *per capita*.

A importância da população jovem na composição dos diferentes segmentos sociais da população metropolitana pode ser avaliada a partir da razão de dependência jovem. Esse indicador demográfico é apresentado no Gráfico 4.7, para a população socialmente integrada e para aquela nas diferentes situações de pobreza, nos anos de 2000 e 2010. Como se pode observar, as diferenças nos níveis desse indicador demográfico são enormes quando se compara a população socialmente integrada com aquela em situação de pobreza, principalmente nos casos da pobreza crônica e recente.

Gráfico 4.7 – Razão de dependência jovem, segundo situação social da população, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

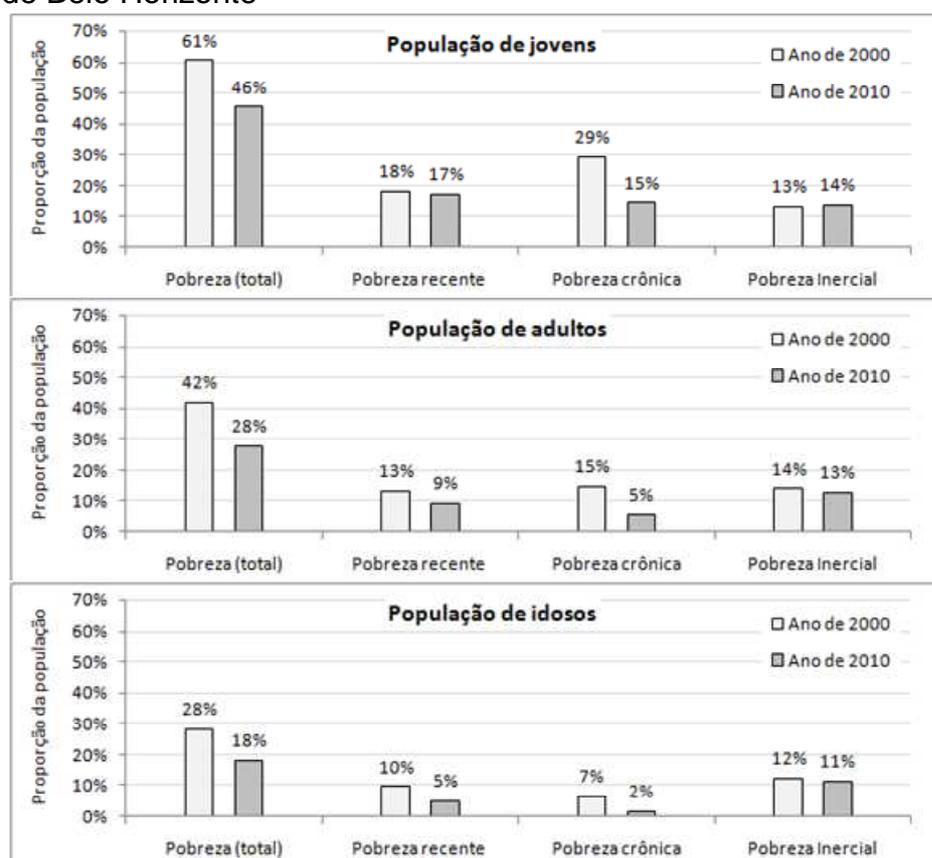
Nota: Conforme Carvalho e Wong (2008), o indicador *razão dependência jovem* corresponde à razão entre a população de jovens (indivíduos de idade entre 0 e 14 anos) e a população de adultos (indivíduos de 15 a 64 anos).

Conforme o Gráfico 4.7, a pobreza crônica apresenta a maior razão de dependência jovem, que, entre os anos de 2000 e 2010, manteve-se em 80 jovens para cada 100 adultos. Para a pobreza recente, a razão de dependência jovem manteve-se em 55

jovens para 100 adultos. A pobreza inercial se diferencia da pobreza recente e crônica, já que a razão de dependência jovem se reduziu de 38 para 33 jovens para cada 100 adultos, na comparação entre os anos de 2000 e 2010. A população socialmente integrada apresenta os menores níveis da razão de dependência jovem, visto que, para cada 100 adultos, havia 27 jovens, em 2000, reduzindo-se para 23 no ano de 2010.

As diferenças na composição etária dos segmentos pobres e não pobres da população metropolitana também se refletem nos níveis de incidência da pobreza entre jovens, adultos e idosos, como pode ser observado no Gráfico 4.8. Na última década, a incidência da pobreza se reduziu nos três grupos etários, mas uma característica que se destaca é a manutenção de níveis mais elevados de pobreza entre os jovens e os menores entre os idosos.

Gráfico 4.8 – Incidência da pobreza nos grupos etários jovens, adultos e idosos – anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

Nota: Os jovens são os indivíduos nas idades entre 0 e 14 anos, os adultos são os de 15 a 64 anos, e os idosos, aqueles com 65 anos ou mais.

Entre os jovens da região metropolitana, a proporção de pobres passou de 61%, em 2000, para 46% no ano de 2010. Assim, apesar de uma redução de aproximadamente 15 pontos percentuais na incidência da pobreza, quase metade deles ainda se encontrava em alguma situação de pobreza nesse último período. A diminuição da incidência da pobreza entre os jovens caracteriza-se, principalmente, pela redução da pobreza crônica, ao passo que os níveis da pobreza recente e inercial pouco se alteraram. Entre os adultos, os níveis de incidência da pobreza também apresentaram importante declínio, passando de 42% para 28% desse segmento etário na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Essa mudança caracterizou-se, principalmente, pela redução dos níveis de pobreza crônica e, em menor proporção, pelo declínio dos níveis de pobreza recente. Entre os idosos, os níveis de pobreza se reduziram de 28% para 18% nesse período, e essa mudança também se deve basicamente à redução dos níveis de incidência da pobreza crônica e recente (GRÁFICO 4.8).

4.3 Características sociodemográficas e mercado de trabalho

A Tabela 4.1 traz alguns indicadores básicos do mercado de trabalho,³⁹ considerando a população adulta nas idades entre 25 e 64 anos, segundo a condição social dos indivíduos. Inicialmente, observa-se que houve um notável incremento da população adulta, que passou de 2,0 milhões para 2,6 milhões de pessoas entre os anos de 2000 e 2010. Entre esses adultos, os não pobres passaram de 1,2 milhão para 1,9 milhão de pessoas nesse período, enquanto o número daqueles vivendo em alguma das situações de pobreza declinou de 811,8 mil para 684,5 mil indivíduos, com mudanças também na composição da pobreza.

³⁹ No âmbito do mercado de trabalho, a população é distribuída segundo a condição de atividade na semana de referência estabelecida em cada censo. Assim, os indivíduos são identificados em três segmentos, que correspondem a ocupados, desocupados e inativos. São identificados como ocupados os indivíduos que tinham trabalho na semana de referência. Correspondem a desocupados ou desempregados os indivíduos que estavam desocupados, mas que haviam procurado por trabalho na semana de referência. Os inativos são os indivíduos que não se encontravam ocupados e não procuraram por trabalho na semana de referência. Sobre os indicadores do mercado de trabalho, consoante Jannuzzi (2001) e Chahad (2011), a taxa de atividade corresponde à proporção da população economicamente ativa, isto é, a proporção dos indivíduos ocupados e desocupados que procuram por trabalho em relação ao conjunto da população em idade ativa. Já a taxa de desemprego corresponde à proporção da população desocupada que procura por trabalho, em relação ao conjunto da população economicamente ativa.

Tabela 4.1 – Condição de atividade da população adulta de 25 a 64 anos, segundo situação social dos indivíduos – anos 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Indicadores do mercado de trabalho	Situação social dos indivíduos				Adultos (total)
	Socialmente integrados	Situações de pobreza			
		Recente	Crônica	Inercial	
Ano de 2000					
Homens	580.244	114.539	131.044	143.277	969.104
... taxa de atividade	88,5%	81,3%	85,8%	90,2%	87,5%
... taxa de desemprego	5,9%	31,7%	23,8%	4,8%	10,9%
Mulheres	641.706	140.133	145.176	137.693	1.064.708
... taxa de atividade	64,8%	52,9%	51,5%	62,3%	61,1%
... taxa de desemprego	10,5%	36,0%	34,4%	12,3%	16,4%
Ambos os sexos	1.221.950	254.672	276.220	280.970	2.033.812
... taxa de atividade	76,1%	65,7%	67,8%	76,5%	73,7%
... taxa de desemprego	7,9%	33,6%	28,0%	7,8%	13,3%
Ano de 2010					
Homens	919.006	98.726	57.366	161.903	1.237.001
... taxa de atividade	90,0%	62,7%	73,2%	90,0%	87,0%
... taxa de desemprego	2,2%	19,5%	11,6%	1,8%	3,5%
Mulheres	1.006.561	132.406	71.740	162.364	1.373.071
... taxa de atividade	72,4%	41,8%	45,5%	70,5%	67,8%
... taxa de desemprego	4,7%	30,6%	26,9%	6,0%	7,2%
Ambos os sexos	1.925.567	231.132	129.106	324.267	2.610.072
... taxa de atividade	80,8%	50,7%	57,9%	80,2%	76,9%
... taxa de desemprego	3,4%	24,7%	18,3%	3,6%	5,2%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

Como mostram os dados da Tabela 4.1, o mercado de trabalho metropolitano apresentou mudanças positivas na última década. Para o conjunto da população adulta da região metropolitana, verifica-se, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, um aumento da taxa de atividade de 74% para 77%, e uma redução da taxa de desemprego, de 13% para 5% dos adultos economicamente ativos. Entre os homens, a taxa de atividade se manteve em torno de 87%, enquanto o desemprego declinou de 11% para 3% no período. Já entre as mulheres, houve ainda um aumento da participação no mercado de trabalho, visto que a taxa de atividade feminina passou de 61% para 68% no período, enquanto taxa de desemprego declinou de 16% para 7%.

Considerando a participação da população adulta no mercado de trabalho, são notáveis as diferenças entre pobres e não pobres. Na população socialmente integrada, a taxa de atividade masculina aproxima-se de 90% e a feminina passou de 65% para 72% entre os anos de 2000 e 2010. Por outro lado, na pobreza recente, a taxa de atividade masculina declina de 81% para 63% e, a feminina, de

53% para 42% nesse período. Na pobreza crônica, a taxa atividade também se reduziu, passou de 86% para 73% entre homens, e de 52% para 46% entre as mulheres. A pobreza inercial apresenta características distintas, já que, nesse período, a taxa de atividade ficou em torno de 90% entre homens, e aumentou de 62% para 70% entre as mulheres (TABELA 4.1).

Analisando as mudanças na taxa de desemprego entre os anos de 2000 e 2010, verifica-se, para a população socialmente integrada, uma redução de 6% para 2% entre os homens, e de 11% para 5% entre as mulheres. Para os adultos em situação de pobreza recente, a taxa de desemprego também declinou, porém se reduziu de 32% para 19% entre homens, e de 36% para 31% entre as mulheres. Na pobreza crônica, a taxa de desemprego masculina declina de 24% para 12%, e, a feminina, de 34% para 27%. Com níveis bem distintos no âmbito da pobreza, a taxa de desemprego entre adultos em situação de pobreza inercial declina de 5% para 2% entre os homens, e de 12% para 6% entre as mulheres (TABELA 4.1).

Como se pôde verificar, as mudanças no mercado de trabalho metropolitano foram positivas na última década. Porém, a taxa de atividade, assim como a taxa de desemprego, apresenta características bem distintas quando se compara os indivíduos socialmente integrados com aqueles em situação de pobreza. Como se poderia esperar, a população adulta socialmente integrada, de homens e mulheres, apresenta uma taxa de atividade em níveis mais altos e o desemprego encontra-se em níveis mais baixos em relação aos padrões que prevalecem na população pobre, sobretudo nos casos da pobreza crônica e recente. Como a pobreza inercial é um segmento que se encontra acima da linha da pobreza, isso pressupõe que os indicadores de mercado de trabalho assumam uma posição relativamente mais favorável em comparação com as outras situações de pobreza.

Para uma melhor compreensão das diferentes condições de inserção da população no mercado de trabalho metropolitano, apresenta-se, na Tabela 4.2, a distribuição da população adulta economicamente ativa entre níveis de escolaridade. Como se poderá notar, a composição educacional dessa parcela da população da região metropolitana sofreu alterações importantes entre os anos de 2000 e 2010, isto é, houve uma redução da participação dos indivíduos de menor (baixa e muito baixa)

escolaridade entre os adultos economicamente ativos, de 65% para 49%, aumentando a proporção daqueles de escolaridade média, de 23% para 32%, e de escolaridade alta, de 12% para 18%.

Tabela 4.2 – Composição educacional da população economicamente ativa, segundo a situação social - indivíduos adultos com idade entre 25 a 64 anos – anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Situação social	Nível de escolaridade				PEA
	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	
Ano de 2000					
Socialmente integrados	25,0%	25,3%	31,0%	18,6%	929.486
Pobreza recente	60,0%	29,5%	9,8%	0,7%	167.291
Pobreza crônica	74,7%	20,9%	4,4%	0,1%	187.228
Pobreza inercial	51,7%	28,9%	15,9%	3,5%	214.882
RMBH	39,0%	25,7%	23,2%	12,1%	1.498.887
Ano de 2010					
Socialmente integrados	26,9%	15,5%	34,9%	22,2%	1.555.621
Pobreza recente	56,4%	20,2%	21,2%	1,8%	117.253
Pobreza crônica	69,3%	17,5%	12,3%	0,6%	74.692
Pobreza inercial	48,7%	18,4%	25,8%	6,6%	260.095
RMBH	33,0%	16,2%	32,1%	18,2%	2.007.661

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

Notas: (a) Categorias da escolaridade: (i) muito baixa - sem instrução e ensino fundamental incompleto; (ii) baixa - ensino fundamental completo e médio incompleto; (iii) média - ensino médio completo e superior incompleto; (iv) alta - ensino superior completo. (b) Um pequeno número de indivíduos não informou a escolaridade, e não foi incluído no cálculo.

Analisando o segmento socialmente integrado, observa-se que a composição educacional dessa população adulta economicamente ativa se caracteriza pelo predomínio das pessoas com os níveis médio e alto de escolaridade, as quais, entre 2000 e 2010, passaram conjuntamente de 50% para 57% dessa população, sendo que somente os indivíduos de alta escolaridade passaram de 19% para 22% nesse período. Por outro lado, deve ser ressaltado que a população socialmente integrada é também relativamente mais heterogênea em comparação com os segmentos da pobreza, já que incorpora também indivíduos com menores níveis de escolaridade, cuja importância em sua composição alcança proporções que não podem ser desprezadas (TABELA 4.2).

Considerando os seguimentos da pobreza, as características de escolaridade da população adulta economicamente ativa são menos favoráveis em comparação com

os não pobres. Nesse caso, a distribuição educacional da população economicamente ativa é marcada por uma composição menos heterogênea, sendo observada uma importante concentração de parcelas dessa população nos níveis de escolaridade baixa e muito baixa. No entanto, a composição da pobreza inercial e recente se revela ligeiramente mais favorável em comparação com a da pobreza crônica, por contar com uma parcela relativamente menor de sua população concentrada nos níveis baixo e muito baixo de escolaridade.

Entre os indivíduos economicamente ativos que se encontravam em situação de pobreza crônica, aqueles com os níveis de escolaridade muito baixo e baixo passaram de 96% para 87% na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Portanto, apesar dessa mudança no período, pode-se notar que a pobreza crônica se caracteriza pela maior homogeneidade em sua composição educacional, predominando largamente a proporção das pessoas economicamente ativas de nível muito baixo de escolaridade (TABELA 4.2).

No caso dos indivíduos em situação de pobreza recente, aqueles com níveis de escolaridade muito baixo e baixo passaram de 89% para 77% entre os anos de 2000 e 2010. Diferentemente da pobreza crônica, a pobreza recente conta com uma participação relativamente importante da população com escolaridade média na composição de sua população economicamente ativa. Contudo, ainda em 2010, pouco mais da metade das pessoas economicamente ativas em situação de pobreza recente tinham um nível de escolaridade muito baixo (TABELA 4.2).

A pobreza inercial mostra-se um pouco diferente na comparação com a população em situação de pobreza crônica e recente, mas, em geral, as condições menos favoráveis em termos de escolaridade também se mostram acentuadas nesse segmento da pobreza. Entre os indivíduos economicamente ativos que se encontravam em situação de pobreza inercial, aqueles com níveis de escolaridade muito baixo e baixo passaram de 81% para 67% entre os anos de 2000 e 2010, enquanto a participação dos indivíduos com escolaridade média aumentou de 16% para 26%, e, com escolaridade alta, de 4% para 7% (TABELA 4.2).

É interessante notar que, na composição da população economicamente ativa dos segmentos da pobreza crônica e recente, a participação dos indivíduos com nível de escolaridade alto é praticamente inexistente, e, como visto, esses segmentos da pobreza são compostos essencialmente por indivíduos de escolaridade muito baixa e baixa, e, em menor proporção, por aqueles com escolaridade média. Deve ser observado que a determinação das situações de pobreza crônica e recente envolve uma baixa renda domiciliar *per capita*, o que, portanto, corresponde uma população com características mais desfavoráveis para a inserção no mercado de trabalho metropolitano. Ademais, no caso da pobreza inercial, ainda que sua composição se mostre relativamente mais favorável em comparação com os outros segmentos da pobreza, sua formação ainda é marcada por uma importante proporção daqueles de escolaridade muito baixa.

Na Tabela 4.3, exposta a seguir, são apresentadas algumas das características da população nos grupos de idade de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e com 65 anos ou mais. Consoante as mudanças já mencionadas sobre a estrutura etária da população metropolitana, devem ser observadas algumas diferenças no curso do crescimento desses grupos etários em questão, visto que a população de 15 a 19 anos de idade se reduziu de 440,0 mil para 402,8 mil indivíduos na comparação entre os anos de 2000 e 2010, a população de 20 a 24 anos praticamente não sofreu alterações em seu volume, aumentando de 440,9 mil para 443,7 mil pessoas, enquanto a população idosa apresenta um maior incremento, com o número de pessoas com 65 anos ou mais de idade passando de 220,6 mil para 346,0 mil nesse período.

Analisando o grupo etário de 15 a 19 anos, há mudanças positivas em sua composição, visto que a proporção daqueles que completaram o ensino fundamental passou de 59%, em 2000, para 70% em 2010. Nesse período, a taxa de atividade dessa população se reduz de 53% para 44% e a taxa de desemprego declina de 44% para 27%. Contudo, há diferenças importantes quando se considera a situação social dos indivíduos. Entre os não pobres, segmento que passou de 51% para 63% do grupo etário de 15 a 19 anos entre os anos de 2000 e 2010, os indicadores são mais favoráveis, com maior proporção com ensino fundamental completo e menores taxas de desemprego em relação ao conjunto dessa faixa etária. Por outro lado,

entre aqueles em situação de pobreza, sobretudo a crônica e recente, apesar de ocorrerem mudanças positivas no período, apresentam uma menor proporção de pessoas com ensino fundamental completo e as taxas de desemprego mantiveram-se em níveis elevados. A pobreza inercial apresenta algumas semelhanças com a população socialmente integrada, mas seus indicadores mostram-se mais desfavoráveis (TABELA 4.3).

Tabela 4.3 – Composição educacional e indicadores do mercado de trabalho, para os grupos de idade 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 65 anos ou mais, segundo a situação social dos indivíduos – anos 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Faixas etárias	Ano	Indicadores	Proporção da população				TOTAL
			Não pobres	Situações de pobreza			
				Recente	Crônica	Inercial	
Idades de 15 a 19 anos	2000	Ensino fundamental completo	73,7%	46,8%	33,1%	54,1%	59,0%
		Taxa de atividade	50,0%	52,6%	54,1%	60,6%	52,6%
		Taxa de desemprego	37,9%	63,1%	54,2%	32,0%	44,3%
		... Pessoas	225.646	73.094	82.534	59.169	440.443
	2010	Ensino fundamental completo	76,9%	60,7%	47,5%	63,5%	70,2%
		Taxa de atividade	47,4%	28,8%	29,3%	53,3%	44,1%
		Taxa de desemprego	21,8%	59,4%	50,4%	19,7%	26,5%
		... Pessoas	255.484	54.764	36.336	56.217	402.801
Idades de 20 a 24 anos	2000	Ensino médio completo	54,8%	20,9%	9,9%	28,1%	39,5%
		Taxa de atividade	83,7%	74,6%	71,8%	85,5%	81,0%
		Taxa de desemprego	18,9%	47,2%	38,4%	15,3%	24,3%
		... Pessoas	249.552	55.202	68.435	67.758	440.947
	2010	Ensino médio completo	68,1%	42,0%	22,2%	46,0%	60,2%
		Taxa de atividade	83,1%	47,8%	52,2%	84,9%	78,6%
		Taxa de desemprego	9,1%	43,0%	31,1%	9,0%	11,7%
		... Pessoas	318.837	38.311	24.349	62.235	443.732
Idades de 65 anos ou mais	2000	Aposentados	71,9%	63,2%	63,6%	74,9%	70,9%
		Taxa de atividade	13,9%	7,7%	12,4%	16,2%	13,5%
		Taxa de desemprego	8,0%	32,6%	25,9%	6,5%	10,2%
		... Pessoas	158.151	21.249	14.372	26.895	220.667
	2010	Aposentados	84,0%	43,4%	50,2%	84,7%	81,4%
		Taxa de atividade	18,4%	8,4%	13,0%	22,5%	18,3%
		Taxa de desemprego	2,5%	16,2%	11,8%	2,4%	2,9%
		... Pessoas	283.151	17.887	5.724	39.324	346.086

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

No segmento etário de 20 a 24 anos, há também mudanças positivas na composição educacional, pois a proporção dos que completaram o ensino médio passou de 39% para 60% na comparação entre os anos de 2000 e 2010. A taxa de atividade dessa população ficou em torno de 80% no período, enquanto a taxa de desemprego se reduziu de 24% para 12%. Outra situação se revela quando se comparam pobres e não pobres. O segmento socialmente integrado, que passou de 57% para 72% da população de 20 a 24 anos nesse período, apresenta indicadores

mais favoráveis em relação ao conjunto desse segmento etário, isto é, maior proporção de pessoas com ensino médio completo, maior taxa de atividade e menor nível de desemprego. Entre os pobres, as condições mais desfavoráveis se associam aos segmentos da pobreza crônica e recente, que, apesar de mudanças positivas no período, contam com baixa proporção daqueles com ensino médio, menor taxa de atividade e elevada taxa de desemprego. A pobreza inercial apresenta maior semelhança com a população socialmente integrada, mas seus indicadores são mais desfavoráveis, principalmente em termos de escolaridade (TABELA 4.3).

Analisando a população idosa, observa-se que, apesar de uma menor participação no mercado de trabalho, ela pode contar com uma renda regular proveniente do sistema previdenciário. Conforme os dados da Tabela 4.3, a taxa de atividade das pessoas de 65 anos ou mais é relativamente baixa, porém aumentou de 14% para 18% na comparação entre 2000 e 2010, enquanto a taxa de desemprego declinou de 10% para 3% desses idosos economicamente ativos. Por outro lado, a proporção dos idosos aposentados aumentou no período, passando de 71% para 81%. Entre aqueles em situação de pobreza, destacam-se os casos da pobreza crônica e recente, que, apesar da redução de volume na última década, são segmentos com maior proporção de idosos que não contam com o benefício da aposentadoria e que experimentam os níveis mais altos de desemprego.

4.4 Características demográficas e socioeconômicas dos domicílios

Na Tabela 4.4, exposta a seguir, apresenta-se a distribuição dos domicílios metropolitanos por classes de número de moradores. Como se poderá observar, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, houve uma importante redução da proporção dos domicílios com 5 ou mais moradores, de 27% para 18%, e uma ligeira redução da proporção dos domicílios com 4 moradores, de 24% para 22%, o que, conjuntamente, significou uma redução de 51% para 40% na proporção desses domicílios de maior número de membros. Os domicílios com 1 morador aumentaram de 10% para 13%, com 2 moradores passaram de 17% para 22%, e com 3 moradores aumentaram de 22% para 25% nesse período.

Tabela 4.4 Distribuição dos domicílios metropolitanos, segundo classes de número de moradores - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Número moradores no domicílio	Situação dos domicílios				Domicílios (total)
	Não pobres	Situações de pobreza			
		Recente	Crônica	Inercial	
Ano de 2000					
1 morador	12,0%	3,6%	2,6%	13,6%	9,8%
2 moradores	20,3%	12,6%	7,2%	16,7%	17,0%
3 moradores	24,0%	23,5%	14,8%	19,8%	22,0%
4 moradores	22,8%	22,4%	28,5%	24,9%	23,8%
5 ou mais moradores	21,0%	37,8%	46,9%	24,9%	27,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%
... absoluto	694.199	150.992	165.120	165.009	1.175.320
Ano de 2010					
1 morador	13,7%	10,1%	4,7%	12,5%	12,8%
2 moradores	25,1%	11,4%	5,3%	20,8%	22,3%
3 moradores	26,2%	27,8%	16,2%	20,7%	25,2%
4 moradores	21,1%	22,4%	30,1%	25,3%	22,2%
5 ou mais moradores	13,9%	28,2%	43,6%	20,6%	17,6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%
... absoluto	1.103.052	142.306	75.679	183.974	1.505.011

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Notas: (a) Entre os moradores não estão incluídos os indivíduos na condição de empregado doméstico, parente de empregado doméstico e pensionista; (b) Inclui apenas os domicílios particulares permanentes.

É interessante notar que os domicílios não pobres apresentam uma distribuição, em termos de número de residentes, que se mostra bem distinta dos domicílios em situação de pobreza. Considerando a proporção dos domicílios com 4 ou mais moradores, em uma comparação entre os anos de 2000 e 2010, observa-se que sua proporção se reduziu de 44% para 35% entre os domicílios não pobres, porém passou de 61% para 51% entre os domicílios em pobreza recente, ficou em torno de 75% entre os domicílios em pobreza crônica, e declinou de 50% para 46% entre os domicílios em pobreza inercial (TABELA 4.4).

Como se poderia esperar, as mudanças em termos de número de moradores nos domicílios metropolitanos são acompanhadas por mudanças na participação dos jovens em sua formação. Na Tabela 4.5, exposta a seguir, apresenta-se a distribuição relativa dos domicílios por classes de número de moradores jovens. Como poderá ser observado, ampliou-se, na última década, a larga proporção dos domicílios que não contam com a presença de moradores jovens, os quais, somados àqueles com 1 morador jovem, passaram a responder por pouco mais de 80% do conjunto dos domicílios da região metropolitana. Na comparação entre os

anos de 2000 e 2010, a proporção dos domicílios sem moradores jovens aumentou de 45% para 56%, enquanto a daqueles com 1 jovem passou de 26% para 25%, reduzindo-se a participação daqueles com 2 jovens, de 19% para 13%, e com 3 ou mais jovens, de 9% para 5% dos domicílios metropolitanos.

Tabela 4.5 Distribuição dos domicílios metropolitanos segundo classes de número de moradores jovens - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Número de jovens residentes no domicílio	Situação dos domicílios				Domicílios (total)
	Não pobres	Situações de pobreza			
		Recente	Crônica	Inercial	
Ano de 2000					
Nenhum	55,8%	25,9%	14,8%	45,4%	44,8%
1 jovem	26,2%	31,4%	21,5%	26,3%	26,2%
2 jovens	14,2%	24,9%	30,0%	20,5%	18,7%
3 jovens ou mais	3,8%	17,8%	33,8%	7,8%	10,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%
... absoluto	694.198	150.993	165.122	165.011	1.175.324
Ano de 2010					
Nenhum	63,0%	32,8%	16,1%	51,3%	56,4%
1 jovem	24,7%	28,6%	21,6%	26,0%	25,1%
2 jovens	10,2%	24,0%	30,6%	16,9%	13,3%
3 jovens ou mais	2,1%	14,6%	31,7%	5,8%	5,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%
... absoluto	1.103.049	142.307	75.679	183.976	1.505.011

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Notas: (a) Os jovens correspondem aos indivíduos de idade entre 0 e 14 anos; (b) Entre os moradores jovens não estão incluídos aqueles na condição de empregado doméstico, parente de empregado doméstico e pensionista; (c) Inclui apenas os domicílios particulares permanentes.

Deve-se notar que os domicílios não pobres também se diferem dos domicílios em situação de pobreza em termos do número de moradores jovens. Se considerada a proporção dos domicílios sem a presença de moradores jovens, em uma comparação entre os anos de 2000 e 2010, observa-se que sua proporção aumentou de 45% para 56% entre os domicílios não pobres, porém passou de 26% para 25% entre aqueles em pobreza recente, ficou em torno de 15% entre os domicílios em pobreza crônica, e aumentou de 45% para 51% entre os domicílios em pobreza inercial (TABELA 4.5).

Como se pode notar, as mudanças nas características dos domicílios metropolitanos em termos de tamanho e composição acompanham o curso de redução da pobreza. Essas características dos domicílios metropolitanos estão em consonância com as

estruturas etárias anteriormente analisadas. Ademais, no âmbito da pobreza, é interessante notar que as diferenças em relação aos não pobres ainda se revelam, em boa medida, na importância proporcional que assumem os domicílios de maior número de moradores e com a presença de jovens.

Outro aspecto interessante é a condição de ocupação dos domicílios. A partir dos dados da Tabela 4.6, verifica-se que os domicílios próprios são largamente predominantes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e essa característica estende-se aos segmentos socialmente integrados e a qualquer das situações de pobreza. Basta considerar que, tanto entre os domicílios não pobres como entre aqueles em situação de pobreza inercial, crônica e recente, a proporção de domicílios próprios se manteve superior a 70% nos anos de 2000 e 2010. Ademais, é interessante notar que, dos domicílios próprios, apenas uma pequena proporção respondia por aqueles que ainda estavam sendo pagos.

Tabela 4.6 – Distribuição dos domicílios por condição de ocupação – Região Metropolitana de Belo Horizonte anos 2000 e 2010

Condição de ocupação do domicílio	Situação dos domicílios			
	Não pobres	Situações de pobreza		
		Recente	Crônica	Inercial
Ano de 2000				
Próprio	76,2%	75,0%	74,4%	76,6%
... já pago	66,7%	70,2%	70,9%	72,0%
... pagando	9,5%	4,8%	3,5%	4,6%
Alugado	17,6%	13,5%	9,6%	12,0%
Cedido	5,8%	10,6%	14,3%	10,6%
Outra	0,3%	0,8%	1,7%	0,7%
Total	100%	100%	100%	100%
... absoluto	694.198	150.993	165.122	165.011
Ano de 2010				
Próprio	75,8%	71,7%	72,5%	76,9%
... já pago	68,2%	67,7%	68,2%	71,6%
... pagando	7,6%	3,9%	4,3%	5,2%
Alugado	18,4%	18,5%	14,7%	13,1%
Cedido	5,5%	9,4%	11,4%	9,5%
Outra	0,3%	0,4%	1,4%	0,6%
Total	100%	100%	100%	100%
... absoluto	1.103.051	142.308	75.678	183.973

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

Nota: Inclui apenas os domicílios particulares permanentes.

Considerando os resultados da Tabela 4.6, pode-se considerar que, de forma geral, mesmo aquelas famílias que se encontravam em situação de pobreza na região

metropolitana contaram com alguma capacidade de acumular recursos ou de realizar investimentos que se traduziram na propriedade de uma moradia, sem se considerar aqui as características de construção ou valor dos imóveis. Por outro lado, contraditoriamente, deve-se observar que, para algumas famílias, as condições de acesso a uma moradia própria são parte dos mecanismos de reprodução e determinação de certas situações de pobreza, na medida em que o lugar de moradia acessível envolve inadequações da habitação para os residentes ou carências de serviços urbanos básicos, e esses casos incluem-se no âmbito das situações de pobreza inercial e crônica.

Considerando alguns aspectos básicos das características construtivas das habitações, apresenta-se, na Tabela 4.7, o tipo de material empregado na construção das paredes externas dos domicílios. Como se pode notar, no ano de 2010, praticamente todos os domicílios da região metropolitana são caracterizados por construções que contam com paredes externas de alvenaria. Contudo, as diferenças entre os domicílios não pobres e aqueles em situação de pobreza revelam-se quando se consideram paredes com ou sem revestimento, visto que, entre os pobres, a proporção dos domicílios com paredes externas de alvenaria sem revestimento alcança 35% na pobreza crônica, 23% na pobreza inercial e 18% na pobreza recente, ficando em 9% entre os domicílios não pobres.

Tabela 4.7 – Distribuição dos domicílios segundo material predominante nas paredes externas do domicílio – Região Metropolitana de Belo Horizonte - ano de 2010

Material predominante das paredes externas	Domicílios particulares permanentes									
	Não pobres		Situações de pobreza						Total	
			Recente		Crônica		Inercial			
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.
Alvenaria	1.100.454	99,8%	141.924	99,7%	75.062	99,2%	182.719	99,3%	1.500.159	99,7%
... com revestimento	1.004.940	91,1%	116.272	81,7%	47.887	63,3%	140.410	76,3%	1.309.509	87,0%
... sem revestimento	95.514	8,7%	25.652	18,0%	27.175	35,9%	42.309	23,0%	190.650	12,7%
Outro (1)	2.598	0,2%	384	0,3%	615	0,8%	1.255	0,7%	4.852	0,3%
Total	1.103.052	100%	142.308	100%	75.677	100%	183.974	100%	1.505.011	100%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE.

Notas: (1) A classe "outros" inclui: madeira apropriada para construção, taipa revestida e não revestida, madeira aproveitada, palha e outros; (2) A não apresentação de estatísticas para o ano de 2000 se deve a ausência do quesito referente ao tema.

Em termos de condições de conforto dos domicílios, pode-se considerar, também, o acesso a alguns aparelhos domésticos básicos como a televisão, a geladeira e a

máquina de lavar roupa. Ao se avaliar a existência desses bens duráveis nos domicílios, o que se considera aqui são as finalidades associadas a eles: o acesso aos meios de comunicação, o acesso a equipamento para o armazenamento e conservação adequada de alimentos, e o acesso a equipamentos que podem facilitar a realização de atividades domésticas. Na Tabela 4.8, apresenta-se a proporção dos domicílios metropolitanos com os referidos aparelhos domésticos, nos anos de 2000 e 2010.

Tabela 4.8 – Proporção dos domicílios com acesso aos aparelhos de televisão, geladeira e máquina de lavar roupas - Região Metropolitana de Belo Horizonte - anos 2000 e 2010

Situação do domicílio	Domicílios particulares permanentes			Total (domicílios)
	Proporção com aparelhos domésticos			
	Televisão	Geladeira (ou freezer)	Máquina de lavar roupa	
Ano de 2000				
Não pobre	97,7%	97,9%	53,7%	694.198
Pobreza recente	93,6%	92,6%	21,8%	150.994
Pobreza crônica	87,3%	81,8%	11,8%	165.122
Pobreza inercial	91,8%	91,0%	25,2%	165.011
Ano de 2010				
Não pobre	98,5%	98,8%	66,1%	1.103.051
Pobreza recente	97,2%	97,2%	43,3%	142.308
Pobreza crônica	94,6%	94,8%	25,0%	75.678
Pobreza inercial	96,2%	96,4%	41,4%	183.975

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

Consoante os dados da Tabela 4.8, verifica-se, a partir de uma comparação entre os anos de 2000 e 2010, que houve um aumento na proporção dos domicílios que contavam com aparelho de televisão, geladeira (ou freezer) e máquina de lavar roupa, e esse aumento ocorreu de forma generalizada, incluindo também as diferentes situações de pobreza. A televisão e a geladeira são bens que já estavam presentes na maior parte dos domicílios metropolitanos, pobres e não pobres, no ano de 2000, sendo que, no ano de 2010, pelo menos 95% dos domicílios, independentemente da situação social, contavam com esses bens, o que indica um acesso universal a esses dois aparelhos. Por outro lado, bens como a máquina de lavar roupa são mais restritos. Em 2010, a existência da máquina de lavar roupa alcançava 66% dos domicílios não pobres, pouco mais de 40% dos domicílios em situação de pobreza recente e inercial, e 25% daqueles em situação de pobreza crônica.

Considerando algumas das características dos domicílios metropolitanos como sua propriedade, seus aspectos construtivos ou a disponibilidade de aparelhos domésticos básicos, constata-se que a pobreza metropolitana conta com certa capacidade de consumo e acumulação econômica. E isso não é uma contradição. Por um lado, não se pode dizer que grande parte das famílias em situação de pobreza não esteja incorporada à economia metropolitana, visto que a pobreza, para muitos, revela-se não pela insuficiência de renda, mas no acesso a um lugar de moradia com inadequações. Por outro lado, a pobreza por insuficiência de renda das famílias também envolve aspectos conjunturais, e sendo revelada a partir da condição econômica que prevalece em um momento específico, como um mês, não necessariamente indica que tal situação crítica tenha assim permanecido por longo período.

4.5 Os domicílios com necessidades básicas insatisfeitas

Na Tabela 4.9, exposta a seguir, apresenta-se a distribuição dos domicílios da Região Metropolitana de Belo Horizonte segundo tipos de carência estrutural, definidos a partir dos indicadores elencados no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas. Considerando que os tipos de carência apontados por esses indicadores referem-se às parcelas da população correspondentes às situações de pobreza crônica e inercial, os dados da referida tabela permitem analisar as principais necessidades básicas insatisfeitas que determinam a formação desses dois segmentos da pobreza metropolitana.

A partir de uma comparação entre os anos de 2000 e 2010, constata-se uma redução do número de domicílios da região metropolitana incluídos em cada um dos seis tipos de carências consideradas no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas. Conforme os dados da Tabela 4.9, a carência que mais afeta os domicílios corresponde à inadequação do sistema sanitário, visto que, em 2000, englobava 20% dos domicílios, mas, em 2010, declina para 11%. Já o adensamento excessivo da moradia, que afetava 8% dos domicílios, passa a afetar 4% deles. A carência no acesso aos serviços de coleta de lixo, que afetava 7% dos domicílios, passa para apenas 2%, enquanto a carência no acesso à água potável, que envolvia

5% dos domicílios, passou a afetar cerca de 4%, reduzindo-se também, para níveis mínimos, a proporção dos domicílios sem acesso à energia elétrica e com crianças em idade escolar que não estavam frequentando a escola.

Tabela 4.9 – Distribuição dos domicílios segundo tipos de carências no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas – Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Situação do domicílio	Indicadores de necessidades básicas insatisfeitas						Total
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)
	Densidade excessiva da moradia	Inadequação no acesso à água potável	Inadequação do sistema sanitário	Não tem acesso a energia elétrica	Não tem acesso ao serviço de coleta de lixo	Existência de crianças que não frequentam a escola	Número de Domicílios
	(A)/(G)	(B)/(G)	(C)/(G)	(D)/(G)	(E)/(G)	(F)/(G)	
Ano 2000							
Não pobre	-	-	-	-	-	-	694.197
Pobreza recente	-	-	-	-	-	-	150.994
Pobreza crônica	40,6%	20,6%	68,5%	2,1%	28,8%	5,9%	165.122
... com 1 NBI	35,7%	4,4%	50,9%	0,3%	5,5%	3,3%	91.227
... com 2 NBI	40,0%	20,8%	86,1%	1,0%	44,9%	7,2%	45.581
... com 3 ou mais NBI	57,3%	72,8%	97,3%	9,6%	77,9%	12,4%	28.314
Pobreza Inercial	17,0%	15,7%	75,9%	1,1%	22,6%	3,0%	165.012
... com 1 NBI	16,8%	5,8%	68,6%	0,3%	5,8%	2,7%	119.092
... com 2 NBI	16,5%	27,8%	93,5%	1,0%	58,2%	2,9%	35.112
... com 3 ou mais NBI	21,3%	85,4%	98,4%	10,2%	92,0%	5,9%	10.808
RMBH	8,1%	5,1%	20,3%	0,4%	7,2%	1,3%	1.175.325
... domicílios	95.085	60.055	238.368	5.206	84.830	14.708	-
Ano 2010							
Não pobre	-	-	-	-	-	-	1.103.051
Pobreza recente	-	-	-	-	-	-	142.308
Pobreza crônica	38,4%	16,9%	58,6%	1,0%	12,5%	7,0%	75.679
... com 1 NBI	34,5%	7,8%	48,3%	0,3%	3,5%	5,5%	55.242
... com 2 NBI	48,3%	31,0%	83,4%	2,0%	25,1%	10,1%	15.611
... com 3 ou mais NBI	50,0%	74,5%	95,9%	6,2%	74,8%	13,5%	4.826
Pobreza Inercial	13,9%	21,7%	68,8%	0,4%	11,1%	4,2%	183.975
... com 1 NBI	13,1%	14,9%	64,0%	0,2%	3,7%	4,1%	152.736
... com 2 NBI	17,8%	47,0%	91,2%	0,6%	39,1%	4,3%	25.650
... com 3 ou mais NBI	17,3%	93,0%	97,4%	6,8%	85,0%	7,4%	5.589
RMBH	3,6%	3,5%	11,4%	0,1%	2,0%	0,9%	1.505.013
... domicílios	54.566	52.750	170.945	1.547	29.980	13.053	-

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE

Nota: (a) Para detalhes da construção dos indicadores, ver capítulo 3 desta tese; (b) Inclui apenas os domicílios particulares permanentes.

Para uma melhor compreensão das mudanças ocorridas nos domicílios metropolitanos, associadas às carências definidas no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas, devem ser analisadas as particularidades dos segmentos da pobreza que são determinados pela existência de tais carências, a pobreza crônica e a inercial. Conforme se pode notar nos dados da Tabela 4.9, esses dois segmentos da pobreza foram internamente classificados pelo número de necessidades básicas insatisfeitas acumuladas.

Considerando a pobreza crônica, nota-se que há diferenças nos níveis de carência quando se comparam os domicílios com 1 necessidade básica insatisfeita com aqueles que acumulam 2 ou 3 e mais carências. Para os domicílios em pobreza crônica com apenas 1 necessidade básica insatisfeita, observa-se que apenas dois indicadores de carência respondem por sua formação, visto que grande parte desses domicílios apresentam carências devido a condições inadequadas do sistema sanitário, cuja proporção manteve-se em torno de 50% nos anos de 2000 e 2010, e por adensamento excessivo da moradia, cuja proporção manteve-se ao redor de 35% dos domicílios nesse período (TABELA 4.9)

Ainda analisando a pobreza crônica, considerando os domicílios que acumulavam necessidades básicas insatisfeitas, deve ser destacado que são as condições inadequadas de saneamento que afetam grande parte dos domicílios, e, em menor proporção, as carências associadas ao adensamento da moradia, ao acesso à água potável e ao serviço de coleta de lixo. Em 2010, entre os domicílios em pobreza crônica com 2 necessidades básicas insatisfeitas, observa-se que pouco mais de 80% deles tinham inadequação do sistema sanitário, 48% eram afetados por adensamento excessivo, 31% apresentavam inadequações no acesso à água potável e 25% no serviço de coleta de lixo. Entre os domicílios em pobreza crônica com 3 ou mais necessidades básicas insatisfeitas, verifica-se que, em 2010, cerca de 96% apresentavam inadequação no sistema sanitário, 75% não tinham acesso à água potável, 75% não contavam com o serviço de coleta de lixo e 50% tinham um adensamento excessivo (TABELA 4.9)

Deve ser ressaltado que, na última década, houve uma redução do estoque de domicílios metropolitanos enquadrados na situação de pobreza crônica, e essa redução foi superior a 50%. Também deve ser salientado que grande parte da inclusão desses domicílios nessa situação de pobreza se deve, ao menos na perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas, por ainda registrarem apenas um tipo de carência básica. Basta notar que, do conjunto dos domicílios em situação de pobreza crônica, aqueles que contavam com 1 necessidade básica insatisfeita respondiam por 55% da pobreza crônica em 2000, aumentando para 73% no ano de 2010. E, nesse caso, chama a atenção que apenas dois indicadores de necessidades básicas praticamente determinam a formação do estoque de

domicílios em pobreza crônica devido a 1 carência, que são a inadequação do sistema sanitário e o adensamento excessivo da moradia. Sendo assim, uma menor proporção dos domicílios em pobreza crônica manteve-se sob o acúmulo de carências estruturais.

Para analisar os domicílios em situação de pobreza inercial também é importante diferenciar os que são afetados por 1 carência daqueles que contam com 2 ou 3 e mais carências. Entre os domicílios em pobreza inercial que contam com 1 necessidade básica insatisfeita, destacam-se três indicadores de carência: a inadequação do sistema sanitário, principalmente, além do adensamento excessivo e a carência no acesso à água potável. Entre os domicílios em pobreza inercial com 1 carência básica, verifica-se que, em 2010, mais de 60% deles tinham um sistema sanitário inadequado, 15% não contavam com o acesso adequado à água potável e 13% apresentavam um adensamento excessivo (TABELA 4.9).

Entre os domicílios em pobreza inercial com carências acumuladas, destacam-se quatro indicadores de necessidades básicas insatisfeitas: o sistema sanitário inadequado, o adensamento excessivo da moradia, e as carências no acesso à água e ao serviço de coleta de lixo. Em 2010, entre os domicílios em pobreza inercial com 2 carências acumuladas, 91% deles apresentavam um sistema sanitário inadequado, 47% não tinham um acesso adequado à água potável, 39% não contavam com o serviço de coleta de lixo e 18% apresentavam um adensamento excessivo. A proporção alcançada por esses mesmos quatro indicadores de necessidades básicas, entre os domicílios em pobreza inercial com 3 ou mais carências acumuladas corresponderam, no ano de 2010, a 97%, 93%, 85% e 17%, respectivamente (TABELA 4.9).

No caso dos domicílios em situação de pobreza inercial, deve ser observado que, na última década, não houve uma redução do estoque de domicílios metropolitanos enquadrados nessa situação de pobreza. Porém, esse aumento do número de domicílios ocorre entre aqueles que contam com 1 necessidade básica, pois houve uma redução do estoque de domicílios que acumulavam 2 ou mais necessidades básicas. Nesse sentido, deve ser salientado que grande parte dos domicílios em situação de pobreza inercial enquadra-se na pobreza por ainda registrar apenas um

tipo de carência básica. Do conjunto dos domicílios em situação de pobreza inercial, observa-se que, em 2000, aqueles que contavam com 1 necessidade básica insatisfeita respondiam por 72% desses domicílios, e, em 2010, essa proporção alcança 83%. Como visto, para esse caso da pobreza inercial, três indicadores de necessidades básicas praticamente determinam esses percentuais, a inadequação do sistema sanitário, principalmente, além do adensamento excessivo da moradia e a inadequação no acesso à água potável, em menores proporções. Portanto, no âmbito da pobreza inercial, é uma menor fração dos domicílios que se encontra sob o acúmulo de diversas carências.

Considerando que as carências associadas às condições inadequadas do sistema sanitário dos domicílios assumem um papel fundamental na determinação dos níveis de pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte, apresentam-se, na Tabela 4.10, os dados sobre a existência de banheiro nos domicílios e os tipos de esgotamento sanitário que são utilizados. Deve ser observado que, na formulação do indicador de necessidade básica referente ao sistema sanitário domiciliar, a sua adequação corresponde a uma combinação entre a existência de banheiro e o esgotamento sanitário do tipo rede geral ou fossa séptica. E, por definição, os domicílios com as condições inadequadas do sistema sanitário enquadram-se nas situações de pobreza crônica ou inercial.

Inicialmente, considerando a existência de banheiro nos domicílios, nota-se que apenas uma pequena parte dos domicílios metropolitanos não possuía banheiro nessa última década. Em 2000, aproximadamente 3% dos domicílios não possuíam banheiro, e, em 2010, essa proporção se reduz para 0,4% dos domicílios metropolitanos. Mesmo entre os domicílios em situação de pobreza, a quase totalidade deles também passou a contar com pelo menos um banheiro. Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, a proporção dos domicílios sem um banheiro declinou de 13% para 3% dos domicílios em pobreza crônica e de 8% para 2% dos domicílios em pobreza inercial (TABELA 4.10).

Tabela 4.10 – Distribuição dos domicílios, segundo a existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário – Região Metropolitana de Belo Horizonte - anos 2000 e 2010

Indicador	Ano	Situação	Domicílios particulares permanentes				Total	
			Não pobres	Situações de pobreza				
				Recente	Crônica	Inercial		
Existência banheiro no domicílio	2000	Não Existe	0,0%	0,0%	12,5%	8,3%	2,9%	
		Existe	100%	100%	87,5%	91,7%	97,1%	
		Total	100%	100%	100%	100%	100%	
		... Absoluto	694.197	150.994	165.123	165.012	1.175.326	
	2010	Não Existe	0,0%	0,0%	3,2%	2,3%	0,4%	
		Existe	100%	100%	96,8%	97,7%	99,6%	
		Total	100%	100%	100%	100%	100%	
		... Absoluto	1.103.050	142.309	75.677	183.975	1.505.011	
	Tipo de esgotamento sanitário do domicílio	2000	Rede geral ou pluvial	98%	97%	35%	27%	80%
			Fossa séptica	2%	3%	3%	2%	2%
Fossa rudimentar			0%	0%	42%	50%	13%	
Vala			0%	0%	4%	4%	1%	
Rio, lago ou mar			0%	0%	12%	12%	3%	
Outro			0%	0%	4%	5%	1%	
Total			100%	100%	100%	100%	100%	
... absoluto			694.197	150.993	160.895	162.685	1.168.770	
2010		Rede geral ou pluvial	98%	97%	39%	29%	86%	
		Fossa séptica	2%	3%	4%	4%	3%	
		Fossa rudimentar	0%	0%	38%	47%	8%	
		Vala	0%	0%	5%	4%	1%	
		Rio, lago ou mar	0%	0%	10%	13%	2%	
		Outro	0%	0%	3%	3%	1%	
Total	100%	100%	100%	100%	100%			
... absoluto	1.103.051	142.309	74.990	182.871	1.503.221			

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: O número de domicílios no indicador de esgotamento sanitário é ligeiramente menor, pois os domicílios que não contam com a existência de sanitário não são incluídos nesse quesito censitário. Assim, sobre o tipo de esgotamento sanitário, não estão incluídos 6,5 mil domicílios em 2000 e 1,7 mil no ano de 2010.

Considerando o acesso a um esgotamento sanitário adequado, do tipo rede geral ou pluvial e fossa séptica, observa-se uma ampliação dessa cobertura, que passou de 82% para 89% dos domicílios da Região Metropolitana de Belo Horizonte entre os anos de 2000 e 2010. É importante notar que domicílios não pobres e aqueles em situação de pobreza recente incluem-se, por definição, dentro de condições adequadas no que se refere ao tipo de esgotamento sanitário. É interessante notar também que uma parte dos domicílios em situação de pobreza crônica e inercial apresenta condições sanitárias adequadas, visto que nem todos os domicílios que são enquadrados nessas duas situações de pobreza são afetados por esse tipo de carência básica (TABELA 4.10).

Analisando os domicílios em situação de pobreza crônica e inercial, verifica-se que uma menor parte desses domicílios conta com um tipo de esgotamento sanitário adequado, do tipo rede geral ou pluvial e fossa séptica. O esgotamento sanitário inadequado afetava 62% dos domicílios em pobreza crônica em 2000, e ainda correspondia a 57% deles no ano de 2010, destacando-se, entre os tipos de esgotamento sanitário inadequados, o uso da fossa rudimentar, principalmente, e, em menor proporção, o esgotamento para rios e lagos. No caso da pobreza inercial, a proporção dos domicílios com tipos de esgotamento inadequados passou de 71%, em 2000, para 67% no ano de 2010, destacando-se também o uso da fossa rudimentar e o esgotamento para rios e lagos (TABELA 4.10).

Como se pôde notar, na última década, houve uma redução do número de domicílios metropolitanos com carências no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas. Essa redução é acompanhada por mudanças na pobreza crônica e inercial, que são situações que se definem a partir da existência de carências estruturais. A pobreza crônica apresenta redução em seu estoque de domicílios, além de uma redução do número de domicílios que acumulam carências. Já a pobreza inercial apresentou ligeiro aumento do seu estoque de domicílios; porém, houve uma redução daqueles domicílios que acumulam carências, e eles respondem por uma menor fração dessa situação de pobreza. Ademais, constata-se que um tipo de necessidade básica insatisfeita se sobressai na determinação das situações de pobreza crônica e inercial, que é a inadequação do sistema sanitário dos domicílios, a qual reflete, fundamentalmente, as deficiências no acesso ao serviço e infraestrutura de esgotamento sanitário por rede geral.

4.6 Discussão

Na última década, houve uma importante redução da incidência da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte. E esse recuo ocorreu nas diferentes situações de pobreza, a crônica, a recente e a inercial, ainda que com intensidade desigual. Considerando isso, o crescimento da população metropolitana socialmente integrada, observada em uma comparação entre os anos de 2000 e 2010, permite afirmar que ocorreram avanços em termos de aumento dos níveis de renda dos

domicílios, bem como ampliação do acesso a melhores condições de moradia, infraestrutura e serviços urbanos básicos.

Essas mudanças positivas nas condições de vida da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte estão associadas a transformações em aspectos demográficos, econômicos e urbanos, que conformaram um contexto mais favorável para os avanços sociais na última década. Nesse período, combinaram-se um bom desempenho do mercado de trabalho, uma população com menor crescimento e maior participação na economia, além de uma dinâmica urbana favorável à redução da incidência de carências urbanas estruturais.

Em uma economia de mercado, o crescimento econômico e seus reflexos sobre o desempenho do mercado do trabalho são condições necessárias para as mudanças nos níveis de renda da população. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ao longo da última década, houve um desempenho muito positivo do mercado de trabalho metropolitano.⁴⁰ O crescimento da população socialmente integrada foi favorecido pela redução dos níveis de desemprego e aumento da taxa de atividade, com a economia metropolitana se revelando capaz de incorporar diferentes segmentos da população às atividades produtivas, mesmo aqueles de menor escolaridade.⁴¹

⁴⁰ Na comparação entre os dados censitários dos anos de 2000 e 2010, constatou-se uma redução da taxa de desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte. De forma complementar, pode-se considerar o curso dessa taxa na última década a partir da Pesquisa Mensal de Emprego – PME. Com base nos dados da referida pesquisa, obtidos em IBGE-SIDRA (Tabela 2176), verifica-se que as taxas de desocupação mensais, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, apresentaram as seguintes médias anuais: 2003 (10,8%), 2004 (10,6%), 2005 (8,8%), 2006 (8,5%), 2007 (7,6%), 2008 (6,5%), 2009 (6,4%), 2010 (5,5%). É importante notar que esse declínio do desemprego ocorre diante de um incremento da população economicamente ativa. Conforme os dados da PME, obtidos em IBGE-SIDRA (Tabela 2040), o tamanho da população economicamente ativa da região metropolitana de Belo Horizonte passou de 2,0 milhões de pessoas, em janeiro de 2003, para 2,5 milhões em dezembro de 2010.

⁴¹ Para o conjunto do Brasil, Rocha (2013) avalia que, desde a década de 1970, o país tem reduzido a proporção da população vivendo com uma renda domiciliar *per capita* abaixo da linha da pobreza, e, portanto, essa é uma tendência de longo prazo, apesar de reversões em períodos específicos, associados aos momentos desfavoráveis de desempenho da economia. Particularmente a partir da década de 1990, a estabilidade macroeconômica e a recuperação do crescimento da economia foram condições importantes para a trajetória de redução da proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza, cujo declínio acentua-se notadamente no país na primeira década do século XXI (ROCHA, 2013b; ROBLES; MIROSEVIC, 2013). Na última década, contribuíram para essas mudanças, além do desempenho positivo do mercado de trabalho no país, a política da valorização do salário mínimo e as políticas sociais (ROCHA 2013b). Obviamente que os efeitos positivos dessas políticas também se estendem ao caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Apesar do desempenho positivo do mercado de trabalho, seu dinamismo não foi capaz de incorporar toda a população metropolitana, como revelaram os dados censitários. E isso se reflete nas características marcantes da população em situação de pobreza, sobretudo a pobreza recente e crônica, que são segmentos caracterizados por um maior nível de desemprego e por sustentarem menores taxas de participação no mercado de trabalho, para homens e mulheres. Essas situações de pobreza revelam como algumas parcelas da população encontraram, nos períodos em questão, maiores dificuldades para se inserirem nas atividades econômicas metropolitanas, o que tende a se refletir na insuficiência da renda domiciliar corrente.

No contexto das mudanças nas condições de vida da população, também devem ser destacadas as políticas sociais, particularmente de proteção dos segmentos economicamente mais vulneráveis da população, visto que os benefícios concedidos favoreceram sua inclusão no mercado de consumo. Essas políticas, na última década, tiveram um papel importante na redução da pobreza no país, e para mudar as condições de vida dos mais pobres (ROCHA, 2013b; ROBLES; MIROSEVIC, 2013).⁴² Ademais, não se pode deixar de considerar a importância do sistema de previdência do país, que se apresenta como um mecanismo que assegura o acesso a uma renda regular para os segmentos da população que, em geral, já não participam do mercado de trabalho: os idosos.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, grande parte dos idosos, pessoas de idade de 65 anos ou mais, recebem um benefício de aposentadoria. Por outro lado, no caso dos idosos em situação de pobreza, sobretudo recente e crônica, há uma elevada proporção de indivíduos que não recebem o benefício de aposentadoria, o que tende a contribuir para agravar a situação desses grupos, considerando que essas pessoas estão mais próximas do limite de uma vida ativa. Assim, ainda que a previdência não se apresente como o determinante principal da redução da pobreza

⁴² Considerando o quesito *Em julho de 2010, tinha rendimento mensal habitual de programa social bolsa-família ou programa de erradicação do trabalho infantil* do Censo Demográfico 2010, constata-se que, na região metropolitana de Belo Horizonte, aproximadamente 3% dos domicílios (particulares permanentes) são de moradores que declaram receber o benefício desses programas. Entre os domicílios metropolitanos em situação de pobreza crônica, a proporção dos que contam com o acesso a benefício chega a 15%, e, entre aqueles em pobreza recente, essa proporção é de 9%. Entre os domicílios em situação de pobreza inercial, essa proporção fica em torno de 3%, e, entre os socialmente integrados, ao redor de 1%.

metropolitana, não se pode deixar de considerar sua importância para a população idosa, ou mesmo para a composição da renda dos domicílios, o que não limita seus efeitos apenas aos idosos.⁴³

Entre os aspectos demográficos, as mudanças nas características da composição e tamanho dos domicílios metropolitanos também se somam às condições mais favoráveis para a redução da pobreza na última década. Deve ser ressaltado que essas transformações demográficas são parte de um curso de longo prazo, mas é importante notar que alguns aspectos acentuaram-se nesse período. Entre eles, destacam-se a redução da proporção dos domicílios que contam com a participação dos jovens em sua composição, o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e o aumento dos níveis de escolaridade da população adulta economicamente ativa.

A redução da presença dos jovens nos domicílios acompanha o próprio ciclo de vida das famílias, com o envelhecimento de seus membros, bem como as alterações no comportamento reprodutivo da população, de modo que as novas famílias passam a se caracterizar por um menor número de filhos ou mesmo pela ausência deles. Como um maior número de filhos passa a corresponder a maiores custos para as famílias urbanas (WOOD; CARVALHO, 1994b), a redução da participação dos jovens na composição dos domicílios significa uma redução da razão de dependência intradomiciliar e, portanto, altera as alternativas de alocação da renda e do tempo dos adultos.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, constata-se que se tornou ainda maior o predomínio dos domicílios sem a presença de jovens – pessoas com de menos de 15 anos de idade – ou com apenas

⁴³ O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte não é diferente do que ocorre no Brasil. Como já constatado por Rocha (2006), entre os idosos, em geral, tende a prevalecer uma menor proporção dos que vivem abaixo da linha da pobreza, já que esses segmentos contam com a proteção das políticas públicas. É importante notar que a participação dos idosos nos domicílios (particulares permanentes) da Região Metropolitana de Belo Horizonte aumentou na última década. Com base nos microdados dos Censos de 2000 e 2010, constata-se que, no ano de 2000, os idosos estavam presentes em 178,2 mil domicílios, e, em 2010, esse número passou para 276,3 mil domicílios. Isso significa que a proporção dos domicílios metropolitanos com (ao menos) um morador idoso em sua composição aumentou de 15,2%, em 2000, para 18,4% em 2010.

um jovem em sua formação. Essas transformações não podem ser consideradas de menor importância, pois um maior número de jovens na composição dos domicílios tende a deprimir o nível da renda domiciliar *per capita*. Considerando isso, deve-se notar que, diferentemente dos não pobres, os domicílios metropolitanos em situação de pobreza, principalmente em pobreza crônica e recente, ainda apresentam um tamanho relativamente maior, refletindo a presença de um maior número de jovens em sua composição.

Nesse sentido, considerando a estrutura etária populacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte, observa-se que a população socialmente integrada, o segmento metropolitano que mais se ampliou na última década, caracteriza-se por uma razão de dependência jovem muito baixa em comparação com os segmentos em situação de pobreza. A participação dos jovens na composição da população se mantém mais elevada principalmente nos segmentos da pobreza crônica e recente, o que indica uma combinação mais estreita entre a situação de pobreza e a composição dos domicílios.

Tendo em vista que a pobreza caracteriza-se, grosso modo, por domicílios que contam com a presença de um maior número de jovens, isso também se reflete em níveis mais elevados de incidência da pobreza entre eles, em comparação com os grupos etários adultos e idosos, a despeito do declínio generalizado dos níveis de pobreza. No Brasil, as mulheres de menor escolaridade e menor nível de renda comumente sustentam níveis de fecundidade relativamente mais altos que os observados entre as mulheres de maior renda e escolaridade (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2006; IPEA, 2012). Como já destacado por Brito (2008), ao mesmo tempo em que o país segue um curso de envelhecimento populacional, boa partes dos jovens ainda estão entre aqueles que vivem em situação de maior fragilidade socioeconômica.

Entre as mudanças demográficas que favoreceram o declínio da pobreza metropolitana na última década, também deve ser considerado o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o que significa um aumento da contribuição delas para a formação da renda domiciliar. É interessante notar que, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a população socialmente integrada em

idade adulta, na última década, registra elevada taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho e menores níveis de desemprego. Por outro lado, no caso dos segmentos em situação de pobreza, sobretudo a crônica e recente, os níveis de desemprego são mais elevados para homens e mulheres, e a participação das mulheres no mercado de trabalho é relativamente mais baixa em comparação com o segmento feminino não pobre.

Também devem ser destacadas as mudanças na composição educacional da população adulta da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Apesar de ainda se constatar uma importância relativa dos segmentos de menor escolaridade, houve, na última década, um aumento da participação dos segmentos de média e alta escolaridade na composição da população economicamente ativa. Por um lado, a população socialmente integrada se revela relativamente mais heterogênea em sua composição. Por outro, os segmentos em situação de pobreza tendem a ser mais homogêneos, com um largo predomínio dos indivíduos de menor escolaridade na composição da população economicamente ativa.

É importante notar que mudanças sociais, demográficas e econômicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte favoreceram o declínio dos níveis de pobreza na última década, e, portanto, esse declínio deve ser compreendido dentro de um contexto de transformações. Se, de um lado, houve uma melhora do mercado de trabalho metropolitano durante a última década, particularmente em sua capacidade de incorporar o enorme estoque de população em idade ativa, de outro, as mudanças econômicas foram acompanhadas pelo aumento da participação das mulheres nesse mercado de trabalho, por mudanças no tamanho e composição dos domicílios, e por mudanças qualitativas da população economicamente ativa, que se apresenta relativamente mais escolarizada.

A redução da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte também envolve mudanças favoráveis em termos de condições de acesso à moradia adequada, infraestrutura e serviços urbanos básicos. Considerando as carências estruturais, retratadas no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas e que determinam as situações de pobreza crônica e inercial, constatou-se, na última década, uma redução efetiva do número de domicílios afetados por elas. E essa redução se

evidência também no declínio ocorrido na proporção dos domicílios que acumulam carências estruturais, os quais passaram a contar em pequeno número dentre aqueles em situação de pobreza crônica e inercial.

Na última década, houve uma redução efetiva do número de domicílios sem acesso à água potável, à energia elétrica, a um sistema sanitário adequado, ao serviço de coleta de lixo, ao serviço escolar para as crianças e daqueles com um adensamento excessivo.⁴⁴ Contudo, considerando o curso da redução do número de domicílios que acumulam carências estruturais, constata-se que uma carência estrutural específica, o serviço de esgotamento sanitário, assume uma relevância maior na determinação das situações de pobreza crônica e inercial, respondendo, isoladamente, por parte significativa dos domicílios nessas situações de pobreza devido à existência de uma carência.

Considerando o crescimento da população socialmente integrada na última década, certamente as mudanças favoráveis do mercado de trabalho metropolitano também impactam sobre o acesso à moradia. Como apontado por Costa e Mendonça (2010) e Campos e Mendonça (2013), o bom desempenho da economia, condições mais favoráveis de acesso ao crédito e políticas (nacionais) de estímulo ao setor de construção civil refletiram-se na capacidade do mercado imobiliário em responder à demanda por moradias, incorporando também a população de menor poder aquisitivo a esse mercado.

Deve-se considerar que a periferia metropolitana também passa por transformações urbanas, já que a ampliação da infraestrutura aumenta a atratividade dessas áreas, que passam a contar com uma maior oferta habitacional, capaz de atender aos segmentos de maior e menor poder aquisitivo (COSTA; MENDONÇA, 2010; CAMPOS; MENDONÇA, 2013). Certamente a incorporação da população de baixa renda pelo mercado habitacional, ao longo da última década, também contribuiu

⁴⁴ Provavelmente a difusão de programas focalizados nos grupos de baixa renda também pode ter contribuído para a ampliação do acesso a serviços urbanos básicos. Essas práticas têm sido aplicadas por diversas instituições. É interessante notar que a COPASA, empresa do setor de serviços de água e esgoto, adota, desde a década de 1990, a “Tarifa Social”, que corresponde a um benefício (para grupos de baixa renda) de redução das tarifas cobradas pelos serviços (COPASA, 2016).

para o crescimento do número dos domicílios sem carências estruturais na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A ampliação do acesso à infraestrutura e serviços urbanos básicos está associada ao direcionamento dos investimentos públicos, o que, portanto, envolve a disponibilidade de recursos e as decisões sobre sua alocação espacial. É importante notar que, após a década de 1980, o sistema democrático permitiu uma maior proximidade entre a população e os mecanismos de decisão da política.⁴⁵ Ainda que os municípios sejam economicamente distintos, não se pode deixar de considerar que os mesmos se tornam importantes na orientação das políticas locais, podendo atuar de forma articulada com as esferas de governo estadual e federal (COSTA, 2001; MORAES, 2001; MENDONÇA, 2001).

Ainda no âmbito da política, desde a década de 1980, ampliam-se as políticas e regulamentações que afetam o curso das transformações urbanas, não só no caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas em todo o país (MORAES, 2001; MENDONÇA, 2001; RODRIGUES, 2010). O fortalecimento de mecanismos jurídicos de controle e planejamento, por parte do poder público, contribui para arrefecer a retomada de processos de crescimento urbano sem as condições de infraestrutura adequadas, bem como favorecem o desenvolvimento de ações para redução das carências urbanas ainda existentes.

Deve-se considerar que, além da ampliação da infraestrutura e da cobertura de serviços urbanos básicos em áreas carentes, há, também, um adensamento populacional em áreas que já contavam com essas adequações, o que contribui para o aumento do número de domicílios sem carências estruturais. E isso também envolve os efeitos de longo prazo das transformações urbanas, pois se explora uma

⁴⁵ A importância da mobilização social dos residentes em áreas periféricas foi destacada por Caldeiras (2000) como um dos fatores que contribuíram para o crescimento dos investimentos públicos na periferia da Região Metropolitana de São Paulo. No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, as análises de PLAMBEL (1987) mostram que os impactos das mudanças políticas já eram notados no início da década de 1980, pois favoreciam a mobilização popular na periferia em torno de demandas que envolviam um redirecionamento na alocação dos investimentos públicos para superar as carências produzidas por uma urbanização precária. E conforme PLAMBEL (1987), ainda na década de 1980, aumentavam as ações das distintas esferas de governos nas áreas periféricas da Região Metropolitana de Belo Horizonte em setores como transporte e sistema viário, energia elétrica e saneamento.

infraestrutura disponível. Apesar dos avanços nas condições urbanas, isso não significa que novas áreas com carências estruturais não tenham surgido, ou mesmo que aquelas já existentes não tenham se adensado. Contudo, o saldo da última década foi positivo, já que houve um grande incremento do número de domicílios socialmente integrados, e uma redução efetiva do número de domicílios com carências estruturais.

Ainda considerando os avanços no acesso à moradia adequada e serviços urbanos básicos, é importante mencionar que algumas mudanças demográficas também podem ter certa contribuição para o curso de redução das carências estruturais. Como salienta Kaztman (1996a), algumas mudanças nos padrões de formação dos domicílios, como a redução do número de moradores e crianças, podem contribuir para reduzir a incidência de carências associadas ao adensamento excessivo das moradias e do acesso ao serviço escolar entre os mais jovens. Portanto, as características demográficas dos domicílios podem afetar a evolução dos diferentes tipos de pobreza, já que as alterações em sua composição e tamanho podem ser relacionadas com as mudanças potenciais na renda e também na incidência de certas carências estruturais.

É importante ressaltar que as transformações nas condições de vida da população metropolitana, na última década, foram amplas. Há também certos aspectos econômicos dos domicílios que já se revelavam em 2000, e que são comuns aos domicílios socialmente integrados e em situação de pobreza. Na última década, destacaram-se ainda mais os aspectos positivos em termos das condições construtivas da moradia, já que praticamente todos os domicílios metropolitanos contam com pelo menos um banheiro e paredes de alvenaria. Assim como a posse de alguns aparelhos domésticos básicos, como televisão e geladeira, presentes em praticamente todos os domicílios metropolitanos. Importante notar também que o acesso a uma moradia própria prevalece largamente entre os pobres e não pobres da região metropolitana.

Tendo em vista as características dos domicílios na Região Metropolitana de Belo Horizonte, elas sugerem que, apesar da população pobre permanecer com um tamanho elevado, a pobreza metropolitana não corresponde, necessariamente, a

populações com condições de vida mais críticas. Grosso modo, a população em situação de pobreza revela-se com certa capacidade de acumulação econômica, seja porque as condições inadequadas da moradia não correspondem necessariamente a uma vida abaixo da linha da pobreza, seja porque o momento economicamente desfavorável abaixo da linha da pobreza envolve uma dimensão temporária.

Por fim, deve ser ressaltado que o recente curso de redução da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte também envolve mudanças em seus aspectos espaciais e nas características dos movimentos migratórios, de modo que o crescimento da população socialmente integrada, na última década, foi importante no núcleo e, principalmente, na área periférica metropolitana. Considerando a importância da distribuição espacial da população e das migrações no contexto da pobreza metropolitana, essas duas questões serão analisadas nos próximos capítulos.

5 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: AVALIAÇÕES SOBRE A POBREZA NOS ANOS DE 2000 e 2010

Neste capítulo, analisa-se a evolução da pobreza metropolitana com ênfase em aspectos de sua distribuição espacial. Constituído por cinco seções, apresentam-se, na primeira, as principais mudanças na pobreza metropolitana considerando uma contraposição entre as subáreas núcleo e periferia. Na segunda, destacam-se as especificidades da pobreza nos municípios da periferia metropolitana, bem como nos vetores de expansão urbana. Na terceira, são discutidas as diferenças entre a concentração espacial e a incidência da pobreza nos municípios. Na quarta seção, são analisadas as desigualdades socioespaciais considerando a distribuição dos não pobres. A última parte é uma discussão sobre os resultados.

5.1 A distribuição da população metropolitana entre o núcleo e a periferia

Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, houve um declínio dos níveis de incidência da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essa trajetória de redução da incidência da pobreza estende-se ao núcleo e à periferia metropolitana, como poderá ser analisado a partir dos dados da Tabela 5.1, exposta a seguir. No núcleo, a incidência da pobreza se reduziu de 32% para 20% da população residente. Em termos absolutos, houve uma diminuição de quase 225 mil pessoas na população em situação de pobreza, que passou de 705,2 mil para 480,4 mil pessoas entre os anos de 2000 e 2010.

No caso da periferia metropolitana, a proporção de pobres declinou de 61% da população residente para 41%, o que, em termos absolutos, significou uma diminuição de 267,9 mil pessoas na população em situação de pobreza, cujo tamanho reduziu-se de 1,2 milhão para 1,0 milhão de pessoas. Portanto, entre os anos de 2000 e 2010, o declínio da pobreza ocorreu no núcleo e na periferia, mas os níveis de incidência da pobreza ainda permaneceram muito distintos na comparação entre essas subáreas (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 – Situação social da população, segundo núcleo e periferia - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Situação social	População			
	Ano de 2000		Ano de 2010	
	absoluto	percentual	absoluto	percentual
Núcleo metropolitano				
Socialmente integrados	1.499.398	68,0%	1.876.002	79,6%
Pobres	705.279	32,0%	480.433	20,4%
... pobreza recente	298.943	13,6%	223.377	9,5%
... pobreza crônica	231.232	10,5%	92.284	3,9%
... periferia inercial	175.104	7,9%	164.772	7,0%
TOTAL	2.204.677	100%	2.356.435	100%
Periferia metropolitana				
Socialmente integrados	817.181	38,9%	1.477.313	59,3%
Pobres	1.283.426	61,1%	1.015.452	40,7%
... pobreza recente	317.469	15,1%	297.536	11,9%
... pobreza crônica	552.594	26,3%	255.023	10,2%
... periferia inercial	413.363	19,7%	462.893	18,6%
TOTAL	2.100.607	100%	2.492.765	100%

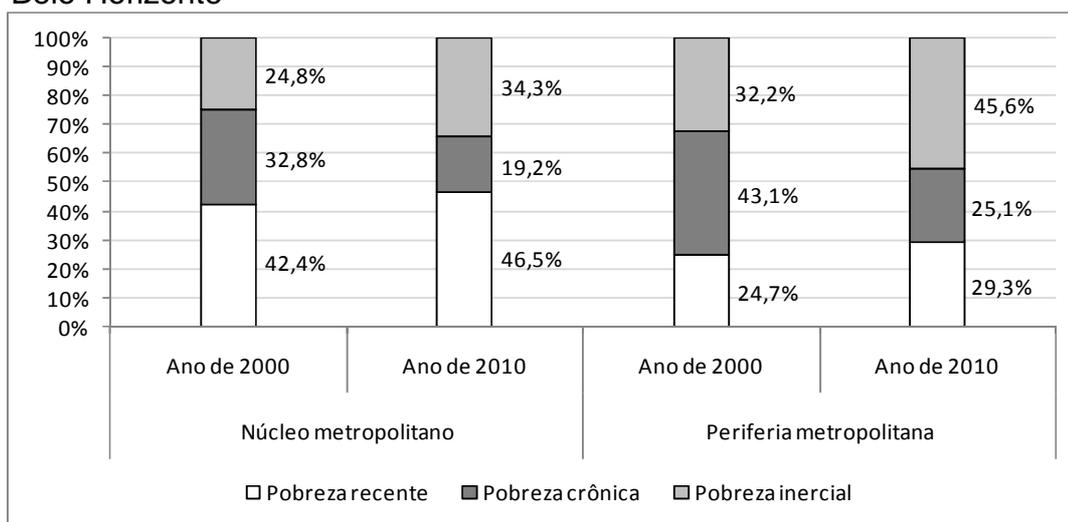
Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

No núcleo metropolitano, todas as situações de pobreza apresentaram redução em seu volume na comparação entre os anos de 2000 e 2010, assim como foram registradas reduções na incidência dos diferentes tipos de pobreza. Na formação da pobreza do núcleo metropolitano, destaca-se a pobreza associada à carência de renda, a pobreza recente, cuja incidência declinou de 14% para 10% nesse período. A pobreza crônica declinou de forma mais acentuada, passando de 11%, em 2000, para 4% em 2010. A pobreza inercial apresentou um ligeiro declínio, e sua incidência passou de 8% para 7% da população do núcleo metropolitano nesse mesmo período (TABELA 5.1).

Na periferia metropolitana, todas as três situações de pobreza apresentaram redução nos níveis de incidência entre os anos de 2000 e 2010. Ademais, a pobreza recente e a pobreza crônica apresentaram uma redução de seu volume no período, ao contrário da pobreza inercial, que apresentou ligeiro aumento de sua população. No caso da periferia, a incidência da pobreza crônica declinou de 26% para 10% da população entre os anos de 2000 e 2010. A pobreza recente declinou de 15% para 11% nesse período. Por outro lado, a pobreza inercial praticamente não alterou sua incidência, visto que afetou 20% da população residente na periferia metropolitana no ano de 2000 e, em 2010, ainda alcançou 19% dela (TABELA 5.1).

Como a incidência das distintas situações de pobreza não é a mesma na periferia e no núcleo metropolitano, podem ser ressaltadas, na comparação entre essas subáreas metropolitanas, diferenças importantes também na composição da pobreza, consoante as informações do Gráfico 5.1. Na última década, apesar do declínio acentuado da pobreza crônica, sua importância permanece um pouco mais destacável na determinação dos níveis de pobreza na periferia, em comparação com o núcleo metropolitano. Ademais, é interessante notar que a redução da pobreza crônica acarretou mudanças na importância relativa das demais situações de pobreza.

Gráfico 5.1 – Composição da população em situação de pobreza na periferia e no núcleo - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

No núcleo metropolitano, houve um aumento da importância das situações de pobreza recente e, principalmente, inercial na composição do volume da pobreza. Contudo, essa subárea se caracteriza principalmente pela pobreza recente, que, em 2010, passou a responder por quase 50% dos pobres residentes no núcleo. Na periferia metropolitana, também houve um aumento da importância das situações recente e inercial na composição do volume da pobreza, porém, nessa subárea, destaca-se a pobreza inercial, que, em 2010, passou a responder por quase 50% de sua população pobre (GRÁFICO 5.1).

Considerando a perspectiva macroespacial, a distribuição relativa da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte entre o núcleo e a periferia se apresenta bem equilibrada nessa última década, mas há diferenças notáveis entre essas duas subáreas quando se considera a distribuição espacial da população em situação de pobreza. Essas diferenças entre o núcleo e periferia metropolitana podem ser analisadas a partir dos dados da Tabela 5.2, que mostram, para os anos de 2000 e 2010, a repartição da população metropolitana entre essas subáreas, segundo a situação social dos indivíduos.

Tabela 5.2 – Distribuição da população entre núcleo e periferia, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Situação social	Distribuição da população (%)			População
	Núcleo	Periferia	Total	
Ano de 2000				
Socialmente integrados	64,7%	35,3%	100%	2.316.579
Pobres	35,5%	64,5%	100%	1.988.705
... pobreza recente	48,5%	51,5%	100%	616.412
... pobreza crônica	29,5%	70,5%	100%	783.826
... periferia inercial	29,8%	70,2%	100%	588.467
TOTAL	51,2%	48,8%	100%	4.305.284
Ano de 2010				
Socialmente integrados	55,9%	44,1%	100%	3.353.315
Pobres	32,1%	67,9%	100%	1.495.885
... pobreza recente	42,9%	57,1%	100%	520.913
... pobreza crônica	26,6%	73,4%	100%	347.307
... periferia inercial	26,3%	73,7%	100%	627.665
TOTAL	48,6%	51,4%	100%	4.849.200

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

No ano de 2000, pouco mais de 50% da população metropolitana estava residindo no núcleo metropolitano, mas, em 2010, essa proporção se reduziu para 49%, o que caracterizou uma pequena inversão entre o núcleo e a periferia em termos de predomínio sobre a concentração espacial da população. Contudo, essa mesma estrutura da distribuição populacional metropolitana não se aplica aos segmentos em situação de pobreza. Mesmo com o declínio generalizado da pobreza na última década, a repartição da população pobre entre o núcleo e a periferia pouco se alterou, visto que, em 2000, 65% dos pobres residiam na periferia metropolitana e, em 2010, essa proporção aumentou para 68% (TABELA 5.2). Portanto, considerando a distribuição relativa, a pobreza metropolitana se mantém marcadamente concentrada no espaço periférico.

Entre as distintas situações de pobreza, a distribuição proporcional dos pobres entre o núcleo e a periferia apresenta maior equilíbrio apenas no caso da pobreza associada à carência de renda, a pobreza recente. Em 2000, da população em situação de pobreza recente, 48% estava residindo no núcleo metropolitano, mas, no ano de 2010, essa proporção se reduz para 42%. No caso da pobreza crônica e da pobreza inercial, sua concentração revela-se predominantemente periférica, visto que, em 2000, cerca de 70% da população nessas duas situações de pobreza estavam residindo na periferia metropolitana e, em 2010, essa concentração aproximou-se de 74% (TABELA 5.2).

Como a distribuição espacial do conjunto da população metropolitana entre núcleo e periferia é relativamente bem equilibrada, é fácil perceber que a concentração espacial da pobreza na periferia evidencia-se na incidência da pobreza, que se manteve relativamente mais elevada na periferia em comparação com o núcleo. Assim, três aspectos importantes podem ser destacados na evolução recente da pobreza na área metropolitana de Belo Horizonte. O primeiro é que houve um declínio da incidência da pobreza tanto no núcleo quanto na periferia. O segundo é que, apesar do declínio generalizado da pobreza metropolitana, sua distribuição relativa, entre o núcleo e a periferia, não se alterou, caracterizando uma pobreza metropolitana predominantemente concentrada no espaço periférico. E o terceiro é que as carências estruturais, associadas às condições inadequadas de moradia e deficiências da infraestrutura e serviços urbanos básicos, têm um papel destacável na manutenção dos níveis mais elevados de incidência da pobreza na periferia metropolitana.

Considerando as características da repartição das diferentes situações de pobreza entre o núcleo a periferia, e que os níveis mais elevados de incidência da pobreza na periferia metropolitana estão associados principalmente aos tipos de carências que envolvem os aspectos estruturais da pobreza, como as condições de moradia e acesso a infraestrutura e serviços públicos básicos, esses indicadores são apresentados a seguir na Tabela 5.3. Como esse tipo de carência define apenas as situações de pobreza crônica e inercial, a referida tabela apresenta os indicadores apenas para essas duas situações de pobreza, na periferia e no núcleo metropolitano, nos anos de 2000 e 2010.

Tabela 5.3 – Tipos de carência da população em situação de pobreza crônica e inercial, segundo núcleo e periferia - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Indicadores no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas	Distribuição da população							
	2000				2010			
	Pobreza crônica		Pobreza inercial		Pobreza crônica		Pobreza inercial	
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.
Núcleo metropolitano								
1 NBI	158.956	68,7%	150.448	85,9%	76.120	82,5%	152.563	92,6%
... densidade excessiva da moradia	96.871	41,9%	60.034	34,3%	45.660	49,5%	51.515	31,3%
... inadeq. no acesso à água potável	6.991	3,0%	9.310	5,3%	4.029	4,4%	26.388	16,0%
... inadequação do sistema sanitário	42.486	18,4%	68.252	39,0%	17.730	19,2%	55.585	33,7%
... não tem acesso à energia elétrica	252	0,1%	503	0,3%	177	0,2%	82	0,0%
... não tem acesso ao serv. de col. de lixo	4.594	2,0%	4.067	2,3%	1.853	2,0%	5.503	3,3%
... há criança que não frequenta a escola	7.762	3,4%	8.282	4,7%	6.671	7,2%	13.490	8,2%
2 ou mais NBIs	72.278	31,3%	24.655	14,1%	16.163	17,5%	12.209	7,4%
Total	231.234	100%	175.103	100%	92.283	100%	164.772	100%
Periferia metropolitana								
1 NBI	268.269	48,5%	285.807	69,1%	173.057	67,9%	372.292	80,4%
... densidade excessiva da moradia	87.214	15,8%	42.314	10,2%	60.515	23,7%	52.094	11,3%
... Inadeq. no acesso à água potável	8.644	1,6%	11.951	2,9%	12.202	4,8%	43.778	9,5%
... Inadequação do sistema sanitário	147.740	26,7%	206.293	49,9%	86.250	33,8%	250.588	54,1%
... não tem acesso à energia elétrica	361	0,1%	324	0,1%	503	0,2%	430	0,1%
... não tem acesso ao serv. de col. de lixo	16.391	3,0%	18.033	4,4%	5.854	2,3%	11.220	2,4%
... há criança que não frequenta a escola	7.919	1,4%	6.892	1,7%	7.733	3,0%	14.182	3,1%
2 ou mais NBIs	284.325	51,5%	127.557	30,9%	81.966	32,1%	90.602	19,6%
Total	552.594	100%	413.364	100%	255.023	100%	462.894	100%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

Inicialmente, deve ser ressaltado que, no núcleo metropolitano e na periferia, a população em situação de pobreza crônica e inercial caracteriza-se por apresentar uma maior proporção da população vivendo com apenas um tipo de carência no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas. Contudo, de forma geral, as pessoas que contam com duas ou mais necessidades básicas insatisfeitas estão em maior proporção na pobreza crônica em comparação com a pobreza inercial, e em maior proporção entre os pobres da periferia em relação aos do núcleo metropolitano. Em 2010, no núcleo metropolitano, aproximadamente 83% da população em situação de pobreza crônica e 93% da pobreza inercial foram determinadas por apenas um tipo de carência. Na periferia, essas proporções corresponderam a 68% e 80%, respectivamente (TABELA 5.3).

No núcleo metropolitano, na determinação da pobreza crônica, dois indicadores assumem maior importância, o adensamento excessivo da moradia, principalmente, e a inadequação do sistema sanitário domiciliar. Na pobreza inercial esses indicadores também são os mais relevantes, porém a ordem se inverte. Em 2010, da população em pobreza crônica, quase 70% era devido a apenas um desses dois

tipos de carência, sendo que apenas o adensamento excessivo da moradia alcançava 50%. No caso da pobreza inercial, esses dois indicadores, no ano de 2010, responderam por aproximadamente 65% da população que vivia nessa situação de pobreza com apenas um tipo de carência estrutural (TABELA 5.3).

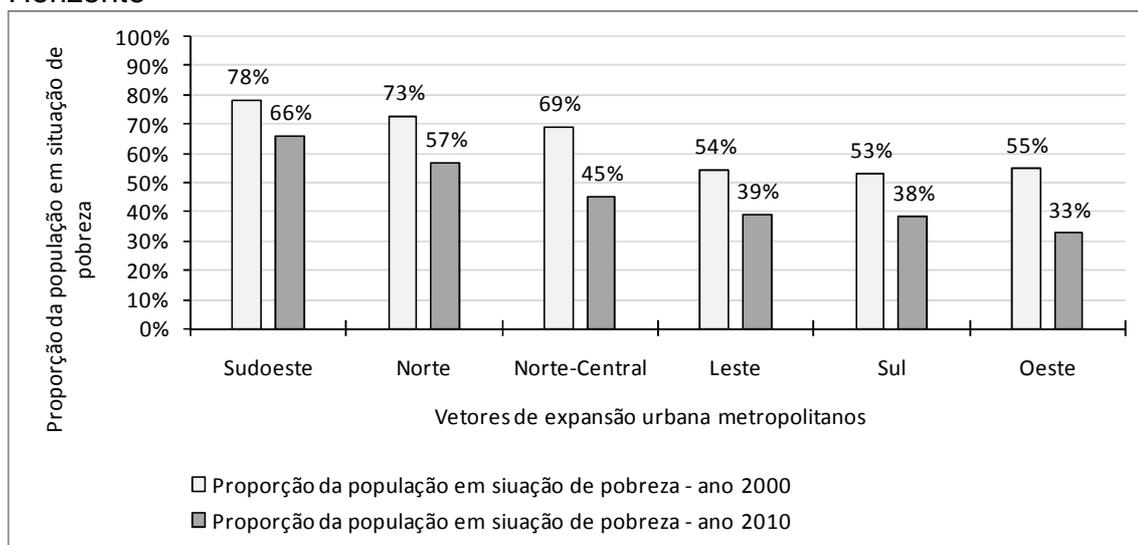
Na periferia metropolitana, houve uma notável redução do número de pessoas em pobreza crônica vivendo com duas ou mais carências, e, entre aqueles com apenas um tipo de carência, dois indicadores assumem maior relevância, o adensamento excessivo da moradia e a inadequação do sistema sanitário domiciliar. Em 2010, da população em pobreza crônica, aproximadamente 58% dela corresponde àqueles com apenas uma dessas duas carências estruturais. Já para a determinação da pobreza inercial, as condições inadequadas do sistema sanitário domiciliar assumem uma importância fundamental, já que passa a responder por mais da metade da população periférica nessa situação de pobreza devido a um tipo de carência. Em 2010, da pobreza inercial na periferia metropolitana, 54% dela se deve somente à inadequação do sistema sanitário do domicílio, enquanto 11% se deve ao adensamento excessivo da moradia e 10% a carências no acesso a água potável, ao passo que 20% da pobreza inercial correspondem aos que vivem com duas ou mais carências estruturais (TABELA 5.3).

Com se pôde notar, as situações de pobreza crônica e inercial estão associadas, principalmente, a moradias com uma estrutura inadequada ao tamanho das famílias, o que significa adensamento excessivo, e à inadequação nas condições do sistema sanitário domiciliar. É interessante notar que, na periferia metropolitana, as condições sanitárias inadequadas assumem uma importância fundamental na sustentação de níveis elevados de incidência da pobreza inercial. E seus números são tão significativos que, no ano de 2010, somente a população da periferia vivendo em domicílios em situação de pobreza inercial devido unicamente a inadequação do sistema sanitário é quase equivalente a toda a população em situação de pobreza crônica e inercial residente no núcleo metropolitano nesse mesmo ano.

5.2 A pobreza nos municípios da periferia metropolitana

Como já explicado, os municípios da região metropolitana de Belo Horizonte podem ser espacialmente compreendidos em uma organização macroespacial que se consolidou a partir do processo de expansão da área metropolitana, isto é, uma conformação espacial repartida em sete subáreas, o núcleo metropolitano e seis vetores de expansão urbana: Norte, Sul, Leste, Oeste, Norte-Central e Sudoeste. Considerando essa estrutura espacial metropolitana, podem ser observados, no Gráfico 5.2, os níveis de incidência da pobreza nessas subáreas metropolitanas nos anos de 2000 e 2010. Deve-se notar que, ao se considerar os vetores como unidades espaciais, a população analisada corresponde à do conjunto dos municípios que os integram.

Gráfico 5.2 – Vetores de expansão urbana metropolitanos, segundos níveis de incidência da pobreza - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: A proporção de pobres corresponde ao conjunto das diferentes situações de pobreza: crônica, recente e inercial.

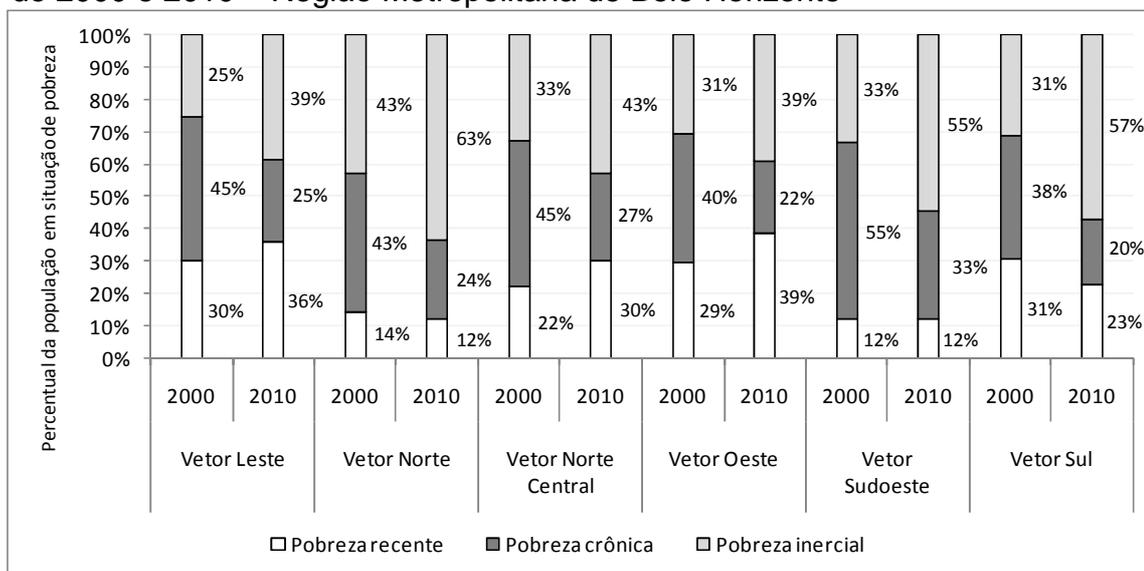
Como mostram os dados do Gráfico 5.2, todos os vetores de expansão urbana metropolitanos registraram uma redução na proporção da população vivendo em situação de pobreza na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Nesse período, nos vetores mais populosos, o Oeste e o Norte-Central, a redução dos níveis de incidência da pobreza foi pouco superior a 20 pontos percentuais, enquanto nos

demais vetores essa redução esteve entre 12 e 16 pontos percentuais. Por outro lado, é interessante notar que a redução da pobreza observada nos vetores metropolitanos não levou a uma eliminação dos desníveis em termos de incidência da pobreza nessas subáreas.

Os níveis mais altos de incidência da pobreza são registrados nos vetores Sudoeste e Norte, onde, em 2010, mais da metade da população residente nessas áreas ainda se encontrava em situação de pobreza. O vetor Norte-Central, que, em 2000, encontra-se em uma situação mais próxima dos dois vetores anteriormente citados, apresentou reduções importantes da pobreza, e, em 2010, pouco menos da metade de sua população estava em situação de pobreza. Os vetores Leste e Sul, que, em 2000, tinham níveis de incidência da pobreza pouco superiores a 50% da população, passam a ter níveis próximos de 40% em 2010. O vetor Oeste, que é o mais populoso, passou a sustentar o menor nível de incidência da pobreza entre os vetores metropolitanos, com 33% de sua população vivendo em situação da pobreza no ano de 2010.

A redução da pobreza nas subáreas da periferia metropolitana é acompanhada por alterações em sua composição entre as situações crônica, recente e inercial. Como poderá ser observado no Gráfico 5.3, apresentado a seguir, em todos os vetores de expansão urbana houve uma notável redução da participação da pobreza crônica na composição da pobreza na última década. Essa redução ficou em torno de 20 pontos percentuais em todos os vetores. A redução da importância relativa da pobreza crônica levou a um aumento relativo da pobreza recente e inercial na determinação da pobreza nessas subáreas. A participação da pobreza recente, na composição da população pobre, aumentou nos vetores Oeste, Norte Central e Leste, ficou estável no vetor Sudoeste e se reduziu nos vetores Sul e Norte. Mais importante foi o aumento da participação da pobreza inercial na composição da pobreza em todos os vetores. Em 2010, a pobreza inercial passa a responder por aproximadamente 39% da população em situação de pobreza nos vetores Oeste e Leste, e por 43% no vetor Norte Central, assumindo importância ainda mais notável nos demais vetores, respondendo por 55% da pobreza no Sudoeste, por 57% no Sul e por 63% no vetor Norte.

Gráfico 5.3 – Composição da pobreza nos vetores de expansão urbana - anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Como visto, as mudanças favoráveis sobre as condições de vida da população da periferia metropolitana nessa última década, associadas à redução da incidência da pobreza, estenderam-se a todos os vetores de expansão urbana. No entanto, encontra-se ainda uma periferia metropolitana que internamente se estrutura em subáreas com dimensões distintas em termos de concentração e incidência da pobreza. Para se compreender as mudanças recentes na área periférica metropolitana, serão analisados os níveis e as distintas situações de pobreza que caracterizam os municípios periféricos, segundo os vetores de expansão urbana metropolitanos.

5.2.1 Vetor Oeste

O vetor mais importante, em termos demográficos, é o Oeste. Ele reúne um pequeno número de municípios, entre os quais estão os mais populosos da periferia metropolitana. Conforme os dados da Tabela 5.4, o vetor Oeste registrou uma importante redução dos níveis de incidência da pobreza nessa última década. Entre os anos de 2000 e 2010, a parcela da população que se encontrava socialmente integrada, os não pobres, passou de 45% para 67% dos residentes nessa parte da periferia. Entre as diferentes situações de pobreza, reduziu-se, de modo mais

significativo, a pobreza crônica, enquanto a incidência da pobreza inercial e recente apresentou um declínio menos acentuado. A incidência da pobreza crônica, que atingia 22% da população do vetor em 2000, reduziu-se para 7% em 2010. Já as situações de pobreza recente e inercial, que alcançavam 16% e 17% da população do vetor, respectivamente, no ano de 2000, tiveram, igualmente, uma redução de sua incidência para 13% em 2010. Em números absolutos, a população residente no vetor Oeste vivendo em situação de pobreza declinou de 546,2 mil para 382,5 mil pessoas na última década.

Tabela 5.4 – População do vetor Oeste, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Municípios	Situação social da população										Pessoas (total)
	Socialmente integrados		Situações de pobreza								
			Pobreza recente		Pobreza crônica		Pobreza inercial		Total		
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	
Ano de 2000											
Betim	116.636	38%	61.144	20%	76.470	25%	49.177	16%	186.791	62%	303.427
Contagem	293.143	55%	76.103	14%	86.668	16%	77.145	14%	239.916	45%	533.059
Ibirité	33.607	25%	20.353	15%	46.329	35%	31.866	24%	98.548	75%	132.155
Mário Campos	1.016	10%	449	4%	4.709	45%	4.284	41%	9.442	90%	10.458
Sarzedo	5.672	33%	2.912	17%	4.477	26%	4.143	24%	11.532	67%	17.204
Vetor Oeste	450.074	45%	160.961	16%	218.653	22%	166.615	17%	546.229	55%	996.303
Ano de 2010											
Betim	247.726	66%	48.782	13%	31.249	8%	48.926	13%	128.957	34%	376.683
Contagem	431.519	72%	70.243	12%	32.901	5%	65.802	11%	168.946	28%	600.465
Ibirité	92.004	58%	24.847	16%	16.420	10%	25.441	16%	66.708	42%	158.712
Mário Campos	4.020	31%	997	8%	2.743	21%	5.400	41%	9.140	69%	13.160
Sarzedo	16.997	66%	3.061	12%	1.780	7%	3.926	15%	8.767	34%	25.764
Vetor Oeste	792.266	67%	147.930	13%	85.093	7%	149.495	13%	382.518	33%	1.174.784

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

No vetor Oeste, todos os municípios apresentaram uma redução nos níveis de incidência da pobreza nessa última década. O município mais populoso do vetor, Contagem, passou de uma proporção de pobres de 45% para 28% da população entre os anos de 2000 e 2010, registrando uma redução na proporção e no número de pessoas em situações de pobreza, destacando-se principalmente o caso do segmento da pobreza crônica. Nesse período, a incidência da pobreza em Betim declinou de 62% para 34% da população residente, sobretudo devido à maior redução da população vivendo nas situações de pobreza recente e crônica. A redução da pobreza ocorreu de forma ainda mais acentuada no município de Ibirité. Nesse município, 75% de sua população estava vivendo em alguma situação de pobreza no ano de 2000, com a pobreza crônica atingido 35% da população. Em

2010, a pobreza no município ainda se apresentava elevada, mas declinou para 42% de sua população, com a incidência da pobreza crônica atingindo 10% e a pobreza recente e inercial respondendo, igualmente, por 16% dos residentes no município.

Por outro lado, os municípios menos populosos do vetor Oeste apresentam duas situações muito distintas em termos dos níveis de incidência da pobreza. No caso de Sarzedo, a proporção de pobres se reduz de 67% para 34% da população entre 2000 e 2010. Contudo, no caso do município menos populoso do vetor, Mário Campos, a proporção de pobres se reduziu, nesse período, de 90% para 69% de sua pequena população, o que se explica pela manutenção de níveis mais elevados de incidência das situações de pobreza inercial e crônica, que ainda responderam por 41% e 21%, respectivamente, da população residente no município no ano de 2010.

Há ao menos três aspectos importantes sobre a evolução recente da pobreza no Vetor Oeste que devem ser considerados. O primeiro é que os municípios mais populosos do vetor tiveram um importante crescimento da população socialmente integrada, o que vai contribuir para a redução da pobreza não somente no âmbito do vetor, mas no conjunto da periferia metropolitana. O segundo é que os principais municípios do vetor apresentaram uma redução nos níveis de incidência da pobreza recente, associada à insuficiência de renda, e também na incidência da pobreza inercial e crônica, situações que se associam às condições inadequadas de moradia e deficiências da infraestrutura e serviços urbanos básicos. E o terceiro é que o grande crescimento da população socialmente integrada no vetor Oeste não significou o fim das situações municipais mais críticas nessa parte da periferia, mas ela vai se apresentar de forma localizada, destacando-se o caso do município menos populoso do vetor.

5.2.2 Vetor Norte-Central

O vetor Norte-Central é o segundo vetor mais populoso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sendo uma área que, ao longo do tempo, caracterizou-se pela

concentração de uma população em condições sociais mais desfavoráveis, onde as diferentes situações de pobreza afetam boa parte de seus residentes. Suas mudanças podem ser analisadas a partir dos dados da Tabela 5.5. Em 2000, a população socialmente integrada no vetor correspondia a apenas 31% de seus residentes, passando para 55% no ano de 2010. Portanto, na última década, houve uma importante redução da pobreza nessa subárea da periferia metropolitana, contudo, a incidência da pobreza ainda se mantém elevada, já que ainda atingiu 45% da população residente no ano de 2010.

Tabela 5.5 – População do vetor Norte-Central, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Municípios	Situação social da população										Pessoas (total)
	Socialmente integrados	Situações de pobreza								Total	
		Pobreza recente		Pobreza crônica		Pobreza inercial		Total			
		Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.		Abs.		
Ano de 2000											
Ribeirão das Neves	60.294	25%	34.981	14%	83.972	34%	65.020	27%	183.973	75%	244.267
Santa Luzia	73.991	40%	32.388	18%	47.525	26%	29.885	16%	109.798	60%	183.789
São José da Lapa	3.296	22%	1.279	9%	4.483	30%	5.902	39%	11.664	78%	14.960
Vespasiano	23.282	31%	11.068	15%	24.931	33%	16.229	21%	52.228	69%	75.510
Vetor Norte-Central	160.863	31%	79.716	15%	160.911	31%	117.036	23%	357.663	69%	518.526
Ano de 2010											
Ribeirão das Neves	142.411	49%	37.677	13%	41.699	14%	70.093	24%	149.469	51%	291.880
Santa Luzia	122.347	61%	27.427	14%	21.576	11%	30.820	15%	79.823	39%	202.170
São José da Lapa	11.006	56%	3.428	17%	1.845	9%	3.468	18%	8.741	44%	19.747
Vespasiano	63.080	61%	15.698	15%	10.731	10%	14.572	14%	41.001	39%	104.081
Vetor Norte-Central	338.844	55%	84.230	14%	75.851	12%	118.953	19%	279.034	45%	617.878

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

A pobreza crônica afetava 31% da população do vetor Norte-Central no ano de 2000, declinando para 12% em 2010. Mas o recuo dos níveis de pobreza recente e inercial foi menos acentuado. A incidência da pobreza recente declinou de 15% para 14%, enquanto a da pobreza inercial passou de 23% para 19% da população residente no vetor. E, ao contrário da pobreza crônica, o declínio na incidência da pobreza recente e inercial ocorre paralelamente a um ligeiro crescimento da população vivendo nessas duas situações de pobreza, a qual passou de 196,7 mil, em 2000, para 203,1 mil no ano de 2010.

Importante notar que o número total de pobres no vetor-Norte declinou na comparação entre os anos de 2000 e 2010, de 357,6 mil para 279,0 mil pessoas, particularmente devido à grande redução da população vivendo em situação de pobreza crônica. Como entre os anos de 2000 e 2010 a população socialmente

integrada do vetor apresentou um aumento destacável, de 160,8 mil para 338,8 mil pessoas, isso permitiu que a incidência da pobreza inercial e recente também declinassem nesse período.

Todos os municípios do vetor Norte-Central registraram redução no número de pessoas vivendo em situação de pobreza. O município de Ribeirão das Neves, o mais populoso do vetor e em situação social mais crítica, registrou uma redução da incidência da pobreza de 75% para 51% da população na comparação entre os anos de 2000 e 2010. A incidência da pobreza crônica apresentou maior declínio, ao passo que a proporção da pobreza inercial e recente apresentou ligeira redução. Assim como ocorre com o conjunto do vetor, o número de pessoas em situação de pobreza crônica se reduziu, ao contrário da pobreza inercial e recente, que registraram ligeiro crescimento. Em 2010, a pobreza crônica ainda afetou 14% da população de Ribeirão das Neves, enquanto a recente ficou em 13% e a inercial respondeu por 24% dos residentes.

Nos municípios de Santa Luzia e Vespasiano, os níveis de pobreza tornaram-se relativamente mais baixos em comparação com os demais municípios do vetor. Em 2010, ambos contam com 39% da população residente vivendo em situação de pobreza. Em 2000, 60% dos residentes em Santa Luzia e 69% dos moradores de Vespasiano enquadravam-se entre as pessoas que viviam em alguma situação de pobreza, o que revela a importante redução da pobreza nesse período. Apesar do declínio da incidência da pobreza, observa-se que, em Santa Luzia, o número de indivíduos em situação de pobreza crônica e recente se reduziu, enquanto a pobreza inercial teve pequeno aumento. Em Vespasiano, aumentou o número de pessoas em situação de pobreza recente, e declinaram os casos de pobreza crônica e inercial. Nesses dois municípios, em 2010, a pobreza crônica ficou ao redor de um décimo da população.

O município menos populoso do vetor, São José da Lapa, também registrou uma redução da proporção de pobres, de 78%, em 2000, para 44% da população municipal em 2010. No caso desse município, enquanto houve reduções na incidência da pobreza crônica, principalmente, e inercial, aumentou a proporção e o número de pessoas na situação de pobreza recente.

Considerando os municípios do vetor Norte-Central, deve ser salientado que eles registraram uma importante redução da incidência da pobreza nessa última década. Contudo, seus níveis ainda permanecem relativamente elevados, particularmente em comparação com outras partes da periferia onde há municípios populosos, como é o caso do vetor Oeste. Também é interessante notar que Norte-Central é o segundo vetor mais populoso, e, portanto, a situação de seus municípios tem importante repercussão sobre a periferia metropolitana. E se, por um lado, houve uma resistência na diminuição do volume da população em situação de pobreza, em especial os da recente e inercial, de outro, ampliou-se notavelmente o tamanho de sua população socialmente integrada.

5.2.3 Vetor Norte

O vetor Norte corresponde a uma das áreas menos populosas da periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte, apesar de sua grande extensão territorial, formada por um conjunto de nove municípios. Ainda que a trajetória de seu crescimento demográfico tenha se mantido distinta daquela de sua vizinhança imediata, o vetor Norte-Central, onde o rápido crescimento populacional se articulou a condições sociais e urbanas mais desfavoráveis, o vetor Norte também apresenta níveis elevados de incidência da pobreza, superando até mesmo os níveis observados no próprio vetor Norte-Central.

No ano de 2000, aproximadamente 73% da população do vetor Norte estava vivendo em situação de pobreza e, em 2010, essa proporção reduziu-se para 57% da população residente no vetor, como mostram os dados da Tabela 5.6. Apesar dessa redução da incidência da pobreza, seus níveis ainda permanecem relativamente altos, já que mais da metade dos residentes ainda experimenta alguma situação de pobreza. Ademais, o volume da população de pobres no vetor Norte quase não se alterou nessa última década, isto é, seu número apresenta apenas um ligeiro declínio, de 119,4 mil para 109,8 mil pessoas na comparação entre os anos de 2000 e 2010.

Tabela 5.6 – População do vetor Norte, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Municípios	Situação social da população										Pessoas (total)
	Socialmente integrados		Situações de pobreza								
			Pobreza recente		Pobreza crônica		Pobreza inercial		Total		
Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.
Ano de 2000											
Baldim	1.598	20%	1.099	14%	3.554	44%	1.788	22%	6.441	80%	8.039
Capim Branco	1.953	25%	854	11%	2.644	34%	2.372	30%	5.870	75%	7.823
Confins	60	1%	22	0%	1.920	39%	2.873	59%	4.815	99%	4.875
Jaboticatubas	1.969	15%	1.130	8%	6.640	50%	3.572	27%	11.342	85%	13.311
Nova União	1.214	23%	891	17%	2.537	47%	743	14%	4.171	77%	5.385
Lagoa Santa	5.750	15%	1.822	5%	11.341	30%	18.502	49%	31.665	85%	37.415
Matozinhos	10.974	37%	3.469	12%	7.647	26%	7.872	26%	18.988	63%	29.962
Pedro Leopoldo	20.549	38%	7.731	14%	13.184	25%	12.136	23%	33.051	62%	53.600
Taquaraçu de Minas	443	13%	89	3%	1.976	56%	1.016	29%	3.081	87%	3.524
Vetor Norte	44.510	27%	17.107	10%	51.443	31%	50.874	31%	119.424	73%	163.934
Ano de 2010											
Baldim	2.462	31%	1.100	14%	1.742	22%	2.560	33%	5.402	69%	7.864
Capim Branco	1.367	15%	417	5%	1.727	20%	5.328	60%	7.472	85%	8.839
Confins	63	1%	0	0%	999	17%	4.846	82%	5.845	99%	5.908
Jaboticatubas	5.411	32%	1.415	8%	4.108	24%	6.071	36%	11.594	68%	17.005
Nova União	2.262	41%	840	15%	1.273	23%	1.115	20%	3.228	59%	5.490
Lagoa Santa	21.556	41%	2.707	5%	5.889	11%	22.173	42%	30.769	59%	52.325
Matozinhos	17.934	53%	2.808	8%	3.532	10%	9.577	28%	15.917	47%	33.851
Pedro Leopoldo	31.754	54%	3.895	7%	6.208	11%	16.623	28%	26.726	46%	58.480
Taquaraçu de Minas	899	24%	275	7%	1.183	31%	1.414	37%	2.872	76%	3.771
Vetor Norte	83.708	43%	13.457	7%	26.661	14%	69.707	36%	109.825	57%	193.533

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

A redução registrada no tamanho da população em situação de pobreza no vetor Norte deve-se particularmente à diminuição da população em situação de pobreza crônica e recente, visto que a pobreza inercial apresentou um aumento de seu volume populacional. Em termos proporcionais, o declínio da pobreza no vetor tornou-se mais acentuado diante do grande crescimento da população socialmente integrada, cujo tamanho quase dobrou entre os anos de 2000 e 2010. A proporção da população em situação de pobreza crônica reduziu-se de 31% para 14%, enquanto a da pobreza recente reduziu-se de 10% para 7% nesse período. Já a pobreza inercial aumentou sua incidência, passando de 31% para 36% dos residentes dessa subárea periférica.

No vetor Norte, a incidência da pobreza não se reduziu em dois municípios: Confins e Capim Branco. No caso desses dois municípios, a incidência da pobreza é fundamentalmente determinada pela pobreza inercial, o que revela as deficiências na cobertura dos serviços públicos básicos. Em Confins, somente a pobreza inercial afetava 82% de sua população residente no ano de 2010, enquanto em Capim

Branco essa proporção alcançou 60% da população. Em situação um pouco diferente encontram-se os municípios mais distantes do núcleo metropolitano, como Baldim, Jaboticatubas, Nova União e Taquaraçu de Minas, que registraram um declínio na incidência da pobreza nessa última década, mas ainda contam com mais da metade da população local vivendo em situação de pobreza no ano de 2010. No caso desses quatro municípios, os níveis de pobreza mais elevados são determinados pela incidência da pobreza crônica e inercial.

Os três municípios mais populosos do vetor Norte apresentam, em geral, uma situação social relativamente mais favorável em comparação com os outros municípios do vetor. Em Matozinhos, a pobreza declinou de 63% para 47% da população entre os anos de 2000 e 2010, e, em Pedro de Leopoldo, passou de 62% para 46% da população. Em Lagoa Santa, o município mais populoso do vetor, a pobreza declinou de 85% para 59% da população nesse período. No caso desses municípios, e, sobretudo, em Lagoa Santa, a pobreza inercial tem papel decisivo na manutenção dos níveis mais altos de pobreza.

Considerando as características da pobreza no vetor Norte, deve-se observar que a pobreza inercial afeta boa parte da população residente nessa subárea periférica, sendo decisiva na sustentação de níveis mais altos de pobreza entre os residentes no vetor. Esse tipo de pobreza envolve carências estruturais, associadas às condições inadequadas da moradia e deficiências na cobertura dos serviços urbanos essenciais, mas esses problemas não parecem atrelados necessariamente a processos de aceleração do crescimento populacional do vetor. Ademais, particularmente no caso dos municípios situados mais distantes do núcleo metropolitano, soma-se às carências estruturais uma situação econômica menos favorável de seus residentes, o que se revela nos níveis relativamente mais altos de incidência da pobreza crônica.

5.2.4 Vetor Leste

O vetor Leste, formado por apenas dois municípios, é o segundo menor em termos populacionais, o que não quer dizer que seus municípios contabilizem pequenas

populações. A evolução da pobreza no vetor Leste pode ser analisada a partir dos dados da Tabela 5.7. Nesse vetor, a incidência da pobreza foi reduzida de 54% para 49% da população entre os anos de 2000 e 2010. A redução mais significativa ocorreu na pobreza crônica, que declinou de 24% da população, em 2000, para 10% em 2010, o que corresponde a uma diminuição de seu volume populacional de 36,5 mil para 16,4 mil pessoas. A incidência da pobreza recente se reduziu ligeiramente, passando de 16% para 14% da população nesse período, e o número de pessoas nessa situação de pobreza praticamente se manteve sem alterações, contabilizando 23,4 mil indivíduos no ano de 2010. A pobreza inercial, ao contrário da pobreza crônica e recente, apresentou um aumento em sua incidência, passando de 14% da população, em 2000, para 15% em 2010, com o número de indivíduos nessa situação de pobreza aumentando de 20,9 mil para 25,3 mil.

Tabela 5.7 – População do vetor Leste, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Municípios	Situação social da população										Pessoas (total)
	Socialmente integrados		Situações de pobreza								
			Pobreza recente		Pobreza crônica		Pobreza inercial		Total		
Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.		
Ano de 2000											
Caeté	16.678	46%	7.608	21%	7.802	22%	3.960	11%	19.370	54%	36.048
Sabará	51.996	45%	16.982	15%	28.767	25%	16.957	15%	62.706	55%	114.702
Vetor Leste	68.674	46%	24.590	16%	36.569	24%	20.917	14%	82.076	54%	150.750
Ano de 2010											
Caeté	23.514	58%	5.641	14%	4.116	10%	7.199	18%	16.956	42%	40.470
Sabará	77.612	62%	17.837	14%	12.371	10%	18.161	14%	48.369	38%	125.981
Vetor Leste	101.126	61%	23.478	14%	16.487	10%	25.360	15%	65.325	39%	166.451

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

A incidência da pobreza nos municípios do vetor Leste é relativamente semelhante. Comparando os anos de 2000 e 2010, a proporção de pobres na população local declinou de 54% para 42% em Caeté e, em Sabará, diminuiu de 55% para 38%. A pobreza recente declinou de forma mais significativa em Caeté, passando de 21% para 14% da população, enquanto em Sabará declinou de 15% para 14%, mas o número de pessoas nessa situação de pobreza se reduziu em Caeté e aumentou ligeiramente em Sabará. A população vivendo em situação de pobreza crônica se reduziu significativamente nos dois municípios do vetor, diferentemente da pobreza inercial, cuja população aumentou em ambos os municípios. Em Caeté, há um aumento importante da incidência da pobreza inercial, que passa de 11% para 18%

da população entre 2000 e 2010, enquanto, em Sabará, há um ligeiro declínio, de 15% para 14% da população. Nos dois municípios do vetor Leste, a proporção da população local em situação de pobreza crônica se reduziu para 10% no ano de 2010.

Considerando as características do vetor Leste, é interessante notar que a trajetória de redução de sua população pobre é marcada pela grande diminuição da população em situação de pobreza crônica, já que o volume populacional da pobreza inercial aumentou e o da pobreza recente manteve-se quase sem alterações. Apesar da resistência do tamanho populacional de alguns segmentos da pobreza, isso não significa que o vetor se limitou à reprodução das condições sociais mais críticas. Entre os anos de 2000 e 2010, o vetor Leste registrou um importante crescimento de sua população socialmente integrada, e o nível de incidência da pobreza nessa subárea periférica passou a figurar entre os menores em comparação com os demais vetores de expansão urbana.

5.2.5 Vetor Sul

Entre os vetores metropolitanos, o Sul é o menos populoso deles, apesar de contar com uma grande extensão territorial, que se conforma a partir de sete municípios. Essa parte da periferia metropolitana articula-se à região sul de Belo Horizonte, a qual é a parte do núcleo metropolitano onde predomina, em sua ocupação, os segmentos sociais de maior poder aquisitivo. Assim, o vetor Sul é influenciado por essa proximidade, que se ressalta principalmente no município mais próximo ao núcleo metropolitano, Nova Lima, e em menor grau nos demais municípios. Na última década, como ocorreu com os demais vetores, o Sul registra um importante declínio nos níveis de pobreza. Conforme os dados apresentados na Tabela 5.8, a proporção de pobres entre os residentes do vetor reduziu-se de 53% para 38% na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Em termos absolutos, o número de pessoas em situação de pobreza declinou de 72,5 mil para 63,5 mil, enquanto a população socialmente integrada aumentou de 63,7 mil para 102,4 mil pessoas nesse período.

Tabela 5.8 – População do vetor Sul, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Municípios	Situação social da população										Pessoas (total)
	Socialmente integrados		Situações de pobreza								
			Pobreza recente		Pobreza crônica		Pobreza inercial		Total		
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	
Ano de 2000											
Brumadinho	11.034	42%	3.344	13%	6.805	26%	5.248	20%	15.397	58%	26.431
Itaguara	4.177	37%	1.678	15%	3.057	27%	2.249	20%	6.984	63%	11.161
Itatiaiuçu	2.047	24%	1.324	16%	3.393	40%	1.747	21%	6.464	76%	8.511
Nova Lima	36.770	58%	11.260	18%	7.675	12%	7.982	13%	26.917	42%	63.687
Raposos	6.584	46%	2.940	21%	2.474	17%	2.264	16%	7.678	54%	14.262
Rio Acima	3.111	41%	1.899	25%	1.495	20%	1.082	14%	4.476	59%	7.587
Rio Manso	0	0%	0	0%	2.530	55%	2.086	45%	4.616	100%	4.616
Vetor Sul	63.723	47%	22.445	16%	27.429	20%	22.658	17%	72.532	53%	136.255
Ano de 2010											
Brumadinho	16.517	49%	2.670	8%	3.563	11%	11.005	33%	17.238	51%	33.755
Itaguara	7.518	61%	1.287	10%	1.093	9%	2.392	19%	4.772	39%	12.290
Itatiaiuçu	4.710	47%	1.267	13%	1.387	14%	2.564	26%	5.218	53%	9.928
Nova Lima	59.538	74%	6.232	8%	3.155	4%	11.402	14%	20.789	26%	80.327
Raposos	8.362	55%	1.941	13%	1.243	8%	3.796	25%	6.980	45%	15.342
Rio Acima	5.684	63%	1.190	13%	897	10%	1.319	15%	3.406	37%	9.090
Rio Manso	74	1%	14	0%	1.281	24%	3.885	74%	5.180	99%	5.254
Vetor Sul	102.403	62%	14.601	9%	12.619	8%	36.363	22%	63.583	38%	165.986

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

Considerando a população pobre do vetor Sul, ela diminuiu na última década, devido à redução do número de pessoas vivendo nas situações de pobreza crônica e recente, ao passo que o volume da pobreza inercial cresceu. Entre os anos de 2000 e 2010, a incidência da pobreza crônica se reduziu de 20% para 8% da população, enquanto a da pobreza recente declinou de 16% para 9%. Por outro lado, a incidência da pobreza inercial se elevou nesse período, passando de 17% para 22% da população do vetor, e seu volume populacional aumentou de 22,6 mil para 36,6 mil pessoas.

Analisando a incidência da pobreza, nota-se que há diferenças significativas entre os municípios do vetor Sul. No município de Nova Lima, a pobreza declinou de 42% para 26% da população entre os anos de 2000 e 2010, registrando-se uma redução na incidência e no número de pessoas em situação de pobreza crônica e recente, mas um ligeiro crescimento da pobreza inercial. Em Brumadinho, segundo município mais populoso do vetor, a pobreza ainda apresenta elevada incidência, visto que se reduz de 58% da população, em 2000, para 51% no ano de 2010. Esse nível de pobreza em Brumadinho é determinado principalmente pela pobreza inercial, a qual

apresentou importante crescimento nesse período, diferentemente do que ocorreu com a pobreza crônica e recente, que se reduziram.

Entre os municípios menos populosos do vetor, encontram-se com níveis relativamente mais baixos de pobreza, no ano de 2010, os municípios de Itaguara, com 38% da população em situação de pobreza, e Rio Acima, onde essa proporção era de 39%. Nos demais municípios, a proporção de pobres ficou em 46% em Raposos e em 53% no município de Itatiaiuçu. O caso mais grave do vetor é o do município de menor população, Rio Manso, visto que a pobreza incorpora toda a população residente, particularmente devido às carências urbanas estruturais que estão associadas à formação da pobreza inercial.

Tendo em vista as mudanças constatadas nos níveis de incidência da pobreza nos municípios no vetor Sul, deve ser destacada a particularidade do mais populoso deles: Nova Lima. Esse município alcançou os níveis mais baixos de incidência da pobreza entre todos da periferia metropolitana, o que o diferencia dos demais municípios do vetor Sul, os quais, em geral, ainda sustentam níveis elevados de incidência da pobreza. É interessante notar que, em quase todos os municípios do vetor, mais da metade da pobreza contabilizada, no ano de 2010, deve-se ao segmento da pobreza inercial. Com exceção do caso peculiar de Rio Manso, todos os municípios dessa subárea periférica, na última década, registraram um aumento no tamanho da população socialmente integrada, bem como uma redução nos níveis de incidência da pobreza.

5.2.6 Vetor Sudoeste

O vetor Sudoeste conta com seis municípios em sua composição, que reúnem uma população ligeiramente maior que a dos vetores Sul e Leste. Entre os vetores de expansão urbana, o Sudoeste é marcado por sustentar os níveis mais altos de incidência da pobreza. Como poderá ser observado nos dados da Tabela 5.9, exposta a seguir, a parcela da população socialmente integrada no vetor Sudoeste passou de 22% para 34% na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Isso

significa que a maior parte dos residentes dessa subárea periférica corresponde a pessoas em situação de pobreza.

Tabela 5.9 – População do vetor Sudoeste, segundo situação social dos indivíduos, anos de 2000 e 2010 – Região Metropolitana de Belo Horizonte

Municípios	Situação social da população										Pessoas (total)
	Socialmente integrados	Situações de pobreza								Total	
		Pobreza recente		Pobreza crônica		Pobreza inercial		Total			
Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.
Ano de 2000											
Esmeraldas	3.696	8%	1.711	4%	25.873	56%	15.122	33%	42.706	92%	46.402
Florestal	2.566	46%	1.039	19%	1.255	22%	747	13%	3.041	54%	5.607
Igarapé	7.402	30%	3.329	14%	8.123	33%	5.697	23%	17.149	70%	24.551
Juatuba	3.984	24%	2.003	12%	6.431	40%	3.860	24%	12.294	76%	16.278
Mateus Leme	7.780	33%	2.319	10%	7.810	33%	6.025	25%	16.154	67%	23.934
São Joaq. de Bicas	3.908	22%	2.249	12%	8.097	45%	3.810	21%	14.156	78%	18.064
Vetor Sudoeste	29.336	22%	12.650	9%	57.589	43%	35.261	26%	105.500	78%	134.836
Ano de 2010											
Esmeraldas	9.156	15%	2.029	3%	17.214	29%	31.454	53%	50.697	85%	59.853
Florestal	4.208	64%	735	11%	411	6%	1.218	19%	2.364	36%	6.572
Igarapé	16.646	48%	2.964	9%	6.100	18%	8.962	26%	18.026	52%	34.672
Juatuba	7.738	35%	2.173	10%	4.758	22%	7.326	33%	14.257	65%	21.995
Mateus Leme	11.713	42%	3.054	11%	5.719	21%	7.327	26%	16.100	58%	27.813
São Joaq. de Bicas	9.507	41%	2.883	12%	4.109	18%	6.731	29%	13.723	59%	23.230
Vetor Sudoeste	58.968	34%	13.838	8%	38.311	22%	63.018	36%	115.167	66%	174.135

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 - IBGE.

Analisando a incidência da pobreza no vetor Sudoeste, ela diminuiu de 78% para 66% na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Apenas a incidência da pobreza crônica registra importante redução, declinando de 43% para 22% da população. Por outro lado, a incidência da pobreza recente se manteve em um nível relativamente semelhante nesse período, pouco inferior a 10%, ao passo que a pobreza inercial apresentou um aumento significativo, passando de 26% para 36% da população dessa subárea.

Entre os anos de 2000 e 2010, a população não pobre do vetor Sudoeste passou 29,3 mil para 58,9 mil pessoas, enquanto a população em situação de pobreza aumentou ligeiramente, passando de 105,5 mil pessoas para 115,1 mil. Portanto, o declínio da incidência da pobreza no vetor deve-se ao crescimento da população socialmente integrada, que compensou, em termos relativos, o crescimento da população em situação de pobreza. Em 2000, a pobreza crônica era responsável pela maior parte da população em situação de pobreza no vetor, mas, em 2010, é a pobreza inercial que passa a responder por grande parte da pobreza, seguida pela

pobreza crônica, que ainda atinge uma parcela importante dos residentes nessa subárea periférica.

No vetor Sudoeste, destaca-se, como uma situação crítica, o caso de Esmeraldas, o município mais populoso do vetor. Com níveis mais elevados de incidência da pobreza, ela é formada, sobretudo, pelas situações de pobreza crônica e inercial. Em 2010, 85% da população de Esmeraldas vivia em alguma situação da pobreza, com 53% dos residentes vivendo em situação de pobreza inercial e 29% em situação de pobreza crônica. Os demais municípios do vetor apresentam uma situação social menos crítica em comparação com Esmeraldas, mas também sustentam níveis elevados de incidência da pobreza. Importante notar que todos os municípios do vetor Sudoeste registraram redução nos níveis de incidência da pobreza na última década, ainda que em um pequeno percentual.

Nos municípios de Igarapé e São Joaquim de Bicas, a proporção de pobres na população diminuiu para 52% e 59%, respectivamente, no ano de 2010. O caso de Mateus Leme também se assemelha a esses dois municípios, com a proporção de pobres declinando para 58%. Em situação relativamente mais crítica, encontra-se Juatuba, com 65% de seus moradores vivendo em alguma situação de pobreza. Em posição relativamente mais favorável estava o município menos populoso do vetor, Florestal, contando com uma proporção de pobres correspondente a 36% de sua população no ano de 2010.

Considerando as mudanças e características da pobreza no vetor Sudoeste na última década, constata-se que as carências urbanas estruturais afetam grande parte da população residente nessa subárea periférica. E isso se reflete na elevada incidência das situações de pobreza crônica e, principalmente, inercial nos municípios do vetor. Ainda que um recuo nos níveis de pobreza tenha sido observado na última década, a maior parte dos municípios dessa subárea ainda sustenta níveis muito altos de incidência da pobreza. Basta considerar que, ainda em 2010, apenas um, entre os sete municípios do vetor, apresentou uma população local de não pobres maior que a de pobres, sendo esse o caso do município menos populoso. É interessante notar que, com exceção de Esmeraldas, os municípios do vetor ainda se caracterizam por populações pequenas. E isso significa que apesar

da grave situação desses municípios, diante das condições deficientes de sua urbanização, eles respondem por uma reprodução localizada da pobreza, contabilizada a partir de pequenos volumes.

5.3 Diferenças entre a concentração espacial da pobreza e os níveis de incidência da pobreza nos municípios

Em termos de condições de vida da população, os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte podem ser diferenciados a partir dos níveis de incidência da pobreza. Entre os anos de 2000 e 2010, o núcleo metropolitano e a periferia contabilizaram reduções significativas nos níveis de pobreza, além de uma diminuição efetiva no tamanho da população de pobres. Contudo, particularmente no interior da periferia metropolitana, os municípios apresentaram diferenças acentuadas entre seus níveis de incidência da pobreza, com alguns casos peculiares, onde as limitações da cobertura de serviços urbanos essenciais são críticas.

Na periferia metropolitana, as transformações ocorridas na última década levaram os municípios situados mais próximos do núcleo metropolitano, principalmente, a contabilizar os níveis mais baixos de incidência da pobreza, o que, por outro lado, corresponde a uma ocorrência de níveis mais altos de incidência da pobreza nos municípios posicionados mais distantes do núcleo. Contudo, esse aspecto espacial associado aos níveis de incidência da pobreza nos municípios não se confunde necessariamente com o da concentração da população em situação de pobreza. Para uma análise desses aspectos da distribuição espacial da pobreza metropolitana, a Figura 5.1, exposta a seguir, traz uma ilustração dos níveis de incidência da pobreza nos municípios nos anos de 2000 e 2010, e a Figura 5.2 apresenta a concentração espacial da população pobre metropolitana nos municípios nesses anos.

Considerando as características da incidência da pobreza e as da concentração da população pobre metropolitana, conforme exposto nas Figuras 5.1 e 5.2, pode-se perceber que as áreas onde prevalecem os níveis mais altos de incidência da pobreza são aquelas situadas mais distantes do núcleo, mas elas não respondem pela maior concentração espacial dos pobres metropolitanos. Como se pode notar, poucos municípios apresentam maior importância sobre a concentração espacial da população em situação de pobreza, o que não necessariamente corresponde a municípios com níveis mais elevados de incidência da pobreza, ao contrário, são principalmente os municípios mais populosos os que registram os níveis mais baixos de incidência da pobreza, ao mesmo tempo em que concentram uma grande parte das pessoas vivendo em situação de pobreza.

Nove municípios metropolitanos apresentaram maior importância sobre a concentração espacial da população em situação de pobreza. Esses municípios são: Belo Horizonte, Contagem, Ribeirão das Neves, Betim, Santa Luzia, Ibité, Esmeraldas, Sabará e Vespasiano. E, juntos, eles concentravam 85% da população metropolitana em situação de pobreza no ano de 2000, e, apesar de apresentarem uma ligeira redução sobre a concentração dos pobres, essa proporção ainda se manteve em 81% no ano de 2010. Portanto, considerando essa estrutura da concentração espacial da população metropolitana em situação de pobreza, deve-se salientar que as diferenças nos níveis de incidência da pobreza, entre os 34 municípios que formam a região metropolitana, devem ser analisadas dentro dos limites impostos pelas enormes diferenças em termos de tamanho das populações municipais.

Belo Horizonte, o núcleo metropolitano, é o município que conta com a maior parcela da população metropolitana, e, portanto, também se apresenta com importância notável sobre a concentração espacial da pobreza metropolitana, apesar de registrar o menor nível de incidência da pobreza entre os municípios da região metropolitana. O número de pessoas em situação de pobreza residindo em Belo Horizonte foi equivalente a pouco mais de 30% de toda a população pobre da região metropolitana nos anos de 2000 e 2010. Para se compreender a importância desse número, basta considerar que, no ano de 2010, os indivíduos em situação de

pobreza residentes em Belo Horizonte constituíam uma população cujo tamanho era inferior apenas à população (total) de Contagem, o qual é o município mais populoso da periferia metropolitana.

Na última década, o conjunto dos municípios periféricos concentrou pouco menos de 70% da população metropolitana em situação de pobreza, mas apenas oito municípios respondem pela concentração espacial de quase metade da população metropolitana em situação de pobreza nesse período. Esses municípios, identificados na Figura 5.2, são: Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Ibirité, Esmeraldas, Sabará e Vespasiano. Eles são os mais populosos da periferia metropolitana. E, com exceção de Betim e Esmeraldas, são municípios vizinhos imediatos do núcleo metropolitano.

Os municípios de Contagem, principalmente, e Betim se caracterizam por apresentar níveis mais baixos de incidência da pobreza em comparação com os demais municípios da periferia metropolitana, ao mesmo tempo em que se caracterizam como áreas importantes de concentração da população em situação de pobreza. Nos anos de 2000 e 2010, em torno de 20% da população metropolitana em situação de pobreza estavam concentrados apenas nesses dois municípios. Por outro lado, Contagem registrou uma proporção de pobres de 28% no ano de 2010, enquanto em Betim essa proporção ficou em 34%.

Os municípios de Ribeirão das Neves, principalmente, e Esmeraldas se diferenciam dos demais municípios metropolitanos por serem populosos e apresentarem níveis muito altos de incidência da pobreza. Apenas esses dois municípios concentraram pouco mais de 10% da população metropolitana em situação de pobreza nessa última década. Contudo, em 2010, o nível de incidência da pobreza em Ribeirão das Neves encontra-se em 51%, sendo ainda maior em Esmeraldas, onde corresponde a 85% da população residente.

Os municípios de Santa Luzia, Ibirité, Sabará e Vespasiano são áreas marcadas por níveis relativamente altos de incidência da pobreza. Ainda que eles tenham registrado reduções significativas na proporção de pobres na última década, a incidência da pobreza nesses municípios manteve-se ao redor de 40% no ano de

2010. Tanto no ano de 2000 como em 2010, esses quatro municípios, em conjunto, concentraram em torno de 16% da população metropolitana em situação de pobreza.

Um caso diferente é Nova Lima, que, apesar de ser um dos municípios mais populosos da periferia, tem características distintas dos demais. Nova Lima apresenta um dos níveis mais baixos de incidência da pobreza entre os municípios periféricos, e uma baixa participação sobre a concentração espacial da pobreza metropolitana. Contudo, sua participação sobre a concentração da pobreza não é inferior àquela que caracteriza a maior parte dos municípios situados mais distantes do núcleo metropolitano.

Considerando a importância da concentração demográfica exercida pelos principais municípios da região metropolitana (Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Ibirité, Esmeraldas, Sabará, Vespasiano e Nova Lima), os demais municípios da periferia metropolitana vão se destacar principalmente pelos elevados níveis de incidência da pobreza, e menos pela importância que isoladamente apresentam sobre a concentração espacial da população metropolitana pobre. Esse conjunto, isto é, os demais 24 municípios menos populosos, concentrou 14% dos pobres metropolitanos no ano de 2000, aumentando ligeiramente para 17% no ano de 2010.

Analisando o ano de 2010, havia oito municípios com incidência da pobreza de pelo menos 65% da população local: Confins, Rio Manso, Capim Branco, Taquaraçu de Minas, Mário Campos, Baldim, Jaboticatubas e Juatuba. Esses, em conjunto, concentravam apenas 4% da população metropolitana em situação de pobreza. Com a incidência da pobreza entre 45% e 65% da população, havia dez municípios: São Joaquim de Bicas, Lagoa Santa, Nova União, Mateus Leme, Itatiaiuçu, Igarapé, Brumadinho, Matozinhos, Pedro Leopoldo e Raposos. Eles, conjuntamente, estavam concentrando 10% da população metropolitana em situação de pobreza. Os seis municípios com menos de 45% da população em situação de pobreza eram São José da Lapa, Caeté, Itaguara, Rio Acima, Florestal e Sarzedo, e juntos concentraram 3% dos pobres metropolitanos no ano de 2010.

É interessante notar que em apenas 6, desses 24 municípios menos populosos, a incidência da pobreza se apresentava em um nível inferior a 45% da população municipal no ano de 2010. Considerando os 18 municípios de níveis mais elevados de incidência da pobreza, isso se reflete, logicamente, em apenas uma pequena concentração espacial dos pobres metropolitanos, por se tratar de municípios de pequena população. Basta considerar que, no ano de 2010, dentro desse conjunto de 24 municípios, apenas 3 contaram uma população superior a 40 mil habitantes, enquanto 11 deles ainda contabilizaram uma população municipal inferior a 15 mil habitantes.

Considerando essas diferenças entre a incidência da pobreza nos municípios e a importância desses espaços na concentração da população pobre, verifica-se que há uma “invisibilidade” da concentração espacial dos pobres metropolitanos a partir do nível de incidência da pobreza. Em outras palavras, a concentração de pessoas pobres e a incidência da pobreza nos municípios são aspectos com certa dissociação no contexto metropolitano. Os principais avanços em termos de redução da incidência da pobreza ocorrem, grosso modo, no núcleo metropolitano e em boa parte de seus municípios vizinhos próximos, isto é, principalmente nos municípios mais populosos, o que, portanto, significa que são os municípios de pequena população que permanecem com menor capacidade para a redução dos níveis locais de pobreza. E como a situação crítica desses municípios pequenos envolve principalmente as deficiências da infraestrutura e serviços urbanos básicos, isso também indica que esses espaços tornam-se mais sensíveis à reprodução da pobreza mesmo diante de pequenos incrementos demográficos.

5.4 Desigualdades socioespaciais: composição socioeconômica e distribuição espacial dos não pobres em 2010

O declínio dos níveis de incidência da pobreza no núcleo e na periferia metropolitana não indica que as contradições entre essas subáreas metropolitanas sejam reduzidas do mesmo modo, já que as desigualdades socioespaciais não se limitam necessariamente à repartição entre pobres e não pobres. Em termos de incidência da pobreza, as diferenças entre o núcleo e a periferia diminuem à medida que

avança o processo de superação da pobreza nessas subáreas. Por outro lado, a pobreza pode ser considerada uma dimensão particular das desigualdades socioespaciais metropolitanas. E sua redução não corresponde, necessariamente, à superação das desigualdades na distribuição espacial dos diferentes estratos socioeconômicos da população: os não pobres também são desigualmente distribuídos.

Considerando isso, apresenta-se, na Tabela 5.10, os dados da composição da população socialmente integrada da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo o volume da renda domiciliar mensal no ano de 2010. Como se pode notar, uma comparação entre núcleo e a periferia metropolitana revela que a população residente nessas subáreas apresenta uma composição econômica relativamente distinta.

Tabela 5.10 – Distribuição proporcional da população não pobre entre classes de renda domiciliar, segundo subáreas metropolitanas – Região Metropolitana de Belo Horizonte - ano de 2010

Subáreas metropolitanas	Distribuição da população socialmente integrada				
	Rendimento total do domicílio em salários mínimos				
	Até 3 SM	Mais de 3 a 5 SMs	Mais de 5 a 10 SMs	Mais de 10 SMs	TOTAL (pessoas)
Núcleo metropolitano	21,9%	22,5%	26,7%	28,9%	1.876.002
Periferia metropolitana	32,8%	30,9%	26,0%	10,3%	1.477.313
... <i>Vetor Leste</i>	32,2%	30,5%	26,6%	10,7%	101.127
... <i>Vetor Norte</i>	29,6%	31,3%	25,6%	13,5%	83.709
... <i>Vetor Norte Central</i>	38,1%	32,4%	23,9%	5,6%	338.843
... <i>Vetor Oeste</i>	31,1%	30,5%	27,3%	11,1%	792.265
... <i>Vetor Sudoeste</i>	35,3%	30,7%	25,0%	9,0%	58.966
... <i>Vetor Sul</i>	30,8%	28,7%	23,6%	16,9%	102.402

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 - IBGE.

Nota: O rendimento total do domicílio refere-se ao mês de julho de 2010. O valor do salário mínimo no período correspondia a R\$510,00.

A classe de renda domiciliar de até 5 salários mínimos mensais corresponde a 44% da população do núcleo metropolitano, enquanto, na periferia, essa classe responde por 64%. A classe de renda mensal entre 5 e 10 salários alcança aproximadamente 26% da população na periferia e no núcleo. Para as faixas de renda mais altas, as diferenças acentuam-se em favor do núcleo, já que 29% de sua população concentra-se na classe de renda acima dos 10 salários mínimos, enquanto, na periferia metropolitana, ela responde por apenas 10% da população (TABELA 5.10).

Na periferia metropolitana, os vetores de expansão urbana apresentam algumas diferenças na distribuição da população não pobre segundo a renda domiciliar mensal, mas em nenhum deles o padrão se aproxima daquele apresentado pelo núcleo metropolitano. Essas diferenças entre os vetores refletem, grosso modo, aspectos do curso de ocupação dessas áreas.

A proporção da população concentrada nas menores faixas de renda domiciliar são maiores nos vetores Norte-Central e Sudoeste. As classes de renda de até 5 salários mínimos alcançam quase 70% dos residentes não pobres do vetor Norte-Central, com quase 40% correspondendo àqueles com renda de até 3 salários mínimos. Ainda analisando as classes de renda de até 5 salários, elas responderam por 66% da população no vetor Sudoeste, 63% no Leste e ao redor de 60% no Oeste, Norte e Sul (TABELA 5.10).

Com uma participação mais semelhante nos vetores, a população com renda entre 5 e 10 salários mínimos alcança 27% no Oeste, fica ao redor de 26% nos vetores Norte, Leste e Sudoeste, e próxima de 24% no Norte-Central e Sul. Já a população com renda domiciliar acima dos 10 salários mínimos apresenta proporções mais altas nos vetores Sul, com 17%, e Norte, com 14%. Essa proporção ficou ao redor de 10% nos vetores Leste e Oeste, atingiu 9% no Sudoeste e apenas 6% no Norte-Central.

A desigualdade associada à composição da população não pobre residente nas diferentes subáreas da região metropolitana pode ser analisada também a partir da distribuição dos responsáveis pelos domicílios segundo níveis de escolaridade. A Tabela 5.11 apresenta esse indicador para o ano de 2010, considerando as subáreas núcleo e periferia metropolitana, assim como os vetores de expansão urbana. E como se poderia esperar, as desigualdades espaciais associadas à distribuição dos responsáveis segundo níveis de escolaridade revelam-se em consonância com as desigualdades em termos de rendimento domiciliar.

Tabela 5.11 – Distribuição proporcional dos responsáveis dos domicílios não pobres entre níveis de escolaridade, segundo subáreas metropolitanas - Região Metropolitana de Belo Horizonte - ano de 2010

Subáreas metropolitanas	Distribuição dos responsáveis por domicílios socialmente integrados				
	Níveis de escolaridade				Pessoas
	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	
Núcleo metropolitano	30,8%	13,8%	29,6%	25,7%	632.087
Periferia metropolitana	46,7%	17,3%	28,5%	7,5%	466.416
... Vetor Leste	47,4%	15,8%	28,9%	7,9%	31.605
... Vetor Norte	45,7%	15,3%	26,3%	12,7%	26.524
... Vetor Norte Central	54,2%	17,6%	24,5%	3,7%	105.657
... Vetor Oeste	43,1%	18,0%	31,1%	7,7%	252.190
... Vetor Sudoeste	51,5%	14,9%	25,7%	7,8%	18.724
... Vetor Sul	47,4%	15,3%	23,6%	13,7%	31.714

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 - IBGE.

Notas: (a) Categorias da escolaridade: (i) muito baixa - sem instrução e ensino fundamental incompleto; (ii) baixa - ensino fundamental completo e médio incompleto; (iii) média - ensino médio completo e superior incompleto; (iv) alta - ensino superior completo. (b) Um pequeno número de indivíduos não informou a escolaridade, e não foi incluído no cálculo.

É interessante notar que as diferenças entre o núcleo e periferia se tornam mais evidentes nos extremos da distribuição dos níveis de escolaridade, com uma destacável importância do segmento de muito baixa escolaridade na periferia e de alta escolaridade no núcleo. Na periferia, os responsáveis de escolaridade muito baixa e baixa responderam por 64% dos domicílios não pobres, os de escolaridade média por 29% e os de escolaridade alta por 8%. No núcleo metropolitano, os responsáveis com escolaridade muito baixa e baixa ainda representam uma proporção importante, mas ela é menor que a da periferia, correspondendo a 45% dos responsáveis não pobres. Ainda no núcleo, os responsáveis de escolaridade média correspondem a 30% e os de escolaridade alta alcançam 26% dos domicílios (TABELA 5.11).

Na periferia, em todos os vetores, os responsáveis com escolaridade muito baixa predominam largamente, alcançando 54% no vetor Norte-Central e 51% no Sudoeste, 47% nos vetores Leste e Sul, 45% no Norte e 43% no Oeste. Somando-se a eles os responsáveis de escolaridade baixa, essas proporções aumentam para 72% no Norte-Central e 66% no Sudoeste, ficam em 63% no Leste e no Sul, e em 61% no Norte e Oeste.

Ainda analisando os vetores, nota-se que os responsáveis de escolaridade média são o segundo segmento com maior importância na periferia, enquanto os de escolaridade alta têm uma participação muito baixa. Com poucas diferenças, os responsáveis com escolaridade média alcançam 31% no Oeste, 29% no Leste, 26% no Norte e no Sudoeste, 24% no Norte-Central e no Sul. Os responsáveis de escolaridade alta apresentam proporções mais elevadas nos vetores Sul, com 14%, e Norte, com 13%. Eles ficam em 8% nos vetores Leste, Sudoeste e Oeste, e com apenas 4% no Norte-Central (TABELA 5.11).

Para se avaliar as desigualdades entre as subáreas metropolitanas a partir de um indicador associado ao mercado imobiliário, apresenta-se, na Tabela 5.12, a distribuição dos imóveis alugados entre os não pobres, segundo o valor do aluguel pago pelas famílias no ano de 2010. Esse indicador, ainda que limitado, permite considerar como as diferentes faixas de valor dos aluguéis tendem a predominar dentro das subáreas metropolitanas – independentemente da repartição do estoque de domicílios entre elas, notadamente muito desigual.

Tabela 5.12 – Distribuição proporcional dos domicílios alugados não pobres entre classes de valor dos aluguéis, segundo subáreas metropolitanas – Região Metropolitana de Belo Horizonte - ano de 2010

Subáreas metropolitanas	Distribuição dos domicílios (não pobres) alugados					Proporção dos domicílios (não pobres) alugados
	faixa de valor do aluguel em salários mínimos					
	Menos de 1/2 SM	De 1/2 a menos de 1 SM	De 1 a menos de 2 SMs	De 2 ou mais SMs	TOTAL (domicílios alugados)	
Núcleo metropolitano	20,9%	42,8%	27,0%	9,3%	125.738	19,8%
Periferia metropolitana	42,2%	47,5%	9,4%	0,9%	77.372	16,5%
... Vetor Leste	43,1%	47,7%	9,1%	0,2%	4.046	12,8%
... Vetor Norte	35,5%	43,4%	19,5%	1,7%	4.361	16,4%
... Vetor Norte Central	60,0%	35,6%	4,0%	0,4%	13.084	12,3%
... Vetor Oeste	38,1%	51,5%	9,7%	0,6%	47.636	18,8%
... Vetor Sudoeste	48,8%	40,6%	10,4%	0,3%	3.139	16,7%
... Vetor Sul	35,5%	49,1%	10,8%	4,6%	5.106	15,8%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 - IBGE.

Nota: O valor do aluguel refere-se ao mês de julho de 2010. O valor do salário mínimo no período correspondia a R\$510,00.

Analisando a importância da participação dos imóveis alugados entre os domicílios não pobres, observa-se que sua proporção varia entre 12% e 20% nas subáreas metropolitanas. No núcleo, a proporção é de 20% e, no conjunto da periferia, ela

alcança 17%. Nos vetores metropolitanos, a proporção dos domicílios alugados fica em 19% no Oeste, ao redor de 16% no Norte, Sudoeste e Sul, e se aproxima de 13% no Leste e no Norte-Central.

Considerando os domicílios não pobres alugados na periferia metropolitana, constata-se que os aluguéis se concentram essencialmente em valores inferiores a um salário mínimo, que respondem por aproximadamente 90% dos domicílios, com 42% para a classe de até meio salário e 48% para a de valor entre meio e menos de um salário mínimo. A faixa de aluguel de um a menos de dois salários responde por quase 10% dos domicílios, com a faixa superior a esse valor apresentando uma importância mínima (TABELA 5.12).

No núcleo metropolitano, as faixas de valor dos aluguéis inferiores a um salário respondem por 64% dos domicílios. Embora essa proporção seja elevada, sua composição é diferente daquela da periferia, pois a faixa de valor inferior a meio salário mínimo responde por 21% das moradias, enquanto a faixa entre meio e um salário alcança 43%. A faixa de valor de aluguel de um a menos de dois salários corresponde a 27% dos domicílios do núcleo, enquanto a faixa de dois ou mais salários tem uma participação próxima de 10% (TABELA 5.12).

Nos vetores, também é desigual a distribuição proporcional dos domicílios não pobres alugados entre as classes de valor dos aluguéis. Contudo, a participação das classes de menor valor ainda é muito relevante em todos os vetores. Considerando os domicílios alugados nas faixas de valor inferior a um salário, eles correspondem a 96% dos domicílios do vetor Norte-Central, com a faixa inferior a meio salário alcançando 60%. Ainda analisando as faixas inferiores a um salário, elas ficam ao redor de 90% nos vetores Leste, Oeste e Sudoeste, sendo um pouco menor nos vetores Sul, com 85%, e Norte, com 79%, nos quais também a faixa inferior a meio salário mínimo tem menor participação, alcançando 35% dos domicílios nessas duas subáreas.

Isso significa que, dentro da periferia, a participação dos domicílios com valor de aluguel a partir de um salário se destaca mais nos vetores Sul e Norte. Essas faixas de valor têm uma importância de apenas 4% no Norte-Central, ao redor de 10% nos

vetores Oeste, Sudoeste e Leste, de 15% no Sul e de 21% no Norte. É interessante notar que a faixa de valor acima de dois salários tem importância mínima nos vetores, alcançando maior destaque no vetor Sul, com 5%, e Norte, com aproximadamente 2% (TABELA 5.12).

Com base nos resultados apresentados, verifica-se que a população socialmente integrada do núcleo metropolitano apresenta uma composição distinta daquela que reside na periferia, pois seus níveis socioeconômicos tendem a ser relativamente mais favoráveis. Por outro lado, sem se aproximar das características do núcleo, as subáreas periféricas também apresentam diferenças na composição da população não pobre local, a qual se revela, em geral, mais favorável nos vetores Sul e Norte e menos nos vetores Sudoeste e, principalmente, Norte-Central. Sintetizando, as diferenças na distribuição espacial da população socialmente integrada indicam que o processo de redução da pobreza, que incorpora todo o espaço metropolitano, não se confunde necessariamente com o das desigualdades socioespaciais, já que os não pobres são economicamente desiguais, assim como a concentração deles no espaço, segundo essa característica.

5.5 Discussão

Na última década, houve uma importante redução da incidência da pobreza nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, destacando-se os mais populosos. O declínio da pobreza também envolveu mudanças em sua composição. Nos municípios da periferia, houve uma generalização da incidência da pobreza crônica, enquanto as situações de pobreza recente e, principalmente, inercial passaram a responder pela maior parte da população vivendo em situação de pobreza.

Apesar do número de pessoas vivendo em situação de pobreza ainda permanecer muito relevante, houve uma redução efetiva no tamanho da população pobre no núcleo e na periferia metropolitana. Ademais, a persistência de certo volume da pobreza não deve ser confundida com um curso de aprofundamento da pobreza metropolitana. Na última década, houve um enorme incremento no tamanho da

população socialmente integrada, o que também contribuiu para que houvesse uma importante redução da incidência da pobreza na região metropolitana mesmo diante de uma população pobre numerosa.

Como o declínio dos níveis de pobreza não corresponde ao fim da população pobre, as diferenças na incidência da pobreza, na comparação entre o núcleo e a periferia, ainda permaneceram como uma das características socioespaciais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Considerando isso, dois aspectos devem ser destacados no curso recente de redução da pobreza metropolitana. O primeiro é que houve um declínio da incidência da pobreza tanto no núcleo quanto na periferia. E o segundo é que, apesar do declínio generalizado da pobreza, sua distribuição relativa entre o núcleo e a periferia não se alterou, caracterizando uma pobreza metropolitana predominantemente concentrada no espaço periférico.

Esses dois aspectos podem ser compreendidos quando se considera a composição da pobreza no espaço. Diferentemente do núcleo metropolitano, na área periférica ainda permanecem relativamente mais elevados os níveis de incidência da pobreza crônica e, sobretudo, da pobreza inercial. Nessas situações de pobreza, as carências estruturais, associadas à inadequação da moradia e deficiências no acesso a serviços urbanos essenciais, são parte de sua determinação. Contudo, não se pode dizer que a população em situação de pobreza esteja marcadamente concentrada em domicílios que acumulam carências estruturais, pois particularmente um serviço urbano básico, o esgotamento sanitário, assume isoladamente uma importância fundamental na determinação dos níveis mais elevados de incidência da pobreza crônica e, principalmente, da pobreza inercial na periferia metropolitana.

Como as carências estruturais têm um papel decisivo na determinação dos níveis de pobreza da região metropolitana, sobretudo no caso da periferia, isso também significa que o curso de redução dos níveis de pobreza local depende de ações setoriais do poder público, sobretudo voltadas à expansão da cobertura de serviços urbanos básicos. Contudo, a região metropolitana é formada por municípios que se distinguem não somente pelo porte demográfico ou pela concentração das atividades econômicas, mas também pelo potencial da arrecadação municipal. Assim, a disponibilidade de recursos públicos, particularmente nos municípios

periféricos, tende a ser insuficiente para fazer frente às demandas locais existentes.⁴⁶

Considerando as limitações na capacidade de investimento municipal, isso significa, como já salientado por Costa (2001) e Moraes (2001), que os municípios metropolitanos também dependem de articulações mais estreitas com outras esferas de governo para eliminar as deficiências em infraestrutura e serviços urbanos básicos que afetam a população local. Certamente o quadro de elevada incidência da pobreza associada a essas carências estruturais, sobretudo nos municípios de menor porte demográfico, reflete também as limitações locais para se viabilizar a expansão da cobertura de serviços básicos. É interessante notar que as situações mais críticas de incidência da pobreza municipal vão se revelar de forma localizada, em geral nos municípios de pequena população.

Por outro lado, não se pode dizer que as condições para o crescimento da periferia metropolitana associadas à reprodução de situações de pobreza, particularmente devido a carências estruturais, não encontrem barreiras, visto que se ampliaram os

⁴⁶ A receita corrente das prefeituras municipais ilustra bem as enormes diferenças entre os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os dados obtidos em IPEADATA (2016), referentes ao item "Receita corrente - municipal", permitem verificar, para o ano de 2010, que os municípios com as maiores receitas eram Belo Horizonte (5,1 bilhões), Betim (1,1 bilhão) e Contagem (920,9 milhões), seguidos por Nova Lima (315,1 milhões); com receita em torno dos 200 milhões estavam Santa Luzia (208,5 milhões), Ribeirão das Neves (202,4 milhões) e Ibirité (184,1 milhões); com receitas mais próximas dos 100 milhões estavam Sabará (136,7 milhões), Vespasiano (114,5 milhões), Brumadinho (110,3 milhões), Pedro Leopoldo (89,8 milhões) e Lagoa Santa (88,7 milhões); com receita pouco acima dos 50 milhões estavam Esmeraldas (55,7 milhões) e Juatuba (55,5 milhões), e, entre 50 e 30 milhões, Sarzedo (47,7 milhões), Matozinhos (45,4 milhões), Caeté (44,7 milhões), Igarapé (42,3 milhões), Itatiaiuçu (38,1 milhões), Mateus Leme (37,8 milhões), São Joaquim de Bicas (34,4 milhões) e São José da Lapa (32,6 milhões); com receitas inferiores a 25 milhões estavam Jaboticatubas (20,3 milhões), Itaguara (17,1 milhões), Confins (16,7 milhões), Raposos (15,7 milhões), Mário Campos (14,1 milhões), Florestal (12,2 milhões), Capim Branco (10,5 milhões), Taquaraçu de Minas (10,1 milhões), Baldim (10,0 milhões), Rio Manso (8,9 milhões) e Nova União (8,3 milhões). Para Rio Acima, não há informações para o período. Conforme IPEADATA (2016), a receita corrente "engloba as receitas tributária, de contribuição, patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços, as transferências correntes, e as demais receitas correntes". Para fins de análise, é interessante notar que, sendo somada a receita corrente das prefeituras municipais, a participação média de cada município, no período de 2000 a 2010, na receita anual constituída pelo bloco metropolitano seria: Belo Horizonte (57,7%), Betim (11,9%), Contagem (10,4%), Nova Lima (2,75%), Santa Luzia (2,28%), Ribeirão das Neves (1,88%), Ibirité (1,68%), Sabará (1,37%), Vespasiano (1,24%), Pedro Leopoldo (1,03%), Brumadinho (0,92%), Lagoa Santa (0,80%), Juatuba (0,57%), Matozinhos (0,50%), Esmeraldas (0,48%), Caeté (0,48%), Igarapé (0,40%), Mateus Leme (0,39%), Sarzedo (0,37%), São José da Lapa (0,33%), São Joaquim de Bicas (0,32%), Rio Acima (0,29%), Itatiaiuçu (0,24%), Jaboticatubas (0,22%), Raposos (0,18%), Itaguara (0,18%), Confins (0,16%), Mário Campos (0,15%), Florestal (0,13%), Baldim (0,12%), Capim Branco (0,11%), Taquaraçu de Minas, (0,11%), Rio Manso (0,10%) e Nova União (0,10%).

mecanismos de controle sobre a ocupação do espaço (MOURA, 1994; MENDONÇA, 2001; COSTA, 2001). Os municípios passam a adotar instrumentos de planejamento urbano e habitacional, o que tende a contribuir para a expansão do acesso à moradia e também aos serviços públicos básicos.⁴⁷ Também não se pode deixar de considerar que, ao longo da última década, foram fortalecidos os mecanismos de planejamento propriamente metropolitano, associados ao arranjo institucional de gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que conta com a participação dos municípios, da sociedade civil e de órgãos do governo estadual (DRUMMOND; ANDRADE, 2013).

É importante notar que as deficiências na cobertura dos serviços urbanos essenciais e as limitações no acesso a condições adequadas da moradia, que são reveladas a partir dos níveis elevados de pobreza crônica e, sobretudo, inercial, particularmente nos municípios situados mais distantes do núcleo metropolitano, não se confundem com uma expansão de periferias precárias como ocorreu nos municípios mais próximos de Belo Horizonte em décadas anteriores. Nesses municípios de menor porte demográfico, onde a incidência da pobreza é mais elevada, o ritmo de crescimento da população manteve-se, em geral, em níveis baixos, e, mesmo no caso daqueles que sustentam um ritmo de crescimento superior ao da região metropolitana, o incremento demográfico manteve-se relativamente pequeno, o que, portanto, corresponde a uma dinâmica demográfica diferente daquela que transformou os municípios periféricos mais próximos de Belo Horizonte até o final do século XX. Assim, nos municípios de pequena população, as deficiências urbanas estabelecem as condições para a reprodução localizada da pobreza, pois são áreas que contam com aumentos demográficos de menor volume.⁴⁸

⁴⁷ No âmbito das políticas de habitação, são sugestivos alguns dos resultados disponibilizados pela *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* do IBGE (2012c). Em 2012, dos 34 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 9 não havia *plano municipal de habitação* (elaborado ou em elaboração) ou *fundo municipal de habitação*: Baldim, Capim Branco, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Taquaraçu de Minas. 4 municípios tinham o plano municipal de habitação mas não o fundo para a habitação: Nova União, Juatuba, Mateus Leme e Pedro Leopoldo. 4 municípios não tinham plano de habitação, mas tinham o fundo para a habitação: Brumadinho, Confins, Lagoa Santa e Vespasiano. Em 16 municípios, incluindo os mais populosos, havia plano municipal de habitação e fundo municipal para a habitação: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Matozinhos, Nova Lima, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Sarzedo. Em apenas 3 municípios não havia *cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais*: Capim Branco, Mário Campos e Taquaraçu de Minas.

⁴⁸ Considerando os resultados já apresentados, verifica-se que, no ano de 2010, ainda registravam

Sintetizando, apesar da persistência das deficiências na cobertura dos serviços urbanos básicos na periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte, isso não significa que o crescimento periférico recente envolve uma retomada da expansão urbana conforme se estabeleceu na segunda metade do século XX, no curso da formação e expansão metropolitana. E a própria redução dos níveis de incidência da pobreza nos municípios periféricos mais populosos já revela que o curso da redistribuição espacial da população no interior do espaço metropolitano não se vincula estritamente à reprodução das diferentes formas da pobreza metropolitana. O que não quer dizer que certo adensamento de áreas da periferia onde o acesso a serviços urbanos básicos seja deficiente não tenha alguma continuidade e tenha deixado de figurar entre as alternativas de acesso a um lugar de moradia a um menor custo.

É interessante notar que, na última década, a dinâmica imobiliária ganhou novo dinamismo na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O desempenho do setor de construção e a expansão do crédito para a habitação favoreceram, também, a participação dos segmentos de menor poder aquisitivo no mercado de moradias (CAMPOS; MENDONÇA, 2013; SORAGGI, MENDONÇA; 2013). Como apontado por Campos e Mendonça (2013), houve uma expansão da oferta de moradia por toda a região metropolitana, que combina, de um lado, o crescimento da atuação do setor privado de construção, e, de outro, a expansão dos investimentos públicos em infraestrutura urbana, estabelecendo as condições mais favoráveis para a expansão dos empreendimentos imobiliários.

O crescimento da oferta de moradias, na última década, envolveu a produção de

níveis de incidência da pobreza superiores a 55% da população municipal: Confins, Rio Manso, Esmeraldas, Capim Branco, Taquaraçu de Minas, Mário Campos, Baldim, Jaboticatubas, Juatuba, São Joaquim de Bicas, Lagoa Santa, Nova União e Mateus Leme. Considerando a população residente em domicílios particulares permanentes, verifica-se que, entre os anos de 2000 e 2010, com exceção de Lagoa Santa e Esmeraldas, que tiveram um incremento demográfico municipal de pouco menos de 15 mil pessoas, Juatuba e São Joaquim de Bicas tiveram um incremento de pouco menos de 6 mil pessoas, Mateus Leme e Jaboticatubas de quase 4 mil pessoas, Mário Campos de quase 3 mil, Capim Branco e Confins de pouco mais de mil pessoas, enquanto Rio Manso, Taquaraçu de Minas, Nova União e Baldim não atingiram sequer um incremento demográfico superior a 700 pessoas. No ano de 2010, na composição da pobreza desses municípios, destaca-se principalmente a incidência da pobreza inercial, que respondeu por mais de 70% da população de pobres em Confins, Rio Manso, Lagoa Santa e Capim Branco, ficando em torno de 60% em Esmeraldas e Mário Campos, e ao redor de 50% nos casos de Jaboticatubas, Juatuba, Taquaraçu de Minas, São Joaquim de Bicas, Baldim e Mateus Leme.

diferentes modalidades de habitação, no núcleo e na periferia metropolitana, atendendo aos segmentos de baixa, média e alta renda (CAMPOS; MENDONÇA, 2013). As análises de Costa e Mendonça (2010), Campos e Mendonça (2013) e Soraggi e Mendonça (2013) apontam que empreendimentos habitacionais de maior porte passaram a ser lançados nos municípios periférico da região metropolitana, voltados também aos segmentos de menor poder aquisitivo. A produção habitacional metropolitana se tornou mais diversificada, incluindo “empreendimentos constituídos de dezenas de edifícios e centenas de unidades habitacionais até pequenos edifícios e conjuntos de casas (muitas vezes geminadas), voltados para o mercado de renda média e baixa [...]” (CAMPOS; MENDONÇA, 2013: 75).

Na última década, as condições de acesso à moradia na Região Metropolitana de Belo Horizonte, particularmente para os segmentos de menor poder aquisitivo, envolvem um contexto distinto de períodos anteriores. Certamente, o atual cenário de acesso à habitação tornou-se mais diversificado. De um lado, o dinamismo imobiliário metropolitano, que se estendeu às áreas periféricas, foi fundamental na incorporação dos segmentos de menor poder aquisitivo ao mercado de moradias. De outro, o adensamento demográfico da periferia metropolitana, ao mesmo tempo, não deixou de reproduzir formas de acesso à moradia em condições inadequadas, com deficiências em infraestrutura e serviços urbanos básicos. Como aventado por Costa (2001: p. 395), a ocupação do espaço periférico, com deficiências urbanas, pode ocorrer “pela construção em lotes vagos, pelo aumento do número de domicílios por lote, pelo reparcelamento [...] dos lotes para revenda ou sublocação [...], ou ainda pela sistemática ocupação irregular de áreas não ocupadas nos loteamentos existentes [...]”.

O curso de superação das carências urbanas se reflete nos níveis de pobreza metropolitana e determinam sua composição. Nesse sentido, é interessante notar que a relevância assumida pela pobreza inercial indica certo descompasso entre a superação das carências urbanas estruturais e o curso da dinâmica econômica metropolitana, a qual se mostrou capaz de absorver grande parte da população em idade ativa e contribuiu para que a maior parte das pessoas usufrísse ao menos de uma renda acima da linha da pobreza.

Ainda que os municípios, em especial os periféricos, não sejam capazes de promover o acesso universal a condições adequadas de moradia e cobertura de serviços urbanos básicos, isso não impede que as transformações econômicas metropolitanas estendam-se a seus residentes, pois o acesso à renda, associado ao desempenho do mercado de trabalho, não se limita às fronteiras locais. A redução do desemprego, dimensão necessária à diminuição da pobreza, envolve o funcionamento de um mercado de trabalho metropolitano, o que, portanto, inclui a população da periferia, de modo que os indivíduos que residem em municípios de menor dinamismo econômico podem se deslocar cotidianamente para trabalhar nas áreas onde estão concentradas as maiores oportunidades de emprego (PINHO, 2012; PINHO; BRITO, 2015).

A mobilidade pendular de trabalhadores aumentou seu volume na última década, isto é, o número daquelas pessoas que se deslocam cotidianamente, por motivo de trabalho, entre os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Embora os movimentos cotidianos envolvam diferentes origens e destinos dentro da área metropolitana, um maior número de trabalhadores pendulares direciona-se ao núcleo metropolitano e, em menor proporção, aos municípios do vetor Oeste, pois são subáreas com grande concentração de atividades econômicas (PINHO, 2012; PINHO; BRITO, 2015). A mobilidade pendular é um tipo de deslocamento espacial da população que favorece a busca das pessoas por uma inserção relativamente vantajosa no mercado de trabalho metropolitano, considerando o baixo grau de informalidade do emprego que predomina entre esses trabalhadores (PINHO; ROCHA; BRITO, 2014).

Em síntese, pode-se considerar que a população dos municípios periféricos, sobretudo a daqueles em que as atividades econômicas locais são incapazes de incorporar o volume da população economicamente ativa residente, contou com um bom desempenho econômico das principais áreas de concentração dos empregos nessa última década, em especial o núcleo metropolitano, o que em certa medida explica por que as situações de pobreza na periferia podem se revelar pelas deficiências urbanas locais - que envolvem as limitações na capacidade de investimento dos municípios - sem que isso se combine, necessariamente, com a insuficiência de renda das famílias.

Considerando a estrutura macroespacial da pobreza metropolitana, é importante notar que não só os níveis de incidência da pobreza nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte são muito distintos, mas também a população metropolitana pobre concentrada neles. Os municípios menos populosos, sobretudo aqueles situados mais distantes do núcleo metropolitano, apesar de apresentarem, em geral, níveis mais altos de incidência da pobreza, concentram uma menor proporção da população metropolitana pobre. Por outro lado, os municípios mais populosos, particularmente Belo Horizonte e os vizinhos mais próximos, apresentam, em sua maioria, níveis relativamente mais baixos de incidência da pobreza, porém são esses municípios que concentram a maior parte da população metropolitana não pobre e em situação de pobreza.

Diante das grandes diferenças de porte demográfico, os níveis de incidência da pobreza nos municípios não correspondem igualmente a uma importância quantitativa sobre a concentração da população metropolitana pobre. As contradições socioespaciais reveladas a partir dos níveis de incidência da pobreza nos municípios refletem o perfil da composição da população local no âmbito das situações de pobreza. Por isso, um nível de incidência da pobreza relativamente baixo nos municípios de maior porte demográfico não se confunde necessariamente com a diminuição da importância dessas áreas no contexto metropolitano de repartição espacial da população pobre.⁴⁹

É interessante notar também que, apesar da incidência da pobreza na área periférica se manter superior a do núcleo metropolitano, a diferença entre essas subáreas, em termos incidência da pobreza, declinou de 29 pontos percentuais, em

⁴⁹ Tendo em vista as transformações em curso em regiões metropolitanas como São Paulo, autores como Caldeira (2000; 1997), Marques e Bitar (2002) e Torres *et al.* (2003) apontam que o espaço metropolitano tende a se caracterizar por uma organização social relativamente mais complexa. Nesse sentido, considerar as contradições socioespaciais metropolitanas a partir de unidades espaciais como os municípios é observar uma das dimensões em que elas podem se manifestar. No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, pode-se partir da hipótese que tais aspectos também são pertinentes, particularmente no que se refere à distribuição espacial da população em situação de pobreza. Contudo, a compreensão dos aspectos microespaciais da pobreza metropolitana depende de estudos sobre áreas intramunicipais. Como já discutido, a análise macroespacial a partir dos municípios incorpora as grandes diferenças demográficas entre eles. Note que, no ano de 2010, no município de Belo Horizonte, somente o volume da pobreza crônica, que afetava apenas 3,9% de sua população, correspondia a um número de 92,2 mil pessoas, o qual era maior que a soma de toda a população residente nos cinco municípios onde a incidência da pobreza ainda era superior a 70%, isto é, Confins, Rio Manso, Esmeraldas, Capim Branco e Taquaraçu de Minas, que juntos reuniram uma população de 83,6 mil pessoas.

2000, para 20 pontos percentuais no ano de 2010. Isso corresponde a uma importante redução nas distâncias entre o núcleo metropolitano e sua área periférica no que se refere à incidência da pobreza. Como a redução da pobreza, em sua dimensão absoluta, consiste em atender às demandas básicas da população, a trajetória de superação da pobreza metropolitana vai sendo acompanhada por um declínio das diferenças espaciais intrametropolitanas.

Outra perspectiva é considerar as desigualdades sociais a partir das diferenças nos níveis de renda dentro de uma população, pois isso significa reconhecer a existência de desigualdades em sentido amplo, que se associam à própria dinâmica de uma economia de mercado. As desigualdades sociais, em termos relativos, podem ser mantidas mesmo em um cenário de superação da pobreza absoluta. Nesse sentido, a distribuição espacial da população não pobre na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na última década, não vai se desvincular das desigualdades de uma organização social do espaço estabelecida ao longo de décadas.

Em seus aspectos socioeconômicos, a composição da população não pobre se diferencia entre as subáreas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sobretudo entre o núcleo e a periferia, com esta última em situação de desvantagem relativa. As diferenças sociais na ocupação do espaço são parte da trajetória da formação metropolitana, com áreas conformadas desigualmente a partir da oferta, socialmente seletiva e qualitativamente diferenciada, de imóveis para a moradia e de lugares para a sua construção (MOURA, 1994; BRITO, 1996; BRITO; SOUZA, 1998; 2005; COSTA; MENDONÇA, 2010; SORAGGI; MENDONÇA, 2013).

Como, de um lado, a população não pobre se caracteriza por uma composição socioeconômica diversificada e, de outro, os custos de acesso à moradia nas diferentes subáreas metropolitanas tendem a ser diferenciados, pode-se dizer, grosso modo, que as condições para a reprodução das desigualdades socioespaciais estão estabelecidas, mesmo diante dos avanços na redução da pobreza. Em outras palavras, o próprio funcionamento do mercado imobiliário metropolitano estabelece barreiras para a superação das desigualdades socioespaciais, na medida em que sua lógica econômica cria as condições para a distribuição e concentração socialmente desigual da população nas subáreas

metropolitanas, para além dos limites da pobreza.

Por fim, deve ser ressaltado que o curso recente de redução da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte e, sobretudo, na periferia, também se associa a mudanças nas características das migrações. Até o final do século XX, os saldos migratórios mais elevados contribuíram para o crescimento metropolitano, enquanto a redistribuição demográfica intrametropolitana acelerou o crescimento periférico. Contudo, não só ocorrem reduções no volume dos imigrantes metropolitanos, mas também mudanças em suas características, que acompanham o declínio da pobreza entre eles. Considerando a importância das migrações no contexto metropolitano, essa questão será analisada no próximo capítulo.

6 POBREZA E MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2010

Este capítulo se divide em quatro seções. Na primeira, apresenta-se a definição de migração que será utilizada na análise, bem como os limites da discussão aqui desenvolvida sobre a relação entre a migração e a pobreza. Na segunda seção, analisa-se a pobreza entre os imigrantes extrametropolitanos, e, na terceira, entre os imigrantes intrametropolitanos. A quarta seção é uma discussão sobre os resultados encontrados, com foco no atual contexto da relação entre a migração e a pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

6.1 Considerações iniciais sobre a migração analisada

As relações entre as migrações e a pobreza podem ser analisadas dentro de certos limites metodológicos, dada as características das informações disponíveis nos censos demográficos. Primeiramente, deve-se notar que a pobreza não é um “atributo fixo” do indivíduo, mas uma situação em um dado contexto. Um indivíduo pobre, ao migrar, não transporta consigo as condições inadequadas da moradia ou a carência de serviços urbanos básicos. Por outro lado, se o migrante não transporta consigo a situação de pobreza experimentada antes da migração, isso não quer dizer que atributos sociodemográficos desfavoráveis não estejam associados a um risco de pobreza no lugar de destino.

Com base nas informações censitárias, a relação entre as situações de pobreza e a migração pode ser analisada em um único momento, já que não há informações retrospectivas sobre as condições de vida das pessoas no momento anterior à migração. Assim, para se compreender alguns dos aspectos da relação entre a migração e a pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte, será destacado o caso dos imigrantes, já que a relação entre a emigração e a pobreza não pode ser descrita, devido à ausência de informações censitárias sobre as condições sociais dos emigrantes no momento de sua partida. Do mesmo modo, para os imigrantes da região metropolitana, é a condição social dos indivíduos no momento do censo que está em questão, visto que sua condição social no momento da chegada no

município metropolitano de destino não pode ser conhecida. De forma complementar, algumas das características dos imigrantes e de seus domicílios serão analisadas para uma contextualização das relações entre a imigração e a situação de pobreza.

Como já mencionado, a migração é caracterizada como um deslocamento espacial realizado pelos indivíduos e que envolve uma mudança de local habitual de residência entre unidades espaciais consideradas distintas. A migração será aqui analisada tendo como unidade espacial de referência o município. Considerando o município de origem, os imigrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte serão divididos em dois subgrupos: (i) imigrantes intrametropolitanos, que correspondem àqueles indivíduos cuja mudança de local habitual de residência ocorre entre os próprios municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte; (ii) imigrantes extrametropolitanos, que correspondem àqueles indivíduos que realizam um deslocamento migratório cuja origem envolve um município que não faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.⁵⁰

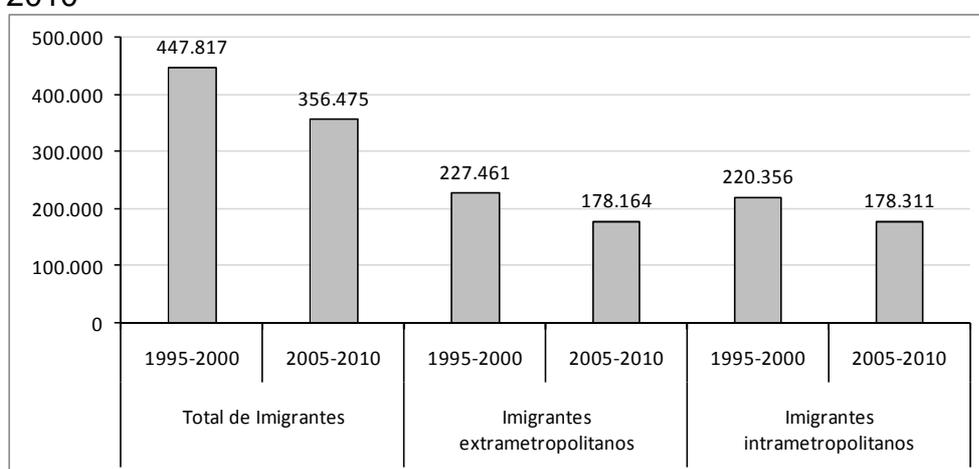
Os imigrantes residentes nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte serão aqui identificados a partir das informações de migração data fixa.⁵¹ Em termos de mobilidade espacial da população, essas informações referem-se aos imigrantes com um período curto de permanência no lugar de destino, pois retratam a condição daqueles indivíduos que moram a menos de cinco anos no município de residência na data do censo. Ao se considerar um tempo mais curto de residência no lugar de destino para a definição de imigrantes, isso conduz a uma análise sobre imigrantes recentes.

⁵⁰ Algumas das características básicas dos fluxos migratórios intrametropolitanos e extrametropolitanos já foram discutidas no Capítulo 2 desta tese. Também foram apresentadas algumas das medidas dessas migrações, como o volume de imigrantes e emigrantes, o saldo migratório e a distribuição dos imigrantes dentro do espaço metropolitano. Assim, esses pontos não serão retomados neste capítulo, cujo foco é propriamente uma análise sobre os imigrantes no que se refere a situações de pobreza.

⁵¹ No quesito de data fixa, o migrante informa o município de residência em uma data fixa, cinco anos antes da data do censo. Assim, os indivíduos informam o município de residência no ano de 1995 no Censo de 2000 (IBGE, 2002), e o município de residência no ano de 2005 no Censo de 2010 (IBGE, 2012b).

Inicialmente, destaca-se o volume dos imigrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte que será analisado com ênfase na questão da pobreza. Conforme o Gráfico 6.1, o conjunto desses imigrantes, correspondente à soma dos intrametropolitanos e extrametropolitanos, passou de 447,8 mil indivíduos, em 2000, para 356,4 mil no ano de 2010. Deve-se observar que no volume dos imigrantes não se contabilizou uma pequena parcela, a qual corresponde aos segmentos que não são incluídos nas análises da pobreza, bem como aqueles que não informaram o município de origem.⁵²

Gráfico 6.1 – Imigrantes de data fixa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo o tipo do fluxo migratório – anos de 2000 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: No volume de imigrantes do período 1995-2000, não estão incluídas 15,6 mil pessoas que não informaram o município de origem e 19,0 mil pessoas que não são incluídas no grupo de análise da pobreza; no volume de imigrantes do período 2005-2010, esses números correspondem a 9,9 mil e 12,4 mil pessoas, respectivamente.

É importante considerar que o uso do quesito de migração de data fixa, particularmente para uma análise sobre as migrações recentes, tem como uma de suas limitações a ausência de informações para as primeiras idades, pois esse quesito, por definição, não informa sobre os deslocamentos dos indivíduos com idade inferior a 5 anos na data do censo.⁵³ Contudo, essa limitação não impede uma

⁵² Como já apontado no Capítulo 3 desta tese, não foram incluídos nas estatísticas para a análise da pobreza metropolitana os indivíduos residentes em domicílios particulares improvisados e em domicílios coletivos, bem como os moradores em domicílios particulares permanentes na condição de pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

⁵³ Para uma análise das migrações recentes, incluindo os indivíduos menores de 5 anos de idade na

análise sobre a pobreza entre os imigrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Deve-se notar que os resultados sobre a pobreza entre os imigrantes recentes, nesse caso, não incluirão os efeitos da participação das crianças nos deslocamentos, os quais podem ser pequenos dependendo da seletividade no âmbito da pobreza. Em termos de volume dos imigrantes, o número dessas crianças não é contabilizado nos resultados. Porém, de forma complementar, também serão analisados os domicílios dos imigrantes, o que permitirá algumas considerações sobre essa questão.

6.2 Os imigrantes extrametropolitanos e a pobreza

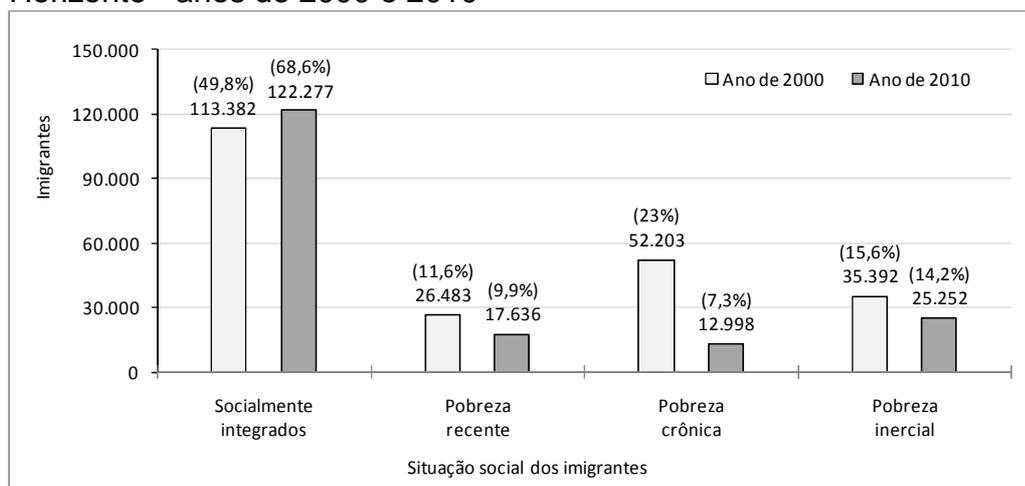
Com foco nos imigrantes extrametropolitanos, esta seção volta-se aos aspectos da pobreza entre eles. Também serão analisadas algumas das características dessa população, como a composição etária e educacional, o tamanho e composição dos domicílios em que eles residem, sua distribuição espacial dentro da região metropolitana, além das condições de acesso a um lugar de moradia.

6.2.1 A incidência da pobreza entre os imigrantes extrametropolitanos

A situação dos imigrantes extrametropolitanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no âmbito da pobreza, é analisada a partir dos dados do Gráfico 6.2, exposto a seguir. Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, constata-se um aumento do número de imigrantes socialmente integrados, que passou de 113,3 mil para 122,2 mil indivíduos, e uma redução destacável do número de imigrantes em situação de pobreza, que se reduziu de 114,0 mil para 55,8 mil indivíduos. Considerando os diferentes tipos de pobreza, na comparação entre os dois períodos em questão, o número de imigrantes em situação de pobreza crônica declinou de 52,2 mil para 12,9 mil, o da pobreza recente declinou de 26,4 mil para 17,6 mil e, o da pobreza inercial, de 35,3 mil para 25,2 mil indivíduos.

data do Censo, pode ser utilizado o quesito de última etapa, considerando os deslocamentos em um período mais estreito, como os últimos cinco anos. Contudo, no Censo de 2000, a informação sobre o município de origem é oferecida apenas no quesito de data fixa. Por isso, para uma análise comparada entre os anos de 2000 e 2010, utiliza-se aqui esse quesito censitário.

Gráfico 6.2 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa, segundo a situação social – Região Metropolitana de Belo Horizonte - anos de 2000 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

As mudanças nos volumes de pobres e de não pobres se refletem em um notável declínio na incidência da pobreza entre os imigrantes extrametropolitanos, visto que a proporção dos socialmente integrados passou de 50% para 69% na comparação entre os anos de 2000 e 2010. A incidência da pobreza inercial e recente teve uma ligeira redução, enquanto a pobreza crônica apresenta um declínio acentuado. A incidência da pobreza recente se reduziu de 12% para 10% e a da pobreza inercial declinou de 16% para 14%, enquanto a da pobreza crônica diminuiu de 23% para 7%, na comparação entre os períodos em questão (GRÁFICO 6.2).

É interessante notar que a redução do volume dos imigrantes extrametropolitanos, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, caracteriza-se também por uma importante diminuição do número de imigrantes pobres, visto que o volume dos não pobres aumentou. Novamente, observa-se que a situação social dos imigrantes é aquela em que eles se encontravam no momento do censo, o que, portanto, não significa uma correspondência necessária com a situação social desses indivíduos no momento efetivo de chegada no município da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

6.2.2 Pobreza nos domicílios com imigrantes extrametropolitanos

Deve ser observado que a determinação da situação social dos imigrantes extrametropolitanos está associada às características do domicílio de residência desses indivíduos, independentemente da condição migratória do conjunto de seus moradores. Nesse caso, deve ser observado que o domicílio metropolitano que conta com a presença de um imigrante extrametropolitano não necessariamente corresponde a uma “família imigrante”.

Para uma melhor compreensão das condições de inserção dos imigrantes na região metropolitana, os domicílios com moradores imigrantes extrametropolitanos foram classificados a partir da condição migratória do responsável e cônjuge. Assim, os imigrantes extrametropolitanos foram distribuídos em quatro categorias domiciliares: (i) domicílio em que há um responsável (sem cônjuge) ou casal (responsável e cônjuge) não imigrantes extrametropolitanos; (ii) domicílio em que há um casal em que apenas o cônjuge ou o responsável é um imigrante extrametropolitano; (iii) domicílio em que há um casal (responsável e cônjuge) imigrante extrametropolitano; (iv) domicílio em que há um responsável (sem cônjuge) imigrante extrametropolitano.

Na Tabela 6.1, apresentada a seguir, pode ser analisada a distribuição dos domicílios e dos imigrantes segundo as categorias domiciliares. Considerando os indivíduos, pode-se notar que a principal categoria é o domicílio de casal imigrante. Contudo, ela respondeu por 48% dos imigrantes extrametropolitanos em 2000, e por 38% em 2010. O volume dos imigrantes nessa categoria domiciliar se reduziu de 109,5 mil para 68,2 mil pessoas. Também importante é a categoria domicílio de responsável (sem cônjuge) imigrante extrametropolitano, que aumentou sua participação entre os imigrantes, de 20% em 2000, para 27% em 2010. O número de imigrantes nesses domicílios aumentou de 44,3 mil para 47,7 mil nesse período. Como se pode notar, essas duas categorias domiciliares são as principais em termos de número de imigrantes extrametropolitanos, visto que, conjuntamente, concentraram 68% deles, em 2000, e 65% no ano de 2010.

Tabela 6.1 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa e dos domicílios com a presença de imigrantes extrametropolitanos, segundo categorias domiciliares - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Categorias de domicílio com a presença de imigrantes extrametropolitanos	Imigrantes				Domicílios			
	2000		2010		2000		2010	
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.
Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes extrametropolitanos	40.538	18%	34.354	19%	31.507	28%	27.669	28%
Casal com apenas cônjuge ou responsável imigrante extrametropolitano	33.045	15%	27.843	16%	25.339	23%	21.345	22%
Casal (responsável e cônjuge) imigrante extrametropolitano	109.506	48%	68.218	38%	31.309	28%	23.029	24%
Responsável (sem cônjuge) imigrante extrametropolitano	44.373	20%	47.748	27%	23.192	21%	25.688	26%
TOTAL	227.462	100%	178.163	100%	111.347	100%	97.731	100%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Dois categorias domiciliares respondem, em conjunto, por pouco mais de 30% dos imigrantes extrametropolitanos nos anos de 2000 e 2010. A categoria domiciliar responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes concentrou quase 20% dos imigrantes extrametropolitanos nesse período, e a categoria domicílio com apenas um dos cônjuges imigrante concentrou em torno de 15%. Essas duas categorias domiciliares também contabilizaram uma redução no volume de seus imigrantes na comparação entre os anos de 2000 e 2010, de 73,5 mil para 62,1 mil imigrantes extrametropolitanos (TABELA 6.1).

É importante notar que a redução do volume de imigrantes extrametropolitanos, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, deve-se principalmente à diminuição do número de imigrantes na categoria domicílio de casal imigrante extrametropolitano. Deve ser ressaltado que a distribuição de domicílios e indivíduos apresenta um padrão distinto. Em termos de número de domicílios com imigrantes, aumenta a importância relativa das categorias: responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes, e domicílio com apenas um dos cônjuges imigrante (TABELA 6.1). E isso revela que essas duas categorias contam com um menor número de imigrantes por domicílio.

Na Tabela 6.2, apresenta-se a distribuição dos imigrantes e dos domicílios com imigrantes extrametropolitanos segundo a situação social. Considerando os indivíduos, nota-se que a proporção de imigrantes extrametropolitanos pobres se

reduziu em todas as categorias domiciliares na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Do mesmo modo, a proporção dos domicílios pobres se reduziu dentro de todas as categorias domiciliares. De forma geral, os níveis de incidência da pobreza entre indivíduos são ligeiramente maiores em comparação com os domicílios, o que se associa a diferenças no número de moradores imigrantes nos domicílios pobres em relação aos não pobres.

Tabela 6.2 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa e dos domicílios com moradores imigrantes extrametropolitanos, segundo categorias domiciliares e situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Situação social	Distribuição de imigrantes e de domicílios com imigrantes							
	Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes extrametropolitanos		Casal com apenas cônjuge ou responsável imigrante extrametropolitano		Casal (responsável e cônjuge) imigrante extrametropolitano		Responsável (sem cônjuge) imigrante extrametropolitano	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Imigrantes extrametropolitanos de data fixa								
Socialmente integrados	55,8%	73,3%	49,5%	71,4%	44,3%	63,5%	58,4%	71,0%
Pobres	44,2%	26,7%	50,5%	28,6%	55,7%	36,5%	41,6%	29,0%
... <i>pobreza recente</i>	11,4%	7,7%	12,3%	9,1%	11,8%	9,5%	11,1%	12,6%
... <i>pobreza crônica</i>	16,1%	4,9%	21,7%	7,1%	29,2%	10,8%	14,8%	4,2%
... <i>pobreza inercial</i>	16,8%	14,1%	16,6%	12,4%	14,7%	16,2%	15,8%	12,3%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
... Absoluto	40.538	34.354	33.045	27.843	109.506	68.218	44.373	47.748
Domicílios com moradores imigrantes extrametropolitanos de data fixa								
Socialmente integrados	57,6%	75,8%	51,8%	73,8%	48,2%	68,1%	63,3%	74,1%
Pobres	42,4%	24,2%	48,2%	26,2%	51,8%	31,9%	36,7%	25,9%
... <i>pobreza recente</i>	11,8%	7,1%	11,8%	7,9%	11,4%	8,3%	9,7%	11,7%
... <i>pobreza crônica</i>	14,3%	3,8%	19,7%	5,6%	24,9%	8,2%	10,3%	2,8%
... <i>pobreza inercial</i>	16,3%	13,3%	16,7%	12,6%	15,5%	15,3%	16,7%	11,4%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
... Absoluto	31.507	27.669	25.339	21.345	31.309	23.029	23.192	25.688

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Entre os imigrantes em domicílios de casal imigrante, a proporção de pobres alcançava 56% deles em 2000, declinando para 37% em 2010. Entre esses imigrantes, ocorreu uma notável redução da incidência da pobreza crônica e um declínio menor da incidência da inercial e recente. Entre os imigrantes em domicílio de responsável (sem cônjuge) imigrante, a incidência da pobreza declinou de 42% para 29% nesse período, com a redução da incidência da pobreza inercial e, principalmente, da crônica, já que a incidência da pobreza recente registrou ligeiro aumento (TABELA 6.2).

Entre os imigrantes em domicílio de responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes, a proporção daqueles em situação de pobreza diminuiu de 44%, em 2000, para 27% em 2010, declinando a incidência da pobreza recente e crônica, e, ligeiramente, a da inercial. Em domicílio em que apenas um dos cônjuges é imigrante, a proporção de imigrantes pobres declinou de 51% para 29% nesse período, com uma notável diminuição da incidência da pobreza crônica, e ligeira redução da incidência da pobreza recente e inercial (TABELA 6.2).

Como a condição dos domicílios corresponde a de seus moradores, a redução da incidência da pobreza entre os imigrantes extrametropolitanos pode ser analisada também a partir das unidades domiciliares. Assim, constata-se, igualmente, um importante declínio da proporção de domicílios pobres entre aqueles com a presença de imigrantes extrametropolitanos (TABELA 6.2). Como já mencionado, a proporção das unidades domiciliares não pobres mostra-se, de forma geral, maior em relação àquela observada para os indivíduos. Essas diferenças refletem a composição distinta dos domicílios pobres e não pobres em termos de número de moradores imigrantes.

6.2.3 Tamanho e composição dos domicílios com imigrantes extrametropolitanos

Para se compreender algumas das mudanças nos domicílios dos imigrantes, que acompanham a redução dos níveis de pobreza entre eles, serão destacados dois aspectos: o número de moradores imigrantes e o de jovens nos domicílios. Antes, apresenta-se, na Tabela 6.3, os imigrantes extrametropolitanos segundo as relações de parentesco com o responsável pelo domicílio. Deve ser observado que os dados se referem especificamente aos indivíduos imigrantes extrametropolitanos, não incluindo outros moradores do domicílio ou os indivíduos menores de cinco anos de idade no momento do censo.

Nos domicílios de casal imigrante, destacam-se os imigrantes nas posições de responsáveis, cônjuges e filhos, mas, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, constata-se uma importante redução da proporção de filhos, acompanhada do aumento proporcional de responsáveis e cônjuges. Nos domicílios de responsável

(sem cônjuge) imigrante, destacam-se as posições de responsáveis e filhos, mas, nesses domicílios, a proporção de filhos também se reduziu no último período, aumentando particularmente a participação de outros parentes e agregados. Em suma, nessas duas categorias domiciliares, a redução da proporção de imigrantes na posição de filho ou enteado é uma mudança importante (TABELA 6.3).

Tabela 6.3 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa segundo a relação de parentesco com o responsável pelo domicílio - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Relação com o responsável pelo domicílio	Categorias de domicílio							
	Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes extrametropolitanos		Casal com apenas cônjuge ou responsável imigrante extrametropolitano		Casal (responsável e cônjuge) imigrante extrametropolitano		Responsável (sem cônjuge) imigrante extrametropolitano	
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.
Imigrantes extrametropolitanos (1995-2000)								
Responsável	-	-	9.013	27,3%	31.309	28,6%	23.192	52,3%
Cônjuge ou companheiro (a)	-	-	16.326	49,4%	31.309	28,6%	-	-
Filho ou enteado (a)	9.007	22,2%	5.623	17,0%	41.939	38,3%	11.837	26,7%
Genro ou nora	-	-	-	-	-	-	-	-
Netos ou bisnetos	2.986	7,4%	53	0,2%	944	0,9%	859	1,9%
Pai, mãe ou sogro (a)	2.227	5,5%	191	0,6%	610	0,6%	671	1,5%
Irmão ou irmã	7.687	19,0%	577	1,7%	886	0,8%	4.616	10,4%
Outro parente	15.544	38,3%	1.140	3,4%	2.015	1,8%	1.895	4,3%
Agregado	3.086	7,6%	122	0,4%	493	0,5%	1.303	2,9%
TOTAL	40.537	100%	33.045	100%	109.505	100%	44.373	100%
Imigrantes extrametropolitanos (2005-2010)								
Responsável	-	-	8.443	30,3%	23.029	33,8%	25.688	53,8%
Cônjuge ou companheiro (a)	-	-	12.901	46,3%	23.029	33,8%	0	-
Filho ou enteado (a)	6.021	17,5%	4.592	16,5%	18.282	26,8%	7.738	16,2%
Genro ou nora	2.240	6,5%	43	0,2%	236	0,3%	181	0,4%
Netos ou bisnetos	2.395	7,0%	106	0,4%	551	0,8%	651	1,4%
Pai, mãe ou sogro (a)	2.328	6,8%	229	0,8%	447	0,7%	944	2,0%
Irmão ou irmã	4.777	13,9%	337	1,2%	715	1,0%	3.861	8,1%
Outro parente	10.987	32,0%	835	3,0%	1.422	2,1%	2.544	5,3%
Agregado	5.606	16,3%	357	1,3%	507	0,7%	6.143	12,9%
TOTAL	34.354	100%	27.843	100%	68.218	100%	47.750	100%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: No censo de 2000, genro ou nora são categorias ausentes, o que as inclui entre outros parentes. Nos dados de 2010, as categorias convivente e agregado foram somadas.

Nos domicílios de responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes, os imigrantes extrametropolitanos nas posições de filho, genro ou nora, neto ou bisneto responderam, conjuntamente, por aproximadamente 30% dos imigrantes nessa categoria domiciliar nos anos de 2000 e 2010, destacando-se outras relações de parentesco. Nos domicílios em que apenas um dos cônjuges é imigrante, destacam-se principalmente os imigrantes nas posições de cônjuge e responsável, além de filhos, em menor proporção.

Considerando os domicílios de responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes, é interessante notar que uma parcela dos imigrantes extrametropolitanos pode contar com o apoio (direto) de parentes que residem na região metropolitana, e, apesar desses moradores metropolitanos não serem imigrantes recentes, isso não quer dizer que eles não sejam imigrantes antigos. Também não significa que os outros imigrantes não tenham contado com o auxílio da rede familiar, pois sua importância não pode ser apreendida apenas nos limites da unidade domiciliar. Além disso, nos domicílios em que apenas um dos cônjuges é imigrante extrametropolitano, deve-se considerar que imigrantes podem se unir a não imigrantes extrametropolitanos no destino, ou mesmo recompor sua família se seus membros estiverem migrando em momentos distintos (TABELA 6.3).

Na Tabela 6.4, exposta a seguir, apresenta-se a distribuição das categorias domiciliares entre classes de número de moradores (especificamente) na condição de imigrante extrametropolitano. Esses dados se referem a pessoas de 5 anos ou mais na data do censo. Analisando a categoria domicílio de responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes, destacam-se aqueles com apenas 1 morador imigrante extrametropolitano, que respondem por mais de 80% dessa categoria domiciliar em 2000 e 2010, enquanto aqueles com 2 ou mais moradores imigrantes ficaram próximos de 15% nesse período. Entre os domicílios não pobres e em situação de pobreza, aqueles com 1 imigrante morador também são dominantes, mas nota-se uma maior proporção daqueles com 2 ou mais moradores entre os domicílios pobres.

Entre os domicílios com apenas um dos cônjuges imigrante extrametropolitano também predominam largamente aqueles que contam com apenas 1 morador imigrante extrametropolitano, tanto entre os não pobres, com uma proporção pouco superior a 80% dos domicílios, como entre os pobres, com uma proporção superior a 70%. Assim, os domicílios com 2 ou mais moradores imigrantes assumem uma importância ligeiramente maior entre os domicílios pobres em comparação com os não pobres (TABELA 6.4).

Os domicílios de casal imigrante extrametropolitano apresentam mudanças importantes, associadas a uma redução da proporção daqueles que contam com um

maior número de moradores imigrantes. As mudanças são notáveis, visto que, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, a proporção dos domicílios que contavam com 2 imigrantes extrametropolitanos aumentou de 34% para 48%, enquanto a dos domicílios com 3 imigrantes ficou próxima de 25% e a daqueles com 4 ou mais declinou de 44% para 28%. Mesmo com essas mudanças, as diferenças entre os domicílios pobres e não pobres ainda se mantiveram destacáveis. Entre os domicílios não pobres, aqueles com apenas 2 imigrantes passaram de 38%, em 2000, para 53% em 2010, enquanto entre os pobres essa proporção passou de 29% para 35% no período. Entre pobres e não pobres, a proporção dos domicílios com 3 imigrantes ficou em torno de 25%, ao passo que a dos domicílios com 4 ou mais moradores imigrantes declinou entre os não pobres, de 39% para 22%, e entre os pobres, de 48% para 40%, nesse período (TABELA 6.4).

Tabela 6.4 – Distribuição dos domicílios com moradores imigrantes extrametropolitanos, segundo situação social e número de moradores imigrantes extrametropolitanos de data fixa - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Categorias de domicílio com moradores imigrantes	Ano	Situação dos domicílios	Distribuição dos domicílios por número de imigrantes							Domicílios (total)
			Número de imigrantes moradores					TOTAL		
			Um	Dois	Três	Quatro	Cinco ou mais			
Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes extrametropolitanos	2000	Não pobres	82,4%	12,7%	3,2%	1,2%	0,4%	100%	18.146	
		Pobres	79,1%	14,0%	3,3%	2,1%	1,4%	100%	13.361	
		Total	81,0%	13,3%	3,3%	1,6%	0,8%	100%	31.507	
	2010	Não pobres	83,7%	13,6%	1,9%	0,8%	0,1%	100%	20.973	
		Pobres	73,4%	20,2%	4,4%	1,2%	0,9%	100%	6.694	
		Total	81,2%	15,2%	2,5%	0,9%	0,3%	100%	27.667	
Casal com apenas cônjuge ou responsável imigrante extrametropolitano	2000	Não pobres	83,3%	10,9%	4,0%	1,5%	0,3%	100%	13.125	
		Pobres	79,8%	11,0%	4,8%	2,6%	1,9%	100%	12.213	
		Total	81,6%	10,9%	4,4%	2,0%	1,0%	100%	25.338	
	2010	Não pobres	81,9%	11,9%	4,5%	1,3%	0,3%	100%	15.761	
		Pobres	74,8%	14,5%	6,5%	3,5%	0,7%	100%	5.584	
		Total	80,1%	12,6%	5,0%	1,9%	0,4%	100%	21.345	
Casal (responsável e cônjuge) imigrante extrametropolitano	2000	Não pobres	-	38,4%	22,7%	22,4%	16,5%	100%	15.100	
		Pobres	-	29,3%	22,4%	21,2%	27,0%	100%	16.212	
		Total	-	33,7%	22,6%	21,8%	22,0%	100%	31.312	
	2010	Não pobres	-	53,5%	25,0%	15,0%	6,6%	100%	15.687	
		Pobres	-	34,8%	24,9%	21,6%	18,6%	100%	7.341	
		Total	-	47,5%	24,9%	17,1%	10,5%	100%	23.028	
Responsável (sem cônjuge) imigrante extrametropolitano	2000	Não pobres	55,3%	24,2%	13,3%	5,2%	2,1%	100%	14.674	
		Pobres	46,3%	23,1%	13,0%	9,4%	8,1%	100%	8.519	
		Total	52,0%	23,8%	13,2%	6,8%	4,3%	100%	23.193	
	2010	Não pobres	54,0%	25,4%	13,1%	5,0%	2,5%	100%	19.038	
		Pobres	48,1%	21,2%	16,0%	8,4%	6,3%	100%	6.649	
		Total	52,5%	24,3%	13,9%	5,9%	3,5%	100%	25.687	

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: (a) Os domicílios em situação de pobreza correspondem à soma das situações de pobreza crônica, recente e inercial; (b) O número de imigrantes moradores se refere a indivíduos com idade de 5 anos ou mais na data do censo.

Os domicílios de responsável (sem cônjuge) imigrante extrametropolitano não registraram maiores alterações em sua distribuição entre classes de moradores imigrantes entre os anos de 2000 e 2010. Somente os domicílios que contavam com 1 imigrante responderam por aproximadamente 52% dos domicílios nesse período, ao passo que os domicílios com 2 imigrantes residentes se mantiveram em torno de 24%, assim como aqueles com 3 ou mais imigrantes, que ficaram próximos de 24%. Essas características correspondem, de forma aproximada, ao caso dos domicílios pobres e não pobres (TABELA 6.4).

A tendência de redução do número de moradores imigrantes extrametropolitanos em um mesmo domicílio é acompanhada por mudanças na participação dos jovens na formação desses domicílios. Na Tabela 6.5, exposta a seguir, apresenta-se a distribuição dos domicílios com imigrantes extrametropolitanos entre classes de número de moradores jovens, sendo esses jovens imigrantes ou não. Nesse sentido, destaca-se a participação da população (potencialmente) inativa na composição dos domicílios com imigrantes.

Entre os domicílios de responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes, nota-se um aumento da proporção daqueles sem a presença de jovens, a qual, entre os anos de 2000 e 2010, passou de 43% para 57%, enquanto a dos domicílios com apenas 1 jovem ficou em torno de 25% e a daqueles com 2 ou mais jovens reduziu-se de 32% para 18%. Contudo, as diferenças entre os domicílios pobres e não pobres permaneceram acentuadas. Entre os domicílios não pobres, aqueles sem a presença de jovens passaram de 56% para 63%, com apenas 1 jovem ficaram próximos de 25% e aqueles com 2 ou mais jovens reduziram-se de 19% para 12%. Entre os pobres, os domicílios sem a presença de jovens passaram de 26% para 36%, aqueles com apenas 1 jovem foram de 26% para 28%, enquanto aqueles com 2 ou mais jovens declinaram de 48% para 35% (TABELA 6.5).

Entre os domicílios em que apenas um dos cônjuges é um imigrante, também aumentou a proporção daqueles que não contam com a presença de jovens, que passou de 39% para 52% entre os anos de 2000 e 2010, ao passo que a dos domicílios com 1 jovem declinou de 37% para 31% e a daqueles com 2 ou mais jovens reduziu-se de 24% para 17%. Importante notar também que as diferenças

entre pobre e não pobres são destacáveis. Entre os não pobres, a proporção dos domicílios sem moradores jovens aumentou de 52% para 60%, enquanto a daqueles com 1 morador jovem declinou de 35% para 30% e a dos com 2 ou mais jovens reduziu-se de 12% para 10%. Entre os pobres, a proporção dos domicílios sem moradores jovens aumentou ligeiramente, de 25% para 28%, enquanto a daqueles com 1 jovem morador declinou de 40% para 36% e a daqueles com 2 ou mais jovem se manteve em torno de 36% (TABELA 6.5).

Tabela 6.5 – Distribuição dos domicílios com moradores imigrantes extrametropolitanos, segundo situação social e número de moradores jovens - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Categorias de domicílio com moradores imigrantes	Ano	Situação dos domicílios	Distribuição dos domicílios por número de jovens					Domicílios (total)
			Número de moradores jovens					
			Zero	Um	Dois	Três ou mais	Total	
Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes extrametropolitanos	2000	Não pobres	55,6%	25,1%	14,0%	5,3%	100%	18.145
		Pobres	25,6%	26,1%	24,2%	24,2%	100%	13.362
		Total	42,9%	25,5%	18,3%	13,3%	100%	31.507
	2010	Não pobres	63,2%	24,3%	9,8%	2,6%	100%	20.973
		Pobres	36,1%	28,4%	18,6%	16,9%	100%	6.697
		Total	56,7%	25,3%	12,0%	6,1%	100%	27.670
Casal com apenas cônjuge ou responsável imigrante extrametropolitano	2000	Não pobres	52,5%	35,1%	9,6%	2,7%	100%	13.124
		Pobres	24,5%	39,9%	21,6%	14,1%	100%	12.216
		Total	39,0%	37,4%	15,4%	8,2%	100%	25.340
	2010	Não pobres	60,4%	29,7%	8,5%	1,3%	100%	15.760
		Pobres	27,8%	36,4%	20,9%	14,9%	100%	5.585
		Total	51,9%	31,5%	11,7%	4,9%	100%	21.345
Casal (responsável e cônjuge) imigrante extrametropolitano	2000	Não pobres	38,7%	34,6%	20,9%	5,9%	100%	15.099
		Pobres	18,1%	26,2%	28,9%	26,8%	100%	16.212
		Total	28,0%	30,2%	25,0%	16,7%	100%	31.311
	2010	Não pobres	51,1%	32,2%	14,1%	2,7%	100%	15.686
		Pobres	24,5%	29,5%	27,9%	18,1%	100%	7.340
		Total	42,6%	31,3%	18,5%	7,6%	100%	23.026
Responsável (sem cônjuge) imigrante extrametropolitano	2000	Não pobres	86,2%	10,1%	3,0%	0,8%	100%	14.675
		Pobres	61,4%	18,1%	10,8%	9,7%	100%	8.517
		Total	77,1%	13,0%	5,9%	4,1%	100%	23.192
	2010	Não pobres	89,7%	8,6%	1,2%	0,5%	100%	19.036
		Pobres	67,5%	14,0%	12,2%	6,3%	100%	6.652
		Total	84,0%	10,0%	4,0%	2,0%	100%	25.688

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Notas: (a) Os jovens correspondem aos indivíduos de idade entre 0 e 14 anos; (b) Foram considerados todos os jovens residentes no domicílio, independentemente da condição migratória desses indivíduos, exclusive aqueles na condição de empregado doméstico, parente de empregado doméstico e pensionista; (c) Os domicílios em situação de pobreza correspondem à soma das situações de pobreza crônica, recente e inercial; (d) Considerando apenas as crianças de 0 a 4 anos de idade, o número de domicílios com a presença de ao menos uma corresponderam: (i) Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes: 9,1 mil (29%) em 2000 e 4,9 mil (18%) em 2010; (ii) Casal em que apenas responsável ou cônjuge é imigrante: 11,9 mil (47%) em 2000 e 6,7 mil (31%) em 2010; (iii) Casal (responsável e cônjuge) imigrante: 11,9 mil (38%) em 2000 e 7,0 mil (31%) em 2010; (iv) Responsável (sem cônjuge) imigrantes: 2,1 mil (9%) em 2000 e 1,5 mil (6%) em 2010.

Entre os domicílios de casal imigrante, destaca-se também o aumento da proporção daqueles sem moradores jovens, que passou de 28% para 43% entre 2000 e 2010, ao passo que a dos domicílios com 1 jovem ficou em torno de 30% e a daqueles com 2 ou mais jovens diminuiu de forma notável, de 42% para 26%. Por outro lado, as diferenças entre pobres e não pobres são acentuadas. Entre não pobres, os domicílios sem moradores jovens tornaram-se predominantes, aumentando de 39% para 51%, declinando a proporção daqueles com 1 jovem, de 35% para 32%, com 2 jovens, de 21% para 14%, e com 3 ou mais jovens, de 6% para 3%. Com níveis bem diferentes, entre os pobres, a proporção dos domicílios sem moradores jovens aumentou de 18% para 24% e a daqueles com 1 jovem foi de 26% para 30%, ao passo que a dos domicílios com 2 jovens manteve-se ao redor de 28% e a daqueles com 3 ou mais jovens declinou 27% para 18% (TABELA 6.5).

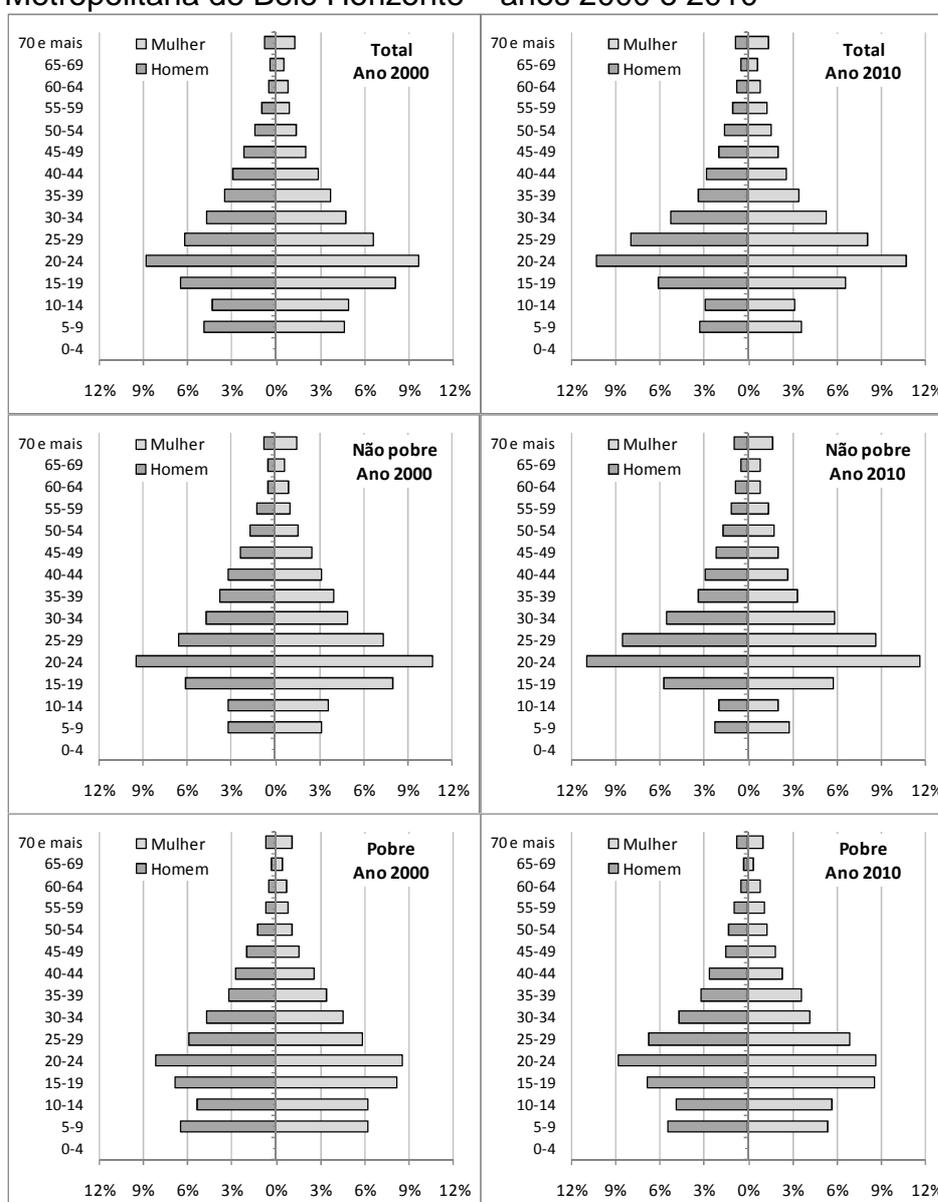
Os domicílios de responsável (sem cônjuge) imigrante são caracterizados por uma baixa participação de jovens em sua composição. A proporção dos domicílios sem moradores jovens passou de 77%, em 2000, para 84% no ano de 2010, enquanto a proporção daqueles com 1 jovem declinou de 13% para 10% e a daqueles com 2 ou mais jovens foi de 10% para 6%. Essas características são ainda mais acentuadas entre os domicílios não pobres, visto que a proporção daqueles sem moradores jovens passou de 86% para 90% nesse período. Entre os pobres, a proporção de domicílios sem moradores jovens também é predominante, porém aumentou de 61% para 68%, enquanto a daqueles com 1 jovem declinou de 18% para 14% e a daqueles com 2 ou mais jovens foi de 21% para 18% (TABELA 6.5).

Considerando os domicílios com moradores imigrantes extrametropolitanos, constata-se, de forma geral, uma redução do número de imigrantes por domicílio, assim como um aumento da proporção dos domicílios sem a presença de moradores jovens. Essas mudanças acompanham o predomínio do número de domicílios não pobres, o qual se ampliou notavelmente entre os anos de 2000 e 2010. Ademais, a participação dos jovens na composição dos domicílios tende a ser maior entre os que se encontram em situação de pobreza.

6.2.4 Composição sociodemográfica dos imigrantes extrametropolitanos

A distribuição etária proporcional dos imigrantes extrametropolitanos, para os anos de 2000 e 2010, é apresentada na Figura 6.1, considerando também a situação social dos indivíduos. Deve-se notar que essa distribuição etária proporcional se refere aos imigrantes de cinco anos ou mais.

Figura 6.1 – Distribuição etária proporcional dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa, segundo situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: A população pobre corresponde à soma das situações de pobreza crônica, recente e inercial.

Considerando o conjunto da população dos imigrantes extrametropolitanos, observa-se que os grupos etários quinquenais que mais se destacam concentram-se entre os 15 e 34 anos, faixa que respondeu por 55% dos imigrantes no ano de 2000, alcançando 60% no ano de 2010. Se considerada a população em idade ativa, pessoas de 15 a 64 anos de idade, a parcela dos imigrantes extrametropolitanos nessa faixa etária aumentou na comparação entre os períodos, passando de 78% para 84% (FIGURA 6.1).

As mudanças na composição etária da população de imigrantes extrametropolitanos revelam, portanto, um crescimento da concentração dos indivíduos nas faixas de idade potencialmente produtivas. É interessante notar que, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, a proporção dos jovens – pessoas entre 5 e 14 anos de idade – declinou de 19% para 13% dos imigrantes, enquanto a participação dos idosos – pessoas com idade de 65 anos ou mais – praticamente não se alterou, correspondendo a 3% dos imigrantes extrametropolitanos.

Analisando os imigrantes socialmente integrados, nota-se que sua estrutura etária apresenta uma menor participação dos jovens em comparação com a dos imigrantes em situação de pobreza. Entre os anos de 2000 e 2010, entre os imigrantes extrametropolitanos não pobres, a participação dos jovens reduziu-se de 13% para 9%, enquanto a dos imigrantes em idade ativa, de 15 a 64 anos, passou de 83% para 87%, com a faixa de idade entre 20 e 34 anos aumentando de 44% para 51% dos imigrantes (FIGURA 6.1).

Apesar de apresentar uma estrutura etária relativamente mais jovem em relação aos não pobres, os imigrantes extrametropolitanos em situação de pobreza também apresentam uma estrutura etária bem concentrada nas faixas de idade potencialmente produtivas. A proporção de jovens, entre os imigrantes pobres, reduziu-se de 24% para 21% entre 2000 e 2010, enquanto a daqueles de 15 a 64 anos passou de 73% para 76% (FIGURA 6.1).

Entre as mudanças nas características dos imigrantes extrametropolitanos também é importante considerar os níveis de escolaridade dos adultos, já que esse atributo está associado às condições de inserção dessa população na economia

metropolitana. Considerando a população adulta, de 20 a 64 anos de idade, apresenta-se, na Tabela 6.6, a distribuição dos imigrantes extrametropolitanos segundo níveis de escolaridade e situação social nos anos de 2000 e 2010. Esse segmento etário corresponde a 64% dos imigrantes extrametropolitanos em 2000, e alcança 71% no ano de 2010 (FIGURA 6.1).

Tabela 6.6 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa adultos, segundo níveis de escolaridade e situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Nível de escolaridade	Distribuição dos imigrantes adultos					Imigrantes (Total)	
	Socialmente integrados	Situações de pobreza				Perc.	Abs.
		Recente	Crônica	Inercial	Total		
Imigrantes extrametropolitanos (1995-2000)							
Muito baixo	26%	62%	81%	58%	68%	45%	65.477
Baixo	20%	24%	15%	23%	20%	20%	28.989
Médio	38%	12%	5%	17%	11%	26%	37.065
Alto	16%	1%	0%	3%	1%	9%	13.382
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	-
... Absoluto	78.606	15.285	27.807	23.215	66.307	-	144.913
Imigrantes extrametropolitanos (2005-2010)							
Muito baixo	20%	44%	70%	49%	52%	29%	36.032
Baixo	14%	16%	17%	21%	18%	15%	19.395
Médio	42%	35%	11%	23%	24%	37%	46.558
Alto	24%	6%	2%	7%	6%	19%	23.725
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	-
... Absoluto	91.841	10.084	6.905	16.880	33.869	-	125.710

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Notas: (a) Os adultos correspondem aos indivíduos de idade ente 20 e 64 anos; (b), Sobre os níveis de escolaridade, o muito baixo engloba os indivíduos sem instrução e com ensino fundamental incompleto, o nível baixo engloba o ensino fundamental completo e médio incompleto, o nível médio corresponde a ensino médio completo e superior incompleto, e o nível alto corresponde a ensino superior completo.

Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, deve-se notar, inicialmente, que houve um aumento da proporção dos imigrantes de escolaridade média e alta. Houve também um declínio do volume de imigrantes adultos, porém, quando se considera os níveis de escolaridade, verifica-se um aumento do número de imigrantes de escolaridade média e alta e redução daqueles de escolaridade baixa e muito baixa. Essas diferenças mostram que o declínio do volume de imigrantes extrametropolitanos, entre os períodos em questão, ocorreu principalmente entre os segmentos de menor escolaridade.

A proporção dos imigrantes extrametropolitanos adultos de escolaridade muito baixa declinou de 45%, em 2000, para 29% no ano de 2010, e a daqueles de escolaridade baixa diminuiu de 20% para 15% no período. A proporção dos imigrantes adultos de escolaridade média passou de 26% para 37%, enquanto a proporção daqueles de escolaridade alta passou de 9% para 19% no período (TABELA 6.6). Como se poderia esperar, as diferenças entre imigrantes pobres e não pobres permanecem notáveis.

Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, há um aumento dos adultos de escolaridade média e alta entre os imigrantes extrametropolitanos não pobres. Essas mudanças positivas levaram a uma maior heterogeneidade na composição dessa população. No ano de 2010, entre os imigrantes não pobres, os de escolaridade muito baixa responderam por 20% e os de escolaridade baixa por 14%, ao passo que 42% deles tinham escolaridade média e 24% tinham escolaridade alta (TABELA 6.6).

Entre os imigrantes extrametropolitanos em situação de pobreza predominam os menores níveis de escolaridade. Em 2010, 70% desses imigrantes eram de escolaridade baixa e muito baixa. E, entre os tipos de pobreza, essa proporção é comum à situação de pobreza inercial, fica em 60% na pobreza recente e se destaca ainda mais na pobreza crônica, respondendo por quase 90% de seus imigrantes adultos (TABELA 6.6).

Em resumo, a estrutura etária e a composição educacional dos imigrantes extrametropolitanos sofreram mudanças na última década. Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, constata-se uma redução da proporção dos jovens, aumentando a de adultos. Além disso, o volume de imigrantes adultos não pobres aumentou ligeiramente, enquanto o de pobres se reduziu notavelmente. Os imigrantes extrametropolitanos adultos se tornaram mais escolarizados, aumentando o número e a proporção daqueles de escolaridade média e alta. Por outro lado, entre os imigrantes em situação de pobreza, prevaleceu nesses períodos, e de forma muito acentuada, uma concentração entre aqueles de menor escolaridade.

6.2.5 Moradia e distribuição dos imigrantes na região metropolitana

Na Tabela 6.7, são apresentados os dados sobre a distribuição dos imigrantes extrametropolitanos dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo a situação social desses indivíduos. Como se poderá notar, a distribuição espacial dessa população se manteve bem equilibrada entre o núcleo e a periferia nos anos de 2000 e 2010, mas isso se altera quando a situação social dos imigrantes é considerada.

Tabela 6.7 – Distribuição dos imigrantes extrametropolitanos de data fixa entre núcleo e periferia, segundo situação social dos indivíduos - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Indicador	Ano	Situação social	Distribuição dos imigrantes						
			Núcleo		Periferia		Total		
			abs.	perc.	abs.	perc.	abs.	perc.	
Distribuição dos imigrantes entre subáreas metropolitanas	2000	Não pobres	74.882	66,0%	38.500	34,0%	113.382	100%	
		Pobres	34.631	30,4%	79.447	69,6%	114.078	100%	
		... pobreza recente	11.617	43,9%	14.866	56,1%	26.483	100%	
		... pobreza crônica	13.236	25,4%	38.967	74,6%	52.203	100%	
		... pobreza inercial	9.778	27,6%	25.614	72,4%	35.392	100%	
		TOTAL	109.513	48,1%	117.947	51,9%	227.460	100%	
	2010	Não pobres	75.031	61,4%	47.246	38,6%	122.277	100%	
		Pobres	18.285	32,7%	37.602	67,3%	55.887	100%	
		... pobreza recente	8.348	47,3%	9.288	52,7%	17.636	100%	
		... pobreza crônica	2.815	21,7%	10.184	78,3%	12.999	100%	
		... pobreza inercial	7.122	28,2%	18.130	71,8%	25.252	100%	
		TOTAL	93.316	52,4%	84.848	47,6%	178.164	100%	
	Composição dos imigrantes nas subáreas metropolitanas	2000	Não pobres	74.882	68,4%	38.500	32,6%	113.382	49,8%
			Pobres	34.631	31,6%	79.447	67,4%	114.078	50,2%
... pobreza recente			11.617	10,6%	14.866	12,6%	26.483	11,6%	
... pobreza crônica			13.236	12,1%	38.967	33,0%	52.203	23,0%	
... pobreza inercial			9.778	8,9%	25.614	21,7%	35.392	15,6%	
TOTAL			109.513	100%	117.947	100%	227.460	100%	
2010		Não pobres	75.031	80,4%	47.246	55,7%	122.277	68,6%	
		Pobres	18.285	19,6%	37.602	44,3%	55.887	31,4%	
		... pobreza recente	8.348	8,9%	9.288	10,9%	17.636	9,9%	
		... pobreza crônica	2.815	3,0%	10.184	12,0%	12.999	7,3%	
		... pobreza inercial	7.122	7,6%	18.130	21,4%	25.252	14,2%	
		TOTAL	93.316	100%	84.848	100%	178.164	100%	

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Na distribuição espacial dos imigrantes não pobres, observa-se uma concentração desses indivíduos principalmente no núcleo metropolitano. Em 2000, dos imigrantes não pobres, 66% concentraram-se no núcleo e, em 2010, essa proporção se reduziu para 61%. Por outro lado, analisando a distribuição dos imigrantes em situação de pobreza, nota-se que apenas a pobreza recente apresenta uma repartição mais

equilibrada entre o núcleo e a periferia, enquanto os imigrantes em situação de pobreza crônica e inercial se concentram principalmente na periferia metropolitana, mais especificamente pouco mais de 70% deles (TABELA 6.7).

É importante notar que, na comparação entre os períodos, tanto o núcleo quanto a periferia registraram um aumento do número de imigrantes socialmente integrados, bem como uma importante diminuição do volume de imigrantes em situação de pobreza. A redução de imigrantes ocorreu nas três situações de pobreza. Analisando a incidência da pobreza entre os imigrantes extrametropolitanos, observa-se que ela se reduziu, entre os residentes no núcleo, de 32%, em 2000, para 20% em 2010. Entre os residentes na periferia, esse declínio foi de 67% para 44% no período (TABELA 6.7).

Na Tabela 6.8, são apresentados, para as categorias de domicílio com moradores imigrantes extrametropolitanos, os dados sobre a forma de ocupação da moradia: própria, alugada e outras.

Tabela 6.8 – Distribuição dos domicílios com moradores imigrantes extrametropolitanos de data fixa, segundo condição de ocupação do domicílio, situação social e categoria domiciliar - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

categorias de domicílio com moradores imigrantes	Condição de ocupação do domicílio	Situação social dos domicílios								Total (domicílios)	
		Socialmente integrados		Situações de pobreza							
		2000	2010	2000	2010	Recente		Crônica		Inercial	
Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes extrametropolitanos	Próprio	67%	63%	69%	63%	73%	64%	77%	67%	70%	64%
	Alugado	28%	32%	22%	32%	17%	29%	15%	24%	24%	31%
	Outra	5%	4%	9%	5%	10%	7%	8%	10%	7%	5%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	... absoluto	18.145	20.973	3.730	1.953	4.497	1.054	5.136	3.688	31.508	27.668
Casal com apenas cônjuge ou responsável imigrante extrametropolitano	Próprio	48%	48%	52%	50%	60%	51%	59%	60%	53%	50%
	Alugado	44%	46%	35%	41%	19%	34%	25%	29%	35%	43%
	Outra	8%	6%	12%	9%	21%	14%	15%	11%	12%	7%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	... absoluto	13.124	15.761	2.990	1.686	4.983	1.203	4.241	2.694	25.338	21.344
Casal (responsável e cônjuge) imigrante extrametropolitano	Próprio	40%	30%	38%	21%	52%	30%	53%	28%	45%	29%
	Alugado	55%	66%	50%	72%	28%	39%	30%	52%	44%	62%
	Outra	5%	5%	12%	7%	20%	31%	17%	20%	12%	9%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	... absoluto	15.099	15.688	3.578	1.918	7.794	1.889	4.838	3.533	31.309	23.028
Responsável (sem cônjuge) imigrante extrametropolitano	Próprio	32%	29%	37%	30%	46%	41%	39%	39%	35%	30%
	Alugado	62%	67%	53%	66%	35%	51%	39%	43%	54%	64%
	Outra	6%	4%	10%	4%	19%	9%	22%	18%	11%	6%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	... absoluto	14.674	19.037	2.243	3.005	2.396	727	3.880	2.917	23.193	25.686

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Entre os domicílios de responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes extrametropolitanos, a maior parte das moradias é própria e uma menor proporção é ocupada na forma de aluguel. A proporção dos domicílios próprios passou de 70%, em 2000, para 64% em 2010. As moradias próprias predominam entre pobres e não pobres. Também se destaca, entre os domicílios em que apenas um dos cônjuges é imigrante, a proporção de moradias próprias, que passou de 53% para 50% desses domicílios na comparação entre 2000 e 2010, aumentando principalmente a proporção dos ocupados por aluguel, de 35% para 43% (TABELA 6.8).

Entre os domicílios de casal imigrante predominam as moradias alugadas, que passaram de 44%, em 2000, para 62% em 2010, enquanto os domicílios próprios reduziram-se de 45% para 29%. Em 2010, as moradias próprias ficaram ao redor de 30% entre os domicílios não pobres e, também, entre aqueles em pobreza crônica e inercial, e em 21% entre os domicílios em pobreza recente (TABELA 6.8).

As moradias ocupadas por aluguel também predominam entre os domicílios de responsável (sem cônjuge) imigrante, cuja proporção aumentou de 54% para 64% desses domicílios, ao passo que a proporção de domicílios próprios declinou de 35% para 30% entre os anos de 2000 e 2010. A proporção de moradias alugadas é alta entre pobres e não pobres.

Em resumo, é interessante notar que as condições de moradia para uma parcela dos imigrantes envolvem o apoio de familiares ou de pessoas que já residiam na região metropolitana, as quais, em bom número, possuem imóveis próprios. Contudo, a maior parte dos imigrantes extrametropolitanos enfrenta as condições impostas pelo mercado imobiliário metropolitano e a forma de acesso à moradia se apresenta principalmente a partir do aluguel, aspecto que se acentuou no último período.

6.3 Os imigrantes intrametropolitanos e a pobreza

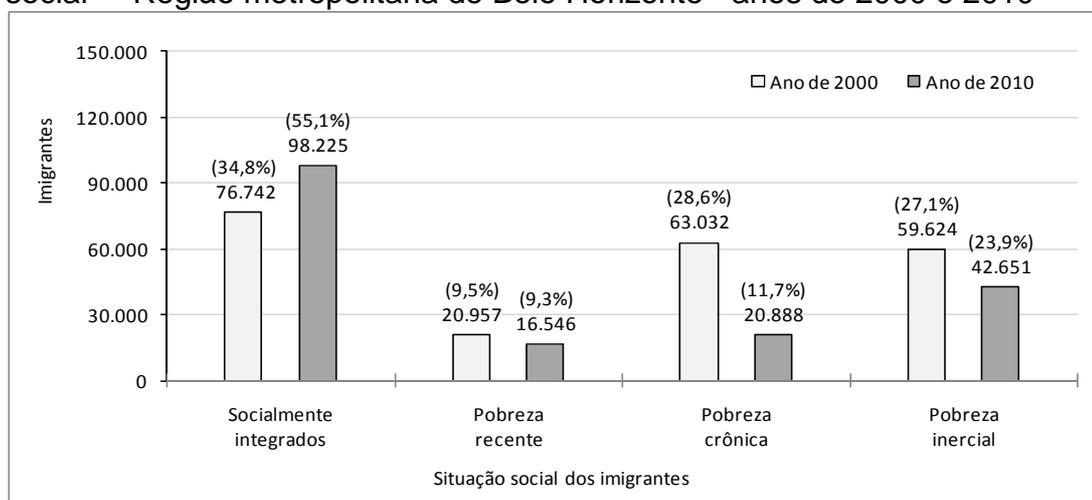
Esta seção volta-se aos imigrantes intrametropolitanos. Será analisada a incidência da pobreza entre eles, assim como as mudanças no tamanho e composição de seus

domicílios, sua composição etária e educacional, além da distribuição espacial e aspectos associados ao acesso à moradia.

6.3.1 A incidência da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos

A situação social dos imigrantes intrametropolitanos pode ser analisada a partir do Gráfico 6.3. Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, o volume dos imigrantes não pobres aumentou de 76,7 mil para 98,2 mil indivíduos e o de pobres diminuiu de 143,6 mil para 80,0 mil indivíduos. Considerando os diferentes tipos de pobreza entre os imigrantes, observa-se que o volume da pobreza crônica se reduziu de 63,0 mil para 20,8 mil indivíduos, o da pobreza recente declinou de 20,9 mil para 16,5 mil e o da pobreza inercial diminuiu de 59,5 mil para 42,6 mil indivíduos.

Gráfico 6.3 – Imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo situação social – Região metropolitana de Belo Horizonte - anos de 2000 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, a incidência da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos declinou de 65% para 45%. Assim, mesmo com uma notável redução de 20 pontos percentuais nos níveis de pobreza entre esses imigrantes, a incidência da pobreza entre eles ainda permaneceu elevada. Entre os anos de 2000 e 2010, a incidência da pobreza recente entre os imigrantes ficou em

torno de 9%, a pobreza crônica declinou de forma acentuada, de 29% para 12% dos imigrantes, enquanto os níveis da pobreza inercial declinaram ligeiramente, de 27% para 24%, assumindo maior relevância na determinação da pobreza entre os que se deslocam dentro da área metropolitana (GRÁFICO 6.3).

As migrações intrametropolitanas são direcionadas, essencialmente, aos municípios periféricos. Para melhor compreender a importância dessa concentração, apresenta-se, na Tabela 6.9, o lugar de residência dos migrantes. Como se poderá notar, a incidência da pobreza entre os imigrantes declinou entre os residentes do núcleo e da periferia. Entre os migrantes que residem na periferia, a proporção de pobres se reduziu de 68%, em 2000, para 48% no ano de 2010. A incidência da pobreza entre os imigrantes residentes no núcleo tornou-se muito baixa, porém o volume desses imigrantes é muito pequeno em relação ao da periferia.

Tabela 6.9 – Imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo a situação social – Região Metropolitana de Belo Horizonte - anos 2000 e 2010

Situação social	Lugar de residência do imigrante intrametropolitano				Total de Imigrantes	
	Periferia		Núcleo		Abs.	Perc.
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.		
Imigrantes Intrametropolitanos (1995-2000)						
Socialmente integrados	65.564	32,2%	11.178	67,6%	76.742	35%
Pobreza	138.250	67,8%	5.363	32,4%	143.613	65%
... recente	18.818	9,2%	2.139	12,9%	20.957	10%
... crônica	61.090	30,0%	1.942	11,7%	63.032	29%
... inercial	58.342	28,6%	1.282	7,8%	59.624	27%
Total	203.814	100%	16.541	100%	220.355	100%
Imigrantes intrametropolitanos (2005-2010)						
Socialmente integrados	85.281	52,2%	12.944	86,6%	98.225	55%
Pobreza	78.078	47,8%	2.007	13,4%	80.085	45%
... recente	15.466	9,5%	1.080	7,2%	16.546	9%
... crônica	20.452	12,5%	436	2,9%	20.888	12%
... inercial	42.160	25,8%	491	3,3%	42.651	24%
Total	163.359	100%	14.951	100%	178.310	100%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 - IBGE.

Entre os imigrantes residentes na área periférica, constata-se que os níveis mais elevados de pobreza entre eles se devem à incidência da pobreza crônica e, principalmente, inercial. Na comparação entre os períodos, observa-se uma importante redução dos níveis de pobreza crônica, a qual respondia por quase

metade dos imigrantes pobres da periferia em 2000. Em 2010, a pobreza inercial assumiu maior importância, respondendo por mais da metade dos imigrantes da periferia em situação de pobreza.

6.3.2 A pobreza nos domicílios com imigrantes intrametropolitanos

Como já discutido, o domicílio metropolitano com um morador imigrante não corresponde, necessariamente, a um domicílio formado a partir de um grupo familiar imigrante. Assim, com fins de identificar diferentes características domiciliares envolvendo a mobilidade espacial dentro da região metropolitana, os domicílios com imigrantes intrametropolitanos foram classificados a partir da condição migratória do responsável e do cônjuge.

Os domicílios com moradores imigrantes intrametropolitanos foram distribuídos em quatro categorias domiciliares: (i) domicílio em que há um responsável (sem cônjuge) ou casal não imigrantes intrametropolitanos; (ii) domicílio em que há um casal em que apenas o cônjuge ou o responsável é um imigrante intrametropolitano; (iii) domicílio em que há um casal (responsável e cônjuge) imigrante intrametropolitano; (iv) domicílio em que há um responsável (sem cônjuge) imigrante intrametropolitano.

A distribuição dos imigrantes e domicílios entre as categorias domiciliares são apresentadas, a seguir, na Tabela 6.10. Como se pode notar, a principal categoria é a domicílio de casal imigrante, que respondeu por 60% dos imigrantes intrametropolitano em 2000, e por 53% em 2010. Em seguida, destaca-se a categoria domicílio de responsável (sem cônjuge) imigrante, a qual respondeu por 19% dos imigrantes, em 2000, e por 21% em 2010. Essas duas categorias domiciliares responderam por 79% dos imigrantes intrametropolitanos, em 2000, diminuindo para 74% em 2010.

Os domicílios em que apenas um dos cônjuges é imigrante responderam por 14% dos imigrantes intrametropolitanos em 2000, e por 17% em 2010. Os domicílios de responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes intrametropolitanos assumem

uma importância pequena na mobilidade dentro da região metropolitana, visto que responderem por pouco menos de 10% dos imigrantes nos períodos analisados (TABELA 6.10).

Tabela 6.10 – Distribuição dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa e dos domicílios com moradores imigrantes intrametropolitanos, segundo categorias domiciliares - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Categorias de domicílio com moradores imigrantes intrametropolitanos	Imigrantes				Domicílios			
	2000		2010		2000		2010	
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.
Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes intrametropolitanos	14.578	7%	16.065	9%	11.287	12%	13.060	15%
Casal com apenas cônjuge ou responsável imigrante intrametropolitano	30.607	14%	29.632	17%	24.253	25%	22.922	27%
Casal (responsável e cônjuge) imigrante intrametropolitano	133.276	60%	94.390	53%	40.785	42%	31.412	36%
Responsável (sem cônjuge) imigrante intrametropolitano	41.895	19%	38.224	21%	19.674	20%	19.053	22%
TOTAL	220.356	100%	178.311	100%	95.999	100%	86.446	100%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

É importante notar que a redução do volume dos imigrantes intrametropolitanos, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, está associada principalmente a uma categoria domiciliar: casal imigrante intrametropolitano. Analisando o estoque de domicílios, consoante os dados da Tabela 6.10, nota-se uma distribuição diferente da observada para os indivíduos, destacando-se duas categorias, a de domicílio de responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes e a de domicílio em que apenas um dos cônjuges é imigrante. Essas categorias contam um menor número de imigrantes por domicílio.

Na Tabela 6.11, a seguir, são apresentados os dados sobre a situação dos domicílios com moradores imigrantes intrametropolitanos. Nota-se que a proporção de imigrantes em situação de pobreza se reduziu em todas as categorias domiciliares. Esse declínio se reflete tanto entre os imigrantes quanto entre as unidades domiciliares. Contudo, as diferenças nos níveis de pobreza observados entre domicílios e imigrantes revelam um maior número de moradores (imigrantes) por domicílio entre os pobres.

Entre os imigrantes em domicílios de casal imigrante, a proporção de pobres alcançou 68% dessas pessoas em 2000, declinando para 47% em 2010. Essa mudança revela-se, principalmente, pela redução da incidência da pobreza crônica, de 30% para 12%, ao passo que a incidência da pobreza recente se manteve em torno de 9% e a da pobreza inercial apresentou uma ligeira redução, de 29% para 27%, destacando-se como principal componente da pobreza entre esses imigrantes (TABELA 6.11).

Tabela 6.11 – Distribuição dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa e dos domicílios com imigrantes intrametropolitanos, segundo a situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Situação social	Categorias de domicílios com moradores imigrantes							
	Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes intrametropolitanos		Casal com apenas cônjuge ou responsável imigrante intrametropolitano		Casal (responsável e cônjuge) imigrante intrametropolitano		Responsável (sem cônjuge) imigrante intrametropolitano	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Imigrantes intrametropolitanos de data fixa								
Socialmente integrados	42,1%	62,7%	42,7%	60,3%	31,9%	52,6%	35,8%	54,0%
Pobres	57,9%	37,3%	57,3%	39,7%	68,1%	47,4%	64,2%	46,0%
... <i>pobreza recente</i>	11,5%	7,7%	10,6%	9,2%	8,6%	8,6%	10,7%	11,7%
... <i>pobreza crônica</i>	24,3%	8,7%	24,4%	9,7%	30,3%	12,2%	27,6%	13,3%
... <i>pobreza inercial</i>	22,1%	20,8%	22,3%	20,8%	29,1%	26,6%	25,8%	21,0%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
... Absoluto	14.578	16.065	30.607	29.632	133.275	94.390	41.895	38.224
Domicílios com imigrantes intrametropolitanos de data fixa								
Socialmente integrados	44,9%	64,4%	45,8%	64,4%	34,5%	55,6%	42,1%	59,6%
Pobres	55,1%	35,6%	54,2%	35,6%	65,5%	44,4%	57,9%	40,4%
... <i>pobreza recente</i>	11,8%	7,5%	10,7%	8,6%	8,3%	7,3%	9,5%	9,5%
... <i>pobreza crônica</i>	22,0%	7,7%	20,8%	7,3%	26,9%	10,1%	20,0%	8,9%
... <i>pobreza inercial</i>	21,3%	20,4%	22,7%	19,6%	30,2%	27,0%	28,4%	22,0%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
... Absoluto	11.287	13.059	24.253	22.921	40.784	31.412	19.674	19.052

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nos domicílios de responsável (sem cônjuge) imigrante, os níveis de incidência da pobreza entre os imigrantes declinaram de 64% para 46% na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Entre esses imigrantes observa-se uma importante redução da incidência da pobreza crônica, de 28% para 13%, a manutenção dos níveis da pobreza recente em torno de 11% e uma ligeira redução da incidência da pobreza inercial, de 26% para 21%, o que a tornou o tipo principal de pobreza entre eles (TABELA 6.11).

Nos domicílios de responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes, a proporção de pobres, entre os imigrantes, reduziu-se de 58%, em 2000, para 37% em 2010. Em

domicílios em que apenas um dos cônjuges é imigrante, a proporção de imigrantes pobres declinou de 57% para 40% na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Nessas duas categorias de domicílio também se observa uma redução acentuada da incidência da pobreza crônica e uma redução menor da incidência da pobreza recente e inercial.

6.3.3 Tamanho e composição dos domicílios com imigrantes intrametropolitanos

A redução do volume de imigrantes intrametropolitanos e o declínio da incidência da pobreza entre eles envolvem também mudanças nas características da formação de seus domicílios. Por isso, serão analisadas as mudanças no número de moradores imigrantes intrametropolitanos e a presença de jovens em seus domicílios. Inicialmente, analisam-se as relações de parentesco com o responsável, a partir dos dados apresentados na Tabela 6.12. Deve-se notar que a posição dentro do domicílio refere-se apenas ao imigrante intrametropolitano e não inclui os indivíduos com menos de cinco anos de idade.

Na categoria domiciliar casal imigrante intrametropolitano, destacam-se as posições de responsáveis, cônjuges e filhos, mas, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, ocorre uma redução da proporção de filhos, aumentando a proporção de responsáveis e cônjuges. Nos domicílios de responsável (sem cônjuge) imigrante, destacam-se as posições de responsável e filho, mas a proporção de filhos também se reduziu entre eles (TABELA 6.12).

Na categoria domiciliar responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes, destacam-se as posições de noras ou genros, netos ou bisnetos e, principalmente, filhos, que, conjuntamente, responderam por quase 70% dos imigrantes residentes nesses domicílios em 2010. Nos domicílios em que apenas um dos cônjuges é imigrante, sobressaem as posições de cônjuge, responsável e filhos, que respondem pela quase totalidade dos imigrantes intrametropolitanos residentes nesses domicílios (TABELA 6.12).

Tabela 6.12 – Distribuição dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo relação com o responsável pelo domicílio e categoria domiciliar - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Relação com o responsável pelo domicílio	Categorias de domicílio							
	Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes intrametropolitanos		Casal com apenas cônjuge ou responsável imigrante intrametropolitano		Casal (responsável e cônjuge) imigrante intrametropolitano		Responsável (sem cônjuge) imigrante intrametropolitano	
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.
Imigrantes intrametropolitanos (1995-2000)								
Responsável	-	-	11.223	36,7%	40.785	30,6%	19.674	47,0%
Cônjuge ou companheiro (a)	-	-	13.030	42,6%	40.785	30,6%	-	-
Filho ou enteado (a)	4.866	33,4%	5.464	17,9%	48.227	36,2%	16.385	39,1%
Genro ou nora	-	-	-	-	-	-	-	-
Netos ou bisnetos	1.531	10,5%	32	0,1%	974	0,7%	1.357	3,2%
Pai, mãe ou sogro (a)	563	3,9%	147	0,5%	609	0,5%	879	2,1%
Irmão ou irmã	1.477	10,1%	127	0,4%	322	0,2%	1.992	4,8%
Outro parente	5.271	36,2%	518	1,7%	1.411	1,1%	1.351	3,2%
Agregado	870	6,0%	67	0,2%	164	0,1%	257	0,6%
TOTAL	14.578	100%	30.608	100%	133.277	100%	41.895	100%
Imigrantes intrametropolitanos (2005-2010)								
Responsável	-	-	10.687	36,1%	31.412	33,3%	19.053	49,8%
Cônjuge ou companheiro (a)	-	-	12.234	41,3%	31.412	33,3%	-	-
Filho ou enteado (a)	5.874	40,3%	6.031	20,4%	28.200	29,9%	11.895	31,1%
Genro ou nora	2.316	15,9%	76	0,3%	302	0,3%	353	0,9%
Netos ou bisnetos	1.869	12,8%	58	0,2%	958	1,0%	1.150	3,0%
Pai, mãe ou sogro (a)	898	6,2%	136	0,5%	667	0,7%	1.744	4,6%
Irmão ou irmã	1.005	6,9%	116	0,4%	291	0,3%	2.156	5,6%
Outro parente	2.675	18,3%	251	0,8%	982	1,0%	1.213	3,2%
Agregado	1.428	9,8%	43	0,1%	163	0,2%	660	1,7%
TOTAL	14.578	110%	29.632	100%	94.387	100%	38.224	100%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: No Censo de 2000, genro ou nora são categorias ausentes, o que as inclui entre outros parentes. Nos dados de 2010, as categorias convivente e agregado foram somadas.

A partir dos dados da Tabela 6.13, exposta a seguir, pode ser analisada a distribuição dos domicílios segundo classes de número de moradores imigrantes intrametropolitanos. Esses dados referem-se aos migrantes de cinco anos ou mais na data do censo. Analisando os domicílios de responsável (sem cônjuge) e casais não imigrantes, nota-se que a maior proporção corresponde àqueles com apenas 1 morador imigrante, com pouco mais de 80% dos domicílios nessa classe. Entre pobres e não pobres predominam os domicílios que contam com apenas 1 morador imigrante, mas essa proporção é ligeiramente maior entre os não pobres. Entre os domicílios com apenas um dos cônjuges imigrante, aqueles com 1 imigrante também são largamente predominantes, tanto entre pobres como entre não pobres.

Entre os domicílios de responsável (sem cônjuge) imigrante, destacam-se também aqueles que contam com apenas 1 morador imigrante, pois essa classe respondeu por quase 50% desses domicílios em 2000 e 2010, enquanto aqueles com 2

moradores imigrantes ficaram pouco abaixo dos 20% e, com 3 ou mais moradores imigrantes, próximos de 30%. Contudo, há diferenças entre os domicílios pobres e não pobres. Entre os não pobres, pouco mais de 50% dos domicílios contam com apenas 1 imigrante e, considerando até 2 imigrantes, essa proporção se aproxima de 80% dos domicílios. Entre os pobres, pouco mais de 40% dos domicílios contam com 1 imigrante e, considerando até 2 imigrantes, essa proporção se aproxima de 65%, o que revela uma maior importância dos domicílios de maior número de moradores em comparação com os não pobres (TABELA 6.13).

Tabela 6.13 – Distribuição dos domicílios com imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo número de moradores imigrantes intrametropolitanos e situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Categorias de domicílio com moradores imigrantes	Ano	Situação dos domicílios	Domicílios segundo número de moradores imigrantes						Domicílios (total)
			Número de imigrantes						
			Um	Dois	Três	Quatro	Cinco ou mais	TOTAL	
Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes intrametropolitanos	2000	Não pobres	84,5%	11,4%	3,0%	1,1%	0,2%	100%	5.065
		Pobres	78,0%	13,2%	5,6%	1,6%	1,5%	100%	6.221
		Total	80,9%	12,4%	4,4%	1,4%	0,9%	100%	11.286
	2010	Não pobres	84,3%	12,4%	2,5%	0,6%	0,1%	100%	8.411
		Pobres	81,9%	11,3%	4,4%	1,8%	0,6%	100%	4.648
		Total	83,5%	12,0%	3,2%	1,0%	0,3%	100%	13.059
Casal com apenas cônjuge ou responsável imigrante intrametropolitano	2000	Não pobres	88,4%	7,7%	2,5%	1,1%	0,4%	100%	11.111
		Pobres	82,0%	9,2%	5,2%	1,9%	1,7%	100%	13.142
		Total	84,9%	8,5%	4,0%	1,5%	1,1%	100%	24.253
	2010	Não pobres	85,4%	10,1%	3,1%	0,9%	0,5%	100%	14.771
		Pobres	74,0%	13,7%	7,9%	3,2%	1,2%	100%	8.151
		Total	81,4%	11,3%	4,8%	1,7%	0,7%	100%	22.922
Casal (responsável e cônjuge) imigrante intrametropolitano	2000	Não pobres	-	45,2%	24,7%	17,7%	12,3%	100%	14.089
		Pobres	-	35,4%	23,7%	20,6%	20,3%	100%	26.694
		Total	-	38,8%	24,1%	19,6%	17,6%	100%	40.783
	2010	Não pobres	-	50,5%	26,8%	14,0%	8,7%	100%	17.472
		Pobres	-	39,0%	26,2%	19,8%	15,1%	100%	13.939
		Total	-	45,4%	26,5%	16,6%	11,5%	100%	31.411
Responsável (sem cônjuge) imigrante intrametropolitano	2000	Não pobres	54,3%	23,8%	12,6%	6,4%	3,0%	100%	8.276
		Pobres	41,2%	22,1%	16,4%	9,9%	10,5%	100%	11.399
		Total	46,7%	22,8%	14,8%	8,4%	7,3%	100%	19.675
	2010	Não pobres	52,0%	25,3%	14,7%	5,9%	2,1%	100%	11.359
		Pobres	42,2%	22,1%	16,9%	9,1%	9,8%	100%	7.693
		Total	48,0%	24,0%	15,6%	7,2%	5,2%	100%	19.052

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: (a) Os domicílios pobres correspondem à soma da pobreza crônica, recente e inercial; (b) O número de imigrantes moradores se refere a indivíduos com idade de 5 anos ou mais na data do censo.

A categoria domiciliar casal imigrante intrametropolitano caracteriza-se por concentrar um maior número de imigrantes em um mesmo domicílio, o que a diferencia das demais. Os domicílios com 2 moradores imigrantes aumentaram de 39%, em 2000, para 45% no ano de 2010, enquanto aqueles com 3 imigrantes

passaram de 24% para 27% e aqueles com 4 ou mais diminuíram de 37% para 28%. Essas mudanças também ocorrem nos domicílios pobres e não pobres, porém as diferenças entre eles são notáveis.

Analisando os domicílios de casal imigrante não pobre, nota-se que, na comparação entre os dois períodos, aqueles com 2 imigrantes aumentaram de 45% para 50% e, considerando até 3 imigrantes, essa proporção passa de 70% para 77%, já que as reduções proporcionais ocorreram nos domicílios com 4 ou mais imigrantes. Entre os domicílios em situação de pobreza, aqueles com 2 imigrantes aumentaram de 35% para 39%, e como aqueles com até 3 imigrantes passaram de 59% para 65%, isso significa que a proporção dos domicílios com 4 ou mais imigrantes declinou de 41% para 35% nesse período (TABELA 6.13).

Como poderá ser observado na Tabela 6.14, apresentada a seguir, também ocorreu uma redução da participação dos jovens nos domicílios dos imigrantes intrametropolitanos na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Os jovens analisados correspondem aos indivíduos com menos de 15 anos de idade, considerados independentemente da condição migratória.

Analisando os domicílios de responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes, nota-se que a proporção daqueles sem moradores jovens aumentou de 32%, em 2000, para 41% em 2010, ao passo que os domicílios com apenas 1 jovem ficaram próximos de 30% e, com 2 jovens, em torno de 20%, declinando a proporção dos domicílios com 3 ou mais jovens, de 21% para 11%. Considerando a situação social, nota-se que prevalecem, entre os domicílios pobres, níveis notadamente mais altos de domicílios com 3 ou mais jovens moradores e muito menores daqueles sem a presença de jovens.

Entre os domicílios em que apenas um dos cônjuges é imigrante, constata-se um aumento da proporção daqueles sem moradores jovens, que passou de 33%, em 2000, para 42% em 2010. A proporção dos domicílios com 1 jovem morador passou de 39% para 35%, e, com 2 ou mais jovem, de 28% para 22%. Entre os não pobres, a quase totalidade dos domicílios se dividem entre as classes de domicílios sem jovens, que é predominante, e com apenas 1 jovem. Entre os pobres, há uma

proporção muito menor de domicílios sem jovens e uma muito maior de domicílios com 2 ou mais jovens (TABELA 6.14).

Tabela 6.14 – Distribuição dos domicílios com moradores imigrantes intrametropolitanos, segundo classes de número de jovens e situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Categorias de domicílio com moradores imigrantes	Ano	Situação dos domicílios	Domicílios segundo número de moradores jovens					Domicílios (total)
			Número de jovens					
			Zero	Um	Dois	Três ou mais	TOTAL	
Responsável (sem cônjuge) e casais não imigrantes intrametropolitanos	2000	Não pobres	46,2%	30,2%	16,9%	6,8%	100%	5.067
		Pobres	20,7%	26,3%	21,2%	31,7%	100%	6.220
		Total	32,2%	28,0%	19,3%	20,5%	100%	11.287
	2010	Não pobres	47,6%	31,0%	16,8%	4,7%	100%	8.411
		Pobres	27,9%	26,2%	24,5%	21,5%	100%	4.650
		Total	40,6%	29,3%	19,5%	10,7%	100%	13.061
Casal com apenas cônjuge ou responsável imigrante intrametropolitano	2000	Não pobres	45,4%	40,0%	11,5%	3,1%	100%	11.111
		Pobres	22,5%	38,3%	26,0%	13,2%	100%	13.143
		Total	33,0%	39,1%	19,4%	8,5%	100%	24.254
	2010	Não pobres	49,8%	36,7%	9,7%	3,8%	100%	14.772
		Pobres	28,5%	33,2%	21,9%	16,4%	100%	8.153
		Total	42,3%	35,4%	14,0%	8,3%	100%	22.925
Casal (responsável e cônjuge) imigrante intrametropolitano	2000	Não pobres	31,1%	37,4%	24,4%	7,1%	100%	14.089
		Pobres	20,5%	28,9%	29,5%	21,1%	100%	26.696
		Total	24,2%	31,8%	27,8%	16,2%	100%	40.785
	2010	Não pobres	43,8%	35,9%	16,3%	4,0%	100%	17.472
		Pobres	30,6%	28,2%	25,8%	15,5%	100%	13.937
		Total	37,9%	32,5%	20,5%	9,1%	100%	31.409
Responsável (sem cônjuge) imigrante intrametropolitano	2000	Não pobres	72,3%	18,7%	7,4%	1,7%	100%	8.276
		Pobres	52,4%	19,7%	14,2%	13,7%	100%	11.398
		Total	60,7%	19,3%	11,4%	8,6%	100%	19.674
	2010	Não pobres	76,9%	16,3%	5,0%	1,9%	100%	11.358
		Pobres	52,9%	21,3%	12,9%	12,8%	100%	7.694
		Total	67,2%	18,3%	8,2%	6,3%	100%	19.052

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Notas: (a) Os jovens correspondem aos indivíduos de idade entre 0 e 14 anos. (b) Foram considerados todos os jovens residentes no domicílio, independentemente da condição de migrante, exclusive aqueles na condição de empregado doméstico, parente de empregado doméstico e pensionista; (c) Os domicílios em situação de pobreza correspondem à soma da pobreza crônica, recente e inercial; (d) Considerando apenas as crianças de 0 a 4 anos de idade, o número de domicílios com a presença de ao menos uma corresponderam: (i) Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes: 4,0 mil (36%) em 2000 e 3,1 mil (24%) em 2010; (ii) Casal em que apenas responsável ou cônjuge é imigrante: 12,6 mil (52%) em 2000 e 9,2 mil (40%) em 2010; (iii) Casal (responsável e cônjuge) imigrante: 18,1 mil (44%) em 2000 e 10,2 mil (33%) em 2010; (iv) Responsável (sem cônjuge) imigrantes: 3,2, mil (17%) em 2000 e 2,3 mil (12%) em 2010.

Entre os domicílios de casal imigrante intrametropolitano, também houve um importante aumento da proporção daqueles sem moradores jovens, que passou de 24% para 38% entre os anos de 2000 e 2010, ao passo que a dos domicílios com 1 jovem ficou em 32%, e a proporção daqueles com 2 ou mais jovens reduziu-se de 44% para 30% no período. Entre pobres e não pobres, houve um aumento da

proporção dos domicílios sem moradores jovens e redução da proporção daqueles com 2 ou mais jovens. Em 2010, entre os não pobres, grande parte dos domicílios, cerca de 80% deles, se dividem entre aqueles sem moradores jovens (em maior número) e com apenas 1 jovem, enquanto, entre os pobres, essa proporção se revela menor e se aproxima dos 60% (TABELA 6.14).

Os domicílios de responsável (sem cônjuge) imigrante se destacam pelo largo predomínio daqueles sem moradores jovens, os quais passaram de 61%, em 2000, para 67% em 2010, enquanto os domicílios com 1 morador jovem ficaram pouco abaixo dos 20%, e aqueles com 2 ou mais jovens declinaram de 20% para 14%. A distribuição dos domicílios pobres e não pobres pouco se alterou no período. Entre não pobres, a proporção daqueles sem jovens passou de 72% para 77%, enquanto aqueles com 1 jovem morador ficaram abaixo dos 20%. Entre os pobres, pouco mais de 50% dos domicílios não contavam com moradores jovens, cerca de 20% contavam com 1 jovem e 25% com 2 ou mais jovens (TABELA 6.14).

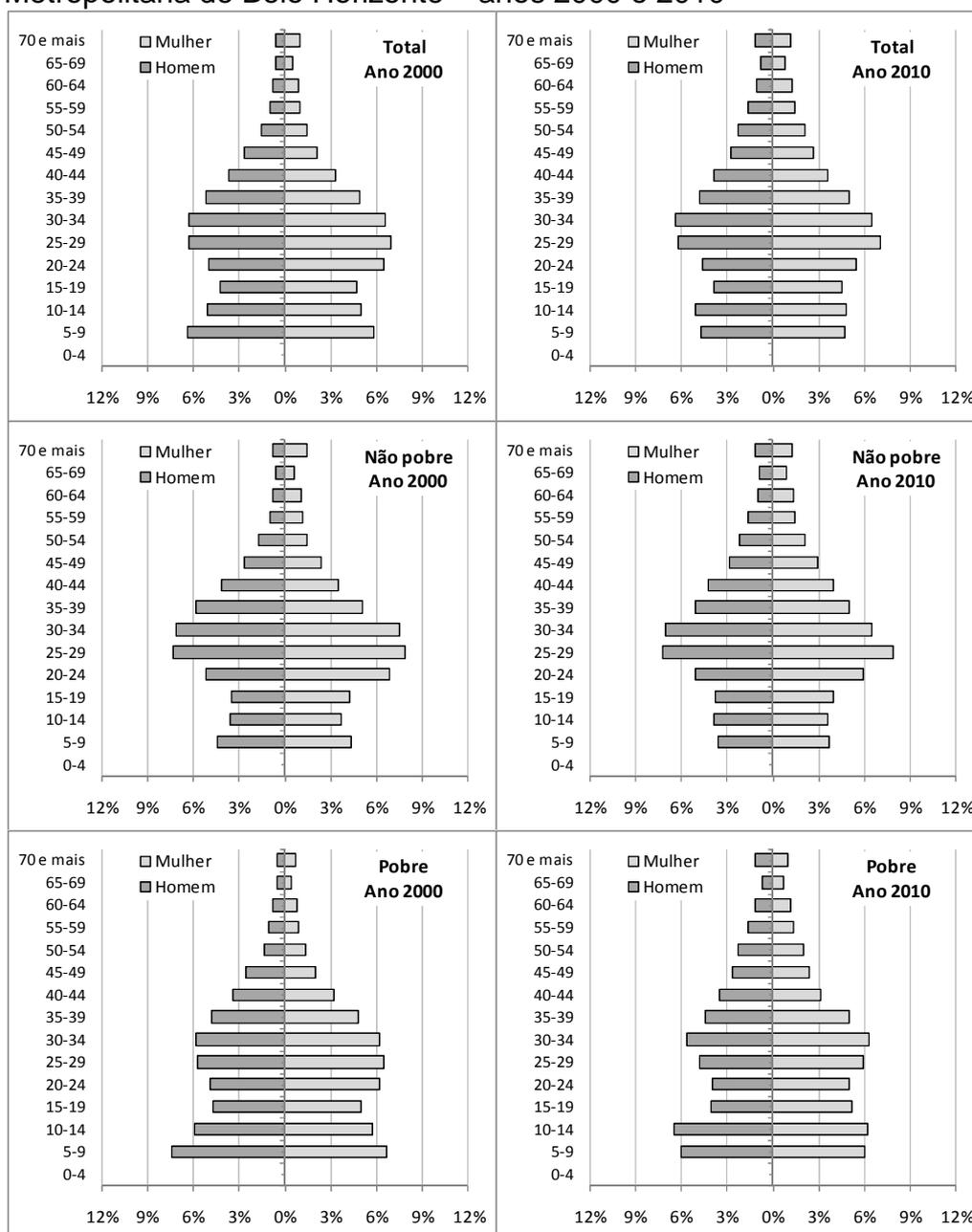
Considerando os domicílios com moradores imigrantes intrametropolitanos, observam-se mudanças importantes em sua formação na comparação entre os anos de 2000 e 2010. De forma geral, houve uma redução do número de imigrantes por domicílio, assim como um aumento da proporção dos domicílios sem a presença de moradores jovens. E essas mudanças acompanham o predomínio numérico dos domicílios não pobres. Ademais, em geral, a presença de um maior número de moradores jovens permaneceu mais destacável entre os domicílios pobres em comparação com os não pobres.

6.3.4 Composição sociodemográfica dos imigrantes intrametropolitanos

A distribuição etária proporcional dos imigrantes intrametropolitanos dos anos de 2000 e 2010, considerando também a situação social desses indivíduos, é apresentada na Figura 6.2, exposta a seguir. Essa distribuição etária refere-se aos imigrantes de 5 anos ou mais de idade no momento do censo. Como se poderá notar, as estruturas etárias dos imigrantes pobres e não pobres acompanham as

características da formação de seus domicílios, destacando-se as diferenças na participação dos jovens.

Figura 6.2 – Distribuição etária proporcional dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Entre os imigrantes intrametropolitanos, os grupos etários que mais se destacam concentram-se nas idades entre os 20 e 39 anos, faixa que responde por quase

metade dessa população. Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, a parcela dos imigrantes em idade ativa, de 15 a 64 anos de idade, manteve-se largamente predominante, e aumentou ligeiramente sua importância relativa, passando de 75% para 77%. A proporção dos jovens, pessoas entre 5 e 14 anos, declinou ligeiramente, de 22% para 19%, e a dos idosos manteve-se próxima dos 4% (FIGURA 6.2).

Analisando os imigrantes não pobres, nota-se que eles apresentam uma estrutura etária com algumas diferenças em relação àquela dos imigrantes em situação de pobreza, destacando-se a proporção dos jovens. Nos anos de 2000 e 2010, entre os imigrantes não pobres, a participação dos jovens ficou em torno de 15%, enquanto, entre os imigrantes em situação de pobreza, essa proporção ficou ao redor dos 25%. É interessante notar que pouco mais da metade dos imigrantes não pobres se concentram nas faixas de idade entre 20 e 39 anos, enquanto entre os pobres essa proporção é pouco superior a 40%. Ademais, na comparação entre os períodos, nota-se um aumento da proporção dos imigrantes com 40 anos ou mais, que passou para quase 30% entre os não pobres e 25% entre pobres (FIGURA 6.2).

Além das mudanças na estrutura etária, é importante considerar também as características dos imigrantes intrametropolitanos em termos de escolaridade dos adultos, já que esse atributo tende a se refletir nas condições da inserção dos indivíduos na economia metropolitana e, conseqüentemente, na renda (potencial) de suas famílias. Considerando a população adulta, de 20 a 64 anos de idade, pode ser observada, a seguir, na Tabela 6.15, a distribuição dos imigrantes segundo níveis de escolaridade e situação social, nos anos de 2000 e 2010. Deve-se notar que esse segmentário etário respondeu por 66% dos imigrantes intrametropolitanos em 2000, e por 68% em 2010 (FIGURA 6.2).

Entre os imigrantes intrametropolitanos que residem na área periférica, os quais, em sua maioria, correspondem a indivíduos que emigraram do núcleo metropolitano, observa-se uma redução da proporção dos adultos de menor escolaridade, porém a baixa escolaridade ainda é acentuada entre eles. Na comparação entre 2000 e 2010, a proporção correspondente aos imigrantes com níveis muito baixo e baixo de escolaridade declinou de 78% para 57%, a daqueles de escolaridade média foi de

18% para 34% e a daqueles de escolaridade alta passou de 3% para 9%. Essas mudanças acompanham a redução dos níveis de pobreza entre os imigrantes, porém, as diferenças entre pobres e não pobres ainda se revelam acentuadas.

Tabela 6.15 – Imigrantes intrametropolitanos de data fixa adultos, segundo níveis de escolaridade, situação social e lugar de moradia - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Lugar de moradia na data do Censo	Ano	Nível de escolaridade	Imigrantes intrametropolitanos adultos						
			Situação social dos imigrantes					Imigrantes (total)	
			Não pobres	Situações de pobreza				Perc.	Abs.
				Recente	Crônica	Inercial	Total		
Residentes na periferia metropolitana	2000	Muito baixo	33,3%	59,3%	75,8%	51,8%	62%	52%	69.657
		Baixo	29,3%	29,9%	18,4%	28,2%	25%	26%	35.148
		Médio	30,7%	10,4%	5,7%	17,0%	12%	18%	24.677
		Alto	6,7%	0,4%	0,1%	3,0%	2%	3%	4.526
		Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	-
	... absoluto	47.677	11.363	34.096	40.872	86.331	-	134.008	
	2010	Muito baixo	27,3%	53,7%	65,7%	43,4%	50%	37%	41.200
		Baixo	18,5%	24,7%	21,0%	20,1%	21%	20%	21.681
		Médio	41,3%	20,4%	12,7%	28,6%	24%	34%	37.040
		Alto	12,9%	1,3%	0,5%	7,9%	5%	9%	10.476
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%	-	
... absoluto	61.785	8.521	10.663	29.428	48.612	-	110.397		
Residentes no núcleo metropolitano	2000	Muito baixo	24,0%	60,6%	70,3%	38,3%	58%	34%	3.850
		Baixo	26,2%	27,9%	25,4%	36,1%	29%	27%	3.095
		Médio	36,0%	11,4%	3,4%	24,4%	12%	29%	3.330
		Alto	13,8%	0,0%	0,8%	1,3%	1%	10%	1.145
		Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	-
	... absoluto	8.135	1.339	1.073	873	3.285	-	11.420	
	2010	Muito baixo	15,9%	33,5%	45,3%	28,2%	34%	18%	1.992
		Baixo	11,1%	23,4%	34,0%	30,5%	28%	13%	1.442
		Médio	49,3%	35,0%	20,6%	37,1%	33%	48%	5.295
		Alto	23,6%	8,1%	0,0%	4,3%	5%	22%	2.408
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%	-	
... absoluto	9.931	565	247	394	1.206	-	11.137		

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Notas: (a) Os adultos correspondem aos indivíduos de idade ente 20 e 64 anos; (b), Sobre os níveis de escolaridade, o muito baixo engloba os indivíduos sem instrução e com ensino fundamental incompleto, o nível baixo engloba o ensino fundamental completo e médio incompleto, o nível médio corresponde a ensino médio completo e superior incompleto, e o nível alto corresponde a ensino superior completo.

Analisando imigrantes intrametropolitanos que residem na periferia, é importante notar que o número dos socialmente integrados se tornou superior ao de pobres. Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, os imigrantes adultos socialmente integrados passaram a apresentar uma composição mais heterogênea, já que a proporção daqueles de baixa e muito baixa escolaridade declinou de 63% para 46%, enquanto a dos imigrantes de média escolaridade passou de 31% para 41% e a daqueles de alta escolaridade foi de 7% para 13% (TABELA 6.15).

Contudo, entre os imigrantes em situação de pobreza que residem na periferia, prevalece uma composição mais homogênea em termos de escolaridade, visto que a maior parte deles possui os menores níveis de escolaridade. Entre os imigrantes adultos pobres, aqueles com níveis muito baixo e baixo de escolaridade passaram de 88%, em 2000, para 72% em 2010. Considerando esses menores níveis de escolaridade, nota-se que sua proporção declina de 80% para 63% entre os imigrantes adultos em pobreza inercial, de 89% para 78% entre os da pobreza recente e de 94% para 87% entre aqueles em situação de pobreza crônica.

Analisando os imigrantes intrametropolitanos adultos que residem no núcleo metropolitano, nota-se que a maior parte deles encontra-se socialmente integrada, em 2000 e 2010. Contudo, é interessante notar que, entre os períodos em questão, a proporção dos imigrantes adultos de muito baixa e baixa escolaridade declinou de 61% para 31%, aumentando a proporção daqueles de escolaridade média, de 29% para 48%, e de escolaridade alta, de 10% para 22%. Portanto, uma composição dos imigrantes diferente da observada para o conjunto da periferia metropolitana. Por outro lado, também entre os imigrantes pobres do núcleo prevalecem os níveis baixo e muito baixo de escolaridade.

Em resumo, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, constata-se uma redução da participação de jovens na composição da população migrante. Também é interessante observar, especialmente no caso da periferia, que o número de imigrantes adultos não pobres aumentou e o de pobres diminuiu. Essas mudanças foram acompanhadas por alterações na escolaridade dos imigrantes, isto é, eles se tornaram mais escolarizados. Contudo, entre os imigrantes pobres as desvantagens permanecem, com a maioria dos adultos sendo caracterizada por níveis baixo ou muito baixo de escolaridade.

6.3.5 Aspectos do acesso à moradia

A partir da Tabela 6.16, pode ser analisada a distribuição dos domicílios por condição de ocupação do mesmo: próprio, alugado, cedido e outras. Inicialmente, é interessante notar que em todas as categorias domiciliares predominam os

domicílios próprios. Essa característica está em consonância com uma mobilidade espacial que tende a se associar, principalmente, ao deslocamento de famílias em busca de um lugar de moradia no espaço metropolitano. Também é importante considerar os aluguéis, os quais tendem a apresentar um menor custo na área periférica metropolitana.

Tabela 6.16 – Distribuição dos domicílios com moradores imigrantes intrametropolitanos, segundo condição de ocupação do domicílio e situação social - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

categorias de domicílio com imigrantes	Condição de ocupação do domicílio	Núcleo				Periferia			
		Não pobre		Pobre		Não pobre		Pobre	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes intrametropolitanos	Próprio	72,5%	63,6%	68,9%	69,6%	81,8%	80,2%	81,1%	79,9%
	... já pago	59,4%	56,3%	68,9%	65,2%	70,8%	72,9%	74,8%	73,5%
	... pagando	13,0%	7,4%	0,0%	4,4%	11,0%	7,2%	6,3%	6,3%
	Alugado	24,5%	30,6%	27,1%	30,4%	14,4%	15,5%	10,1%	12,9%
	Cedido	3,0%	5,8%	3,9%	0,0%	3,8%	4,3%	7,8%	6,2%
	Outra	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	1,1%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
... absoluto	1.297	2.055	512	296	3.769	6.356	5.710	4.353	
Casal com apenas cônjuge ou responsável imigrante intrametropolitano	Próprio	61,7%	58,8%	58,5%	33,7%	61,4%	63,2%	68,2%	63,1%
	... já pago	44,9%	32,8%	57,7%	31,1%	49,3%	47,1%	62,8%	54,3%
	... pagando	16,8%	26,0%	0,8%	2,6%	12,1%	16,1%	5,4%	8,8%
	Alugado	26,7%	39,7%	19,2%	52,3%	27,9%	30,2%	14,7%	26,0%
	Cedido	11,6%	1,5%	21,4%	14,1%	10,3%	6,6%	16,0%	10,4%
	Outra	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,3%	0,0%	1,1%	0,5%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
... absoluto	2.965	3.477	1.194	505	8.145	11.293	11.949	7.645	
Casal (responsável e cônjuge) imigrante intrametropolitano	Próprio	58,9%	50,5%	53,9%	36,1%	70,7%	70,4%	78,7%	69,0%
	... já pago	39,8%	31,9%	50,8%	24,1%	45,1%	49,1%	64,4%	53,3%
	... pagando	19,1%	18,6%	3,2%	12,0%	25,6%	21,3%	14,3%	15,8%
	Alugado	35,8%	38,7%	30,0%	42,4%	25,7%	26,0%	11,6%	22,2%
	Cedido	4,5%	10,8%	14,8%	21,5%	3,5%	3,5%	9,0%	8,3%
	Outra	0,8%	0,0%	1,2%	0,0%	0,1%	0,1%	0,7%	0,6%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
... absoluto	1.378	1.426	660	158	12.712	16.047	26.036	13.782	
Responsável (sem cônjuge) imigrante intrametropolitano	Próprio	38,5%	38,8%	44,3%	37,2%	51,9%	51,1%	67,7%	64,8%
	... já pago	25,3%	26,9%	41,1%	37,2%	34,0%	39,6%	58,5%	53,6%
	... pagando	13,3%	11,9%	3,2%	0,0%	17,9%	11,5%	9,2%	11,2%
	Alugado	55,3%	54,5%	46,9%	62,8%	41,1%	44,4%	19,0%	23,5%
	Cedido	5,6%	6,7%	8,8%	0,0%	6,3%	4,5%	12,3%	11,1%
	Outra	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	0,0%	1,0%	0,6%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
... absoluto	1.370	1.578	499	226	6.906	9.780	10.900	7.469	

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: Os domicílios pobres correspondem ao agregado das situações de pobreza crônica, recente e inercial.

Os domicílios de responsável (sem cônjuge) e casal não imigrantes são em grande parte moradias próprias, o que é observado para os domicílios pobres e não pobres, e para aqueles situados na periferia e no núcleo metropolitano. A proporção dos

domicílios próprios ficou ao redor de 70% no núcleo e em torno de 80% na periferia metropolitana (TABELA 6.16).

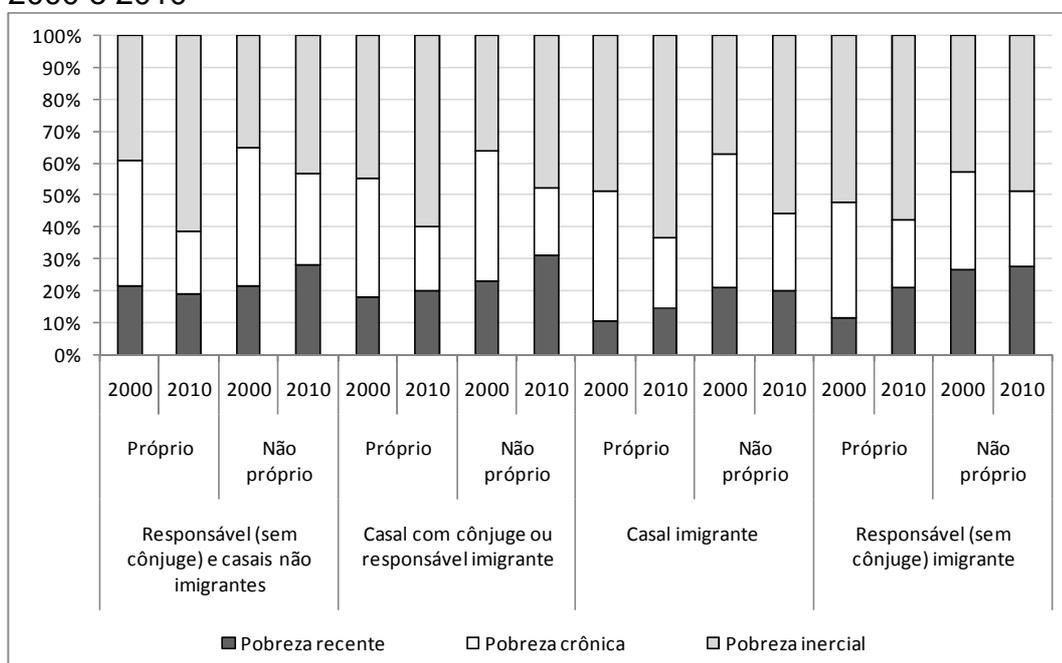
Nos domicílios em que apenas um dos cônjuges é imigrante, ao redor de 60% dos domicílios eram próprios entre aqueles localizados na periferia, tanto entre pobres como entre não pobres. No núcleo, a proporção dos domicílios próprios entre não pobres assume proporção semelhantes a da periferia, porém, entre os pobres, contados em pequeno número, passou a prevalecer os alugados (TABELA 6.16).

Analisando os domicílios de casal imigrante intrametropolitano, em torno de 70% eram próprios entre os não pobres da periferia, enquanto, entre os pobres, a proporção declinou de pouco menos de 80% para quase 70% na comparação entre 2000 e 2010. No núcleo, a proporção dos domicílios próprios entre não pobres declinou de 59% para 50%, aumentando a proporção dos cedidos e principalmente dos alugados, o que ocorreu de forma mais acentuada entre pobres, contados em pequeno número (TABELA 6.16).

Entre os domicílios de responsável (sem cônjuge) imigrante, nota-se que, na periferia, entre os não pobres, a proporção das moradias próprias ficou em torno de 51%, visto que pouco mais de 40% são ocupadas por aluguel. Entre os pobres, a proporção de domicílios próprios ficou ao redor de 65%. No núcleo metropolitano, os alugados se destacam: ficaram ao redor de 55% entre não pobres e aumentaram para pouco mais de 60% dentro do pequeno número de pobres.

No Gráfico 6.4, apresenta-se a distribuição relativa dos domicílios pobres entre os tipos de pobreza, considerando também a condição de ocupação dos domicílios: próprios e não próprios (alugados, cedidos e outras). Como se pode notar, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, a composição do estoque de domicílios pobres, em todas as categorias domiciliares de imigrantes intrametropolitanos, tornou-se relativamente mais concentrada na pobreza inercial, reduzindo-se principalmente a participação da pobreza crônica.

Gráfico 6.4 – Distribuição entre os tipos de pobreza dos domicílios pobres com morador migrante intrametropolitano, segundo condição de ocupação do domicílio - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010



Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: Os domicílios não próprios são os alugados, cedidos e outra condição.

Analisando os domicílios próprios entre os pobres no ano de 2010, conforme exposto no Gráfico 6.4, nota-se que a pobreza inercial fica ao redor de 60% em todas as categorias domiciliares com imigrantes intrametropolitanos, enquanto as situações de pobreza recente e crônica passaram a ter uma participação mais semelhante, ficando em torno de 20%. Portanto, em torno de 80% dos domicílios com imigrantes em situação de pobreza apresentam carências estruturais, somando-se a pobreza inercial e crônica. Esses resultados revelam que o acesso à moradia própria, para uma parcela dos imigrantes, também se combina a condições de carências estruturais.

Por outro lado, é importante notar que os domicílios não próprios em situação de pobreza também apresentam uma elevada incidência de carências estruturais. Em 2010, a soma das situações de pobreza crônica e inercial respondeu ao redor de 70% dos domicílios pobres não próprios, com exceção dos domicílios de casal imigrante, entre os quais essa proporção ficou em torno de 80%.

É importante notar que, para grande parte das pessoas que migram dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a definição do lugar de residência envolve também a possibilidade de aquisição de uma moradia própria, ou mesmo o acesso a um aluguel de menor valor, em especial para aqueles que se deslocam para a periferia. Esse aspecto mostra-se importante para a compreensão da migração intrametropolitana. Essa mobilidade residencial, orientada principalmente na direção dos municípios da periferia, também envolve a reprodução de situações de pobreza, já que, para uma parte dos migrantes, as alternativas de acesso à moradia se apresentam em condições de carências estruturais. No entanto, diferentemente do ano de 2000, em todas as categorias domiciliares com imigrantes o estoque de domicílios não pobres superou o de pobres no ano de 2010.

6.3.6 A distribuição residencial dos imigrantes dentro da região metropolitana

Com os dados da Tabela 6.17, pode-se analisar a concentração dos imigrantes intrametropolitanos e a incidência da pobreza entre as subáreas metropolitanas: núcleos e vetores de expansão urbana. Como se poderá notar, entre os anos de 2000 e 2010, a proporção de pobres entre os imigrantes se reduziu em todos os vetores, mas a pobreza ainda se mantém com níveis de incidência muito desiguais nessas subáreas.

No vetor Oeste, a incidência da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos declinou de 57%, em 2000, para 34% em 2010. O vetor é o principal destino dos imigrantes intrametropolitanos, concentrando 40% deles, em 2000, e 38% em 2010. Como os níveis de pobreza no vetor são mais baixos, ele respondeu, em 2000, pela concentração de 50% dos imigrantes socialmente integrados e, em 2010, por 45%. Por outro lado, a concentração dos imigrantes intrametropolitanos pobres declinou de 35% para 29% na comparação entre os períodos (TABELA 6.17).

Entre os imigrantes intrametropolitanos residentes no vetor Norte-Central, a incidência da pobreza reduziu-se de 77%, em 2000, para 51% em 2010. Esse vetor foi lugar de moradia para 30% dos imigrantes intrametropolitanos em 2000, e para 26% deles em 2010. Considerando as mudanças positivas do vetor, a concentração

dos imigrantes metropolitanos não pobres aumentou de 19% para 22% na comparação entre os períodos, enquanto a participação na concentração dos imigrantes pobres declinou 35% para 30% (TABELA 6.17).

Tabela 6.17 – Distribuição e composição dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa, segundo situação social, núcleo e vetores de expansão urbana - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Indicador	Ano	Subáreas metropolitanas	Imigrantes intrametropolitanos						
			Situação social dos imigrantes					Imigrantes (total)	
			Não pobres	Situações de pobreza			Total	Perc.	Abs.
				Recente	Crônica	Inercial			
Distribuição dos imigrantes entre subáreas metropolitanas	2000	Vetor Leste	5,0%	5,3%	4,1%	3,5%	4%	4%	9.604
		Vetor Norte	3,4%	3,3%	6,8%	6,2%	6%	5%	11.248
		Vetor Note Central	19,9%	29,9%	36,4%	34,7%	35%	30%	65.141
		Vetor Oeste	49,5%	43,2%	28,8%	37,7%	35%	40%	87.678
		Vetor Sudoeste	2,7%	5,2%	18,4%	12,3%	14%	10%	22.108
		Vetor Sul	5%	3%	2%	3%	3%	4%	8.034
		Núcleo	15%	10%	3%	2%	4%	8%	16.541
		Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	220.354
	2010	Vetor Leste	4,8%	5,0%	5,0%	3,1%	4%	4%	7.961
		Vetor Norte	4,5%	5,4%	8,1%	12,3%	10%	7%	12.275
		Vetor Note Central	23,0%	34,9%	31,1%	26,9%	30%	26%	46.363
		Vetor Oeste	45,4%	41,4%	24,1%	26,8%	29%	38%	67.926
		Vetor Sudoeste	4,1%	4,2%	24,7%	23,2%	20%	11%	19.738
		Vetor Sul	5%	3%	5%	7%	5%	5%	9.101
Núcleo		13%	7%	2%	1%	3%	8%	14.951	
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%	178.315	
Composição dos imigrantes nas subáreas metropolitanas	2000	Vetor Leste	40,0%	11,5%	26,8%	21,8%	60%	100%	9.604
		Vetor Norte	23,0%	6,1%	38,1%	32,8%	77%	100%	11.248
		Vetor Note Central	23,4%	9,6%	35,2%	31,8%	77%	100%	65.141
		Vetor Oeste	43,4%	10,3%	20,7%	25,6%	57%	100%	87.678
		Vetor Sudoeste	9,3%	4,9%	52,5%	33,3%	91%	100%	22.108
		Vetor Sul	47%	8%	19%	26%	53%	100%	8.034
		Núcleo	68%	13%	12%	8%	32%	100%	16.541
		Total	35%	10%	29%	27%	65%	100%	220.354
	2010	Vetor Leste	59,8%	10,4%	13,2%	16,6%	40%	100%	7.961
		Vetor Norte	36,1%	7,3%	13,8%	42,7%	64%	100%	12.275
		Vetor Note Central	48,7%	12,5%	14,0%	24,8%	51%	100%	46.363
		Vetor Oeste	65,7%	10,1%	7,4%	16,8%	34%	100%	67.926
		Vetor Sudoeste	20,3%	3,5%	26,2%	50,0%	80%	100%	19.738
		Vetor Sul	53%	5%	11%	31%	47%	100%	9.101
Núcleo		87%	7%	3%	3%	13%	100%	14.951	
Total		55%	9%	12%	24%	45%	100%	178.315	

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Entre os vetores menos populosos, destaca-se o Sudoeste, cuja importância sobre a concentração dos imigrantes intrametropolitanos passou de 10%, em 2000, para 11% em 2010. Contudo, enquanto sua concentração sobre os não pobres passou de 3% para 4%, a concentração sobre os pobres passou de 14% para 20% nesse período. O Sudoeste é o vetor que sustenta os níveis mais altos de incidência da pobreza entre os imigrantes, visto que ela declinou de 91% para 80% entre os períodos analisados. Os níveis elevados de pobreza do vetor devem-se à incidência

da pobreza crônica, que afetou 26% de seus imigrantes em 2010, e, principalmente, a inercial, que afetou 50% deles nesse mesmo ano.

O vetor Norte também sustenta níveis elevados de incidência da pobreza entre seus imigrantes intrametropolitanos, a qual declinou de 77%, em 2000, para 64% em 2010, sendo que somente a pobreza inercial afetou 43% de seus imigrantes nesse último ano. A concentração dos imigrantes nessa subárea passou de 5%, em 2000, para 7% em 2010, mas, enquanto a concentração sobre os imigrantes não pobres aumentou de 3% para 5%, sobre os pobres passou de 6% para 10% nesse período (TABELA 6.17).

O vetor Leste também atrai uma pequena parcela dos imigrantes intrametropolitanos, com aproximadamente 5% deles residindo no vetor, proporção que é comum à concentração de imigrantes pobres e não pobres. No vetor, a incidência da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos declinou de 60%, em 2000, para 40% em 2010. Também, no vetor Sul, a concentração sobre os imigrantes ficou ao redor de 5% nesse período. Sua concentração sobre os imigrantes não pobres ficou próxima de 5%, mas, sobre os pobres, aumentou de 3% para 5% nesse período. A incidência da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos do vetor Sul declinou de 53% para 47% nesse período.

Na redistribuição espacial da população dentro da região metropolitana, o núcleo metropolitano assume uma relevância menor em termos de concentração dos imigrantes intrametropolitanos, mas, tanto em 2000 como em 2010, sua participação foi de aproximadamente 8%. Na comparação entre esses anos, a incidência da pobreza entre seus imigrantes declinou de 32% para 13%. Os imigrantes intrametropolitanos não pobres concentrados no núcleo diminuíram de 15% para 13%, enquanto a concentração dos pobres se reduziu de 4% para 3% nesse período (TABELA 6.17).

Considerando a importância da incidência da pobreza crônica, e, principalmente, da pobreza inercial na determinação dos níveis de pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos, apresenta-se, na Tabela 6.18, a distribuição dessa população segundo as carências estruturais. É interessante notar que, na comparação entre os

anos de 2000 e 2010, o volume dos imigrantes intrametropolitanos com necessidades básicas insatisfeitas diminuiu de 122,6 mil pessoas, em 2000, para 63,5 mil no ano de 2010.

Tabela 6.18 – Distribuição dos imigrantes intrametropolitanos de data fixa segundo necessidades básicas insatisfeitas – núcleo e vetores de expansão urbana - Região Metropolitana de Belo Horizonte – anos 2000 e 2010

Subáreas metropolitanas	Imigrantes intrametropolitanos						Imigrantes (total)	
	Necessidades básicas insatisfeitas					2 ou mais NBI		
	1 NBI							
	Densidade excessiva da moradia	Inadequação no acesso à água potável	Inadequação do sistema sanitário	Demais NBI		Perc.	Abs.	
Imigrantes intrametropolitanos (1995-2000)								
Vetor Leste	11,6%	1,3%	9,7%	16,3%	61,2%	100%	4.662	
Vetor Norte	6,1%	0,4%	43,5%	6,6%	43,4%	100%	7.974	
Vetor Note Central	6,9%	1,9%	29,4%	4,7%	57,1%	100%	43.634	
Vetor Oeste	10,2%	1,0%	54,8%	3,2%	30,9%	100%	40.602	
Vetor Sudoeste	1,3%	0,5%	17,2%	1,0%	79,9%	100%	18.969	
Vetor Sul	4,7%	20,9%	29,4%	1,8%	43%	100%	3.593	
Núcleo	30,4%	5,5%	35,4%	7,9%	21%	100%	3.225	
Total	7,8%	1,9%	36,2%	4,2%	50%	100%	122.659	
Imigrantes intrametropolitanos (2005-2010)								
Vetor Leste	22,2%	10,0%	21,6%	7,4%	38,8%	100%	2.369	
Vetor Norte	4,9%	4,3%	63,1%	1,7%	26,0%	100%	6.943	
Vetor Note Central	15,4%	6,8%	46,9%	4,0%	26,8%	100%	17.987	
Vetor Oeste	19,3%	3,5%	56,8%	5,2%	15,3%	100%	16.454	
Vetor Sudoeste	3,3%	2,7%	56,5%	3,1%	34,4%	100%	15.044	
Vetor Sul	7,9%	27,2%	34,0%	1,2%	30%	100%	3.814	
Núcleo	42,4%	23,4%	32,0%	0,0%	2%	100%	927	
Total	12,6%	6,3%	51,6%	3,7%	26%	100%	63.538	

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: (a) Por definição, o número de imigrantes com necessidades básicas insatisfeitas corresponde ao conjunto daqueles em situação de pobreza crônica e inercial. (b) A classe “demais NBI” inclui os indicadores de acesso à energia elétrica, o acesso ao serviço de coleta de lixo e o acesso dos jovens aos serviços educacionais.

É importante notar que houve um importante declínio da proporção dos imigrantes intrametropolitanos que acumulavam 2 ou mais carências estruturais. Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, verifica-se que a proporção dos imigrantes correspondente aos que viviam com apenas 1 tipo de carência estrutural aumentou de 50% para 74%. Nesse caso, constata-se que, em 2010, dois indicadores assumiram uma importância fundamental nessas proporções: o adensamento excessivo da moradia e, principalmente, a inadequação do sistema sanitário dos domicílios (TABELA 6.18).

Nos vetores de expansão urbana, também houve um importante declínio da proporção dos imigrantes intrametropolitanos vivendo com 2 ou mais necessidades básicas. Em 2010, dos imigrantes com carências estruturais, aqueles com apenas 1 tipo de necessidade básica eram 80% no vetor Oeste, ficaram em torno de 73% nos vetores Norte e Norte-Central, em 70% no Sul, em 66% no Sudoeste e 61 % no Leste. Analisando todo o conjunto dos imigrantes intrametropolitanos com carências estruturais, aqueles com apenas 1 tipo de necessidades básica passaram de 50%, em 2000, para 74% em 2010, com 52% devido somente à inadequação do sistema sanitário (TABELA 6.18). Portanto, na comparação entres os períodos, há mudanças positivas no âmbito da pobreza, que se revelam particularmente em uma importante redução da proporção dos imigrantes em domicílios que acumulavam carências estruturais.

6.4 Discussão

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a comparação entre os imigrantes de data fixa dos anos de 2000 e 2010 revela que houve não somente uma redução do volume dos imigrantes, mas também alterações destacáveis nas características sociodemográficas dessa população. Na comparação entre períodos em questão, verifica-se uma importante redução da incidência da pobreza tanto entre os imigrantes extrametropolitanos quanto entre os intrametropolitanos. Os imigrantes socialmente integrados tornaram-se predominantes.

Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, constata-se um declínio do volume de migrantes intrametropolitanos. Para se compreender esse declínio, é importante considerar as mudanças no estoque e composição dos domicílios. O número de domicílios com imigrantes intrametropolitanos diminuiu e grande parte deles passou a contar com um menor número de moradores imigrantes. Além disso, aumentou a proporção de domicílios sem moradores jovens em sua composição.

Essas mudanças na composição dos domicílios dos imigrantes intrametropolitanos revelam como as características das famílias podem afetar o volume de migrantes. É importante notar que os imigrantes intrametropolitanos concentram-se,

principalmente, em domicílios de casal imigrante intrametropolitano, cujo número apresentou importante redução na comparação entre os anos de 2000 e 2010, respondendo pela maior parte do declínio do volume de imigrantes intrametropolitanos no período.

Deve-se notar que, entre os domicílios de imigrantes intrametropolitanos em situação de pobreza, a composição domiciliar, em geral, ainda envolve a presença de maior número de imigrantes e, também, de jovens entre os moradores. Por outro lado, em todas as categorias domiciliares que contam com moradores imigrantes intrametropolitanos ocorreu um declínio da incidência da pobreza e o número de domicílios não pobres superou o de pobres em 2010. Na comparação entre os períodos, o número de domicílios não pobres aumentou seu estoque, ao passo que o de pobres se reduziu de forma acentuada.

Os imigrantes intrametropolitanos também se tornaram mais escolarizados, o que certamente associa-se a condições mais favoráveis de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho metropolitano. Entre os imigrantes adultos, declinou o número e a proporção daqueles de menor nível de escolaridade na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Essa mudança acompanha o declínio da pobreza entre eles. Contudo, entre os imigrantes adultos em situação de pobreza, ainda prevalecem os níveis mais baixos de escolaridade, e essa desvantagem, grosso modo, vai se associar a uma renda domiciliar (potencial) menor, o que, conseqüentemente, tende a se refletir nas alternativas de acesso à moradia no espaço metropolitano, em geral sob condições inadequadas.

Entre os imigrantes intrametropolitanos, predominam largamente os movimentos em direção aos municípios periféricos, sendo pequeno o volume dos deslocamentos em direção ao núcleo metropolitano. Contudo, entre os imigrantes que se deslocam para o núcleo, predominam os indivíduos não pobres, ao passo que, entre aqueles que se deslocam para a periferia, a incidência da pobreza é relativamente maior. Porém, houve uma importante redução da incidência da pobreza entre os imigrantes da periferia.

Entre os imigrantes intrametropolitanos pobres na periferia metropolitana predomina

a pobreza crônica e, principalmente, a inercial. Essas situações de pobreza refletem as restrições no acesso a um lugar de moradia em condições adequadas, isto é, sem carências estruturais. É importante notar que a maior parte dos domicílios com imigrantes intrametropolitanos é próprio, o que sugere, particularmente para os casais e responsáveis (sem cônjuge) imigrantes, uma relação estreita entre a mobilidade espacial intrametropolitana e as possibilidades de aquisição de uma moradia. Essa característica é comum aos imigrantes intrametropolitanos pobres e não pobres. Entretanto, o caso daqueles em situação de pobreza, particularmente inercial e crônica, revela que as possibilidades de aquisição de uma moradia também pode se combinar com a reprodução de certas situações de pobreza, associadas à ocupação de áreas com carências urbanas.

Contudo, na comparação entre os imigrantes intrametropolitanos dos anos de 2000 e 2010, tornou-se predominante, entre os imigrantes residentes em domicílios com necessidades básicas não satisfeitas, aqueles que apresentam apenas um tipo de carência, destacando-se, como principal, a inadequação do serviço de esgotamento sanitário. A carência desse serviço é um dos aspectos fundamentais na determinação dos níveis relativamente mais elevados de incidência da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos que vão residir na periferia.

A redução dos níveis de incidência da pobreza, bem como as alterações das características domiciliares e sociodemográficas dos imigrantes intrametropolitanos ocorrem em um contexto de transformações econômicas e urbanas dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Se, de um lado, houve uma mudança no perfil social dos imigrantes, de outro, as alternativas de moradia também sofreram mudanças, associadas ao crescimento da oferta do mercado de habitação, que incorporou diferentes segmentos socioeconômicos, não somente no núcleo, mas também na periferia metropolitana.

Por um lado, os segmentos de maior poder aquisitivo também são incorporados à oferta habitacional dentro da área periférica metropolitana, mas com formas específicas de moradia.⁵⁴ Por outro, amplia-se a atratividade residencial da periferia,

⁵⁴ Caldeira (1997; 2000), analisando o caso da região metropolitana de São Paulo, observa que, após a década de 1980, houve uma expansão dos “espaços privatizados, fechados e monitorados para

que acompanha sua valorização imobiliária, associada aos avanços em sua infraestrutura urbana básica e ao crescimento dos empreendimentos habitacionais por todo seu espaço. Essas mudanças na periferia metropolitana contribuem para aumentar a capacidade de retenção e atração da população de baixa renda, em especial fora das situações de pobreza, e das camadas de médio e alto poder aquisitivo.⁵⁵

É importante notar que as mudanças urbanas da Região Metropolitanas de Belo Horizonte, particularmente em curso nas áreas periféricas, também são capazes de aumentar as barreiras de acesso à moradia para as parcelas da população economicamente mais vulneráveis. Esses efeitos já eram notados em décadas anteriores, pois PLAMBEL (1987) apontava, ainda na década de 1980, que a expansão dos investimentos públicos nas áreas periféricas deficientes em infraestrutura urbana, apesar de favorecer a população local, produzia como efeito uma valorização imobiliária desses espaços. E isso, contraditoriamente, também poderia aumentar a restrição de acesso à moradia para novas famílias de menor poder aquisitivo, ou, ainda, induzir o deslocamento de antigos moradores para áreas de menor valor.

Ao mesmo tempo em que as transformações urbanas avançaram na periferia, ampliou-se também o volume dos emigrantes extrametropolitanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Provavelmente o crescimento da emigração seja influenciado, por um lado, pelas possibilidades abertas por uma estrutura urbana nacional diversificada e, por outro, pela elevação do custo de vida na área

residência, consumo, lazer ou trabalho” (CALDEIRA, 1997: p. 155), como os condomínios fechados e shopping, os quais também passam a se localizar nos municípios periféricos. Esses espaços privatizados permitem uma maior proximidade espacial de grupos sociais distintos, mas incorpora novos mecanismos de separação entre os mesmos. No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Moura (1994), Brito e Souza (2005) e Campos e Mendonça (2013) apontam que os condomínios fechados são produtos imobiliários que se tornaram mais atrativos para os segmentos de maior poder aquisitivo no final do século XX, quando se amplia a produção de espaços privilegiados de moradia nos municípios da periferia metropolitana, em especial nas proximidades das áreas valorizadas do núcleo metropolitano. Contudo, esses produtos imobiliários são formas de moradia oferecidas em diferentes partes da periferia.

⁵⁵ As análises de Soraggi e Mendonça (2013), para o caso do município de Juatuba, ilustram como, na última década, aprofundou-se a inclusão da população de menor poder aquisitivo no mercado de habitação, particularmente na área periférica. Analisando alguns dos empreendimentos residenciais lançados pelo setor privado de construção no referido município, as autoras mostram que essa oferta acolhe a população local e também pessoas de outros municípios da região metropolitana, motivadas pela possibilidade de aquisição da moradia.

metropolitana, em especial o de moradia. Em outras palavras, a pressão exercida pelo custo de vida no espaço metropolitano não deve ser desconsiderada como parte das mudanças associadas à capacidade de atração e retenção da população no núcleo e também na periferia, sobretudo aquela social e economicamente mais vulnerável.

Considerando o caso dos imigrantes extrametropolitanos, isto é, aqueles indivíduos que de outras localidades deslocam-se para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, pode-se aventar que a redução de seu volume, sobretudo no último quinquênio, também foi influenciada pelas transformações econômicas e urbanas do espaço metropolitano. Consoante as análises de Matos (1996) e Brito (2006; 2009), pode-se dizer que apesar das regiões metropolitanas figurarem como espaços economicamente dinâmicos e, portanto, virtualmente atrativos para aqueles que buscam por um melhor padrão de vida, as condições para a permanência nessas áreas também depende das possibilidades de uma ocupação (econômica) mais vantajosa, bem como da existência de boas alternativas de acesso à moradia, o que implica enfrentar as barreiras impostas pelos mercados de trabalho e imobiliário metropolitanos.

O declínio do volume dos imigrantes extrametropolitanos associou-se principalmente às mudanças na principal categoria domiciliar: domicílio de casal imigrante extrametropolitano. Tanto o estoque de domicílios quanto o volume de imigrantes envolvendo essa categoria domiciliar declinou na comparação entre os anos de 2000 e 2010. Além disso, esses domicílios também apresentaram mudanças em sua composição e tamanho, passando a predominar os domicílios de menor número de moradores imigrantes, em comparação com as características observadas no período anterior.

Essas alterações na composição dos domicílios formados por casais imigrantes extrametropolitanos podem refletir tanto as mudanças no perfil dos imigrantes em termos de padrão reprodutivo como a adoção de novas estratégias migratórias, em que os jovens deixam de acompanhar os imigrantes adultos, dado o custo de vida mais elevado na região metropolitana. Nesse sentido, é interessante notar que, no último quinquênio, houve um aumento do volume de imigrantes extrametropolitanos

residentes em domicílios de responsável (sem cônjuge) imigrante extrametropolitano, entre os quais prevalecem largamente os domicílios cuja composição não conta com a presença dos jovens.

É importante destacar que, na comparação entre os anos de 2000 e 2010, os imigrantes extrametropolitanos apresentaram mudanças importantes em suas características sociodemográficas. Houve uma notável redução da proporção dos imigrantes adultos de menor escolaridade, bem como se alteraram as características da composição domiciliar desses imigrantes. Esses aspectos acompanham a redução da incidência da pobreza entre eles. Em 2010, aumentou o número e proporção dos indivíduos imigrantes extrametropolitanos fora das situações de pobreza.

Contudo, ainda que o volume de imigrantes pobres tenha se reduzido na comparação entre os períodos, entre os pobres predominam as desvantagens sociodemográficas. De forma geral, os imigrantes pobres caracterizam-se por uma população adulta com os menores níveis de escolaridade e boa parte de seus domicílios conta com um maior número de moradores, notadamente com uma maior participação de jovens em sua composição. Portanto, para uma parcela dos imigrantes extrametropolitanos, algumas desvantagens podem levar a um maior risco de se experimentar alguma das situações de pobreza.

É importante notar que a redução da incidência da pobreza entre os imigrantes extrametropolitanos ocorreu tanto no núcleo quanto na periferia. Contudo, na área periférica, os níveis de incidência da pobreza entre os imigrantes permaneceram mais elevados em comparação com os do núcleo. Os imigrantes pobres residentes na periferia são notadamente afetados por situações de pobreza associadas a carências estruturais. Isso revela que o acesso a um lugar de moradia adequado, dentro da região metropolitana, apresenta-se de maneira mais restrita para uma parcela dos imigrantes. Em outras palavras, os imigrantes extrametropolitanos de situação econômica (potencialmente) desfavorável podem ser levados a se estabelecerem em áreas onde um menor custo de moradia combina-se com as deficiências urbanas locais.

Nesse sentido, as barreiras impostas aos imigrantes extrametropolitanos, para a permanência na Região Metropolitana de Belo Horizonte, também se refletem na forma de acesso a lugar de moradia. Notadamente entre os domicílios de casal imigrante extrametropolitano e de responsável (sem cônjuge) imigrante extrametropolitano, a forma de acesso à moradia, em sua grande maioria, é por meio do aluguel. Essa característica prevalece entre os domicílios pobres e não pobres e acentuou-se em 2010.

Uma situação um pouco diferente se revela entre os domicílios em que apenas um dos cônjuges é imigrante extrametropolitano, e, sobretudo, naqueles de responsável (sem cônjuge) ou casal não imigrantes extrametropolitanos. Nesses casos, tende a predominar uma maior proporção de domicílios próprios, e uma menor proporção dos ocupados por aluguel. No caso dos imigrantes extrametropolitanos que residem nesses tipos de domicílio, a permanência na região metropolitana envolve outras condições de acesso à moradia.

Considerando as duas categorias domiciliares mencionadas, podem ser considerados ao menos dois aspectos. O primeiro envolve as possibilidades de união entre o imigrante extrametropolitano e o não imigrante, seja devido à formação de uma nova família ou pela recomposição de uma família já existente. O segundo envolve o apoio direto das redes familiares, em seus laços de parentescos mais amplos, na trajetória migratória dos indivíduos. De todo modo, esses imigrantes extrametropolitanos são aqueles que podem contar com o apoio de pessoas que já residem na região metropolitana por certo tempo. Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, constata-se que, entre esses domicílios com imigrantes extrametropolitanos, passam a prevalecer os níveis mais baixos de incidência da pobreza. Concordando com Brito (2006; 2009) sobre a força das trajetórias inerciais das migrações em direção às grandes regiões metropolitanas do país, certamente as redes envolvendo as famílias são um dos mecanismos que contribuem para a sua existência.

Pode-se dizer que os atuais imigrantes extrametropolitanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte assumem características diferentes em relação aos imigrantes do período anterior. Observa-se que seu volume se reduziu, porém esses imigrantes

tornaram-se mais escolarizados, seus domicílios contam com um menor número de imigrantes e os jovens passaram a ter menor participação em sua composição. Certamente mudanças importantes nas características dessa população, bem como em sua relação com a reprodução (potencial) de situações de pobreza na região metropolitana.

Considerando as mudanças no perfil dos imigrantes extrametropolitanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, pode-se aventar que, de um lado, isso reflete o aumento das barreiras seletivas para a entrada e permanência dos imigrantes no espaço metropolitano, e, de outro, articula-se às mudanças estruturais no país. Entre elas, o declínio dos deslocamentos das áreas rurais para as áreas urbanas. Mudança que, provavelmente, esteja se refletindo no volume e nas transformações das características dos imigrantes extrametropolitanos.⁵⁶ Também é possível que a cobertura das políticas sociais de proteção dos grupos economicamente mais vulneráveis, particularmente nas áreas com menor dinamismo econômico, tenha contribuído para desestimular a migração daqueles cuja busca por uma melhor condição de vida poderia envolver maior risco de se transformar em exclusão social na área metropolitana.⁵⁷

⁵⁶ Com base nos dados do Censo Demográfico 2000, pode-se analisar a área de origem do imigrante considerando a situação de seu domicílio (localização rural ou urbana) no município de residência cinco anos antes da data do censo. A partir desse quesito, constata-se que, entre os imigrantes extrametropolitanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no ano de 2000, aproximadamente 25% deles havia partido de uma área rural. Comparando os imigrantes extrametropolitanos de 2000, segundo a origem rural e urbana, verifica-se que, entre os imigrantes com origem nas áreas urbanas, 57% eram não pobres na região metropolitana na data do censo, ao passo que, entre os imigrantes com origem nas áreas rurais, apenas 30% eram não pobres. Considerando a importância dos imigrantes com origem nas áreas rurais na composição da população dos imigrantes extrametropolitanos, constata-se que eles responderam por apenas 15% dos não pobres, mas por 32% da pobreza recente, por 30% da pobreza inercial e por 41% da pobreza crônica entre os imigrantes extrametropolitanos. Grosso modo, a pior situação dos imigrantes com origem nas áreas rurais envolve as desvantagens sociodemográficas desses imigrantes no contexto metropolitano. Provavelmente a proporção dos imigrantes com origem em áreas rurais deve ser menor entre os imigrantes extrametropolitanos do ano de 2010. Contudo, a ausência do quesito no último censo não permite avaliar essa proporção.

⁵⁷ Sobre essa questão, pode-se considerar, por exemplo, os prováveis impactos do programa *Bolsa Família*. Análises de Lima e Braga (2014), para as migrações intermunicipais do quinquênio 2005-2010, sugerem que a expansão desse programa de proteção social pode ter favorecido uma retenção de população em áreas de menor desenvolvimento econômico. Sobre o *Bolsa família*, deve-se notar que a cobertura do programa é nacional e os benefícios não são diferenciados entre regiões, o que não implica incentivos migratórios associados à participação no programa, além disso, os impactos econômicos sobre a população são mais favoráveis em áreas onde o custo de vida é menor (ROCHA, 2013a).

7 CONCLUSÃO

A Região Metropolitana de Belo Horizonte faz parte do grupo das primeiras regiões metropolitanas reconhecidas na década de 1970, e pode ser qualificada como um espaço importante no país e, principalmente, em Minas Gerais, por seu tamanho populacional e concentração econômica (BRITO, 2006; MOURA *et al.*, 2009; MENDONÇA; ANDRADE, 2009; PINHO; BRITO, 2013). Trinta e quatro municípios integram oficialmente esse espaço metropolitano (IBGE, 2014). Com base nos dados dos censos demográficos, constata-se que a população residente nos municípios que atualmente a integram passou de 1,7 milhão para 4,8 milhões de pessoas entre os anos de 1970 e 2010. Esse incremento demográfico foi acompanhado por uma redistribuição da população em favor da área periférica, visto que, ao longo dessas décadas, o tamanho populacional da periferia passou de 489,7 mil para 2,5 milhões de pessoas, enquanto Belo Horizonte, o núcleo metropolitano, contabilizou um aumento da população residente de 1,7 milhão para 2,3 milhões de pessoas.

A trajetória do crescimento demográfico da Região Metropolitana de Belo Horizonte, assim como de outras grandes aglomerações metropolitanas do país, associa-se ao ciclo das migrações internas, que mobilizou milhões de pessoas ao longo de décadas, com transferências de população das áreas rurais para as áreas urbanas e também dos espaços de menor para os de maior dinamismo, em um contexto de industrialização e modernização da economia brasileira (FARIA, 1991; BRITO; MARQUES, 2005; BRITO, 2006; 2007; 2009). Como salienta Brito (2006: p. 223), as migrações internas “se constituíam no elo maior entre as mudanças estruturais pelas quais a sociedade e a economia passavam e a aceleração do processo de urbanização”.

O processo de modernização do Brasil, ao longo do século XX, ocorreu em meio a contradições sociais, na medida em que, nos espaços urbanos economicamente mais dinâmicos, como as regiões metropolitanas, parte da população não contava com um acesso pleno ao emprego e à renda, à moradia adequada, infraestrutura e serviços urbanos essenciais (BRITO, 2006; 2007; ROCHA, 1993; 1994; 2000;

ROCHA; TOLOSA, 1993; RIBEIRO; LAGO, 1994; MARTINE; MCGRANAHAN; 2010). O processo de formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde a concentração das atividades econômicas é parte da modernização da economia de Minas Gerais, não foi diferente, pois o crescimento demográfico dos municípios periféricos também se articulou a uma expansão de áreas com deficiências em infraestrutura e serviços urbanos básicos, destinadas à ocupação residencial da população de menor poder aquisitivo (PLAMBEL, 1987; RIGOTTI; RODRIGUES, 1994; MOURA, 1994; MONTE-MÓR, 1994; BRITO, 1996; COSTA, 2001; BRITO; SOUZA, 1998; 2005).

Tendo em vista as contradições sociais que envolvem o processo de metropolização da população no país, buscou-se avaliar, nesta tese, o atual cenário da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em uma comparação entre os anos de 2000 e 2010. Como a pobreza é um fenômeno multidimensional, foi utilizado um enfoque metodológico que combina dois métodos tradicionais de análise da pobreza, isto é, o método da Linha de Pobreza e o das Necessidades Básicas Insatisfeitas. A partir dessa abordagem, a identificação da pobreza metropolitana pôde ser feita considerando tanto os seus aspectos conjunturais, relacionados à renda corrente das famílias, como os estruturais, associados a condições da moradia e acesso à infraestrutura e serviços urbanos essenciais.

A combinação entre o método da linha de pobreza e o das necessidades básicas insatisfeitas permite considerar a população segmentada em quatro grupos, o socialmente integrado ou não pobre e três situações de pobreza, denominadas recente, inercial e crônica (KAZTMAN, 1989; FERES; MANCERO, 2001b). A pobreza recente corresponde à situação de pessoas que vivem com uma renda abaixo da linha da pobreza, mas sem carências no âmbito das necessidades básicas. A pobreza inercial reflete a situação de pessoas que possuem uma renda acima da linha da pobreza, porém ainda se encontram com uma ou mais necessidades básicas não satisfeitas. A pobreza crônica é a situação em que se vive com uma renda abaixo da linha da pobreza, e, ao mesmo tempo, com uma ou mais necessidades básicas não satisfeitas.

No método da linha de pobreza, o indicador considerado é a renda domiciliar *per capita* mensal. Na determinação do valor da linha de pobreza, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, foram consideradas, como referências, as estimativas realizadas por Rocha (2006) sobre a renda domiciliar *per capita* mensal necessária para se alcançar um nível de consumo mínimo adequado nesse espaço metropolitano. Assim, a linha de pobreza metropolitana foi estabelecida em um nível equivalente a 46,5% do valor de um salário mínimo em vigor em julho do ano de 2010, o qual era de R\$ 510,00.

Na determinação dos indicadores no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas, foram consideradas seis dimensões: (i) a qualidade da moradia, retratada por um número de até 3 moradores por dormitório; (ii) a forma de acesso à água potável, considerando a rede geral, ou nascente no caso das áreas rurais, e canalização em pelos um cômodo do domicílio; (iii) o acesso à energia elétrica; (iv) o acesso ao serviço de coleta de lixo; (v) o sistema sanitário do domicílio, considerando a existência de banheiro e esgotamento sanitário do tipo rede geral ou fossa séptica; e (vi) frequência ao serviço de educação para a população jovem de 7 a 14 anos. Para a definição desses indicadores, observou-se o uso dos mesmos em países da América Latina, consoante levantamentos de Feres e Manceiro (2001b) e Moyano (1996), bem como a coerência dessas necessidades básicas no contexto metropolitano em questão.

Os resultados encontrados no desenvolvimento desta tese revelaram mudanças positivas nas condições de vida da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte na última década. Houve uma importante redução da incidência da pobreza, que declinou de 46%, em 2000, para 31% da população metropolitana no ano de 2010. O tamanho da população socialmente integrada aumentou de 2,3 milhões de pessoas para 3,3 milhões, enquanto a população em situação de pobreza declinou de 1,9 milhão para 1,4 milhão de pessoas, entre os anos de 2000 e 2010.

A redução no tamanho da população pobre metropolitana também foi acompanhada por mudanças em sua composição. Entre os anos de 2000 e 2010, a pobreza crônica declinou de 783,3 mil pessoas para 347,3 mil, a pobreza recente sofreu

ligeira redução de seu volume, passando de 616,4 mil para 520,9 mil pessoas, e, diferentemente, a pobreza inercial apresentou um pequeno crescimento, de 588,4 mil para 627,6 mil pessoas. Assim, na determinação da população pobre metropolitana, a participação da pobreza crônica declina de 39% para 23%, a pobreza recente aumenta ligeiramente, de 31% para 35%, enquanto a pobreza inercial salta de 30% para 42%, passando a figurar como principal componente da pobreza metropolitana no ano de 2010.

Importante notar que, na determinação das situações de pobreza crônica e inercial, houve um declínio da proporção de domicílios que acumulavam carências estruturais, passando a ser largamente predominante a proporção dos domicílios afetados por apenas uma modalidade de carência. E nesse caso, uma carência básica se destaca em relação às demais: a inadequação do sistema sanitário dos domicílios. Em outras palavras, a importância da pobreza inercial na composição da pobreza metropolitana, e mesmo da crônica, deve-se, em boa medida, à inadequação da cobertura do serviço de esgotamento sanitário, em especial nos municípios periféricos.

É interessante observar que, diante do grande crescimento da população metropolitana socialmente integrada, os três tipos de pobreza – crônica, recente e inercial – sofreram uma redução de sua incidência na comparação entre os anos de 2000 e 2010, isto é, passaram a responder por uma menor proporção da população metropolitana nesse período. E, por definição, o aumento da população socialmente integrada reflete uma ampliação da parcela da população vivendo com uma renda domiciliar acima da linha da pobreza e com acesso adequado à moradia, infraestrutura e serviços urbanos essenciais.

Em uma economia de mercado, o desempenho do mercado de trabalho tem papel fundamental no curso da redução da pobreza. E como se pôde verificar, entre os resultados desta tese, houve, na última década, um importante crescimento na capacidade do mercado de trabalho metropolitano em absorver o incremento da população economicamente ativa e os níveis de desemprego reduziram-se. Ademais, em termos de acesso à renda, há mecanismos de proteção social com efeito focalizado, como os benefícios previdenciários e assistenciais destinados aos

idosos. Também, no período, o país contou com uma política de valorização do salário mínimo e com a adoção de políticas de transferência de renda para os economicamente mais vulneráveis (ROCHA, 2013b; ROBLES; MIROSEVIC, 2013).

Esse momento de desempenho positivo da economia metropolitana combina-se também com mudanças demográficas importantes, como o aumento da escolaridade da força de trabalho adulta, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e transformações na composição dos domicílios, reduzindo notadamente a proporção daqueles que contam com a presença de jovens. Houve uma redução do crescimento e incremento da população metropolitana na última década. E as migrações, além de uma redução de seu volume, sofreram alterações em sua composição, em especial uma diminuição dos imigrantes em desvantagem sociodemográfica.

Por outro lado, é importante notar que, em termos sociodemográficos, a população pobre da Região Metropolitana de Belo Horizonte apresenta características relativamente distintas da população socialmente integrada. De forma geral, a pobreza metropolitana é marcada por uma grande proporção dos adultos com os menores níveis de escolaridade, índices mais altos de desemprego entre eles e menor taxa de atividade, menor participação das mulheres no mercado de trabalho e elevada proporção de domicílios que contam com um maior número de crianças em sua composição.

As diferenças na composição dos domicílios não pobres e em situação de pobreza também se refletem nos níveis de incidência da pobreza segundo grupos etários. Os níveis de incidência da pobreza permanecem mais altos entre os jovens, e menores entre os idosos. Em 2010, entre os jovens – pessoas de até 14 anos –, a proporção de pobres ainda alcançou 46% desse segmento etário, sendo essa proporção de 28% entre os adultos – pessoas entre 15 e 64 anos – e de 18% entre os idosos – pessoas de 65 anos ou mais. Particularmente entre os idosos, deve-se considerar que, além da possibilidade de uma acumulação econômica ao longo da vida ativa, situação que tende a se refletir de forma favorável nas condições de moradia, eles também contam com as políticas da previdência e assistência social. Esses

aspectos contribuem para que prevaleçam os níveis mais baixos de incidência da pobreza entre os idosos.

Também entre os pobres, as características dos domicílios revelaram mudanças positivas na última década, ainda que, em grande parte, certos aspectos já se evidenciassem no ano de 2000. Independentemente de ser pobre ou não, a quase totalidade dos domicílios metropolitanos conta com banheiro, paredes externas de alvenaria e com o acesso a certos aparelhos domésticos básicos, como a geladeira e a televisão. Ademais, também é largamente predominante entre pobres e não pobres o acesso a uma moradia própria. Esses aspectos indicam que não somente houve uma redução da população pobre metropolitana nessa última década, como também não houve reversões no âmbito da pobreza, associadas a declínios no padrão de comodidade das moradias pobres.

O curso do declínio da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte estendeu-se ao núcleo e a área periférica metropolitana, contudo a incidência da pobreza permaneceu mais elevada na periferia em comparação com o núcleo. Entre os anos de 2000 e 2010, a proporção de pobres no núcleo metropolitano se reduziu de 32% para 20% da população, enquanto na periferia essa redução foi de 61% para 41%. Os níveis mais elevados de incidência da pobreza na área periférica se refletem na repartição espacial dos pobres, visto que mais de 60% da população pobre metropolitana concentra-se na periferia. Essa maior concentração da pobreza na área periférica está associada a níveis mais elevados de incidência da pobreza crônica e, principalmente, inercial.

Considerando a periferia metropolitana repartida entre os vetores de expansão urbana metropolitanos, verificou-se que em todos eles houve uma redução nos níveis de pobreza na última década, mas a proporção de pobres na população residente ainda se mostra distinta entre essas subáreas. Os maiores níveis de incidência da pobreza são encontrados nos vetores Sudoeste e Norte, onde as proporções de pobres declinaram de 78% para 66% e de 73% para 57%, respectivamente, entre os anos de 2000 e 2010. No Vetor Leste, a proporção de pobres declinou de 54% para 39% nesse período, e passou de 53% para 38% no

Sul. No caso dos vetores mais populosos, a proporção de pobres declinou de 69% para 45% no Norte-Central, e de 55% para 33% no Oeste.

Outra perspectiva espacial da distribuição da pobreza metropolitana pode ser considerada a partir dos municípios. A periferia metropolitana é um espaço que conta com um conjunto de áreas municipais de características distintas, no que se refere ao tamanho da população residente e, também, aos níveis locais de pobreza. A quase totalidade dos trinta e quatro municípios metropolitanos apresentou redução da proporção de pobres nessa última década, com exceção de dois, de pequena população. E os municípios em que os níveis de pobreza mantiveram-se mais elevados são notadamente afetados pela pobreza crônica e, principalmente, a pobreza inercial, o que reflete as limitações da expansão da infraestrutura e serviços urbanos básicos nessas áreas.

Nos municípios mais populosos, Belo Horizonte, Contagem e Betim, a incidência da pobreza local, no ano de 2010, ficou em 20%, 28% e 34%, respectivamente. Nos demais municípios da periferia, considerando aqueles com mais de 100 mil habitantes, destacam-se, pela manutenção de níveis mais elevados de pobreza, Ribeirão das Neves e Ibirité, com a proporção de pobres, em 2010, ficando em 51% e 42%, respectivamente. Nos municípios de Santa Luzia, Sabará e Vespasiano, a incidência da pobreza ficou em torno dos 38%.

Considerando os quatro municípios periféricos de mais de 50 mil habitantes, em Nova Lima, em 2010, reduziu-se para 26% o nível de incidência da pobreza, ao passo que, em Pedro Leopoldo e Lagoa Santa, houve um declínio para 46% e 59%, respectivamente, mantendo-se muito elevado em Esmeraldas, com 85% de sua população vivendo em alguma situação de pobreza. Entre os municípios menores, considerando aqueles com mais de 20 mil habitantes, verifica-se que os níveis de pobreza se mantiveram elevados na maior parte deles, com a proporção de pobres, em 2010, correspondendo a mais da metade da população residente nos municípios de Juatuba, São Joaquim de Bicas, Mateus Leme, Igarapé e Brumadinho, e a mais de 40% da população municipal de Matozinhos e Caeté, sendo menor em Sarzedo, com 34%.

Entre os menores municípios metropolitanos, os 14 com população municipal inferior a 20 mil habitantes, a incidência da pobreza também se manteve elevada na maior parte deles. Em 2010, mais de 65% da população local ainda vivia em alguma situação de pobreza nos municípios de Confins, Rio Manso, Capim Branco, Taquaraçu de Minas, Mário Campos, Baldim e Jaboticatubas. Nos municípios de Nova União, Itatiaiuçu, Raposos e São José da Lapa, essa proporção foi superior a 40%, sendo pouco superior a 35% apenas nos municípios de Itaguara, Rio Acima e Florestal.

Diante das enormes diferenças de tamanho populacional, os níveis de incidência da pobreza nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte não se traduzem igualmente na concentração espacial da população de pobres. Em 2010, somente o município de Belo Horizonte concentrou 32% da população metropolitana em situação de pobreza. Os municípios de Contagem e Betim, juntos, concentraram 20%. Somados, os municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Ibirité, Sabará e Vespasiano concentraram 27%. Enquanto Nova Lima, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Esmeraldas agregaram 8%. Isso significa que os demais vinte e dois municípios da região metropolitana concentraram, conjuntamente, 14% da população pobre metropolitana.

Considerando esses resultados, é interessante notar que os municípios periféricos que passaram a apresentar os níveis mais baixos de incidência da pobreza foram, principalmente, aqueles situados mais próximos do núcleo metropolitano, que são os mais populosos municípios da periferia. Isso significa que os municípios mais distantes do núcleo metropolitano, em geral menos populosos, passaram a sustentar os níveis mais altos de incidência da pobreza. Esses casos não correspondem, portanto, ao resultado do curso de uma expansão de áreas periféricas sob elevado incremento demográfico como ocorreu em décadas passadas, embora, em geral, sejam municípios com deficiências em infraestrutura urbana e que continuam em crescimento.

As contradições sociais que se apresentam a partir da contraposição entre o núcleo e os municípios da periferia metropolitana, particularmente em termos da evolução dos níveis locais de incidência da pobreza, devem ser compreendidas em um

contexto de menor ritmo de crescimento demográfico e grandes diferenças populacionais entre os municípios. Ao que tudo indica, o cenário de elevada incidência da pobreza nos municípios menos populosos está relacionado com a menor capacidade econômica desses entes para responder às demandas locais por infraestrutura e serviços urbanos essenciais, o que torna essas áreas mais vulneráveis à reprodução da pobreza mesmo diante de incrementos demográficos de menor volume.

É importante notar que, na última década, praticamente todos os municípios metropolitanos sofreram uma redução em seus níveis de incidência da pobreza, com exceção de Confins e Capim Branco. Portanto, assim como o momento da economia metropolitana foi favorável, também é importante considerar as transformações urbanas em curso na periferia, e que se acentuaram na última década. Os resultados encontrados mostram que houve uma ampliação do acesso à infraestrutura e serviços urbanos básicos, e isso se reflete no grande incremento da população socialmente integrada na periferia metropolitana, comandado principalmente pelos municípios mais populosos. Também ocorreram avanços parciais positivos, que se revelam a partir da importante redução do número de domicílios com carências estruturais acumuladas.

Apesar de o crescimento periférico ainda se associar à reprodução da pobreza, especialmente devido ao adensamento de áreas com deficiências em infraestrutura e serviços urbanos essenciais, isso não significa que o crescimento desse espaço tenha sido comandado por uma expansão urbana precária. Ao contrário, os municípios periféricos, principalmente os mais populosos, passam por transformações urbanas, conformando áreas capazes de atrair e reter uma população de baixa renda fora dos limites da pobreza, além dos segmentos de média e alta renda. Na última década, consoante as análises de Campos e Mendonça (2013) e Soraggi e Mendonça (2013), houve um crescimento dos investimentos de maior porte do setor de construção na periferia metropolitana, o qual se articulou a uma ampliação da capacidade de incorporação da população de menor poder aquisitivo ao mercado habitacional, favorecida por políticas (nacionais) de incentivo a esse mercado.

É interessante notar que a redução da pobreza na periferia metropolitana, na última década, também está relacionada com redução de seu ritmo de crescimento e incremento demográfico. Isso significa que as condições demográficas da expansão urbana metropolitana já não são as mesmas de décadas anteriores. A redução generalizada dos níveis de fecundidade e a diminuição do volume dos saldos migratórios são aspectos que contribuem para impedir um crescimento periférico em ritmo mais elevado. Além disso, a diminuição do volume de imigrantes é acompanhada por mudanças no perfil sociodemográfico dessa população, o que também contribui para acarretar alterações sobre o crescimento (potencial) da pobreza metropolitana.

Considerando a importância das migrações no contexto metropolitano, foram analisados os imigrantes de data fixa dos anos de 2000 e 2010, divididos em dois subgrupos: os imigrantes intrametropolitanos, que são os indivíduos cuja migração envolve apenas os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte; e os imigrantes extrametropolitanos, que são aqueles cujo município de origem situa-se no interior de Minas Gerais ou em outras unidades da federação, isto é, indivíduos com uma trajetória migratória que envolve um percurso regional.

Dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, são largamente dominantes as emigrações do núcleo metropolitano para os municípios da periferia. Esse padrão se mantém entre os imigrantes intrametropolitanos dos anos de 2000 e 2010. A migração intrametropolitana é essencialmente uma mobilidade residencial, e, portanto, relaciona-se com as alternativas de acesso a um lugar de moradia no espaço metropolitano, sobretudo uma moradia própria. É interessante notar que a maior parte dos domicílios formados por responsáveis (sem cônjuge) ou por casais imigrantes intrametropolitanos vão residir na periferia em uma moradia própria, sendo uma menor proporção a de domicílios alugados, o que, grosso modo, envolve a buscar por menores custos com o aluguel.

Entre os imigrantes intrametropolitanos, os socialmente integrados passaram a responder pela maior parte desses indivíduos. No ano de 2000, apenas 35% dos imigrantes intrametropolitanos eram não pobres e, em 2010, essa proporção alcançou 55%. Entre os imigrantes intrametropolitanos que residem nos municípios

da periferia, a proporção de não pobres passou de 32%, em 2000, para 52% em 2010. Entre os imigrantes intrametropolitanos residentes no núcleo metropolitano, a proporção de não pobres passou de 68% para 87% nesse período. Os níveis mais elevados de incidência da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos residentes na periferia têm como componente principal a pobreza inercial, que responde por mais da metade dos imigrantes que se encontravam em situação de pobreza.

Esses resultados indicam que, apesar do declínio da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos na comparação entre os anos de 2000 e 2010, para uma parcela da população a migração associada à busca por um lugar de moradia nos municípios periféricos ainda envolve o acesso à habitação sob condições de carências estruturais. Essas situações revelam que, mesmo para uma parcela das famílias que vivem com uma renda acima da linha da pobreza, isso não necessariamente assegura um acesso à moradia em condições adequadas, em áreas cobertas por infraestrutura e serviços urbanos básicos. Por outro lado, a persistência desse cenário de reprodução da pobreza associada às carências estruturais se deve, em boa medida, às limitações dos municípios em assegurarem uma plena cobertura de alguns dos serviços urbanos essenciais.

Além da redução da incidência da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos, esses migrantes também apresentam características diferentes. Na comparação entre os imigrantes dos anos de 2000 e 2010, constatou-se que os adultos tornaram-se mais escolarizados e os domicílios tornaram-se menores, com uma notável redução da proporção dos que contavam com a presença de dois ou mais jovens (imigrantes ou não) entre seus moradores. Por outro lado, entre os imigrantes pobres ainda prevalecem certas desvantagens sociodemográficas, considerando que os adultos são principalmente de baixa escolaridade, e que boa parte de seus domicílios está entre aqueles que contam com a presença de maior número de jovens.

Importante notar que a redução da incidência da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos articula-se, também, ao curso de transformações urbanas ocorridas na oferta de lugares para a moradia na periferia metropolitana, que se

revela no aumento da proporção dos imigrantes que se dirigem para áreas contempladas pela cobertura de infraestrutura e serviços urbanos essenciais. Contudo, essas mudanças devem ser compreendidas no contexto de uma formação desigual das subáreas da periferia metropolitana, as quais se caracterizam por diferenças importantes em termos de concentração dos imigrantes e incidência da pobreza entre eles.

O vetor mais populoso, o Oeste, foi lugar de residência de pouco menos de 40% dos imigrantes intrametropolitanos nos anos de 2000 e 2010, e a incidência da pobreza entre eles declinou de 57% para 34% nesse período. Também populoso, o vetor Norte-Central foi lugar de destino de pouco menos de 30% dos imigrantes intrametropolitanos, e a incidência da pobreza entre eles declinou de 77%, em 2000, para 51% no ano de 2010. Os demais vetores têm menor participação na concentração dos imigrantes intrametropolitanos, contudo, cerca de 10% se dirigiram ao Sudeste, enquanto nos vetores Norte, Sul e Leste essa proporção se manteve em torno dos 5%. O vetor Sudoeste diferencia-se pela incidência da pobreza entre seus imigrantes intrametropolitanos, cujo nível passou de 91% para 80% na comparação entre os anos de 2000 e 2010. No vetor Norte, essa proporção declinou de 77% para 64%. No vetor Sul, foi de 53% para 47% e no Leste, declinou de 60% para 40%.

Como já mencionado, a persistência de níveis mais altos de incidência da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos que se deslocam para a periferia metropolitana está associada, principalmente, às limitações na oferta de serviços urbanos essenciais nas áreas de destino. Na composição da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos em 2010, verifica-se que somente a pobreza inercial respondeu por mais de 60% dos imigrantes pobres nos vetores Sudoeste, Norte e Sul, e em torno de 50% nos vetores Oeste e Norte-Central, ficando perto de 40% no vetor Leste. Contudo, nota-se, também, em todos os vetores, uma importante redução da proporção de imigrantes intrametropolitanos vivendo em domicílios que acumulam carências estruturais, com uma carência específica assumindo um papel fundamental na reprodução das situações de pobreza crônica e inercial: a inadequação do esgotamento sanitário

Na comparação entre os anos de 2000 e 2010, é importante notar que as mudanças positivas nas condições de moradia dos imigrantes intrametropolitanos revelaram-se amplas, pois se a redução das carências estruturais não se refletiu completamente no declínio da proporção de imigrantes pobres, ela se revelou, no âmbito da pobreza, na diminuição de domicílios com carências acumuladas. Também deve ser destacado que a redução da pobreza entre os imigrantes intrametropolitanos articula-se às transformações na capacidade da periferia metropolitana em atrair imigrantes fora das condições de pobreza, porém isso ocorre em um contexto de desigualdades urbanas e demográficas entre as subáreas periféricas.

Analisando os imigrantes extrametropolitanos, constatou-se que entre eles também houve uma importante redução da incidência da pobreza. Na comparação entre os imigrantes extrametropolitanos dos anos de 2000 e 2010, verificou-se que a proporção daqueles que se encontravam socialmente integrados aumentou de 50% para 69%. Portanto, deve ser ressaltado que, em 2010, grande parte do volume de pessoas que se deslocaram do interior de Minas Gerais ou de outros estados para viver na região metropolitana encontrava-se (na data do censo) fora das situações de pobreza.

Dentro da região metropolitana, a distribuição dos imigrantes extrametropolitanos se manteve relativamente equilibrada entre o núcleo e a periferia, porém, mesmo com a redução da pobreza entre eles, mais de dois terços daqueles que se encontravam em situação de pobreza estavam residindo na periferia metropolitana. Essa concentração de imigrantes pobres na área periférica reflete as condições de acesso à moradia. Como os imigrantes extrametropolitanos precisam enfrentar as barreiras do mercado imobiliário para permanecer no espaço metropolitano, para alguns, as alternativas de moradia se apresentam em áreas com carências urbanas estruturais, situadas principalmente na periferia. Comparando a incidência da pobreza nos anos de 2000 e 2010, constata-se que, entre os imigrantes extrametropolitanos, a proporção de pobres declinou de 32% para 20% entre os residentes no núcleo, e de 67% para 44% entre os residentes na periferia.

É interessante notar que, para grande parte dos imigrantes extrametropolitanos, o acesso a um lugar de moradia significa enfrentar os custos do aluguel na região

metropolitana. Considerando os domicílios formados por responsável (sem cônjuge) imigrante extrametropolitano e por casal imigrante extrametropolitano, quase dois terços desses domicílios, em 2010, correspondem a moradias ocupadas na forma de aluguel. Uma situação diferente é observada entre os imigrantes extrametropolitanos que residem em domicílios em que o responsável (sem cônjuge) ou casal é de não imigrantes extrametropolitanos, bem como nos domicílios em que apenas um dos cônjuges é imigrante extrametropolitano. Nesses casos, pode-se depreender que os imigrantes extrametropolitanos contam com um acesso à moradia a partir do apoio direto de pessoas, especialmente familiares, que já residiam na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O declínio da incidência da pobreza entre os imigrantes extrametropolitanos, entre os anos de 2000 e 2010, também é acompanhado por mudanças nas características desses imigrantes. Os adultos tornaram-se mais escolarizados e os domicílios ficaram menores, tornando-se largamente predominantes os domicílios com a presença de até um jovem (imigrantes ou não), com a proporção dos domicílios sem a presença de jovens alcançando proporções mais destacáveis. Por outro lado, entre os imigrantes em situação de pobreza, ainda prevalecem certas desvantagens sociodemográficas, já que, entre eles, os adultos são principalmente de baixa escolaridade e boa parte de seus domicílios está entre os que contam com a presença de maior número de jovens.

Considerando o predomínio dos imigrantes socialmente integrados e suas características sociodemográficas no último período, é importante notar que a redução do volume dos imigrantes extrametropolitanos, constatada na comparação entre os anos de 2000 e 2010, também envolve mudanças no perfil dos imigrantes. Matos (1996) e Brito (2006; 2007) já observavam que mudanças desse tipo podem ser associadas ao aumento das barreiras impostas pelo mercado de trabalho e o maior custo de vida, que dificultam a inserção e permanência dos imigrantes, em especial dos menos qualificados, nas áreas metropolitanas. Essas barreiras não impedem que aqueles em desvantagem sociodemográfica ainda se desloquem para a região metropolitana, contudo a migração torna-se uma “atividade-risco” (BRITO, 2006: p. 223).

É importante destacar que o curso do declínio da pobreza metropolitana na última década não deve ser confundido com a superação das desigualdades socioespaciais que se estabeleceram no espaço metropolitano. Considerando que a própria dinâmica de uma economia de mercado envolve desigualdades no acesso à renda, a população socialmente integrada revela-se composta por diferentes estratos socioeconômicos, e eles tendem a se distribuir desigualmente no espaço metropolitano. Em outras palavras, mesmo para a população que vive fora das situações de pobreza, as alternativas de moradia se apresentam socialmente diferenciadas dentro da área metropolitana, diante da valorização imobiliária desigual das subáreas.

Também é importante ressaltar que o curso recente de redução da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte assenta-se em transformações demográficas que são de longo prazo, e certos aspectos acentuaram-se entre os anos de 2000 e 2010. Nesse sentido, o atual contexto metropolitano não conta com as mesmas condições demográficas para a reprodução da pobreza como ocorreu em décadas passadas. Inicialmente, devem ser destacadas as reduções do ritmo de crescimento e do incremento demográfico metropolitano, que se acentuaram na última década. E isso reflete o curso das mudanças no comportamento reprodutivo da população e também dos padrões migratórios, isto é, o declínio dos níveis de fecundidade e a redução dos ganhos líquidos de população a partir das migrações.

Na formação dos domicílios metropolitanos, o envelhecimento de seus moradores e o declínio da fecundidade traz transformações importantes nas características que passam a predominar em termos de tamanho e composição, reduzindo-se o número ou mesmo a presença dos jovens na maior parte deles. Isso, no âmbito intradomiciliar, corresponde a um declínio da razão de dependência jovem. Além disso, houve um crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, o que traz alterações nas condições para o crescimento e acumulação econômica das famílias. Ademais, a população adulta metropolitana tornou-se mais escolarizada em comparação com a de períodos anteriores. E a migração, componente fundamental do crescimento e expansão metropolitana, já não se revela em uma trajetória de incremento do volume de imigrantes, seja em deslocamentos pelo espaço regional ou dentro da região metropolitana, e esses indivíduos, em relação a períodos

anteriores, tornaram-se mais escolarizados e vivem em domicílios com menor número de moradores, em especial com menor participação dos jovens. Certamente, essas transformações conformam um contexto demográfico mais favorável ao declínio da pobreza metropolitana.

Por fim, algumas das limitações e contribuições desta tese devem ser consideradas. Entre as limitações, é importante notar a ausência de um indicador de intensidade da pobreza. O reconhecimento de três tipos de pobreza – crônica, recente e inercial – baseia-se em aspectos conjunturais e estruturais que os definem, portanto, essa repartição da pobreza não se fundamenta em uma escala de intensidade de carências. Isso significa que as situações de pobreza recente e crônica não são diferenciadas pela maior ou menor gravidade da insuficiência da renda familiar, assim como a pobreza crônica e recente não se diferenciam pelo acúmulo de carências estruturais.

Portanto, apesar da possibilidade de compreensão da incidência de diferentes tipos de pobreza, esses resultados são insuficientes para retratar como a intensidade das carências qualifica a pobreza. Por outro lado, considerando essas limitações, procurou-se avaliar, de forma complementar, certos aspectos dos domicílios metropolitanos pobres, e os resultados permitiram vislumbrar como as carências afetam os domicílios. Para além da renda corrente das famílias, avaliou-se a forma de acesso à moradia (própria ou não) e seus aspectos construtivos, assim como a existência de aparelhos domésticos essenciais. Os resultados foram sugestivos, já que grande parte da população pobre reside em uma moradia própria e tem acesso a bens duráveis básicos. Também se avaliou (diretamente) como os domicílios foram afetados por carências estruturais, se havia ou não carências acumuladas e quais as principais. E os resultados permitiram vislumbrar algumas das mudanças positivas em termos de redução das carências estruturais entre os pobres.

Considerando a questão da intensidade da pobreza, pode-se depreender que a população pobre, além de segmentada em crônica, recente e inercial, pode ainda ser qualificada segundo a gravidade das carências e experiência de isolamento social. Contudo, a compreensão da profundidade de certas situações de pobreza requer análises cujo conteúdo escapa aos limites desta tese. Também, entre as

limitações dos resultados, pode-se argumentar que parcelas da pobreza conjuntural, definida pela insuficiência da renda corrente das famílias, pode assumir contornos mais estruturais quando as desvantagens sociodemográficas são tais que acarretam uma impossibilidade de conciliação entre o potencial econômico da família e sua demanda por consumo. Contudo, a definição operacional dessas situações não é simples, pois além do perfil (tamanho e composição etária e educacional) das famílias, deve-se considerar que a renda (potencial) pode ser alterada pelo momento (favorável ou não) da economia, pelo comportamento de seus membros (se participam ou não do mercado de trabalho) e, também, pela cobertura e elegibilidade em políticas da previdência e assistência social.

Pode-se ainda considerar entre as limitações no desenvolvimento desta tese, a ausência das análises sobre o entorno dos domicílios, como a existência de iluminação pública ou a condição das calçadas. A falta desses indicadores não permite uma avaliação da qualidade dos arredores dos domicílios, bem como sua cobertura para os domicílios pobres e não pobres. Essas informações sobre a infraestrutura urbana são complementares na compreensão das desigualdades socioespaciais metropolitanas. Também é uma limitação desta tese a ausência de uma análise sobre a estrutura espacial da pobreza metropolitana considerando, como unidades de referência, as subáreas intramunicipais. Contudo, essas questões poderão ser desenvolvidas em estudos futuros.

Por seus objetivos, as principais contribuições desta tese estão no campo dos estudos sobre a pobreza em áreas metropolitanas no Brasil. Importante destacar, entre as principais contribuições, os resultados encontrados para a pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir de uma abordagem que permitiu identificar diferentes subgrupos de pobres, segundo aspectos conjunturais e estruturais que os definem, isto é, uma avaliação com base na combinação de dois métodos tradicionais: linha de pobreza e necessidades básicas insatisfeitas. Essa forma de identificar as situações de pobreza está em consonância com um monitoramento apropriado das condições de vida da população metropolitana, já que um padrão de vida adequado mínimo nesse espaço deve envolver não somente a capacidade econômica das famílias para o consumo básico, mas também o acesso à moradia, infraestrutura e serviços urbanos essenciais.

Também é uma contribuição desta tese uma avaliação de como as transformações demográficas, já em curso em décadas anteriores e que continuaram no período, fazem parte de um momento relativamente mais favorável para o declínio da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Incluindo a questão das imigrações, analisadas em seus percursos regionais e intrametropolitanos, em seus aspectos individuais e domiciliares. Além disso, são contribuições as avaliações apresentadas sobre a estrutura macroespacial da pobreza metropolitana e as divergências entre a concentração espacial da população pobre e a incidência da pobreza nos municípios. Também, a demonstração de como as desigualdades socioespaciais tendem a permanecer mesmo com o declínio da população em situação de pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia**. IN: Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, II, 21 a 25 de agosto, Rio de Janeiro, 2006. (Documento apresentado para discussão).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ALMG. **As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1997.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, p. 11-15, 2006

BRANCO, M. L. G. C.; PEREIRA, R. H. M.; NADALIN, V. G. **Rediscutindo a delimitação das regiões metropolitanas no Brasil: um exercício a partir dos critérios da década de 1970**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. (Texto para Discussão n. 1860).

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar Nº. 14**, de 8 de Junho de 1973. (Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza).

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009. (Texto para Discussão n. 366).

_____. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.

_____. **Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números**. In: Taller Nacional sobre Migración Interna y Desarrollo en Brasil: Diagnóstico, Perspectivas y Políticas, 2007, Brasília. Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2007.

_____. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles**. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 221-236, maio/ago. 2006.

_____. **Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, X, 1996, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1996, v.2, p. 771-788.

_____. **O estado tutelar: o INDI e a industrialização na década de 70**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 58, jan. 1984

BRITO, F.; HORTA, C. J. G. **Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população.** In: Seminário sobre a Economia Mineira, 10, 2002. Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2002.

BRITO, F. MARQUES, D. **As grandes metrópoles e as migrações internas: um ensaio sobre o seu significado recente.** In: Encontro Nacional Sobre Migração - ABEP, IV, 2005, Rio de Janeiro.

BRITO, F.; PINHO, B. A. T. D. de. **Distribuição espacial da população, urbanização e migrações internas no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015. (Texto para Discussão n. 524).

_____. A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. (Texto para Discussão n. 464).

BRITO, F.; SOUZA, J. de. **A expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza.** São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 48-63, 2005.

BRITO, F.; SOUZA, Joseane de. **A metropolização da pobreza.** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XI, 1998. Anais... Campinas: ABEP, 1998, p. 489-516.

BRITO, F.; RIGOTTI, J. I.; CAMPOS, J. **A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI: mudança no padrão migratório?** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. (Texto para discussão, 465).

CAETANO, A. J.; RIGOTTI, J. I. R. **Dinâmica e crescimento demográfico da RMBH - 1960/2000.** In: ANDRADE, L. T. de *et al.* (Org.). **Metrópole: território, sociedade e política - o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2008

CAIADO, M. C. S. **Deslocamentos intra-urbanos e estruturação socioespacial na metrópole paulista.** São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 64-77, 2005.

CALDEIRA, T. P. do R. **São Paulo: três padrões de segregação espacial.** In: _____. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Ed. 34: Edusp, 2000. Cap. 6. p. 211-256

_____. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana.** **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47, p. 155-176, 1997.

CALVO, J. J. *et al.* (Org.) **Las necesidades básicas insatisfechas a partir de los Censos 2011.** Uruguay: Instituto Nacional de Estadística, 2013. (Atlas Sociodemográfico Y de la Desigualdad del Uruguay - Fascículo 1).

CAMARGOS, E. de O. **Movimentos migratórios e pendulares na RMBH: o caso de Betim no final do século XX.** 2006. 104 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CAMPOS, M. B. de. **Estrutura domiciliar de migração**: com quem os idosos migram? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVIII, 2012, Águas de Lindóia/SP – Brasil.

CAMPOS, P. R. C.; MENDONÇA, J. G. **Estrutura socioespacial e produção habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte**: novas tendências. In: CARDOSO, A. L. (Org.). O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Cap. 3. p. 67-92.

CARVALHO, J. A. M. de; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 15, n. 2, p.7-17, jul./dez., 1998.

CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Caderno de Saúde Pública**, n. 24, v. 3, p. 597-605, 2008.

CHAHAD, J. P. Z. **Mercado de trabalho**: conceitos, definições, funcionamento e estatísticas básicas para o Brasil. In: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 2011. 6a ed. Cap. 20. p. 443-469.

CIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA. **Tarifa Social**. Disponível em: <<http://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/a-copasa/responsabilidade-social/tarifa-social>>. Acesso em fevereiro de 2016.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**: notas teórico-metodológicas. In: _____. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 7a ed. Cap. 6. p. 145-152.

COSTA, M. A. **Quarenta anos de regiões metropolitanas no Brasil**: um breve balanço exploratório. In: _____. 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 16, p. 323-336.

COSTA, H. S. de M. **Processos recentes de expansão metropolitana e implicações socioambientais: a experiência de Belo Horizonte**. In: FERNANDES, E. (Org.). Direito Urbanístico e política urbana no Brasil. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. Cap. 13. p. 387-405.

COSTA, H. S. de M.; MENDONÇA, J. G. de. **Urbanização recente e disputa pelo espaço na dinâmica imobiliária metropolitana em Belo Horizonte**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XVII, ABEP, Caxambu-MG-Brasil, 2010.

CUNHA, J. M. P. da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 3-20, out./dez. 2005.

_____. **A mobilidade pendular: uma contrapartida da migração intrametropolitana.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6., 1995, Brasília. Anais... Brasília: ANPUR, 1996, p. 518-526.

CUNHA, J. M. P. da; PESSINI, D. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 1, n. 2. jan./jun. 2008.

DINIZ, C. C. **Estado e capital estrangeiro na economia mineira.** Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DRUMMOND, M. V. D.; ANDRADE, L. L. **Governança na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** In: COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. (Org.). 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 3, p. 69-86.

FARIA, V. E. A conjuntura social brasileira dilemas e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 33, p. 103-114, jul. 1992.

_____. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 29, p. 98-119, mar. 1991.

FERES, J. C., MANCERO, X. **Enfoques para la medición de la pobreza: breve revisión de la literatura.** Santiago de Chile, Estudios Estadísticos y prospectivos, n. 4, 2001a.

_____. **El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina.** Santiago de Chile, Estudios Estadísticos y prospectivos, n. 7, 2001b.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Déficit habitacional municipal no Brasil.** Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2013.

GALVÃO, M. V. et al. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 31, n. 4, p. 53-127, out./dez. 1969.

GÓMEZ, H. M.; CONDE, M. M. **Los indicadores de necesidades básicas insatisfechas (NBI).** In: Seminario Informacion sobre poblacion y pobreza para programas sociales. Lima - Peru: INEI, 1996. Cap. 2 (3), p. 113-120.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Composicao_RMs_RIDEs_AglomUrbanas_2013_06_30.** 2014a. (Documento em formato xls). Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/./organizacao_territorial/municipios_por_regioes_metropolitanas/Situacao_2010a2019/>. Acesso em junho de 2014.

_____. **Índices nacionais de preços ao consumidor - IPCA e INPC** (Junho 2014). Rio de Janeiro, 2014b.

_____. Estudos e tratamento da variável rendimento no Censo Demográfico 2010. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2012a.

_____. Censo Demográfico 2010: notas metodológicas. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2012]b.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais:** Perfil dos Municípios Brasileiros 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012c. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2001/default.shtm>>. Acesso em abril de 2016.

_____. **Indicadores Sociais Municipais:** Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica n. 28).

_____. **Síntese de Indicadores Sociais:** Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. (Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica n. 27).

_____. **Malha municipal 2010.** (Documento em formato shp). Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/>.

_____. **Censo Demográfico 2010:** Microdados da amostra. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_a_mostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>.

_____. **Censo Demográfico 2000:** documentação dos microdados da amostra. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2002.

_____. **Censo demográfico 2000:** Microdados da amostra.

_____. **Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica n. 2).

_____. **Banco de dados agregados - Censo Demográfico e Contagem da População – Séries temporais.** In: IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>>.

_____. **Área Territorial Brasileira.** (Documento em formato xls). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA E INFORMATICA - INEI. **Perú:** niveles de vida y pobreza, 1999. Lima - Peru: INEI, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011.** Brasília: Ipea, 2012. (Comunicados do IPEA n. 157).

_____. **Faces da metropolização no Brasil:** desafios contemporâneos na gestão das regiões metropolitanas. In: _____. Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010. Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Livro 6; Vol. 2. Cap. 18, p. 641-682.

_____. **IPEADATA**. Série: Receita corrente - municipal - R\$ - Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional - RECORRM. Disponível em < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em abril de 2016.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Alínea, 2001.

KAGEYAMA, A., HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, 2006.

KAZTMAN, R. Virtudes y limitaciones de los mapas censales de carencias críticas. **Revista de la CEPAL**, n. 58, abril 1996a.

_____. **La medición de las necesidades básicas insatisfechas en los censos de población**. In: Seminario Información sobre población y pobreza para programas sociales. Lima - Peru: INEI, 1996b. Cap. 2 (1), p. 71-94.

_____. La heterogeneidad de la pobreza: el caso de Montevideo. **Revista de la CEPAL**, n. 37, abril 1989.

LIMA, E. E. C. de; BRAGA, F. G. **Migrações internas e dinâmica territorial: uma tipologia dos municípios brasileiros segundo padrão migratório**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XIX, ABEP, São Paulo, 2014.

LOPES, J. R. B. **Brasil, 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. (Biblioteca Virtual de Ciências Humanas).

MARQUES, E.; BITAR, S. Espaço e grupos sociais na metrópole paulistana. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 64, p. 123-131, nov. 2002.

MARTINE, G. **As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica**. In: NADALIN, S. O.; MARCÍLIO, M. L.; BALHANA, A. P. (Org.). História e população: estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990. p. 16-26.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. **A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas**. In: BAENINGER, R. (Org.). População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. p. 11-24.

MATOS, R. **Desconcentração espacial e processo de exclusão da população migrante em Belo Horizonte**. In: Encontro Nacional da ANPUR: Modernidade, exclusão e espacialidade do futuro, VI, Brasília, 1995. Anais... Brasília: ANPUR, 1996. p. 431-447.

MATOS, R.; LIMA, C. F.; BRAGA, F. G. **Dispersão demográfica nas periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. In: III Encontro Nacional Sobre Migrações, 2003, UNICAMP. ABEP, 2003.

MENDONÇA, J. G. de. **Estrutura socioespacial da RMBH nos anos 2000: há algo de novo?** In: ANDRADE, L. T. de; ____; FARIA, C. A. P. de. *Metrópole: território, sociedade e política – o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: OM: PUC-Minas, 2008. p. 45-103.

____. **Plano diretor, gestão urbana e descentralização: novos caminhos, novos debates**. In: FERNANDES, E. (Org.). *Direito Urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. pag. 151-164.

MENDONÇA, J. G. de; ANDRADE, L. T. de. **Caracterização geral**. In: ANDRADE, L. T. de (Org.). *Como anda Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. Cap. 1, p. 3-17. (Série Conjuntura Urbana, vol. 10).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. **Bolsa Família - Institucional**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/bolsa-familia/beneficiario/institucional-bolsa-familia>>. Acesso em janeiro de 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO - MDS. **Bolsa Família**. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e> >. Acesso em julho de 2016.

MONTE-MÓR, R. L. de M. **Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção**. In: ____ (Coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR: PBH, 1994. p. 11-27. (Coleção BH 100 anos, vol. 1).

MONTE-MÓR, R. L. de M.; RUIZ, R. M. **A região metropolitana de Belo Horizonte: o antigo, o novo e tudo ao mesmo tempo e agora**. In: OLIVEIRA, F. A. de; SIQUEIRA, W. B. (Org.). *As muitas Minas: ensaios sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, 2010. p. 227-260.

MORAES, F. B. de. **Algumas considerações sobre a institucionalização das regiões metropolitanas e as mudanças ocorridas a partir da Constituição de 1988**. In: FERNANDES, E. (Org.). *Direito Urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. Cap. 11. pag. 339-357.

MOTTA, F. P. M. **A importância da mobilidade espacial para a expansão dos Vetores Norte-Central e Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte na virada para o século XXI**. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MOURA, H. S. **Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte**. In: MONTE-MÓR, R. L. de M. *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR: PBH, 1994. p. 51-77. (Coleção BH 100 anos, vol. 1).

MOURA, R. *et al.* **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. Organizado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. (Série Conjuntura Urbana, vol. 1).

MOYANO, J. R. **Presentación de metodologías aplicadas em países: La experiencia peruana de na construcción del mapa de NBI**. In: Seminario Informacion sobre poblacion y pobreza para programas sociales. Lima - Peru: INEI, 1996b. Cap. 2 (2), p. 95-112.

NEVES, I. M. Z. de C.; CUNHA, J. M. P. da. **Urbanismo, demografia e as formas de morar na metrópole: um estudo de caso da Região Metropolitana de Campinas**. **Cadernos Metrópole**, v. 12, n. 23, p. 211-237, 2010.

NUNES, L. L. **Mobilidade populacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso dos municípios do Eixo da Linha Verde - 1991/2000**. 2008. 129 f. Disserta o (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PINHO, B. A. T. D. de. **Mobilidade pendular e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: uma análise a partir dos dados dos censos demográficos**. 2012. 119 f. Disserta o (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PINHO, B. A. T. D. de; BRITO, F. **Local de residência e local de trabalho na RMBH: uma análise comparada entre os anos de 1980 e 2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015. (Texto para discussão n. 525).

_____. **Fluxos migratórios intra-metropolitanos: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1970-2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2013. (Texto para discussão n. 472).

PINHO, B. A. T. D. de; BRITO, F.; ROCHA, A. S. **A mobilidade espacial da popula o na região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015. (Texto para discussão n. 527).

PINHO, B. A. T. D. de; ROCHA, A. S.; BRITO, F. **A mobilidade pendular dos trabalhadores: uma análise do mercado de trabalho na RMBH**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XIX, ABEP, São Paulo, 2014.

PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - PLAMBEL. **Considera es sobre a questão habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1987.

Programa das Na es Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011**. New York - USA: PNUD, 2011.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. New York - USA: PNUD, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>.

QUEIROZ, B. L.; GOLGHER, A. B.; AMARAL, E. F. L. **Mudanças demográficas e condições econômicas e sociais em Minas Gerais**. In: OLIVEIRA, F. A. de; SIQUEIRA, W. B. (Org.). *As muitas Minas: ensaios sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, 2010. p. 159-189.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE – RIPSAs. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 2a ed.

RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. C. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão**. IPPUR/UFRJ: Rio de Janeiro, 1994.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

RIGOTTI, J. I. R.; RODRIGUES, R. N. **Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, IX, 1994, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: Abep, 1994.

ROBLES, C.; MIROSEVIC, V. **Sistemas de protección social en América Latina e el Caribe: Brasil**. CEPAL, Colección Documentos de proyectos, 2013.

ROCHA, S. **Transferências de renda no Brasil: o fim da pobreza?**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013a.

_____. **Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011)**. In: Fórum Nacional, XXV, Rio de Janeiro, 13 a 16 de maio, 2013b. (O Brasil de Amanhã. Transformar Crise em Oportunidade).

_____. **Pobreza no Brasil: Afinal de que se trata?**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 3a ed.

_____. As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio. **Econômica**, n. 4, p. 5-24, dez. 2000.

_____. **Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras**. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; JÚNIOR, O. A. dos S. (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 121-145.

_____. Renda e pobreza no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, n. 10, (1/2), p. 99-106, 1993.

ROCHA, S.; TOLOSA, H. **Núcleo-periferia**: diferenciais de renda e pobreza. In: VELLOSO, J. P. dos R.; ALBUQUERQUE, R. C. de. (Org.). *As Bases do desenvolvimento moderno: Fórum Nacional (1993 – São Paulo)*. São Paulo: Nobel, 1993.

RODRIGUES, F. **Cidades e Plano Diretor**: considerações sobre a função social da cidade e da propriedade. In: BAENINGER, R. (Org.). *População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. p. 117-134.

SINGER, P. **Belo Horizonte**. In: _____. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977. Cap. 5, p. 199-267.

_____. **Migrações internas**: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). *Migração Interna: Textos Seleccionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo I.

_____. *Urbanização e desenvolvimento: o caso de São Paulo*. **Cadernos CEBRAP**, n. 14, p. 31-42, 1973.

SOARES, M. R. M. **Migração intrametropolitana e movimentos pendulares na Região Metropolitana de Belo Horizonte**: o caso do município de Contagem 1991/2000. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SORAGGI, A. C. M.; MENDONÇA, J. G. **O Programa Minha Casa Minha Vida em Juatuba/MG**: ampliação do mercado da moradia no espaço metropolitano periférico. In: CARDOSO, A. L. (Org.). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 93-113.

SOUZA, J. de. **A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte**: o caso específico do município de Ribeirão das Neves. 2008. 232 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SOUZA, R. G. V. de. **A expansão urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e suas implicações para a distribuição espacial da população**: o caso do município de Nova Lima - 1991/2000. 2005. 94 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

TORRES, H. da G. et al. *Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo*. **Estudos Avançados**, n.17, v. 47, p. 97-128, 2003.

UNITED NATIONS. **Manual VI**: methods of measuring internal migration. New York: United Nations, 1970.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano**: esse desconhecido. In: _____. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001a. 2a ed. Cap. 2. p. 17-48

_____. **A estrutura urbana básica**. In: _____. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001b. 2a ed. Cap. 5. p. 113-155.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. de. **Estrutura agrária e êxodo rural**. In: _____. A demografia da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1994a. Capítulo 9, p. 225-245.

_____. **O colapso da fecundidade**. In: _____. A demografia da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1994b. Capítulo 7, p. 177-206.